

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FLORESTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PRÁTICAS EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

DISSERTAÇÃO

A NOMENCLATURA COMO FERRAMENTA NEOEXTRATIVISTA PROGRESSISTA
EM DESASTRES AMBIENTAIS TECNOLÓGICOS:
O CASO DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DO FUNDÃO

LUDMILLA PEREIRA MASSOTO LARANJEIRAS

SEROPÉDICA - RJ

2023



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FLORESTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PRÁTICAS EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A NOMENCLATURA COMO FERRAMENTA NEOEXTRATIVISTA PROGRESSISTA
EM DESASTRES AMBIENTAIS TECNOLÓGICOS:
O CASO DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DO FUNDÃO

LUDMILLA PEREIRA MASSOTO LARANJEIRAS

Sob orientação da professora

Andreza Aparecida Franco Câmara

e Coorientação da professora

Camila Daniel

Dissertação submetida como requisito para a obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

SEROPÉDICA - RJ

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

L318n Laranjeiras, Ludmilla Pereira Massoto, 1984-
A NOMENCLATURA COMO FERRAMENTA NEOEXTRATIVISTA
PROGRESSISTA EM DESASTRES AMBIENTAIS TECNOLÓGICOS: O
CASO DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DO FUNDÃO / Ludmilla
Pereira Massoto Laranjeiras. - Rio de Janeiro, 2023.
205 f.: il.

Orientadora: Andreza Aparecida Franco Câmara.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em
Práticas em Desenvolvimento Sustentável, 2023.

1. Desastres ambientais tecnológicos. 2.
Nomenclatura. 3. Barragem do Fundão. I. Câmara,
Andreza Aparecida Franco , 1978-, orient. II
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Programa de Pós-graduação em Práticas em
Desenvolvimento Sustentável III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

LUDMILLA PEREIRA MASSOTO LARANJEIRAS

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre**, no Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável da UFRRJ.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 02/10/2023.



Documento assinado digitalmente

ANDREZA APARECIDA FRANCO CAMARA

Data: 07/02/2024 11:18:05-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Andreza Aparecida Franco Câmara. Prof.^a Dr.^a – UFF
(Orientadora)



Documento assinado digitalmente

ALESSANDRA DALE GIACOMIN TERRA BEZERRA

Data: 07/02/2024 12:57:16-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Alessandra Dale Giacomini Terra. Prof.^a Dr.^a - UFF
(Membro Externo)



Documento assinado digitalmente

PAULO BRASIL DILL SOARES

Data: 07/02/2024 11:14:48-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Paulo Brasil Dill Soares. Prof. Dr. - UFF
(Membro Externo)

*“Human Rights always need to be defended everywhere,
and by doing that, we benefit everybody.”*
(AI, 2018, p.9)

*“This isn’t a single person. Its many millions.
World-wide more than 60 million people have lost their homes,
and more are losing them every day.”*
(AI, 2018, p.22)

*“I believe we have lost our capacity for compassion.
Maybe that has something to do with our information age.
We see the misery on the news daily, so we know what is happening.
At the same time, the pictures dull us.
We think that the misery is so great that we cannot do anything about it.”*
(AI, 2018, p.24)

*“We cannot look at the current situation and decide it’s a regional problem.
The crisis is now becoming increasingly harsh and difficult to understand,
and has the potential to develop into an even larger problem.”*
(AI, 2018, p.31)

*“The current-day displacement of people is the largest since the end of World War II.
It’s a global issue and one that tests the resolve of developed nations to uphold human rights.”*
(AI, 2018, p.51)

DEDICATÓRIA

Dando luz aos tantos migrantes forçados que pelo mundo se espalham jogados a própria sorte, dedico esta pesquisa a todos aqueles que de alguma forma já se viram abandonados pela vida, injustiçados em sua confiança, com suas raízes, história, identidade, sonhos e planos destruídos por circunstâncias maiores. Uma flor, então, para estes, algum dia já desafiados em sua sobrevivência familiar, material, física, psicológica, emocional e espiritual. A todos aqueles, portanto, que já se acharam sem esperança no amanhã, por terem tido seus andares expulsos e interditados por ocasionalidades do destino; destino este quase sempre nas mãos de consciências inconscientes, adormecidas, surdas, cegas, inconsequentes e egoístas. Dedico esta pesquisa a todos esses heróis, então, que seguem firmes pela vida, de pé, camuflando sua águia ferida em flor, se inventando e reinventando através da chama interior da esperança, da força, do foco e da fé. Para vocês. Uma flor. A minha.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Ao Mundo Maior, meu primeiro e mais especial agradecimento. Definitivamente, a conquista deste título de mestrado e o desenvolver deste tema de pesquisa, especificamente, me veio como uma flor frente a minha longa e esforçada busca, mas, principalmente, face a um momento tão único. Um presente que foi muito ansiado, mas que não mais era aguardado. Nitidamente uma surpresa, quase como uma pequena compensação vinda para alegrar aquele meu coração, aquele

Aos meus três amores eternos e perfeitos em todas suas manifestações: Venus, Snow e Ben. Meus identificadores, enfim. Mestres responsáveis pelo mais bonito que já consegui sentir até hoje. Durante esta pesquisa, como sempre, foram companheiros inseparáveis, amorosos e inspiradores. Os melhores abraços.

Meus agradecimentos especiais a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro também, que se mantém de pé, oferecendo ensino público e de tradição, mesmo frente a toda crise social, política e econômica enfrentada pelo Brasil atualmente.

Ao Programa de Pós-Graduação em Práticas de Desenvolvimento Sustentável e seus colaboradores, que mantém em propagação constante a necessidade que temos de um mundo mais verde, mais justo. Esperança Maior. Sou grata pelo aprendizado, reflexões e leituras que pude acessar.

Da mesma forma, minha gratidão a minha orientadora, doutora Andreza Aparecida Franco Câmara, por sempre ter me recebido com carinho, incentivo e profundo conhecimento e competência. Você soube colocar as pessoas certas para avaliar e direcionar o desenvolvimento de todas as etapas deste trabalho, soube apontar os melhores caminhos a tomar para o melhor fluir da pesquisa, guiou brilhantemente essa dissertação. Já tive alguns orientadores na minha vida acadêmica, mas você foi a melhor de todos, tanto como profissional quanto como pessoa, como ser humano. Acredito

que nosso tempo e nosso saber são os melhores presentes que podemos ofertar a alguém, e são sempre presentes por não terem preço. Muito obrigada, querida professora. Meu respeito, carinho e gratidão a você, que faz jus a profissão mais importante desse mundo, sem dúvida alguma.

Agradecimentos a minha coorientadora também, pós-doutora Camila Daniel, quem fez contribuições fundamentais para este o trabalho. Suas considerações trouxeram muito mais coerência e robustez ao mesmo. Uma lente perfeita, sem dúvidas. Muito obrigada!

Meus agradecimentos também a professora doutora Alessandra Dale Giacomini Terra, quem de forma super receptiva avaliou as duas fases principais deste trabalho, sempre me ofertando uma troca tão agradável, rica e experienciada. Obrigada pelas ótimas conversas e excelentes revisões, com contribuições maravilhosas. Seu olhar foi fundamental.

Agradeço a professora doutora Isis do Mar Marques Martins, da mesma forma, por ter contribuído com excelentes considerações no período da pré-qualificação desta pesquisa. Suas colocações foram essenciais para o trabalho tomasse o rumo correto.

Ao professor doutor Paulo Dill Soares, quem nos brindou com uma lente acadêmica experienciada e única na defesa desta pesquisa, abordagem extremamente agregadora para o desenvolvimento da revisão final. Meus sinceros agradecimentos também.

Enfim, tive a sorte de contar com um corpo de professores experientes, competentes e admiráveis. Só tenho a agradecer. Para mim, foi um privilégio.

..E minha gratidão, também, a mim, Ludmilla, por ter decidido desistir da desistência muito cedo na vida. Meu lema guia, sempre.

Por fim, agradeço a todos os que de alguma forma colaboram com a pesquisa aqui apresentada. Que esta seja útil para alguém.

RESUMO

Dado a falta de uma nomenclatura única para se referenciar vítimas de desastres ambientais tecnológicos, a presente pesquisa analisa o evento do rompimento da barragem do Fundão, listando e debatendo as principais nomenclaturas utilizadas para se referenciar tal, de forma a excluir as que por definição não se aplicam e apontar as que poderiam ser utilizadas, mesmo que demandem maior estudo futuro. Para o alcance de tal objetivo, buscou-se compreender o evento em três momentos distintos: (1) O histórico do evento e seu *status* atual, (2) o contexto antes do evento e (3) o contexto após o evento. Para tal, utilizou-se de uma abordagem metodológica qualitativa, incluindo pesquisa exploratória bibliográfica e documental e relatos das vítimas, estes extraídos da ATA de Audiência Pública em Barra Longa (PR-MG-00000261/2020). Dentre o desenvolvido, analisou-se o evento pelas lentes da sociologia dos desastres, tecendo paralelos com os conceitos de neoextrativismo progressista, racismo ambiental e identidade. Da mesma forma, após listar as nomenclaturas mais usadas para se referenciar o evento, é apresentado um debate semântico que aponta os termos “atingido” e “deslocado forçado interno” como únicas nomenclaturas possíveis, sendo esta última uma subcategoria do termo “migração forçada”. Ainda no que se refere ao termo “deslocado forçado interno” foi constatado que, por si só, tal termo também apresenta suas fragilidades. Assim, é brevemente debatido as potencialidades do termo “refugiado interno”, como uma potencial nomenclatura que aparentemente solucionaria ou, ao menos, apoiaria a questão, a nível de escopo de trabalho das Nações Unidas. No mais, concluiu-se válida a relevância em se discutir nomenclatura em contextos de desastres ambientais tecnológicos uma vez que as lacunas relacionadas a sua indefinição geram precedentes que impactam diretamente na identidade das vítimas, no acesso a direitos e na distribuição de responsabilidades, o que muitas vezes se mostra estratégico e conveniente para os responsáveis. Verificou-se também válidas as acusações de incompetência, violência e racismo ambiental por parte da Fundação Renova, entidade que toma decisões unilaterais sob as vistas do Estado, na maior parte das vezes fazendo uso da problemática em torno da nomenclatura para continuar vitimando as mesmas pessoas.

PALAVRAS-CHAVE: Nomenclatura, Barragem do Fundão, Desastres ambientais tecnológicos.

ABSTRACT

Given the lack of a single nomenclature to refer to victims of technological environmental disasters, this research analyzes the event of the collapse of the Fundão dam, listing and debating the main nomenclatures used to refer to this, in order to exclude those that, by definition, do not apply, as well as, pointing out those that could be used, even if they require further study. In order to achieve this objective, it was fundamental to understand the event in three distinct moments: (1) the history of the event and the current status of the case, (2) the context before the event, and (3) the context after the event. To this end, a qualitative methodological approach was used, including exploratory bibliographic and documentary research and victims' speeches extracted from the official document: ATA of Public Hearing in Barra Longa (PR-MG-00000261/2020). In more detail, the event was analyzed through the lens of the sociology of disasters, drawing parallels with the concepts of progressive neo-extractivism, environmental racism, and identity. Likewise, after listing the most commonly used nomenclatures to reference the event, a semantic debate is presented, pointing to the terms “atingidos” (“victim”, considering international publications) and “forced internal displacement” as the only possible nomenclatures. Considering the last one, a subcategory of the term “forced migration”, as it was found, this term in itself also presents its weaknesses. Therefore, the potential of the term “internal refugee” is briefly discussed as well, a likely nomenclature that would apparently resolve or, at least, support the issue, in terms of the scope of work of the United Nations. Furthermore, the relevance of discussing nomenclature in contexts of technological environmental disasters was concluded to be valid since the gaps related to their lack of definition generate precedents that directly impact the identity of victims, access to rights, and the distribution of responsibilities, which often proves to be strategic and convenient for those responsible. Likewise, the accusations of incompetence, violence, and environmental racism on the part of the Fundação Renova, an entity that makes decisions unilaterally under the eyes of the State, were found to be valid, most of the time making use of the problems surrounding the nomenclature to continue victimizing the same people.

KEYWORDS: Nomenclature, Fundão Dam, Technological environmental disasters.

ABREVIATURAS E SIGLAS

FR - Fundação Renova

GI - Governança Interfederativa

CIF - Comitê Interfederativo

TTAC - Termo de Transação e Ajustamento de Conduta

TAC-GOV - TAC-Governança

MPF - Ministério Público Federal

MPMG - Ministério Público de Minas Gerais

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico

FEAM - Fundação Estadual do Meio Ambiente – Minas Gerais

CBDB - Comitê Brasileiro de Barragens

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

PORDI - Princípios Orientadores Relativos aos Deslocados Internos

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Mapa local – Barragem do Fundão e Bento Rodrigues
Figura 2 – O rastro de destruição do rompimento da barragem
Figura 3 – Registro do município de Bento Rodrigues após o evento
Figura 4 – Registro do município de Barra Longa após o evento
Figura 5 – Governança da Fundação Renova
Figura 6 – Comitê Interfederativo – Composição do CIF TAC GOV
Figura 7 – Tipos de crise por categoria crescente de responsabilidade
Figura 8 – Mapa local – Minas Gerais
Figura 9 – Censo demográfico 2010 - População por raça e cor nas comunidades periféricas atingidas pelo rompimento da barragem do Fundão
Figura 10 – Protestos de vítimas no Fórum de Mariana em audiência pública
Figura 11 – Migração forçada: Uma categoria de migração
Figura 12 – Visões diferenciadas dos conceitos de migrante e refugiado

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
Notas Metodológicas.....	20
CAPÍTULO I – HISTÓRICO DO EVENTO: O ROMPIMENTO DA BARRAGEM DO FUNDÃO.....	23
1.1 Histórico do evento: O rompimento da barragem.....	23
1.2 Respostas ao evento: A Fundação Renova e a Governança Interfederativa.....	27
1.3 Responsabilização e <i>status</i> atual do caso.....	36
CAPÍTULO II – CONTEXTO PRÉ-EVENTO.....	40
2.1 Aspectos sociológicos.....	40
2.2 O Neoextrativismo progressista.....	43
2.3 Racismo Ambiental.....	46
2.4 A questão da barragem do Fundão: O caso de Mariana.....	49
CAPÍTULO III – O CONTEXTO PÓS-EVENTO.....	58
3.1 O impacto da nomenclatura para as vítimas.....	58
3.1.1 A questão da identidade.....	59
3.1.2 Nomeando as vítimas após o evento.....	65
3.2 O impacto do uso de nomenclaturas diversas em contextos de desastres ambientais tecnológicos.....	83
3.3 Casos de racismo ambiental verificados.....	86
3.3.1 Os relatos.....	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
Resultados.....	100
Oportunidades de pesquisa futura identificadas.....	105
Da comunidade internacional: As Nações Unidas.....	107
REFERÊNCIAS.....	110
ANEXOS.....	116

INTRODUÇÃO

O contexto das vítimas de desastres ambientais tecnológicos brasileiros vem se agravando nas últimas décadas, principalmente pelas tantas violações aos direitos humanos, tanto por parte das empresas responsáveis, quanto pelo Estado. Em meio a complexibilidade e a abundância de temas de pesquisa que poderiam gerar análises nesse contexto, a questão da nomenclatura usada para referenciar tais vítimas salta como tema inadiável. Nesse sentido, percebeu-se o rompimento da barragem do Fundão como um caso de estudo ideal para se discutir nomenclatura, dado a proporção e os desdobramentos do evento. Por meio do debate acadêmico, dar-se-ia luz não só as vítimas deste evento em específico, por meio da compreensão de seus contextos, conflitos e disputas, mas se iluminaria tantas outras vítimas de outros desastres ambientais tecnológicos também. Esse trabalho, assim, pretende ser uma lente simbólica e abrangente onde a identidade, os direitos humanos, o reconhecimento da injustiça e os conflitos relacionados a legitimidade, responsabilização e distribuição de poder, se embatem por voz.

Conforme revisão bibliográfica preliminar desenvolvida, verificou-se que não há uma nomenclatura unânime para se referenciar as vítimas do evento em questão, nem mesmo por parte da academia. Dado a indefinição, o setor empresarial assumiu a liderança de apontar nomenclaturas ao sabor de seu próprio julgamento e conveniências. Neste contexto, definiu-se como problemas de pesquisa entender se (1) uma nomenclatura única para se referenciar vítimas de desastres ambientais tecnológicos agregaria para essas pessoas. Caso sim, de que maneira? Da mesma forma, buscou-se apurar (2) quais nomenclaturas das que estão sendo empregadas seriam ideais para se referenciar o evento, ou, ao menos, quais não seriam. No que se refere a hipótese levantada, comprovou-se que se ter uma nomenclatura única e unânime seria sim benéfico para as vítimas de desastres ambientais tecnológicos, no que se refere aos processos identitários e a acesso a direitos das vítimas, principalmente.

Como objetivo geral, essa pesquisa pretendeu (1) listar e analisar semanticamente as principais nomenclaturas usadas para referenciar as vítimas do evento do rompimento da barragem do Fundão pelo mercado em geral, de forma a excluir as que por definição não se aplicam e apontar a(s) nomenclatura(s) que poderiam ser utilizadas, mesmo que demandem maior estudo futuro. Para tal, buscou-se sequenciar a pesquisa com tais objetivos específicos: (1) identificar e compreender o evento em seus antecedentes e desdobramentos principais, (2) analisar a resposta de remediação

ao evento: Fundação Renova (resposta das mineradoras) + Governança Interfederativa (resposta estatal) e (3) listar e analisar a semântica e o impacto das nomenclaturas mais usadas para as vítimas.

Sobre a metodologia utilizada, desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa por meio de (1) revisão bibliográfica e (2) análise de relatos das vítimas do evento, estas retiradas do documento ATA de Audiência Pública em Barra Longa (PR-MG-00000261/2020). Portanto, se fez uso de teóricos acadêmicos, relatórios técnicos, pareceres jurídicos, termos de gestão, laudos técnicos, websites oficiais e revisões bibliográficas multidisciplinares, basicamente.

A primeira fase da pesquisa, revisão bibliográfica, foi desenvolvida em 3 momentos sequenciais. O primeiro, apresentado no capítulo I, foi fundamental para se constatar a necessidade de uma base teórica especificamente direcionada para o evento, assim como, maturar de que forma tal lente estrutural deveria ser desenvolvida. Seria uma base de análise que propiciasse a observação dos relatos a serem analisados, segunda fase da pesquisa.

Durante este primeiro momento da pesquisa se observou que haviam antecedentes ao evento que mereciam ser melhor abordados. Tais conclusões preliminares apontaram quais eram os temas de base teórica que deveriam ser estudados: Sociologia dos desastres, neoextrativismo progressista, racismo ambiental, justiça ambiental e identidade. Tal justifica a relevância da elaboração do capítulo I, quando se buscou compreender o histórico do evento, suas consequências e status atual.

Entre outras conclusões preliminares desse primeiro capítulo, apontou-se a possibilidade de a escolha do local de instalação da barragem não ter sido feita ao acaso, uma região em que a maioria da população é de negros (pretos e pardos - classificação do IBGE) que historicamente dependem das operações das mineradoras. Tal hipótese se mostrou relevante em ser apurada, o que moldou a construção do capítulo II, uma lente para se observar o contexto precedente ao evento. Pelos movimentos quase vivos que toda boa pesquisa científica toma, neste momento houve algumas mudanças de percurso necessárias, as quais são descritas nas Notas Metodológicas, na sequência ao presente capítulo.

No capítulo II, portanto, se fez uso de teóricos clássicos da sociologia dos desastres, neoextrativismo progressista e racismo ambiental. Autores como Valêncio (2009), Giddens et al. (1997), Gudynas (2012), Martínez-Alier et al. (2007) e Acsehrad et al. (2009) foram o suporte para se compreender melhor os pilares estruturais do pré-evento e seus consequentes desdobramentos. Assim foi possível levantar conclusões preliminares adicionais e mais aprofundadas que puderam

apoiar a compreensão do pós-evento e dos relatos apurados, estes apresentados estes no capítulo III.

Após a construção descrita acima, a pesquisa se mostrou madura suficiente para se conseguir mapear e observar a discussão relacionada a nomenclatura utilizada em desastres tecnológicos, proposta central da pesquisa. Por tal temática ter associação direta ao conceito de identidade de Castells (1999), ambos temas tiveram suas abordagens apresentadas no mesmo capítulo. Sequencialmente e só então, os relatos foram apurados e apresentados. De posse agora de uma lente de bases teóricas madura e construída pelos próprios caminhos apontados pela pesquisa, tais relatos foram então apresentados e analisados, tanto no capítulo III, quanto nas conclusões finais.

Em consonância com o abordado metodologicamente acima, decidiu-se estruturar a apresentação da pesquisa honrando a sequência desses 3 momentos sequenciais do estudo, seguido dos resultados: (1) o histórico do evento, (2) o contexto pré-evento, (3) o contexto pós-evento e (4) os resultados e considerações finais.

No capítulo I, o histórico do evento é apresentado brevemente, assim como, a ação-resposta ao mesmo, ainda em curso: A Função Renova e a Governança Interfederativa. Buscou-se entender o evento e descrever como a reparação do mesmo junto às vítimas está sendo desenvolvida. As repercussões legais frente ao rompimento da barragem também foi foco de compreensão nesta primeira parte.

Já no capítulo II, objetivou-se apresentar as bases teóricas fundamentais de análise do evento, de seus antecedentes e dos resultados do capítulo I. Assim como, os relatos de algumas vítimas, os quais são apresentados no fim do capítulo dando sustentação ao preliminarmente concluído até então. Verificou-se pertinente abordar sobre a (1) sociologia dos desastres, tecendo paralelos com os conceitos de (2) neoextrativismo progressista e (3) racismo ambiental. Para tal, foram trazidas principalmente as ideias de Valêncio (2009), Giddens et al. (1997), Gudynas (2012), Martínez-Alier et al. (2007) e Acsehrad et al. (2009). Na sequência, o município de Mariana é apresentado, mas apenas como um dos inúmeros desastres causados pelo evento, como uma breve exemplificação da materialização dos conceitos teóricos apresentados no início do capítulo.

No que se refere ao capítulo III, é apresentado (1) o conceito de identidade, principalmente pela lente de Castells, seguido de (2) uma análise semântica das principais nomenclaturas usadas para referenciar o evento. No final deste capítulo é apresentado um paralelo entre a questão da identidade e o uso de nomenclaturas, na intenção de (3) compreender suplementarmente a

importância da questão da nomenclatura para as vítimas de desastres ambientais tecnológicos, em especial as vítimas do rompimento da barragem do Fundão. Sequencialmente, apresenta-se (4) relatos diversos de racismo ambiental, todos relacionados ao evento, dando sustentação não só ao apresentado no capítulo II, mas também ao abordado no capítulo III.

Finalmente, os resultados são apresentados na última parte, nas considerações finais. Assim como, as oportunidades de pesquisa futura encontradas e algumas reflexões sobre o papel da comunidade internacional frente a problemática da nomenclatura relacionada a desastres ambientais tecnológicos. Vários pontos puderam ser concluídos, conforme segue.

Verificou-se (1) válida a relevância em se discutir nomenclatura em contextos de desastres ambientais tecnológicos em função de alguns pontos: Tal lacuna deixa brechas para que contextos de agressão aos direitos humanos se perpetuem em eventos como o caso de estudo citado; os responsáveis pelo desastre encontram precedentes na questão da nomenclatura que os possibilitam continuar minimizando sua responsabilização; tal problemática eleva o nível de sofrimento social das vítimas, atrasando ainda mais a superação do desastre; tal inicia conflitos de resistência como tentativa limite de refutar a dominação legitimadora imposta; e impacta diretamente nas identidades das vítimas, na garantia de seus direitos e em alcances jurídicos e legislativos.

No que se refere ao caso de estudo apresentado, o evento do rompimento da barragem do Fundão, conclui-se também (2) válidas as acusações de incompetência, violência e racismo ambiental por parte da FR. Verifica-se ser esta uma mera representante dos interesses e conveniências das empresas responsáveis ou causadoras do evento, não sendo uma entidade imparcial e independente. Conforme apontado pelos resultados, a entidade faz uso das lacunas relacionadas a nomenclatura para limitar sua zona de responsabilidade, vitimando repetidamente as mesmas pessoas.

Nesse sentido, verificou-se ainda que (3) é problemático, estratégico e/ou conveniente empregar a nomenclatura “desastre de Mariana” para se referenciar um evento que causou inúmeros outros desastres, (4) que a FR tem o poder unilateral em reconhecer ou não suas próprias vítimas, (5) que existem, por tal, inúmeras vítimas sem assistência por não terem ainda sido reconhecidas como tal, (6) que muitas vítimas são exigidas a apresentar provas para a FR, de forma a tentar comprovar que realmente se enquadram como vítimas, apesar de residentes da região que comprovadamente foi devastada, (7) além de precisarem repetidamente comprovar o nível de sua vitimização a cada solicitação de assistência ou de medida reparatória que encaminham para a FR,

para qualificar ou não a receber tal e qual benefício e/ou direito, e que (8) medidas reparatórias empreendidas não são iguais para todas as vítimas, sendo tais decisões realizadas exclusivamente pela FR, poder de decisão que a mesma não deveria ter. Nesse sentido, (9) são as vítimas militantes da causa e os negros (pretos e pardos - classificação do IBGE) os que mais sofrem falta de reconhecimento como vítimas e consequente ausência de qualquer suporte, além de perseguição, ameaças, violência, negligência e abandono, caracterizando incontestavelmente racismo ambiental, como será apresentado neste trabalho.

Da mesma forma, concluiu-se (10) que a FR, também unilateralmente e sem escuta das vítimas, decidiu as nomenclaturas que seriam empregadas nas publicações relacionadas ao rompimento, sendo as mais usadas pela entidade: “atingido” e “acidente”. Entretanto, verifica-se (11) que o mercado e o senso comum em geral fazem uso de mais termos, sendo eles: atingido, impactado, acidente, desastre, refugiado e deslocado, incluindo ainda derivativos destes.

Ao submeter tais nomenclaturas a um debate semântico, concluiu-se que (12) as vítimas se encaixam nas nomenclaturas “atingido” e “deslocado forçado interno”, termo último derivado de “deslocado”, uma subcategoria do termo “migração forçada”.

No que se refere ao termo “atingido”, se percebe irrefutável ignorar a luta por direitos contada pelo histórico do movimento de atingidos por barragens no Brasil, tal diretamente vinculada ao uso de tal termo. Como o termo “atingido” se tornou uma categoria política no Brasil, esta consagrada por pequenas e cumulativas vitórias alcançadas por meio de uma luta constante em busca de reparação e reconhecimento, reprovar ou descontinuar seu uso significaria invalidar as tantas lutas travadas e respectivas conquistas alcançadas com o apoio de tal nomenclatura.

Ao se analisar o termo “deslocado forçado interno”, a presente pesquisa aponta e reconhece que nem todas as vítimas se deslocaram de suas residências, muitas permanecem morando no mesmo local ou arredores. Entretanto, tal situação obviamente se verifica pela clara falta de opção dessas pessoas. Nesse sentido, como não existe uma categoria ou subcategoria paralela a “deslocados forçados internos”, a qual contemple vítimas submetidas a circunstâncias que normalmente demandaria seus deslocamentos, mas não o fizeram por falta de alternativa, entendeu-se coerente considerar todas na categoria de “deslocados forçados internos”.

No mais, verificou-se também outras (13) dificuldades enfrentadas pela categoria “deslocado forçado interno”, estas também lincadas com limitações impostas pela nomenclatura. Basicamente, os “deslocados forçados internos”, por não terem cruzado fronteiras internacionais,

não ganham suporte por entidades extrafronteiras, ficando exclusivamente na responsabilidade de seu Estado nacional, mesmo que este seja incompetente e/ou negligente, como claramente verificado no evento da barragem do Fundão aqui demonstrado.

Como tal claramente configura agressões aos direitos humanos, a revisão bibliográfica também apontou a existência de uma corrente endossada pela academia e pelas Nações Unidas quanto a (14) se apoiar uma revisão, expansão e/ou harmonização dos termos “refugiado” e “deslocado forçado interno”, o que potencialmente originaria o termo “refugiado interno”, uma possível nomenclatura que solucionaria ou, ao menos, apoiaria a questão. Tal permitiria que vítimas, como as da barragem do Fundão, alcançassem o escopo de trabalho das Nações Unidas, por exemplo.

Notas Metodológicas

Ao propor o projeto de pesquisa que originou esta dissertação se pretendia analisar o contexto dos refugiados climáticos e/ou ambientais brasileiros, pressupondo que assim se nomeavam em função de revisão de literatura preliminar, uma vez que este movimento migratório forçado vem crescendo muito no Brasil ultimamente, dado as alarmantes (1) mudanças climáticas e (2) desastres ambientais. Como se verifica, tais são termos comumente empregados hoje para se referenciar tais contextos, até mesmo no meio acadêmico. Frente a falta de conceituação do termo no direito internacional, portanto, também na legislação do Brasil, e a aparente ineficácia nacional em apoiar a problemática, propunha-se (1) compreender a questão dos refugiados ambientais e/ou climáticos no Brasil nos últimos 10 anos e (2) analisar a legislação brasileira voltada para os mesmos, no que se refere a políticas públicas relacionadas.

Após aprovado na seleção de mestrado, este projeto foi submetido a um processo de pré-qualificação, onde muito dele foi refinado. Nessa primeira fase de mudanças, o termo refugiado ambiental foi questionado. Refletiu-se se tais vítimas realmente seriam refugiados, ou, se se tratavam de migrantes, na verdade. Acatando a abrangência de subcategorias atendidas pelo conceito de migração e a definição oficial que se tem de refugiados e seus derivativos, conforme aponta as Nações Unidas e protocolos internacionais, concluiu-se que, até o momento, tais vítimas não podem ser chamadas de refugiados ambientais ou/e climáticos, uma vez que o termo refugiado demanda cruzar fronteiras internacionais. Entretanto, também se observou que por mais que tais vítimas se afinassem com o conceito de migrantes forçados internos, ou, deslocados internos, conforme apontado na pré-qualificação, os segmentos que empregam tais categorias, inclusive academicamente, não eram unânimes nas menções. Atualmente tais pessoas são referenciadas com nomenclaturas diversas.

Tal conclusão preliminar mudou totalmente o rumo da pesquisa. Pesquisar sobre políticas públicas brasileiras para refugiados ambientais e/ou climáticos nacionais era impraticável, portanto. Mesmo constatado grande incoerência nas nomenclaturas usadas para nomear essas pessoas, ao se refinar a pesquisa se verificou que tais indivíduos não se tratam de refugiados por não terem cruzado fronteiras internacionais, mesmo que tenham se deslocado forçadamente.

Dado tal conclusão preliminar, como se falar em políticas públicas se a audiência referida nem mesmo tinha um nome, uma nomenclatura unanimemente usada ainda? Para quem exatamente

estaríamos discutindo políticas internas, então? Seria claro para a potencial audiência desta pesquisa para quem essas políticas públicas estariam sendo discutidas? Nessa fase da pesquisa questionou-se, então, como exatamente eram ou deveriam ser nomeadas tais pessoas e qual seria o motivo de tal discrepância nas menções feitas pelo mercado e pela academia, uma vez que as Nações Unidas já oficializaram nomenclaturas para tais pessoas. Entendeu-se, assim, que para se falar em políticas públicas para essas pessoas era necessário se debruçar na nomenclatura, suas questões e fragilidades primeiro. A questão das políticas públicas, então, como inicialmente proposto, foi descontinuada.

Uma vez acordado em focar o trabalho em entender nomenclatura e não mais políticas públicas, dado o exposto, foi sugerido também a utilização de um caso estudo sobre desastre(s) ambiental(s) tecnológico(s), de forma a pautar o estudo. Elegeu-se o evento do rompimento da barragem do Fundão, o que se refinou ainda mais o escopo da pesquisa. Não mais se estudaria nomenclaturas relacionadas a migrações brasileiras forçadas relacionadas às mudanças climáticas e a desastres ambientais em geral, mas nomenclaturas voltadas apenas a desastres ambientais tecnológicos, uma vez que este é o caso o qual o evento em questão se enquadra.

Entretanto, ao se adicionar na pesquisa tal caso de estudo, trouxe-se uma temática relativamente nova para a pesquisadora, que necessariamente precisou entender melhor o evento e seu contexto, de forma conseguir pautar uma análise. Tal demanda justificou a primeira parte desta pesquisa, expressa no primeiro capítulo. Por meio da revisão de literatura, aborda-se de forma resumida, mas estratégica, os pilares de compreensão necessários para se pautar a análise.

No que refere a metodologia, além de revisão bibliográfica, havia sido proposto um questionário a ser direcionado virtualmente para organizações e entidades atuantes no setor, o que se mostrava como uma audiência grande e fácil de ser mapeada. Em suma, pretendia-se contatar as organizações por telefone e e-mail pedindo que suas lideranças respondessem ao questionário que seria ainda elaborado após a revisão de literatura.

Entretanto, com a mudança de escopo da pesquisa, agora focada nas nomenclaturas usadas para referenciar as vítimas do evento especificamente, manteve-se a proposta de revisão bibliográfica, mas modificou-se a proposta de um questionário para a análise dos relatos das vítimas descritos no documento ATA de Audiência Pública em Barra Longa (PR-MG-00000261/2020), o mesmo documento anteriormente mencionado. Entendeu-se que essas oitenta e cinco páginas publicadas pelo Ministério Público Federal com diversos relatos das vítimas do

evento, além de documento confiável, revelam a face do problema. Percebeu-se um documento relevante, não só para se aprofundar alguns pontos da revisão de literatura, mas como fonte de dados secundários que poderiam perfeitamente substituir qualquer questionário ou entrevista, conforme foi feito.

Uma outra razão para se descontinuar a aplicação dos questionários também foram as dificuldades de locomoção, localização e acesso, principalmente pela pesquisa ter se desenrolado do meio para o fim da pandemia acarretada pelo COVID-19. Além da pesquisadora não residir em Minas Gerais, onde a maior parte das vítimas está localizada, conseguir localizar, contactar e obter a concordância dos potenciais entrevistados seria algo dificultoso.

Mostra-se relevante melhor explicar a escolha dos termos usados pela pesquisadora neste estudo também. Entendeu-se como coerente afastar da escrita inicial termos como atingidos, impactados, acidente, incidente, refugiados e deslocados, uma vez que o foco de análise era justamente analisar tais termos frente ao contexto das vítimas. Até que os resultados relacionados a nomenclatura fossem apurados por esta pesquisa, optou-se pelo termo “evento” no decorrer do texto, uma palavra com uma semântica mais neutra na compreensão do senso comum e utilizada por estudos consagrados relacionados a sociologia dos desastres. Assim como, para se referenciar as pessoas lesadas em função do evento, optou-se pela palavra “vítima”, dado a unanimidade de processos deferidos contra as mineradoras atestarem que houveram pessoas inquestionavelmente prejudicadas por tal. O uso do termo “desastre de Mariana” também foi descontinuado por esta pesquisa, uma vez que já no início dos estudos se percebeu ser esta uma nomenclatura que eufemiza o alcance desastroso do evento, um evento que causou muitos outros desastres, para muito além do município de Mariana.

CAPÍTULO I

HISTÓRICO DO EVENTO: O ROMPIMENTO DA BARRAGEM DO FUNDÃO

Neste capítulo é apresentado um breve descritivo sobre (1) o histórico do evento e (2) a reativa ao mesmo, ainda em curso: A Função Renova e a Governança Interfederativa. Procurou-se entender o evento e descrever como as mineradoras, juntamente com as entidades envolvidas, acordaram e, estão de fato, reparando os impactos do evento junto às vítimas. As repercussões legais frente ao rompimento da barragem também foi foco de compreensão nesta primeira parte da pesquisa, que buscou revisar relatórios técnicos, pareceres jurídicos, termos de gestão, laudos técnicos, websites oficiais e revisões bibliográficas de autores diversos.

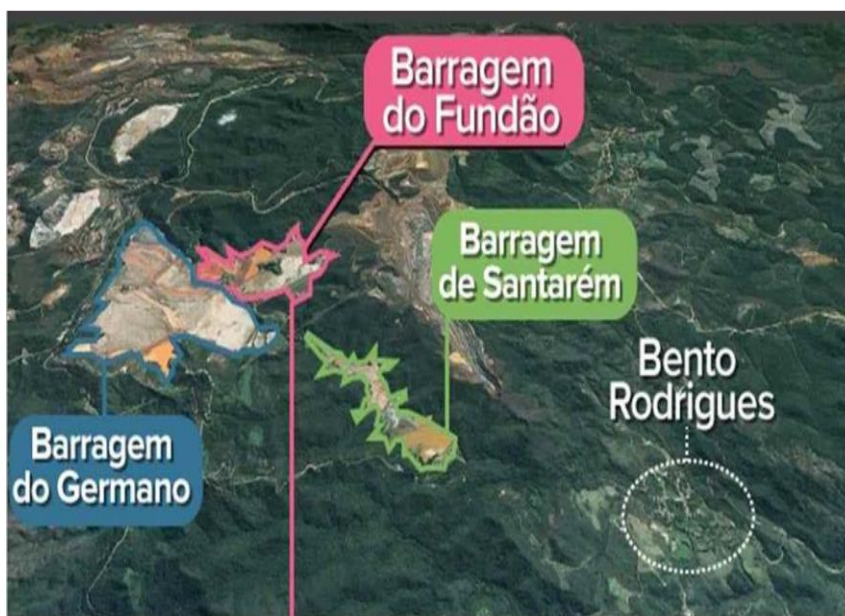
1.1 Histórico do evento: O rompimento da barragem

O rompimento da barragem do Fundão ocorrido dia 5 de novembro de 2015 em Bento Rodrigues, município localizado a 26,2 km de Mariana e a 85,2km de Barra longa, Minas Gerais, ainda é tido como o maior evento relacionado a desastres ambientais da história do Brasil, cujos despejos percorreram pelo menos 663,2 km meio aos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, atingindo mais de 1,5 milhão de pessoas, além de 19 mortes (POEMAS, 2015). O “desastre de Mariana”, conforme nomenclatura popularizada, é considerado a maior tragédia mundial do século no que se refere a barragens de rejeitos, uma vez que se estima 44 milhões de metros cúbicos de despejos de mineração depositados nas áreas afetadas, composto principalmente por óxido de ferro e sílica (BOWKER et al., 2017).

Em mais detalhes, Bento Rodrigues e arredores praticamente desapareceram imersos na lama em apenas alguns minutos, comprometendo totalmente qualquer sistema de segurança hídrica uma vez já implantado na região. Totalmente contaminada, a lama atingiu o Rio Doce, bacia hidrográfica que abastece a população dos 39 municípios afetados, no que se refere a oferta de água, alimentação, turismo, atividades econômica e de subsistência, além da manutenção da flora e fauna local, imprescindível para a saúde dos ecossistemas da região e para a sobrevivência dos ribeirinhos, ilheiros, areeiros, pescadores e agricultores locais (POEMAS, 2015). Na Figura 1 é

possível ver a proximidade entre Bento Rodrigues e a barragem do Fundão, assim como, em relação a outras barragens vizinhas. Na Figura 2 é possível visualizar a extensão do alcance da lama contaminada.

Figura 1. Mapa local – Barragem do Fundão e Bento Rodrigues



Fonte: POEMAS (2015, p 54)

Figura 2. O rastro de destruição do rompimento da barragem



Fonte: POEMAS (2015, p. 55)

Já na Figura 3 e na Figura 4 temos um registro do município de Bento Rodrigues e do município de Barra Longa soterrado na lama, logo após o rompimento, respectivamente.

Figura 3: Registro do município de Bento Rodrigues após o evento



Fonte: Azevedo (2015)

Figura 4. Registro do município de Barra Longa após o evento



Fonte: Bighetti (2015)

Conforme nos coloca Terra (2022), foram vastas áreas urbanas ilhadas pela lama ou totalmente destruídas; deslocamento de comunidades inteiras; habitats e ecossistemas fragmentados e desequilibrados; destruição de áreas ambientais tombadas e protegidas pelo Estado; problemas na geração de eletricidade; danos irreparáveis para a história e cultura local; e, principalmente, o trauma e a desestabilização violenta da identidade dessas pessoas, que passaram a conviver com a sensação de perigo e desamparo eminente, ao passo que tentam até hoje reconstruir suas autoimagens e definição de quem são meio ao caos de suas novas rotinas.

O Laudo Técnico Preliminar do evento apontou que “o nível de impacto foi tão profundo e perverso ao longo de diversos estratos ecológicos que é impossível estimar um prazo de retorno da fauna ao local” (IBAMA, 2015, p. 24). Só em duas semanas após a tragédia, quando a lama enfim alcançou o Atlântico, já se estimava que os efeitos do evento perdurariam se dissipando por ainda um século, pelo menos (IBAMA, 2015).

Concomitantemente à desterritorialização de centenas de famílias, é importante considerar um conjunto de efeitos socioambientais, culturais e econômicos bastante diversificados, pois além dos moradores dos povoados cobertos pela lama em Mariana e que tiveram casas soterradas, de maneira mais abrangente, estão pescadores, indígenas, quilombolas, camponeses proprietários e assentados de reforma agrária, que nem sequer foram enquadrados nas garantias trabalhistas como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e perderam suas principais fontes de sustento e sobrevivência, como solos férteis, nascentes, áreas de pastagens, e o próprio Rio Doce para atividades como a pesca e o abastecimento local de água, do qual dependiam diretamente. São sujeitos que perderam o território, base material e imaterial da reprodução coletiva da existência, revelador de estratégias de resistências, cosmologias e fonte de saberes-fazer na relação com a água, a terra, as sementes e a própria comunidade (POEMAS, 2015, p. 70).

Julgado como de responsabilidade das mineradoras locais cujos prejuízos patrimoniais são estimados em 100 milhões de reais, foi a empresa gerente das operações locais a responsabilizada pela tragédia, a Samarco Mineração S.A¹ (TERRA, 2022). Conforme abordado no subcapítulo 1.3, até o fechamento desta dissertação, as mineradoras, através da Fundação Renova (FR), são as entidades responsáveis em realizar a reparação². Com processos em curso tanto nas esferas estadual, federal e internacional, são acusadas por erros relacionados a negligência e irresponsabilidade, em maioria. Aponta-se em laudos oficiais, relatórios técnicos, inquéritos

¹ Mineradora de capital fechado formada pelas sócias BHP e Vale. Retomou suas operações na região no fim de 2020, depois de cinco anos parada para recuperação socioambiental. É parte de um dos maiores grupos joint-venture de mineração do mundo, este entre as empresas anglo-australiana BHP Billiton e a Vale S.A.

² Conforme auditoria feita pela empresa Ramboll sobre as operações da FR em novembro de 2020, tal foi reportado ao (MPF): [...] “quanto à implementação dos programas pela Fundação Renova, o uso dos indicadores de monitoramento propostos pela Ramboll permite identificar que há atrasos significativos ainda em curso e que os resultados alcançados não conseguem, até o momento, garantir reparação suficiente” (MPF - RAMBOLL, 2020, p. 21).

policiais e análises de órgãos independentes, que o evento não foi uma fatalidade uma vez que a barragem estava em processo de degradação estrutural já sabido pelo operacional do grupo. Entretanto, por pressões internas quanto a barateamento de custo, entre outros motivos, foram reduzidos investimentos em manutenção, o que abriu inegável precedente para responsabilização.

1.2 Respostas ao evento: A Fundação Renova e a Governança Interfederativa

Em função da complexibilidade da situação emergencial que se configurou, os Estados mais diretamente envolvidos (MG e ES), juntamente com a União, estabeleceram junto as mineradoras responsáveis um modelo para a gestão do desastre, inicialmente convencionado pelo Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC).

Os 41 programas resultado das ações destes agrupamentos técnicos mais tarde vieram a compor Termo de Ajustamento de Conduta (TTAC) celebrado em 02 de março de 2016 pelas empresas mineradoras Samarco, BHP Billiton Brasil Ltda e pela Vale S.A, a União e os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. Neste acordo se estabelecia que tais empresas arcariam com a quantia de R\$ 20 bilhões de reais, a título de reparação pelo desastre, valor que seria gerenciado por uma Fundação de direito privado que deveria ser instituída para executar as medidas previstas no acordo. O acordo previa ainda que a constituição pessoa jurídica de direito privado seria fiscalizada por um Comitê Interfederativo (CIF) e seria objeto de auditoria independente (CÂMARA et al., 2019, p. 4).

Chamado posteriormente como Governança Interfederativa (GI), este sistema de gestão acoplaria o Comitê Interfederativo (CIF), um grupo formado por entes estatais, e uma fundação privada, a FR, esta representando de forma independente as empresas responsáveis pelo evento nas ações de remediação. Em outras palavras, a GI foi criada como uma representação do Estado³ e a FR como representante do setor privado. Quanto ao CIF, este fiscalizaria a execução dos programas de reparação executados pela FR, que estaria à frente do plano de reparação e compensação socioambiental e socioeconômica dos locais afetados. Este modelo de gestão até hoje está em operação.

³ “A constituição da Governança Interfederativa se deu sem participação popular, ou seja, o CIF foi constituído sem discussão pública e estrutura sua ação em programas definidos sem participação social, bem como que esta permanece operando acima de tudo por uma lógica burocrática, em que o diálogo está limitado ao setor público e as empresas mineradoras (mercado). Estabeleceu-se uma instituição sem formato legal para gerenciar as externalidades negativas e os conflitos sociais do desastre tecnológico, e que se estrutura em uma burocracia técnica impermeável à participação popular e seu discurso leigo, mas que ao mesmo tempo se apropriou da categoria governança, inclusive em sua nomenclatura” (CÂMARA et al., 2019, p. 16).

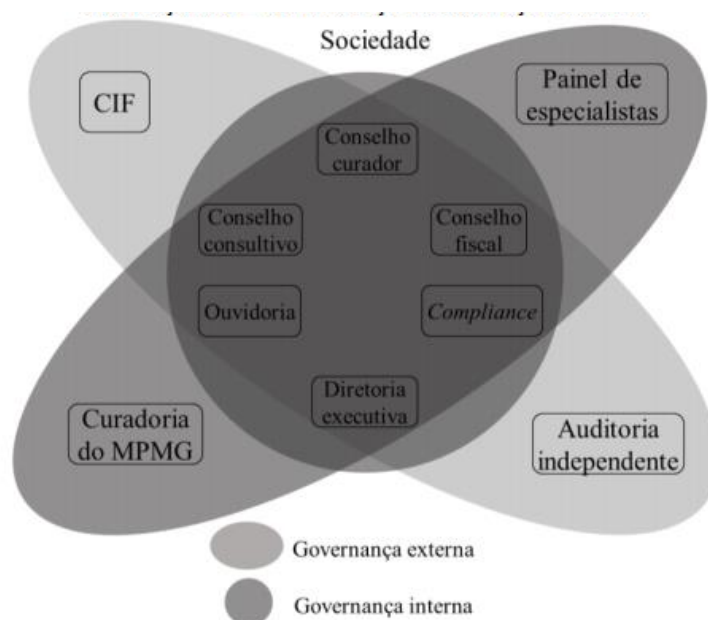
Sobre a FR, é uma entidade sem fins lucrativos com presença de mais de 70 entidades, fruto do acordo jurídico TTAC. Tendo sido criada pelas mineradoras, tais afirmam que a FR foi estrategicamente desenhada para ser uma entidade de molde privado, ou seja, independente das mineradoras. O objetivo era ter uma empresa vinculada as mineradoras, a fim que as próprias empresas responsáveis pelo desastre reparassem o dano, uma entidade neutra que respondesse as demandas das vítimas de forma imparcial, mas dando também voz as mesmas nos processos decisórios. Uma vez responsável por mobilizar a reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, a FR integra hoje 42 programas implementados ao longo do rio Doce e afluentes e zona estuarina e costeira do Espírito Santo. Seu principal público, portanto, são as pessoas vitimadas pelo evento. Entretanto, a participação da sociedade civil na FR não é uma realidade.

O TTAC e a constituição da Fundação Renova geraram críticas dos movimentos sociais, atingidos, pesquisadores e dos Ministérios Públicos e Defensorias por diversas razões, entre elas a ausência de participação dos afetados, a preocupação com limitação da responsabilidade das mineradoras a cifra de R\$20 bilhões de reais, pela criação da fundação poder implicar em uma blindagem patrimonial e à imagem das empresas, entre outros temas, que serão melhor destacados a seguir. O MPF recorreu da homologação do acordo, manifestando discordância em relação: (i) A falta de participação dos atingidos; (ii) ao estabelecimento de teto financeiro para os gastos a serem realizados pelas empresas para a adoção de medidas de mitigação, reparação, compensação e indenização dos danos verificados.; (iii) ausência de um diagnóstico definitivo dos danos ambientais verificados; (iv) desconsideração da responsabilidade solidária do Poder Público (TERRA, 2019, p. 99).

Embora fosse previsto pelo TTAC formas de se garantir a participação social, aponta-se que isso não ocorreu, principalmente pela FR ter apresentado oposição à contratação de assessorias técnicas independentes, mitigando ou mesmo inviabilizando a participação popular nas discussões e decisões quanto aos programas de remediação oferecidos. Da mesma forma, as vítimas não participaram das decisões envoltas a criação do Fórum de Observadores e não tem assentos no Conselho Curador da fundação, dois organismos fundamentais para se garantir o correto funcionamento da fundação (TERRA, 2022).

Na Figura 5 é possível ver o gráfico de funcionamento da FR, onde a sociedade civil é indicada como excluída do funcionamento dela. Já no Anexo I, temos o fluxograma da governança de projetos da FR, para melhor compreensão da entidade.

Figura 5. Governança da Fundação Renova



Fonte: Mazzola (2018, p. 185)

No que se refere ao CIF, trata-se de uma estrutura dorsal articuladora da GI, sem personalidade jurídica. Formado por vários órgãos e entes estatais, tem como função garantir que os programas de reparação e de compensação ambiental executados pela FR funcionem de forma eficiente para as vítimas, no que se refere a compensar os prejuízos causados a nível social, ambiental e econômico. Conforme coloca Terra (2022), trata-se de um modelo inédito de gestão de desastre.

Como uma forma de responder as críticas sofridas pela FR quanto a falta de participação popular nas decisões relacionadas aos programas de reparação e de compensação ambiental, foram implementadas algumas mudanças em 2018, estas expressas com criação do TAC-Governança (TAC-GOV). A promessa era trazer mais participação social. Para melhor compreensão, no Anexo II se pode observar um comparativo quanto a formação e funcionamento do CIF, tanto no TTAC quanto no TAC-GOV. Já na figura 6, observa-se a composição do CIF TAC GOV.

Figura 6. Comitê Interfederativo – Composição do CIF TAC GOV

02 representantes do Ministério do Meio Ambiente	02 representantes do Governo Federal;	02 representantes do ESTADO DE MINAS GERAIS	02 representantes do ESTADO DO ESPIRITO SANTO	02 representantes dos municípios atingidos do ESTADO DE MINAS GERAIS;	01 representante dos municípios atingidos do ESTADO DO ESPIRITO SANTO;	03 pessoas atingidas ou técnicos por elas indicados, (Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo)	01 Técnico indicado pela DEFENSORIA	01 representante do CBH- DOCE
---	--	--	--	--	--	---	---	-------------------------------------

Fonte: (CÂMARA et al., 2019, p. 14)

Entretanto, em sua quase uma década de operações, a FR vem sendo criticada por não manter uma negociação direta, conciliada, facilitada, mediada e com arbitragem junto as vítimas, além de limitar a participação popular nos processos decisórios. Da mesma forma, não se mostra indiferente aos interesses das empresas mineradoras, as quais além de mantenedoras financeiras da entidade, são também detentoras do poder decisório dos planos de ação. Existem relatos também de ameaças por parte da FR para com diversas vítimas (TERRA, 2020).

[O Programa de Ressarcimento e Indenização tem sido] criticado por parte do movimento social, pesquisadores e atingidos, pela falta de participação social no processo e pela forma como foi estruturado pela Fundação Renova: um contrato de adesão impermeável a negociação individual. As transações foram realizadas sem a intermediação de um mediador, sem assistência jurídica e através de propostas não negociáveis, de modo que muitos atingidos que não têm acesso adequado à informação e à assessoria jurídica, acabaram aderindo ao programa, o que vem contribuindo para a construção de uma imagem fictícia de pacificação social consensual. Além disso, o excesso de exigências e formalismos da instituição com o cadastramento, dificultavam, ou mesmo, inviabilizavam que atingidos conseguissem reparação e acesso ao auxílio financeiro emergencial. Também ocorreram denúncias quanto a assédio pela Fundação Renova para que atingidos assinassem acordos e para que não ajuizassem demandas judiciais (TERRA, 2020, p. 116).

Abaixo seguem alguns relatos de vítimas do evento, todos atestando a ineficiência da FR, o que inclui incompetência em dar suporte as vítimas, agressões de várias formas, ameaças e chantagem; da mesma forma, apontando discriminação e racismo. Tais relatos são provenientes da ATA de Audiência Pública em Barra Longa (PR-MG-00000261/2020), na integra apresentada no Anexo IV⁴.

⁴ Em função do tamanho deste documento, tal foi inserido como último anexo.

Descrevendo o cenário caótico pós-evento, a militante e vítima do evento, Simone Silva, atesta sobre a reparação da FR ser ineficiente, cita membros da sua família que morreram aguardando um ressarcimento que nunca chegou e fala sobre os impactos gerados pela não reparação, tanto em sua vida quanto na vida de sua família. Denota também a falta de participação popular nas decisões da FR e ameaças sofridas.

Simone Silva (Vítima militante e membra ativa da Comissão dos Atingidos, do Coletivo de Saúde do Atingidos e do jornal A Sirene): “[...] boa noite a todos e todas, meu nome é Simone Silva, faço parte da comissão dos atingidos. Nós vamos fazer aqui uma pequena homenagem às vítimas do crime do dia 05 de novembro. **Nesse painel que a gente vai fazer aqui, tem as vítimas que morreram no dia 05 de novembro com o rompimento da barragem e também tem as vítimas a qual a Fundação Renova, que não nos representa, ficou responsável por fazer a reparação. E nessa reparação da Fundação Renova, que não aconteceu, não acontece,** estão aqui as novas vítimas: aqui na nossa cidade entre as nossas comunidades. Nós, infelizmente, já enterramos mais de trinta pessoas no decorrer dos quatro anos do crime da Vale, Samarco, BHP e Fundação Renova. Então aqui são algumas das vítimas, tem aqui as pessoas que morreram no 05 de novembro e as outras também, né? Que, infelizmente, nós estamos obrigados a sepultar todos os dias. Eu vou falar um pouco sobre essa pessoa aqui [Mostrou a foto da falecida Maria Geralda]. Essa aqui é minha avó, **Maria Geralda**, que lutou bravamente até o último segundo da vida dela pra ser reparada pela Fundação Renova. **Quantas reuniões, quantas audiências, ela veio à frente dizendo pra Fundação Renova que ela não aguentaria esperar a reparação, que ela não alcançaria o reassentamento.** Quantas vezes a minha avó veio à frente para falar isso? **Quantas vezes ela implorou para a Fundação Renova: ‘Eu não tenho idade para aguardar o reassentamento! Compre uma casa para mim, pra mim poder ficar tranquila, pra eu poder descansar e saber que eu recebi pelo menos uma casa de volta’.** Mas, infelizmente, né? Todo mundo aqui já sabe, mas os presentes que estão aqui que não sabem, né? Tá aqui a D. Maria Geralda [Apontou a foto], tá aqui...[...] **Fundação Renova foi criada sem a participação dos atingidos, pra fazer a reparação que não acontece. [...] Em apenas três meses a minha família sepultou o meu tio e a minha avó, com apenas três meses. E não somos atingidos ainda. A família dela, os filhos dela não são atingidos, né? Não são atingidos. [...] Então nós estamos aqui pra falar que a Fundação Renova não nos representa, [ela...] não é que ela não representa a mim, ela não representa os atingidos, nenhum dos atingidos que está aqui a Fundação Renova representa, porque a Fundação Renova foi criada sem a participação dos atingidos! Em nenhum momento nós fomos chamados pra conversar, pra falar alguma coisa, mas a Fundação Renova tá aí. [...] Quantas pessoas mais nós vamos ser necessário nós sepultarmos? [...] Quantas ameaças que a gente tem sofrido nos quatro anos no território da Fundação Renova.** Mas eu sempre [dis...] disse e vou continuar dizendo, eu disse para a Fundação Renova lá na reunião em Gesteira após eles me ameaçarem em ata, eu disse pra eles que: a única coisa que me para nessa vida é uma bala no peito [...]”⁵ (sic passim) (grifos de autor) (MPF, 2020, p. 2).⁶

Vera Lúcia Aleixo, vítima do evento, destacou sobre a perda de seu trabalho, recursos de subsistência, saúde orgânica e qualidade psicoemocional. Menciona também que a reparação

⁵ Todos os relatos apresentados nesta dissertação foram transcritos conforme a fonte de consulta.

⁶ Considerando a densidade da narração, entendeu-se que o fracionar e diminuir ainda mais o relato acarretaria em perda de contexto e compreensão. Tal justifica o tamanho da citação.

oferecida no município de Gesteira é ineficiente, parecendo comparar com a reparação que é oferecida em Mariana. Da mesma forma, aponta a não existência de participação das vítimas nas decisões da FR, acusando a mesma de discriminação e racismo.

D. Vera Lúcia Aleixo (Vítima): “[...] eu sou moradora do Gesteira, mas hoje eu estou morando em Mariana. No grupo de base, a gente vem umas quatro vezes, pra que a gente se forma [a matriz...] a diretriz pra que a gente possa trabalhar no dia da assembleia com a Renova. E a gente vem lutando. É quatro ano de luta. Eu sou uma atingida, que eu me sinto assim... Uma atingida muito prejudicada. Que eu não sou atingida porquê a lama passou no meu quintal. Eu sou uma atingida porque levou a minha casa, levou as minha criação, levou a minha alegria, levou a minha saúde. [...] E eu quero que seja realizado no Gesteira, que venha de Mariana até aonde a lama chegou. Eu quero ir além, eu quero ir além pra todos esse povo que sofre, **o que nós sofremos com a Fundação Renova. [...] A Renova está aí pra enrolar a gente... [Hoje...] Cadê os nossos representantes da Renova? Eles manda uns que não é do território. Eles manda um que não pode responder por nós, que não pode falar por nós, porque ele não conhece a nossa luta, ele não conhece o nosso dia, o nosso dia a dia [...]** Eu quero também falar pra vocês, gente, que a Fundação Renova, ela é tão injusta, ela é tão injusta que a saúde pra ela não é importante. O quê que ela quer mais pra reconhecer essa mulher aí, oh! [Apontou para a Simone]. Com o problema da filha dela. Se Barra Longa acha que essa mulher já recebeu um centavo da Renova, por favor, intercede por ela! Eu, **no meu entender, eles não atendeu ela ainda, porque ela é negra e pobre [...]**” (sic passim) (grifos de autor) (MPF, 2020, p. 14).

Éder Felipe da Silva, também vitimado pelo evento, relatou ameaças de morte sofridas por integrantes do governo local, por parte da polícia e da empresa HP, no que se refere a sua negativa em liberar a casa de um integrante de sua família para a construção de uma BR. Segundo ele, tal casa permanecia destruída aguardando reparação ou ressarcimento por parte da FR.

Éder Felipe da Silva (Vítima): “[...] alguns anos, dois ou três anos atrás, eu **fui abordado na porta da minha casa** junto à minha filha e minha família. **Com a polícia, o rapaz que representava o meio ambiente de Barra Longa, aqui da Prefeitura, um sargento que me deu voz de prisão, porque [eu não aceitei...] eu não tava aceitando que eles fizesse uma BR no fundo da casa do meu irmão,** porque a casa tava em ruína, caindo. [...] não tinha nada que garantia o direito de outra casa pra ele, como não tem até hoje. [Quando eu...] **Passou uma meia hora, chegou a polícia, o pessoal da HP também estava acompanhando** eles e simplesmente... Vou citar nome, eu não vou ficar calado [...] não tinha nada que garantia o direito de outra casa pra ele, como não tem até hoje. [Quando eu...] **Passou uma meia hora, chegou a polícia, o pessoal da HP também estava acompanhando** eles e simplesmente... Vou citar nome, eu não vou ficar calado [...] A Neide da HP falou comigo dessa forma: **‘Ou você se retira ou eu trago até o Exército aqui, com a polícia de Barra Longa, que te dá voz de prisão. Ou ainda vai acontecer coisa pior, que pode morrer gente da sua família se vim polícia aqui pra começar a abordar você, e ocê é nervoso, cê vai ser preso ou então morto aqui no local’.** Dessa forma! [...]” (sic passim) (grifos de autor) (MPF, 2020, p. 21).

Também vítima, Cristiane Donisete Ribeiro Martins, relata a existência de casos de racismo e perseguição para com os militantes da causa. Segunda ela, pessoas negras (pretos e pardos - classificação do IBGE), pobres, bordadeiros, crocheteiros e militantes nem mesmo são

reconhecidos como atingidos, usando aqui a nomenclatura empregada pela FR. Atesta também casos de discriminação relacionados a classe social, colocando que as vítimas mais abastadas costumam receber melhor reparação. Destaca, da mesma forma, a consequente perda de saúde física, emocional e psicológica por parte das vítimas do evento.

Cristiane Donisete Ribeiro Martins (Vítima): “[...] **Eu sou branca, mas [na minha...] no meu ventre foi gerado crianças negras, [meu marido são..] meu marido é negro. Eu quero falar da recriminação da Samarco, da Vale, da Renova contra nós, por ser militante [...]** Que não são reconhecido, entendeu? [...] Eles colocava [os pre...] os preto lá pra mora lá, no morro. Os rico não. Os rico têm as melhores casa aqui, entendeu? E também quero falar do kit móveis, né? **Aqui em Barra Longa são três tipos de kit móvel. Kit móvel do miserável, kit móvel [do preto...] do pobre e kit móvel do rico. [...]** Meu marido é preto, é militante, luta [por..] por todos nós aqui, por todos nós aqui. [E reiqui...] **E não é reconhecido.** Então, ele tem oitenta e dois anos, entendeu? Em toda luta ele tá na frente. Hoje ele não tá aqui, mas ele chama Aloísio Martins. **E tem outra coisa também, lá no Morro Vermelho eles arruma a casa como eles quer, [o que...] eles escolhe como vai colocar as casas. O dos rico aqui, não, vem trazer material de Ponte Nova, da onde que eles quiser, até de Belo Horizonte. A telha da gente, [é...] eles quer aquela telha [que tem...] que dá câncer, sabe? Amianto. Dos rico, não. Dos rico eles vão escolher. O piso do rico... [É, olha...] Eu conheço uma aqui ó, cês pode ver, eu levo ocês na casa de quem for... O piso do rico é de duzentos reais o metro quadrado. Do pobre é o pior, entendeu? [...]** Porque meu marido é preto, porque a gente tá na frente, porque a gente é militante, a gente é do MAB, a gente é do MAB. Então, [não esqueç...] ó, gente, vamo batalhar, [um segun...] ninguém larga a mão de ninguém, todo mundo pega a mão de ninguém. Outra coisa também, muitas pessoas aqui são bordadeira. **As pessoas que borda mesmo, que é bordadeira, não tem cartão, não é reconhecida. Crocheteira. Só é reconhecido os rico aqui. Os pobre não é. [...]** E outra coisa também, [a ... a... a...] eles fala que morre as pessoa só quando a lama passa, não! [Nossos... nosso...] **Nosso morreu depois da lama, de depressão, de tristeza, porque viu os ricos ter as coisa e os pobre...[...] Eles só faz é pra rico**” (sic passim) (grifos de autor) (MPF, 2020, p. 30).⁷

Genival Pascoal, vítima do evento, apontou a ineficiência da FR e a corrupção burocrática que existe no processo de participação das vítimas nas discussões e tomadas de decisão relacionadas a reparação do evento. Genival coloca também que a FR é uma mera representante dos interesses da Samarco.

Genival Pascoal [uma representante lê a fala por ele] (Vítima): “[...] A Renova/Samarco só serve pra nos enrolar. Prega pra nós... Em Mariana que não toma decisões [e que...] e que, e que **temos que participar do sistema burocrático do TTAC para conquistar nossos direitos**, pois nas Câmaras Técnicas e Cível conseguíamos discutir e aprovar as propostas, mas, no que estou acompanhando nessas reuniões de Barra Longa, IPCT e Mariana, é que **não é o CIF ou Câmara Técnica que barra nossas propostas, e sim a própria Renova** [Pessoa da assembleia reage em concordância], pois **não está cumprindo nem os acordos firmados pelo CIF.** [O que vejo é a...] **O que vejo é a Renova/Samarco fazendo o papel da Samarco, e evitar nos reparar como é de nossos direitos.** Outra coisa: acompanho a reunião de comissão desde o início, e até hoje o que

⁷ Considerando a densidade da narração, entendeu-se que o fracionar e diminuir ainda mais o relato acarretaria perda de contexto e compreensão. Tal justifica o tamanho da citação.

vejo é a Renova/Samarco colocar os atingidos contra a comissão. Ela não nos passa agendas das reuniões, das atas das reuniões, e [os materiais...] os materiais apresentados nas reuniões. A gente fica igual doido pra saber se tem reunião e de que vai se tratar ela. Pego as reuniões na sorte... Nem sempre consigo ir em todas, por este motivo, mas sou uma pessoa participativa, nunca falto numa reunião de reparação. A Renova/Samarco mandou indivíduo que trabalha nela ir na emissora de TV pra dizer que construiu uma matriz de danos com nós e Assessoria, quando, na verdade, eu acompanhei todo o processo de Mariana e nem conheço aquele cara. **O que a Renova/Samarco nos trouxe de matriz de danos foi algo que veio pronto da própria Samarco, bem antes da Renova existir. A Renova/Samarco é tão falsa que teve a coragem de fazer isso só para comover a juíza e decidir a favor das mineradoras,** e não aprovar a nossa diretriz, que foi construída de verdade com os atingidos em embasamentos técnicos e jurídico”. [Aplausos da assembleia]” (sic passim) (grifos de autor) (MPF, 2020, p. 50).⁸

Tatiana Ribeiro discute as ocorrências e a desigualdade na reparação como sendo casos de racismo e uso intencional e malicioso da vulnerabilidade das vítimas. Para ela, tais caracterizam crimes que precisam ser punidos, começando pela extinção da FR, que viola repetidamente os direitos humanos das vítimas sob o olhar passivo e permissivo do Estado.

Tatiana Ribeiro (Professora de Direito da UFOP): “[...] **as pessoas brancas têm direito à reparação e as pessoas negras também têm direito à reparação.** E uma coisa que foi muito falada aqui, muito pela fala das pessoas atingidas, é uma crítica à forma como a reparação é feita às pessoas que elas chamam as ‘pessoas ricas’, as ‘pessoas do Centro’. **Mas esse tratamento desigual é uma forma também que a Fundação Renova tem utilizado de colocar o povo de Barra Longa uns contra os outros [...] aquelas pessoas que já estavam em condição de vulnerabilidade, elas têm que ser mais protegidas** [Expressões de concordância da assembleia]. Porque o que está acontecendo aqui é uma sobreposição de vulnerabilidades! **Então, [se é...] se é possível que haja alguma desigualdade na reparação, é proteger em uma condição de mais proteção quem estava mais desprotegido. Então, a gente não pode admitir que o tratamento desigual [reforme a, é, é...] reforce a desigualdade.** [...] Agora, uma pessoa de condição de baixa renda que perdeu uma geladeira, aquilo não era uma geladeira pra ela como era a geladeira daquela pessoa que mora no Centro, que é chamada de pessoa rica [?] A perda dela é muito maior. Porque **o esforço, o que aquilo representa em termos de ganho e de esforço que aquela pessoa teve que fazer pra adquirir aquilo, é infinitamente maior do que aquele que comprou uma geladeira e pode trocar quando quiser. Então quem é vulnerável tem que ser tratado desigualmente, mas é com mais proteção!** [...] A responsabilidade que o estado tem de não permitir que isso que está acontecendo em Barra Longa continue acontecendo. As denúncias que estão sendo feitas aqui são muito graves. [O...] A pessoa que me antecedeu falou que o racismo é um crime. **E a Constituição fala que o racismo é um crime e ele não é só inafiançável. Ele é imprescritível!** Isso que está acontecendo aqui, pode passar o tempo que for, quem cometeu isso tem que ser punido. E punido com pena privativa de liberdade, que é o que a Constituição diz. [...] **Essas negociações com uma Fundação que nem deveria existir** [Aplausos da assembleia]. **A Fundação Renova, a existência dela é um absurdo** [...] É um absurdo, é outro crime. É um crime de lavagem de nome, lavagem de dinheiro, lavagem de CNPJ [Aplausos da assembleia]. **E essa fase de discutir com Renova, ela tem que acabar** [Aplausos da assembleia], tem que acabar. **A Renova precisa ser desconstituída** [Aplausos da assembleia]. A Renova tem que ser denunciada pra [Aplausos da assembleia] Promotoria de Fundações. **Como é que uma entidade violadora de Direitos Humanos, cuja função e criação foi pra**

⁸ Considerando a densidade da narração, entendeu-se que o fracionar e diminuir ainda mais o relato acarretaria em perda de contexto e compreensão. Tal justifica o tamanho da citação.

reparar danos, e não repara, e causa mais dano, continua existindo? Não tem outro pedido a ser feito, a não ser a desconstituição dessa Fundação, por descumprimento da sua função. [...] da minha perspectiva, com a Fundação Renova a gente não tem nem que conversar. Do ponto de vista do Direito, a responsabilidade pelas violações dos Direitos Humanos que estão ocorrendo aqui é do Estado. Porque é o Estado quem tem que garantir que os direitos humanos sejam respeitados [...]" (sic passim) (grifos de autor) (MPF, 2020, p. 53).⁹

Como se observa, dado o modelo fundacional da FR e como tem sido operada, muitas vítimas, representações e instituições de justiça consideram a fundação como ineficaz hoje, chegando ao ponto de já existirem diversos processos judiciais e inquéritos administrativos contra ela no Ministério Público Federal (MPF), inclusive do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), requerendo sua extinção. Da mesma forma, já se menciona as operações da GI como uma mera “privatização do desastre” (TERRA, 2022).

A Governança Interfederativa constitui uma abordagem inédita de gestão de desastre ambiental, implementada sob a justificativa de que seria uma solução mais eficiente que a uma gestão estatal do desastre com constituição de fundo, tal como normalmente ocorre diante de casos de danos ambientais, pois estes supostamente tenderiam a ineficiência e risco de corrupção. A solução apontada foi a criação de uma nova pessoa jurídica, relacionada as empresas mineradoras, para operacionalizar os programas, sob argumento de que isso permitiria ao próprio causador do dano minimizar e reparar os danos causados, e que está por ser uma pessoa jurídica de direito privado seria mais eficiente, resultando em uma privatização da gestão do desastre, em que o causador do dano é caracterizado como “parceiro” (TERRA, 2020, p. 99).

Ao que se verifica, foi o causador do evento, uma estrutura empresarial tradicionalmente focada em tomadas de decisão relacionadas a lucrar, o responsável em reparar o estrago que causou. Nesse sentido, a sociedade civil seria um integrante essencial de fiscalização, interlocução e participação em tal diálogo, dado que são os mais interessados no bom funcionamento dos programas de reparação da FR. O fato de as vítimas terem sido preteridas em sua participação acarretaram críticas profundas, que dentre outras coisas, incluem acusações relacionadas as mineradoras terem tentado limitar sua responsabilidade frente ao evento em R\$20 bilhões de reais. Conforme coloca Terra (2022), uma tentativa de blindagem patrimonial.

As mineradoras são acusadas também de terem negligenciado a manutenção da barragem e de não terem feito ações proativas eficientes de prevenção, principalmente em função de pressões do alto corporativo relacionadas a custo e produção. Da mesma forma, conforme alguns dos relatos citados no presente subcapítulo, várias vítimas apontam que não somente a responsabilização

⁹ Considerando a densidade da narração, entendeu-se que o fracionar e diminuir ainda mais o relato acarretaria em perda de contexto e compreensão. Tal justifica o tamanho da citação.

jurídica e a eficiência da reparação oferecida pela FR são pontos a se discutir, mas casos de discriminação e violência relacionados a racismo e discriminação social. Colocam também que a qualidade e o nível de reparação oferecida pela FR nos locais alcançados pelo evento variam, significando que alguns locais recebem mais assistência do que outros.

1.3 Responsabilização e *status* atual do caso

No que se refere a responsabilidades, Coombs (2006) admite ser praticamente impossível para uma empresa estar preparada para lidar com todo tipo de crise e emergência. Entretanto, é sim possível estar preparado para administrar algumas categorias de crise. Se faz necessário, para tal, um trabalho proativo e rigoroso de prevenção, para que as situações as quais o autor define como “evitáveis” possam ser afastadas.

Conforme Figura 7, o autor também afirma que o grau de responsabilidade, portanto, culpabilidade empresarial, deve ser proporcionalmente atribuído conforme a sequência citada abaixo, que lista os tipos de crise que ele ordenada como: Vítima, Acidental e Evitável. Dado as exemplificações citadas em cada uma das três categorias de crise levantadas pelo autor, fica claro que o rompimento da barragem do Fundão se enquadra como “Evitável”.

Figura 7. Tipos de crise por categoria crescente de responsabilidade

Vítima: quando a empresa também é vítima da crise
<ul style="list-style-type: none"> • Desastre natural: eventos naturais que prejudicam a organização, como terremoto • Rumores: informações falsas e prejudiciais sobre uma organização são divulgadas • Violência no local de trabalho: funcionários atuais ou antigos atacam os funcionários atuais • Adulteração de produtos: agente externo causa danos a uma organização
Acidental: quando as ações da empresa que a levaram à crise não foram intencionais
<ul style="list-style-type: none"> • Objeção: <i>stakeholders</i> argumentam que a organização está operando de forma inadequada • Mega danos: acidente técnico no qual o foco recai sobre os danos ambientais causados • Acidentes de ruptura técnica: uma falha de equipamento ou tecnologia causa um acidente industrial • Recall: uma falha de tecnologia ou equipamento resulta em um produto que deve ser retirado do mercado ou reparado pela empresa
Evitável: a empresa deliberadamente colocou pessoas em risco, tomou ações inadequadas ou violou leis e regulamentos
<ul style="list-style-type: none"> • Acidente devido falha humana: o erro humano causa um acidente industrial • Recall devido a falha humana: o erro humano que implica que um produto deva ser retirado do mercado ou reparado pela empresa • Delitos causados pela organização (má-fé) sem feridos: <i>stakeholders</i> são afetados, mas sem lesões físicas • Má conduta ou improbidade dos gestores: leis ou regulamentos são violados pela gestão • Improbidade dos gestores com lesões físicas: <i>stakeholders</i> são colocados em risco pela gestão causando lesões e danos físicos.

Fonte: COOMBS (2006, p. 248).

Ao que tudo indica, o entendimento jurídico brasileiro que prevaleceu também entendeu dessa forma¹⁰. O evento já envolve longas ações judiciais ainda em curso, inclusive em esfera internacional, para citar o Tribunal de Londres¹¹. Conforme colocado pelo MPF e nos tribunais, o evento “(...) não foi uma fatalidade. O desastre do Rio Doce foi anunciado aos seus protagonistas por meio de várias ocorrências anômalas ao longo de anos” (MPF, 2016, p.1), concluindo-se, portanto, um crime. No Anexo III é possível ver a lista de denúncias feitas pelo MPF, só em 2016.

Primeiramente, muitos laudos concluem pela negligência das mineradoras. Como se constatou em relatórios técnicos, inquéritos policiais e análises de órgãos independentes, coloca-se que houve descuido por parte dos gestores e que a barragem estava em processo de degradação avançada, denotando problemas estruturais profundos.

[Alguns pontos concluídos:] construção diferente do projeto original, reformas sem projetos, materiais inadequados que foram utilizados em sua construção, estar desde 2012 sem um responsável técnico pela barragem, não ter um sistema adequado para o monitoramento das condições da barragem, não ter um manual de operações atualizado, bem como a ineficácia do seu PAEBM (MAZZOLA, 2018, p. 168).

Da mesma forma, concluiu-se que muitos erros dessa gestão negligente foram devidos a pressões da alta gerência relacionadas a construção: “[...] devido à iminência da barragem para entrar em colapso devido ao carregamento anterior imposto por atividades de construção, o processo de ruptura que já estava bem avançado provavelmente foi [apenas] acelerado pelos tremores (MORGENSTERN, 2016, p. 77). Da mesma forma, Investigações apontaram que o corporativo das mineradoras vinha sofrendo pressões quanto a custo e produção, acarretando decisões parciais.

Mais do que tremores de terra de baixa magnitude, que são inofensivos e comuns no país, a pressão por diminuição de custos e aumento da produção para compensar os baixos preços do minério na conjuntura após o boom das commodities foram fatores que podem ter levado a Samarco a negligenciar aspectos relacionados à segurança de suas barragens, especialmente a de Fundão [...] Entre os anos de 2012 e 2015, a redução do orçamento da área de geotecnia, responsável pela segurança das barragens, foi de 29%, enquanto o aumento da produção no mesmo período foi de 30% (MAZZOLA, 2018, p. 169).

¹⁰ A presente proposta não se trata de fazer uma análise jurídica do caso, tão pouco examinar os eixos de responsabilização dos envolvidos no desastre. Mas de compilar uma série de exemplificações de como foram tratadas as estratégias de responsabilização neste caso.

¹¹ O Tribunal de Apelação em Londres aceitou a jurisdição do caso em 2018. Considera-se a possibilidade de o mérito da reparação ser julgado no Reino Unido. Esta é uma das maiores ações coletivas da história do sistema legal da Inglaterra e está sendo movida por mais de 200 mil brasileiros pelo escritório de advocacia PGMBM, incluindo pessoas físicas, empresas, instituições religiosas, organizações, municípios, prefeituras e povos indígenas brasileiros como o povo Krenak (VILARDAGA, 2022).

Como forma de baratear as operações houveram reduções de investimentos em manutenção, prevenção e segurança. Nesse sentido, muito poderia ser citado. Entretanto, chama a atenção uma das evidências relacionadas aos lapsos de segurança encontrados nos laudos, talvez o maior absurdo apurado: Os locais não foram avisados para evacuar a área quando o evento iniciou.

[As pessoas locais] não foram formalmente avisadas. Elas foram avisadas pela coragem de um amigo, pela percepção de outro, que estava em cima de um morro e viu a lama descendo, aí pegou o caminhão e foi lá embaixo buscar a turma e avisar. Houve uma pessoa que ouviu pela rádio da Samarco e que avisou um funcionário, que pegou sua moto e foi avisar. Lá, há heróis. É importante que Bento Rodrigues seja vista como um grande milagre de Deus, porque, se o rompimento da barragem tivesse acontecido à noite, não haveria ninguém para contar a história, nem de Bento Rodrigues, nem de Paracatu, nem de outras regiões rio abaixo (CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE MEIO AMBIENTE, 2016, p. 28).

Frente à sequência de erros em esperas gerencial e operacional, erros estes ligados com o conceito de irresponsabilidade e negligência, o evento é já citado mundialmente como crime. Entretanto, no curso das investigações, diversas outras evidências abriram precedentes para mais acusações, em esfera estadual também.

Os crimes praticados pela Samarco decorrentes diretamente do rompimento de Fundão são caracterizados como crimes federais e, portanto, são tratados no âmbito da Justiça Federal e do MPF. Mas no decurso das investigações, outros indícios de crimes foram sendo levantados e estes não estavam relacionados diretamente ao rompimento. Assim, coube ao MPMG, órgão de nível estadual, dar encaminhamento às seguintes denúncias criminais praticadas pela Samarco, seus dirigentes e empregados, e empresas de consultoria por ela contratadas: falsidades e irregularidades constatadas no licenciamento ambiental, no funcionamento do empreendimento 170 e nas auditorias de estabilidade, assim como omissões diante das recomendações de segurança feitas pelo órgão ambiental estadual após o rompimento (MAZZOLA, 2018, p. 169).

Quase uma década já passada sem que se tenha alcançado uma resolução, o caso enfrenta discussões hoje no Tribunal de Londres também. Tal escalar da situação fez com que as mineradoras acionassem diversos meios para que o caso não prosseguisse na Inglaterra. Por exemplo, a criação do sistema indenizatório simplificado para a bacia do Rio Doce, uma proposta indenizatória feita para as pessoas atingidas pelo evento. Basicamente, ao aceitar entrar para o sistema simplificado, as vítimas precisariam aceitar a quitação total de seus direitos e desistir das ações no exterior. Pertinentemente, algumas decisões judiciais declararam a ilegalidade do sistema simplificado, o invalidando e permitindo que o caso siga seu curso (ANGELO, 2022).

Conforme mencionado no subcapítulo anterior, tal contexto de ineficiência na responsabilização jurídica e na reparação oferecida pela FR, somado aos casos de violência, racismo e discriminação social, tais a nível individual e regional já que a FR é acusada de não

oferecer o mesmo suporte igualmente para todos e em todos os locais afetados, justifica discutir tal contexto a luz de teóricos clássicos da sociologia dos desastres, neoextrativismo progressista e racismo ambiental. Tal abordagem segue apresentada no capítulo II.

CAPÍTULO II

CONTEXTO PRÉ-EVENTO

Neste capítulo se objetivou apresentar alguns fundamentos discutidos pela (1) sociologia dos desastres, os que fazem intersecções relacionadas com os conceitos de (2) neoextrativismo progressista e (3) racismo ambiental. Para tal, foram trazidas principalmente as lentes de Valêncio (2009), Giddens et al. (1997), Gudynas (2012), Martínez-Alier et al. (2007) e Acselrad et al. (2009). Após tal compreensão de bases teóricas, (4) o município de Mariana é apresentado como uma exemplificação prática de como os conceitos acima se materializam. Salienta-se que Mariana é citada como uma amostra, sendo apenas um dos inúmeros desastres que foram causados pelo evento do rompimento da barragem do Fundão. Ao se tecer tal paralelo entre os três conceitos acima e o contexto de Mariana, pretendeu-se (5) compreender melhor os pilares e os desdobramentos do evento.

2.1 Aspectos sociológicos

Falar em desastres no Brasil, sejam estes naturais, tecnológicos, sociais ou híbridos, significa caminhar em território ainda em consolidação, mesmo dado o número e a gravidade dos desastres que vem desafiando as comunidades na contemporaneidade. Sobre o tema, foi só a partir de 1970 que as ciências sociais assumiram a incumbência de discutir a natureza dos desastres e seus impactos sociais, que dependendo de cada organização social, tem efeitos bem diferenciados. Para Valêncio (2009, p. 5), “[...] a compreensão dos desastres para a sociologia focaliza centralmente a estrutura e dinâmica social que, num âmbito multidimensional e multiescalar, dá ensejo a variadas interpretações acerca das relações sociais territorial, institucional e historicamente produzidas”.

Independentemente do desastre, ou desastres, serem ou não provenientes de uma mesma ocorrência, dado seus impactos, variáveis como pobreza, vulnerabilidade, condições dos assentamentos e políticas públicas passaram a compor a pauta de indicadores a serem analisados, principalmente ao considerar as particularidades de cada região impactada. Em outras palavras, a causa do desastre não é necessariamente o ponto central, mas os aspectos de vulnerabilidade interna

de cada comunidade vitimada, o que torna desastre uma conceituação bem diferente do que se compreende por evento, ou seja, a ocorrência que o originou, a causa. Dissociando desastre de evento, portanto, se faz possível perceber a expressão de vulnerabilidade social de cada comunidade e perceber os diversos desastres que geralmente são causados por um único e mesmo evento.

Pode-se dizer que o significado atribuído, que é particular de cada cultura¹², é muito relevante quando mensurando os impactos dos desastres também. Para muito além de um mero fenômeno emergencial materializado e de interpretação objetiva e unanime, desastre é algo simbolicamente criado e socialmente interpretado pela atribuição de sentido. É uma experiência particular de cada comunidade, uma vez que os processos políticos, econômicos, sociais, culturais e psicológicos em se perceber, experienciar e reagir a um contexto emergencial é único e tópico. Novamente, um evento, portanto, pode ocasionar vários desastres diferentes, dado o número de comunidades alcançadas (VALÊNCIO, 2009).

No que tange os atores dos processos de atribuição de sentido, significado e definição de um desastre, tais detêm responsabilidade central nas construções e percepções sociais do mesmo, que são muitas vezes amplificadas ou minimizadas taticamente pelo uso estratégico da informação. A sensibilização da opinião pública, o reconhecimento do desastre por parte das instituições envolvidas e a produção de comunicação relacionada, por exemplo, são fortes influenciadores da tangencia, importância e proporção que o desastre alcançará em significado. Isso torna fundamental o papel do Estado, das instituições, da mídia e das publicações, sejam elas vindas do senso comum ou de linhas jornalísticas, corporativas, políticas e acadêmicas.

Tal é a heterogeneidade e a multidisciplinaridade dos atores envolvidos, que se percebe extrema complexidade em se compreender a real magnitude de um desastre. Dado a diversidade de interesses, toda comunicação e informação relacionada ao desastre passa a ser uma das mais importantes variáveis de articulação política, uma verdadeira ferramenta de disputa de interpretação do desastre, onde os interesses e as conveniências se manifestam, articulam e embatem (VALÊNCIO, 2009).

¹² Laraia (2006) afirma que Edward Tylor foi o primeiro teórico a definir o conceito de cultura, em 1871, fazendo uso de conceitos discutidos por Locke. Segundo Tylor, “tomando em seu amplo sentido etnográfico [cultura] é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (*apud* LARAIA, 2006, p.25).

Neste sentido, Giddens (et al.) afirma que vivemos hoje “[...] uma fase no desenvolvimento da sociedade moderna em que os riscos sociais, políticos, econômicos e individuais tendem cada vez mais a escapar das instituições para o controle e a proteção da sociedade industrial” (1997, p. 15). Um processo que, por não ser homogêneo, ordenado e centralizado, se mostra fragmentado e produzido por diferentes fluxos de propósitos não lineares e incompatíveis, não só por parte da administração pública, mas do meio social e das instituições como um todo. Os interesses dos mais influentes, portanto, acabam por guiar e confundir a atribuição social de significado dos desastres conforme suas próprias conveniências (GIDDENS, et al., 1997).

Um outro aspecto que suplementarmente reforça o quão particular são os efeitos do evento em cada contexto social, ou seja, cada desastre, é que tais estão sempre circunscritos a determinado espaço e momento social, que por si só, já manifestavam suas próprias crises locais, bem antes do desastre. A nova crise emergencial e inesperada, portanto, necessariamente perpassará outras crises locais, que são diferentes de comunidade para comunidade, impactando a vida dos sujeitos sociais atingidos de forma diferenciada e particular. Assim, a interação do evento com cada contexto local desembocará crises díspares e multidimensionais, ou seja, um desastre diferente para cada núcleo social (VALÊNCIO, 2009).

Dado os três fatores principais que saltam na lente de Valêncio (2009) em sua abordagem sobre os vários desastres que podem ser ocasionados por um mesmo evento, estes sendo (1) a vulnerabilidade interna de cada comunidade e cultura, esta necessariamente formatada pelas crises tópicas e particulares de cada momento social local, (2) a atribuição de sentido, significado e definição que cada desastre quase que personalizadamente se faz portador e (3) as conveniências que se observam quanto ao uso da informação criada e distribuída, esta geralmente vinda de fontes e meios vários; percebe-se o desenho de um contexto indiscutivelmente vulnerável para uma estratégica e premeditada instalação de riscos.

Neste sentido, se percebe que as fases de desenvolvimento do extrativismo historicamente vêm alargando seus espaços no mundo pela exploração premeditada desses aspetos, resumidos basicamente na (1) vulnerabilidade alheia e na (2) falta de unanimidade, tanto na atribuição de significado e valor, mas também no uso da informação. De uma fragilidade totalmente confusa e indefesa, sem força, voz ou representatividade, tais contextos territoriais e sociais se mostram presas fáceis para a instauração de explorações antiéticas, quase sem lei. Assim se mostra os movimentos do neoextrativismo progressista, atual momento extrativista da América Latina.

2.2 O Neoextrativismo progressista

Com a promessa de se apropriar para redistribuir riquezas, o neoextrativismo progressista é um modelo de desenvolvimento focado na apropriação dos recursos naturais para uma produção que, na maior das vezes, subordina tudo e todos que estiverem impedindo sua tentativa desenfreada de crescimento econômico. Sendo um conceito definido principalmente para dar referência a países da América Latina e seus movimentos históricos de exportação e internacionalização subordinados as demandas da globalização¹³, o neoextrativismo se mostra como uma redefinição mais moderna do conceito de extrativismo, que dentre outras similaridades, sempre esteve vinculado à extração de recursos minerais.

Este neoextrativismo [o neoextrativismo progressista,] se caracteriza por mantener, e incluso profundizar, la extracción minera y petrolera, sea por un aumento en los rubros clásicos o por la incorporación de nuevos recursos. [...] El Estado juega un papel mucho más activo que en el extractivismo clásico, sea por una participación directa (por ejemplo, por medio de empresas estatales [...] o por medios indirectos (asistencias financieras, subsidios, apoyos en infraestructura, etc.). El neoextractivismo va más allá de la propiedad de los recursos, sean estatales o no, ya que termina reproduciendo la estructura y las reglas de funcionamiento de los procesos productivos capitalistas, volcados a la competitividad, la eficiencia, la maximización de la renta y la externalización de los impactos sociales y ambientales (GUDYNAS, 2012, p. 132).

Necessariamente detentor da legitimação do Estado para suas práticas, nessa nova versão exploratória, a máquina pública se tornou também protagonista¹⁴. Com a justificativa de combater a pobreza e a desigualdade social através do incentivo ao desenvolvimento econômico, o Estado “silenciosamente” facilita, autoriza e aduba uma crescente dependência local, tal sempre relacionada a extração desenfreada de recursos naturais através da flexibilização da legislação, da facilitação de licenciamentos e da impunidade frente a infrações ambientais. Tal busca por atrair investimentos externos resulta em abusos sociais imensuráveis, um processo que vem acirrando as resistências, principalmente contra mineradoras, linha de produção que ocupa o epicentro desse modelo de desenvolvimento (GUDYNAS, 2012).

Todo esto hace que las resistencias sociales, y en varios casos las protestas ciudadanas contra el extractivismo, estén presentes, con distinta intensidad, en todos los países con gobiernos progresistas. Estas van desde las movilizaciones ciudadanas contra la minería [...] a otras, más institucionalizadas, pero también opuestas a la minería [...]. Las protestas

¹³ O neoextrativismo progressista é uma versão contemporânea do desenvolvimentismo latino a partir do século XX (GUDYNAS, 2012),

¹⁴ "Bajo el neoextractivismo progresista, el Estado capta, o al menos intenta captar, mayores proporciones del excedente generado por los sectores extractivistas, apelando a medidas como regalías o tributos más altos" (GUDYNAS, 2012, p. 134).

ciudadanas están proliferando y el extractivismo está chocando contra un límite democrático (GUDYNAS, 2012, p. 133).

Dentre as críticas ao neoextrativismo progressista, especificamente voltado para as mineradoras, coloca-se que o extrativismo fóssil ocasiona imensuráveis problemas de saúde também, não só para os colaboradores ativos nas operações de campo, mas também para as comunidades periféricas. Da mesma forma, suas operações acarretam degradação ambiental, canibalização dos recursos naturais locais e inviabilização de outras atividades locais, como pecuária, agricultura e pesca, monopolizando o mercado de trabalho local e subjugando os locais a uma dependência sem precedentes (MARTÍNEZ-ALIER et al., 2007).

Como já são previsíveis os riscos e danos que a instalação desses megaempreendimentos causa no território, tal geralmente se dá em áreas remotas de pouca representatividade, voz e visibilidade. A pouca presença estratégica do Estado nesses locais garante, portanto, que as multinacionais ganhem espaço e poder, o que também é uma estratégia do próprio Estado. O resultado é uma mudança permanente e destrutiva das condições de vida e dinâmicas sociais e territoriais locais, principalmente. Áreas inteiras são praticamente convertidas a “zonas de sacrifício”¹⁵ em prol do capitalismo e da globalização (GUDYNAS, 2012).

Este estilo tiene fuertes efectos territoriales. Por unas vías, se mantiene o acentúa la fragmentación territorial que implica la existencia de sitios de explotación directamente vinculados a la globalización, mientras extensas zonas permanecen desatendidas por el Estado. Por otras vías, se impone una nueva geografía basada en bloques de concesión petrolera o licencias mineras que desplazan a comunidades locales, anulan otros circuitos productivos o rompen con territorios ancestralmente delimitados. También hay fuertes impactos ambientales y sociales. Los problemas por contaminación, pérdida de biodiversidad y otros efectos ambientales persisten, y en algunos casos se agravan (GUDYNAS, 2012, p. 133).

Conforme coloca Martínez-Alier (2007), o papel do Estado em relação as trocas entre o meio social e industrial tem papel fundamental para a criação de uma relação equilibrada entre a

¹⁵ Zonas de sacrificio são locais estrategicamente escolhidos para a implementação de empreendimentos ambientais de risco por ser habitada pela classe média baixa. Uma vez que nessas áreas as indenizações e multas ambientais são de valor mais baixo e a população local detém pouca representatividade e voz, a escolha dessas regiões se faz sistematicamente por motivos sociais, políticos e econômicos, o que eleva o termo a pauta de discussões na linha dos estudos de justiça ambiental. Portanto, dissociar os aspectos sociais e ambientais tem se tornado difícil nos últimos anos (ACSELRAD et al., 2009).

ecologia política¹⁶ e a economia ecológica¹⁷, o que invariavelmente desemboca em discussões relacionadas a justiça ambiental. Basicamente, tal linha conceitual da justiça preza por políticas, leis e regulações ambientais que zelem por uma equidade e igualdade justa na distribuição dos riscos e consequências ambientais.

[Justiça ambiental é] “a busca do tratamento justo e do envolvimento significativo de todas as pessoas, independentemente de sua raça, cor, origem ou renda no que diz respeito à elaboração, desenvolvimento, implementação e reforço de políticas, leis e regulações ambientais. Por tratamento justo entenda-se que nenhum grupo de pessoas, incluindo-se aí grupos étnicos, raciais ou de classe, deva suportar uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas resultantes de operações industriais, comerciais e municipais, da execução de políticas e programas federais, estaduais, locais ou tribais, bem como das consequências resultantes da ausência ou omissão destas políticas” (BULLARD, 2004, p. 45).

Entretanto, a dívida ecológica e social que vem sendo injustamente autorizada através dos movimentos neoextrativistas progressistas somente reforça a histórica lógica imperialista de expropriação dos povos, principalmente os do terceiro mundo, onde se observa uma mais profunda devastação social através do meio ambiente¹⁸ (Martínez-Alier, 2007). Frente ao que se compreende por justiça ambiental, portanto, tal contexto convida a complementarmente observar o conceito de injustiça ambiental também, isto é, o “mecanismo pelo qual sociedades desiguais destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, grupos raciais discriminados, populações marginalizadas e mais vulneráveis” (Herculano, 2008, p.2).

¹⁶ “Political ecology is the study of power relations and political conflict over ecological distribution and the social struggles for the appropriation of nature; it is the field of controversies on the ways of understanding the relations between humanity and nature, the history of exploitation of nature and the submission of cultures, of their subsumption to capitalism and to the rationality of the global world-system; of power strategies within the geopolitics of sustainable development and for the construction of an environmental rationality” (Leff, 2015, p.33).

¹⁷ “Se reivindicarmos o direito à existência dos povos e seus processos de reidentificação através de suas formas de reapropriação da natureza, estas não podem ser pensadas como uma adaptação e acomodação a uma globalização da economia ecológica, mas como a construção de novos territórios de vida funcionando dentro de uma nova racionalidade produtiva, na qual seja possível construir uma coalizão de economias locais sustentáveis e se contrapor ao predomínio da lógica econômico-ecológica global regida por um mercado “corrigido” por leis ecológicas, incluindo as normas dos acordos ambientais multilaterais e das regras ambientais do comércio internacional” (LEFF, 2010, p. 51). Nesse sentido, Alier (2007) coloca a economia ecológica como um território transdisciplinar subsistema de um ecossistema cujo uso dos recursos naturais precisa ser feito levando em consideração a relação entre a economia e o meio ambiente de forma indiscutivelmente integrada.

¹⁸ [...] é para as regiões pobres que se têm dirigido os empreendimentos econômicos mais danosos em termos ambientais [...]. Para designar esse fenômeno de imposição desproporcional dos riscos ambientais às populações menos dotadas de recursos financeiros, políticos e informacionais, tem sido consagrado o termo injustiça ambiental” (ACSELRAD et al., 2009, p. 9). Acsehrad ressalta ainda que “as empresas, conhecedoras dos perigos que causam, desenvolvem políticas de conquista da simpatia das populações locais aos empreendimentos a fim de evitar mobilizações que questionem suas condições de funcionamento” (2009, p.81).

Espelhando tal raciocínio conceitual nas discussões apresentadas anteriormente, em que Valêncio (2009) e Gudynas (2012) debatem sobre vulnerabilidade e movimentos neoextrativistas progressistas na América Latina, percebe-se como estratégia empresarial a ocupação de contextos sociais e territoriais historicamente vulneráveis no Brasil. Mais do que isso, observa-se que as instalações industriais têm escolhido firmar suas operações em áreas sem voz ou representatividade que, no Brasil especificamente, são majoritariamente habitadas por comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e periféricas, ou seja, em maior parte formadas por pardos e negros (pretos e pardos - classificação do IBGE). Consequentemente, se torna esta a audiência mais vitimada pelos desastres que vem ocorrendo em território brasileiro, usando aqui como exemplificação não só o rompimento da barragem do Fundão, mas também o de Brumadinho.

Falar de justiça e injustiça ambiental, portanto, demanda observar os contextos de discriminação, preconceito e racismo que tem se instaurado por meio das operações neoextrativistas progressistas também, o que alarga um pouco mais o presente debate. Nesse sentido, se abre indiscutível espaço para se observar e confrontar o conceito de racismo ambiental, frente ao evento objeto de análise desta pesquisa, conforme segue.

2.3 Racismo Ambiental

Um apoio indiscutível para a melhor compreensão do conceito de racismo ambiental se mostra na observação da audiência mais vitimada nos últimos desastres ambientais tecnológicos ocorridos no Brasil. Em maior parte, são os pobres, os com menos escolaridade, os pardos, os negros (pretos e pardos - classificação do IBGE), os que trabalham na subsistência. São os mais vulneráveis, sempre, todos vítimas de “injustiças sociais e ambientais que recaem de forma desproporcional sobre etnias vulnerabilizadas” (HERCULANO, 2008, p.16).

O racismo ambiental não se configura apenas por meio de ações que tenham uma intenção racista, mas igualmente por meio de ações que tenham impacto racial, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem. Diz respeito a um tipo de desigualdade e de injustiça ambiental muito específico: o que recai sobre suas etnias, bem como sobre todo grupo de populações ditas tradicionais – ribeirinhos, extrativistas, geraizeiros, pescadores, pantaneiros, caiçaras, vazanteiros, ciganos, pomeranos, comunidades de terreiro, faxinais, quilombolas etc. – que têm se defrontado com a ‘chegada do estranho’, isto é, de grandes empreendimentos desenvolvimentistas – barragens, projetos de monocultura, carnicultura, maricultura, hidrovias e rodovias – que os expõem de seus territórios e desorganizam suas culturas, seja empurrando-os para as favelas das periferias urbanas, seja forçando-os a conviver com um cotidiano de envenenamento e degradação de seus ambientes de vida. Se tais populações não-urbanas enfrentam tal chegada do estranho,

outras, nas cidades, habitam as zonas de sacrifício, próximas às indústrias poluentes e aos sítios de despejos químicos que, por serem sintéticos, não são metabolizados pela natureza e, portanto, se acumulam (HERCULANO, 2008, p. 16).

Historicamente, a maior parte das populações das periferias e de áreas menos privilegiadas são compostas por minorias, incluindo aqui as minorias étnicas. Tal fato, por si só, sempre denotou contextos de racismo e discriminação de bases muito profundas. Entretanto, até então, discutia-se apenas os conceitos de racismo, discriminação e injustiça, sem derivados. O racismo se tornou ambiental quando se configurou o escalar de tal discriminação para a exploração estratégica de tal vulnerabilidade no descarte de riscos e consequências ambientais.

Os movimentos desenvolvimentistas extrativistas, hoje tendo o neoextrativismo progressista como último modelo em dominância no eixo sul-sul, vem utilizando essas áreas compostas por populações já vulneráveis e subjugadas como quintal de despejo de riscos e degradação ambiental. Uma vez que a proporção da responsabilização atribuída nesses casos historicamente se mostra minimizada pela falta de representatividade local, são essas as áreas, portanto essas populações, aquelas mais escolhidas para o dito sacrifício em prol do desenvolvimento.

Assim, a distribuição dos impactos ambientais nas nações não se configura igualmente meio aos territórios e suas populações, como se percebe. São os marginalizados, os vulnerabilizados, os invisíveis, os indefesos, os sem voz; os condenados a lidar com as consequências do desenvolvimento, consequências estas agora ambientais. Portanto, racismo ambiental.

Remontando a conexão que existe entre justiça, meio ambiente e equidade, usando aqui uma lente focada no Brasil e suas particularidades, a discussão sobre racismo ambiental contextualiza bem com o aspecto socioambiental do atual modelo neoextrativista progressista nacional. Pela inabilidade e, por que não, conveniência em muitos casos, das máquinas estatal e institucional em dar soluções sociais para conceitos ainda tão novos, os contextos de racismo ambiental se contextualizam complexos em serem identificados, medidos e resolvidos¹⁹,

¹⁹ “Alguns fatores genéricos e ideológicos têm contribuído para dificultar a percepção das injustiças ambientais, da distribuição desigual dos riscos ambientais entre países e entre classes sociais e etnias: 1. O produtivismo generalizado e também assumido pelo movimento operário; 2. O conservacionismo de uma corrente do movimento ambientalista que ignora as questões do universo da produção e que acredita que os problemas ambientais são ‘democráticos’, por atingirem a todos, o que só é verdade a longo prazo quando, como lembrou o economista Keynes, ‘todos estaremos mortos’; 3. Um pragmatismo imediatista que, ao destacar a reconhecida prioridade de se ter o que comer e onde se abrigar, acaba desqualificando as buscas por justiça ambiental e qualidade de vida e tornando-se um pensamento resignado” (HERCULANO, 2008, p. 6).

principalmente em um país tão miscigenado como o Brasil. Por tal, “as injustiças sociais e ambientais que recaem de forma implacável sobre grupos étnicos vulnerabilizados e sobre outras comunidades, discriminadas por sua ‘raça’, origem ou cor” são devastadoras (PACHECO, 2014).

Nesse sentido, o neoextratismo progressista ocupa papel de destaque na promoção da injustiça ambiental. Os grandes empreendimentos que chegam alteram totalmente a vida dos que, de antemão, já viviam em vulnerabilidade, em locais desprivilegiados e as margens do capitalismo. Normalmente praticando uma economia de base, muitas vezes quase que de subsistência, essas pessoas tem suas existências invisibilizadas e inferiorizadas pelos impactos sociais fomentados por um racismo ambiental invisível, simplesmente por praticarem uma vida longe da modernidade hegemônica, com base na dependência do ecossistema local e de sua comunidade (HERCULANO, 2008) (MARTÍNEZ-ALIER, 2007).

Assim, nosso racismo nos faz aceitar a pobreza e a vulnerabilidade de enorme parcela da população brasileira, com pouca escolaridade, sem renda, sem políticas sociais de amparo e de resgate, simplesmente porque naturalizamos tais diferenças, imputando-as a ‘raças’. Colocando o outro como inerentemente inferior, culpado biologicamente pela própria situação, nos eximimos de efetivar políticas de resgate, porque o desumanizamos (HERCULANO, 2008, p.17).

É através da prática e da aceitação da injustiça ambiental que se legitima, portanto, o ecologismo dos pobres²⁰ e o racismo ambiental, uma vez que o atual incentivo ainda “imperialista” de crescimento econômico desenfreado, chamado este de neoextrativismo progressista, impulsiona e incentiva tal contexto (MARTÍNEZ-ALIER, 2007).

Observando os desdobramentos do rompimento da barragem do Fundão, verifica-se nitidamente mais um clássico caso de injustiça ambiental facilitado pelo Estado, o que não foge aos alicerces extrativistas históricos da região, a base de muita escravidão e exploração minerária. Foi a exploração da vulnerabilidade histórica das minorias locais historicamente silenciadas e feitas dependentes da exploração mineradora para sobreviver, o que legitimou os casos de violência, discriminação e racismo ambiental, tais iniciados mesmo antes do evento ocorrer, com a escolha do local de instalação da barragem.

²⁰ Conforme coloca Martínez-Alier (2007), esse conceito aborda a interseção entre os aspectos humano e natural, legitimando os conflitos de base popular, normalmente contextualizado com aqueles que vivem de um ecossistema agora ameaçado pelas práticas neoextrativistas progressistas.

2.4 A questão da barragem do Fundão: O caso de Mariana

Conforme abordado no capítulo I, a barragem do Fundão foi instalada em Bento Rodrigues, município rural de baixa renda localizado a menos de 30km de Mariana, Minas Gerais. Por tal proximidade, Mariana foi um dos vários municípios arredores impactados por uma devastação desumana. Entretanto, não foi o único. Conforme Figura 8, só em Minas Gerais, um território enorme foi atingido, para muito além de Mariana, como ficou conhecido. Segundo coloca Valêncio (2009), a barragem do Fundão é um evento de muitos diferentes desastres.

Figura 8. Mapa local – Minas Gerais



Fonte: PEREIRA (2021).

Além das comunidades periféricas, foram 663,2 km de despejos de contaminação direto no Rio Doce, bacia hidrográfica que abastece 39 municípios com água, alimentação, turismo, atividades econômicas e de subsistência, além de tantos ecossistemas interdependentes. Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e, conforme ainda se discute, até mesmo o Rio de Janeiro, foram extremamente impactados também, embora tais efeitos tenham sido vistos mais lentamente do que nos arredores da barragem em questão, obviamente.

Dado o tão vasto território e as múltiplas dinâmicas de impacto sociais e ambientais existentes em toda essa faixa atingida, diversas análises precisariam ser desenvolvidas para se dar conta de averiguar realmente os impactos do evento, avaliando as minuciosidades e

particularidades de cada organização social e ambiental atingida pelos tantos desastres ocasionados. Nesse sentido, questiona-se aqui se nomear os desastres, todos, com o nome de um único município atingido, “desastre de Mariana”, seria aceitável. Questiona-se os impactos de tal uso para as vítimas, ou seja, os impactos de se usar uma nomenclatura única para se referenciar as vítimas de todos os desastres do evento. Entretanto, salienta-se que não se pretende nesta pesquisa analisar os efeitos dos desastres, mas usar tais como ponto de referência para a compreensão das categorias a serem trabalhadas.

Conforme coloca Giddens & Beck (1997) e Valêncio (2009), a atribuição de sentido e significado dos desastres é algo simbolicamente criado e socialmente interpretado pelo uso da informação, propagado principalmente pelos atores com maior representatividade nos processos. Nesse sentido, questiona-se se foi estratégico se chamar o evento de “desastre de Mariana”, simplesmente. Praticamente uma redução de uma imensa área de quatro estados impactados a apenas um pequeno município, através do uso da nomenclatura. Para as vítimas, a invisibilização dos não localizados em Mariana soa uma eufemização da violência sofrida.

Nesse sentido, cita-se algumas falas da audiência pública de Barra Longa, município também destruído pelo evento. Além de diversas acusações relacionadas a racismo e crimes praticados pela FR, vítimas de várias regiões arredores a Mariana compareceram e questionaram o fato de Mariana ter alcançado mais conquistas judiciais de reparação e suporte por parte das mineradoras, comparando com suas regiões. Assim como, percebe-se nitidamente que é claro para as vítimas que o evento do rompimento da barragem causou muitos desastres, a maioria ainda invisibilizados e não atendidos. Compara-se também a situação do evento em questão com o suporte oferecido no evento de Brumadinho, também ocorrido no estado de Minas Gerais.

Conforme abaixo, Helder Magno da Silva, Procurador Regional dos Direitos do Cidadão, coloca que existem relevantes diferenças na importância dada e suporte oferecido em Barra Longa, comparando com o município de Mariana. Entretanto, diferente da maior parte dos relatos, o procurador especificamente destaca a distinção proveniente da própria Justiça Federal.

Dr. Helder Magno da Silva (Procurador Regional dos Direitos do Cidadão): “[...] nós temos um Procedimento Administrativo que é o de número 311/2017, vou citar o número dessa forma mais simplificada [é...] – que a gente, no Ministério Público Federal a gente tem toda [uma...] um conjunto [de... de...] de números para indicar local, mas o importante é que seja [é...] reconhecido, sendo nosso de Belo Horizonte –, que é o 311/2017, que é um Procedimento para acompanhamento [é...] do cumprimento de um **acordo celebrado entre o Ministério Público Federal e as empresas Vale, BHP e Samarco. E [é um documento...] é um acordo conhecido como Termo de Compromisso Preliminar para Criação de Reserva e Implementação de Medidas de**

Reparação Socioeconômica e Socioambiental na área de Barra Longa. Esse acordo, ele é um acordo que foi celebrado visando à extinção de uma ação que foi proposta pelo Ministério Público Estadual em Ponte Nova. Essa ação foi declinada pra Justiça Federal, diferentemente da ação semelhante que correu em Mariana, proposta pelo Ministério Público Estadual. E, na ação de Mariana, vem sendo obtidas diversas conquistas judiciais, diversos compromissos, diversas obrigações das empresas. Por esse acordo, [a...] as empresas se comprometeram a aplicar em Barra Longa todas aquelas conquistas de Mariana. Todas aquelas conquistas judiciais de Mariana. Então é importante a gente falar disso porque, por exemplo, [há...] há decisões lá em Mariana sobre aquelas antecipações de indenização pra quem teve que sair da sua casa em decorrência do desastre. Isso é uma conquista que ocorreu em Mariana no bojo da ação judicial. Então, esse tipo de conquista se aplica aqui pra Barra Longa [...]” (sic passim) (grifos do autor) (MPF, 2020, p.11).

Sérgio Fábio do Carmo, vítima militante, também conhecido como Sérgio Papagaio, salienta também a diferenciação no suporte oferecido localmente colocando que “somos todos atingidos, de Mariana a Regência,”. Afirma ele que as consequências do evento são iguais para todos. Coloca também que os impactos e a contaminação do evento vão para muito além de Mariana, mencionando laudos que comprovam tal, estes referentes ao estado do Espírito Santo. Ele também compara o suporte oferecido no evento em questão com o evento de Brumadinho, acusando discriminação para com as vítimas de Barra Longa.

Sérgio Fábio do Carmo (Vítima: Sérgio Papagaio) (Membro da comissão de atingidos, do coletivo de saúde, e da editoria-chefe do jornal A Sirene): “[...] uma outra fala, que seria a fala [de...] da mudança de nossos modos de vida, agora não só do garimpo, mas de **todas as pessoas atingidas com o rompimento da barragem de Fundão, porque eu acredito que somos todos atingidos: de Mariana a Regência, sem a menor distinção.** Eu uso uma fala, que já virou um bordão, que eu vou falar de novo, que **se eu for transportado para qualquer lugar da bacia e fechar os olhos e ouvir as queixas dos atingidos eu não saberei dizer onde estou. No final do mês passado e princípio deste mês, eu estive no Espírito Santo e trouxe comigo vários laudos de contaminação de pessoas que estavam lá.** [Laudos...] Alguns que eu passei para a professora Dulce, para me ajudar, porque eu não entendo [é...] esses termos. [E aí... olha...e aí...] O quê que eu digo: **se estamos contaminados aqui e [estamos...] o pessoal está contaminado lá em Regência, o que dizer do meio? Se o pé e a ponta está contaminada. Como nós viemos dizer, somos todos contaminados, aqui em Barra Longa só não é contaminado... Simone, quem?** [Simone Silva responde: “Quem não respira.”] **Se o ar está contaminado, somos todos contaminados. Portanto, se em Brumadinho, toda pessoa contaminada teve direito a mil reais, ou seja, um salário mínimo por mês, por quê que as pessoas de Barra Longa não têm mil reais por mês? Isso é? Discriminação.** [Aplausos da Assembleia] Então, estamos fazendo uma denúncia aqui de discriminação, também, do povo de Barra Longa em relação a outros atingidos da mesma empresa assassina: Vale do Rio Doce [...]” (sic passim) (grifos do autor) (MPF, 2020, p.17).

Maria Helena Fernandes, vítima residente em Barreto, fala do abandono por parte da FR na sua região. Da mesma forma, fala da precariedade do pouco suporte oferecido lá, dos impactos do evento na saúde dos locais e da impossibilidade de continuar fazendo sua atividade profissional de subsistência em função das consequências do evento.

Maria Helena Fernandes (Vítima): “[...] boa noite a todos e todas, **eu sou Maria Helena Fernandes, moradora do Barreto. O Barreto ali é uma comunidade muito esquecida, né, gente? Pouca gente ouve-se falar do Barreto.** Fui atingida, minha casa entrou lama, perdi tudo, eles reformaram a casa e a casa rachou toda. Foi um trabalho enorme pra eles reformar de novo, só quando a Globo apareceu lá em casa que a Renova mandou o pessoal pra reformar. E agora eles tão fazendo outra casa, numa parte mais alta, mas tá uma burocracia muito grande. **E os móveis que eles deram, nossa, [é...] é uma porcaria, né, gente?** O fogão só funciona uma trempe, a cama quebrou, a beliche do meu filho quebrou, quase cai em cima da cabeça dele. [É... é...uma situação...] **Fora a saúde. Eu tô com a saúde muito debilitada,** meus filhos estão com problema de vista... É muito barro em volta da casa, que eles falaram que iam tirar, não tirou! Tá aquela lama tóxica em volta da casa. É muita poeira que entra pra dentro de casa. **Eu trabalhava pra fora, fazendo salgado, minhas coisas, tinha minha renda, hoje eu não tenho mais, né? Muita gente, né? Já recebeu. As mulheres que trabalhavam [é...] ali em Campinho já receberam, mas ali no Barreto, ninguém [é...] foi beneficiado assim, sabe? [...]**” (sic passim) (grifos do autor) (MPF, 2020, p.17).

Também vítima, Maria Aparecida de Almeida, conhecida como Preta do Bueno, ressalta o abandono em sua região, Bueno. Da mesma forma, salienta que os fazendeiros, ou seja, pessoas com maior poder aquisitivo, estão recebendo suporte, o que não ocorre com outras vítimas. Fala também de problemas de saúde como consequências do evento e compara o contexto local de abandono com suporte oferecido em Brumadinho.

Maria Aparecida de Almeida (Vítima: Preta do Bueno): “[...] boa noite! Meu nome é Preta. [Eu gostaria de...] Primeiramente, **eu gostaria de falar sobre o isolamento nosso lá. Que Bueno não é contado no mapa, não! Eles só lembra do Bueno quando é época de política.** Chegou isso aí não lembra, não. [E...] **Eu fui tanto atingida quanto...** [...] e eu não sou atingida? Não sou atingida! **Agora, eu gostaria de saber da Renova [é...] por que que muitos fazendeiros tão ganhando além do que já ganharam e nós até hoje nada?** Tô gastando com a minha menina com problema de rinite já há quatro anos [...] **Por que que o ex-Presidente da Renova conseguiu receber lá em Brumadinho e nós não?** [...]” (sic passim) (grifos de autor) (MPF, 2020, p. 27).

Wagner Eduardo da Sila, também vítima, especificamente fala do suporte oferecido em Brumadinho, comparando com o apoio local. Salienta que todos merecem o mesmo suporte, soando apontar a existência de um contexto de discriminação.

Wagner Eduardo da Silva (Vítima): “[...] **E como a moça falou aqui: a questão [do...] do salário mínimo. A mesma questão que fizeram, o mesmo direito do pessoal de Brumadinho tiveram.** Porque Barra Longa não foi só atingido o centro, não. Barra Longa em geral foi atingida, né? O ar nosso tá todo poluído. **Então todos nós temos o direito, o mesmo direito que Brumadinho teve, nós queremos esse direito [...]**” (sic passim) (grifos de autor) (MPF, 2020, p. 28).

No que se refere a representação do Estado e as operações das mineradoras na região, nitidamente se percebe o neoextrativismo progressista como o grande responsável pelos desastres que ocorreram. A escolha de regiões vulneráveis para a implantação de barragens, assim como, a contínua e desatendida criação de riscos, são características inerentes das operações

neoextrativistas, conforme explica Gudynas (2012). Afinal, não se espera um evento de tão grande proporção, como ocorreu. A princípio, os danos e riscos são sempre camuflados, relacionados somente aos locais, os invisíveis, os vulneráveis.

Ao se debruçar na história e contexto de Mariana, onde está localizado o distrito de Bento Rodrigues, ou seja, local escolhido para a implantação da barragem do Fundão, percebe-se que o local sempre foi explorado pelas mineradoras escravocratas. Desde sua colonização, as práticas escravistas e exploratórias sempre foram verificadas na região.

A grande presença de comunidades negras rurais no estado de Minas Gerais, em particular Mariana e adjacências, está relacionada ao processo histórico de ocupação da região, ligado à exploração de ouro ao longo do século XVIII. A escravidão foi a forma de organização do trabalho predominante nas minas de ouro mineiras. [...] Segundo Silva (D. A. d. Silva, 2005), desde o início do século XVIII, a população negra escravizada [chegou a superar] a metade da população total em áreas de minas de ouro. Até hoje o predomínio de população negra se manteve na estrutura social da região. Nos municípios de Mariana e Barra Longa, 67,3% e 67% dos moradores respectivamente se declararam pretos ou pardos em 2010. Nas zonas rurais, o percentual de negros é ainda maior, correspondendo a 78,1% da população rural do município de Mariana e a 70,6% em Barra Longa (POEMAS, 2015, p. 66).

Essas migrações de mão de obra escrava acabaram por ocupar a região de forma predominante, mudando o cenário racial local de forma definitiva. A fotografia que se tem hoje são comunidades predominantemente negras (pretos e pardos - classificação do IBGE) e rurais, conforme pode ser observado na Figura 9.

Figura 9. Censo demográfico 2010 - População por raça e cor nas comunidades periféricas atingidas pelo rompimento da barragem do Fundão

Localidade	Situação do Domicílio	População Total	Raça / Cor					Proporção Pardos/ Pretos
			Branca	Amarela	Preta	Parda	Indígena	
Povoado de Bento Rodrigues*	Rural	492	76	2	80	335	-	84,3
Distrito de Santa Rita Durão	Total	1956	323	72	196	1365	-	79,8
	Urbano	1.456	246	70	115	1.025	-	78,3
	Rural	500	77	2	81	340	-	84,2
Povoado de Paracatu de Baixo*	Rural	300	59	-	29	211	1	80,0
Distrito de Monsenhor Horta	Total	1.740	317	17	327	1.072	7	80,4
	Urbano	1.319	234	17	286	776	6	80,5
	Rural	421	83	-	41	296	1	80,0
Município de Mariana (MG)	Total	54.219	16.340	1.279	9.874	26.593	133	67,3
	Urbano	47.642	14.997	1.188	8.384	22.949	124	65,8
	Rural	6.577	1.343	91	1.490	3.644	9	78,1
Povoado de Gesteira	Rural	115	32	2	23	58	-	70,4
Cidade de Barra Longa	Urbano	2253	865	30	371	988	-	60,3
Município de Barra Longa (MG)	Total	6.143	1.930	98	1.035	3.080	-	67,0
	Urbano	2.313	871	31	382	1.029	-	61,0
	Rural	3.830	1.059	67	653	2.051	-	70,6

Fonte: IBGE (2015)

Dado as estatísticas, percebe-se um paralelo entre o modelo econômico neoextrativista progressista, nitidamente em plena operação na região, com as discussões relacionadas a racismo ambiental. Questiona-se o porquê de atividades potencialmente degradantes terem sido desenvolvidas neste território específico, em que a maioria da população é de negros (pretos e pardos - classificação do IBGE). Seria está mais uma zona de sacrifício, com corpos negros invisibilizados em prol do crescimento econômico (pretos e pardos - classificação do IBGE)? Questiona-se o motivo pelo qual as políticas de prevenção de desastres não ocorreram ou foram ineficientes ao ponto de nem mesmo um soar de alarme garantir. Muitas questões. Mais de 300 anos depois, foram as mineradoras, novamente, as causadoras do colapso da região.

O desastre da Samarco/Vale/BHP pode ser enquadrado ainda, na condição de racismo ambiental, tendo em vista que há uma tendência de intensificação das situações de risco que atingem comunidades com população predominantemente negra e causadas pela proximidade da exploração mineral de ferro e das barragens de rejeito da Samarco. Bento Rodrigues, com uma população aproximadamente 85% negra, se encontrava a pouco mais de 6 km da barragem de rejeitos rompida e 2 km da barragem do Santarém; Paracatu de Baixo, com 80%, se situava a pouco mais de 40 km a jusante da barragem rompida (seguindo o curso do rio Gualaxo do Norte); o povoado de Gesteira, afastado aproximadamente 62 km da barragem, apresenta 70,4% da população negra, e a cidade de

Barra Longa, com 60,3% da população negra, dista cerca de 76 km da barragem. Foram, sobretudo, estas comunidades negras as que mais sofreram com as perdas humanas e com os impactos materiais, simbólicos e psicológicos do evento. Nesse sentido, a presença de grupos étnicos politicamente minoritários e economicamente vulneráveis e, por isso, com pequenas possibilidades de fazer ouvir suas demandas por direitos na esfera pública, pode ser compreendida enquanto elemento central na localização das barragens de rejeitos, bem como em sua sobrecarga, a ausência de controle e de fiscalização estatal, no descaso com a implantação de alertas sonoros e planos de emergência e na forma como foi conduzido o atendimento às vítimas. Essa correspondência pode ser explicada pelas injustiças e indícios de racismo ambiental presentes nos processos de flexibilização do licenciamento ambiental (POEMAS, 2015, p. 70).

Ainda falando de neoextrativismo, outras características típicas desse modelo de desenvolvimento podem ser citadas, como por exemplo, a geração de dependência. Mariana sempre gerou alguma receita com turismo ecológico, que contribuía, portanto, para sua manutenção econômica e geração de empregos e serviços. Entretanto, esses números nunca chegaram a se comparar com a geração de renda municipal vinda por parte da presença das mineradoras na região, o que invariavelmente legitimou tal dependência econômica e especialização local na área de mineração.

Deve-se notar a especialização produtiva local na mineração. As receitas municipais têm como principal fonte a arrecadação decorrente da atividade das mineradoras. A principal fonte de recursos para o município de Mariana é efetivamente a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) [...] a mineração é responsável por cerca de 80% da arrecadação municipal. Este é um problema que deve ser considerado em sua inteira complexidade. [...] apesar de Mariana ser o primeiro município em repasses da CFEM em 2015, o município convive com indicadores sociais bastante insatisfatórios, em particular no que se refere à desigualdade de renda e à pobreza da área rural (POEMAS, 2015, p. 37)²¹.

A pobreza em paralelo com a ruralidade local sempre assegurou a relação com as mineradoras, a legitimando socialmente através de uma retroalimentação de sobrevivência. Assim,

²¹ Dentre 853 municípios, Mariana detém a 275ª menor renda *per capita* domiciliar rural de Minas Gerais e, medindo a desigualdade de rendimentos por meio do Gini, é o 226º município mais desigual de Minas Gerais. Assim, as receitas elevadas em CFEM não correspondem a uma diminuição simultânea, da desigualdade de renda, pobreza rural e desemprego. **É justamente nas áreas rurais que as empresas terceirizadas das mineradoras contratam a parte de sua mão de obra com menores rendimentos.** Por meio de contratos de curto prazo, a população mais pobre de Mariana consegue empregos que oferecem salários maiores do que a média da região, caracterizada por níveis de desemprego e subemprego elevados. Este é um fato que restringe a capacidade de mobilização crítica aos grandes projetos mineradores na região e constrange sua população a aceitá-los. Nesse sentido, “é fundamental colocar em questão ainda a elevação do gasto público em razão dos impactos infraestruturais provocados pela indústria extrativa mineral (IEM). Dessa forma, os gastos municipais se elevam paralelamente ao desenvolvimento da atividade mineradora em razão da intensificação das necessidades de manutenção do sistema rodoviário, do crescimento da demanda por serviços públicos – em especial, a saúde –, de custos ambientais ampliados, por meio da poluição aérea, sonora e dos rios, causados pela extração e beneficiamento minerais, dentre outros fatores” (POEMAS, 2015, p. 37) (grifos do autor).

a instalação de atividades minerárias na região se viu facilitada e bem aceita pelo padrão de vida, história e falta de oportunidades local.

A mão de obra local é ocupada, em geral, por meio de contratos de limpeza e manutenção das infraestruturas, máquinas e equipamentos, em condições precárias definidas por empresas terceirizadas prestadoras de serviços para as mineradoras, e apresentando níveis de remuneração consideravelmente mais baixos [...]. De modo relevante, todos os trabalhadores falecidos e desaparecidos até o dia 4 de dezembro como consequência do rompimento da barragem do Fundão eram funcionários de empresas terceirizadas da Samarco (MANSUR et al., 2016, p.194).

Mais do que isso, tal contexto impediu que outras atividades econômicas fossem desenvolvidas na região, o que com o tempo aumentou a dependência de modelo de explícita exploração consentida, o que mais uma vez metaforiza com os primórdios coloniais de Mariana, pautados na escravidão.

No entanto, mesmo que em termos absolutos os empregos criados pela mineração sejam pouco expressivos, relativamente, em municípios mineradores e com populações pequenas e empobrecidas, a geração de empregos precários, tipicamente terceirizados, é extremamente relevante em escala local. Isto gera uma espécie de dilema minerador, isto é, a percepção de que, apesar dos impactos negativos causados pela atividade, a mineração é a principal atividade econômica das regiões mineradas, sustentadora de parcela importante da renda familiar (POEMAS, 2015, p. 38).

Contenção de representatividade e voz dentro das zonas de sacrifício pode ser citado com uma outra característica neoextrativista progressista também. A época do evento, Mariana contava com muitos movimentos de patrocínio das próprias mineradoras. Projetos, feiras, suportes, visitas institucionais, eventos, filmes e brindes, todos eventos sociais que normalmente movimentavam a cidade e arredores cultivando muita simpatia dos locais. Eram as agências de comunicação e gestão socioambiental, portanto, que lidavam com as comunidades, através de um merchandising social, normalmente focado em conter possíveis pontos de tensão que colocassem em risco a imagem e atividades da empresa (POEMAS, 2015).

Neste sentido e associado aos relatos citados no presente subcapítulo, percebe-se o rompimento da barragem do Fundão como um evento de muitos desastres cujo uso estratégico da informação atribuída vem explorando não só a vulnerabilidade de cada comunidade vitimada deste antes do evento ocorrer, mas a vulnerabilidade que se percebe na capacidade de atribuição de sentido, significado e definição, não só por parte das vítimas de cada desastre, mas por parte da população, da justiça, da mídia, de todos. Tal incentivo a falta de coesão e coerência na definição e compreensão do evento justifica, por exemplo, tal ainda ser nomeado quase que unanimemente como “desastre de Mariana”, quando na verdade tal nomenclatura deveria contemplar muitos

outros nomes adicionais, honrando assim todos os locais que tem sido palco dos tantos casos de racismo ambiental, violências diversas, discriminação e injustiça ambiental, que repetidamente se verificam. Salienta-se aqui que a maior dos relatos referentes a tal está apresentada no subcapítulo 3.3.

CAPÍTULO III

O CONTEXTO PÓS-EVENTO

Neste capítulo se objetivou apresentar alguns fundamentos do (1) conceito de identidade (CASTELLS). Da mesma forma, foi (2) listado e debatido semanticamente as principais nomenclaturas usadas para se referenciar o evento. Foi foco (3) compreender a importância da questão da nomenclatura para as vítimas de desastres ambientais tecnológicos, em especial as vítimas do rompimento da barragem do Fundão, assim como, apurar as nomenclaturas ideais para se referenciar o evento, ou, pelo menos, quais não seriam. Após tal compreensão de bases teóricas, seguem também diversos (4) relatos de vítimas evidenciando racismo ambiental, violência, discriminação, injustiça ambiental e impasses na reparação relacionados ao uso da nomenclatura, todos relacionados ao evento. Tais relatos estão em maior parte apresentados neste capítulo por se tratarem de ocorrências relacionadas com o pós evento. Entretanto, devem ser analisadas como uma complementação do exposto nos subcapítulos 2.3 e 2.4.

3.1 O impacto da nomenclatura para as vítimas

Ter uma nomenclatura que nos defina, ou seja, uma categoria, um nome, uma classificação; se mostra fator intrinsecamente associado a identidade, ao que somos (CASTELLS, 1999), mas também algo conexo a nossos direitos na sociedade. Para além de estar associado a aspectos vitais ligados a pertencimento, cultura, atributo da personalidade, perfil psicossocial, identificação, história, autodefinição e autodistinção; nomenclatura e categoria, se é que podem ser diferenciados, se mostram aspectos de viés legal também. Conforme coloca Schreiber (2014), “a expressão ‘direito da personalidade’ é empregada na alusão aos atributos humanos que exigem especial proteção no campo das relações privadas, [...], sem embargo de encontrarem também fundamento constitucional e proteção nos planos nacional e internacional” (p. 13). Nesse sentido, o tema se mostra não somente uma faceta da realização da dignidade da pessoa humana, da identidade do indivíduo aqui incluso portanto, mas também uma faceta a ser observada pela lente dos direitos do sujeito. O direito de termos direitos específicos em função de termos tal e qual identidade, categoria, nomenclatura.

3.1.1 *A questão da identidade*

Refletir sobre o conceito de identidade demanda assumir a complexibilidade do debate que se propõe, principalmente face a um contexto pós evento tão complicado como o que se enfrenta até hoje. As mudanças na rotina e nas condições de vida das vítimas do rompimento da barragem, descentralizando e deslocando seus mundos de uma forma tão repentina e profunda, trouxeram imensuráveis alterações econômicas, psicológicas e físicas, para resumir os danos, conforme apresentados nos capítulos anteriores. Entretanto, a identidade dessas pessoas claramente se mostra como uma questão também, talvez uma das mais importantes a serem consideradas.

No que se refere ao conceito de identidade a partir das Ciências Sociais, tal é sempre analisado como ligado aos debates tangentes a significado e experiências, tanto por parte dos indivíduos quanto dos grupos sociais. Uma vez que tais caracterizam processos relacionados ao meio, história, raça, laços, cultura, território e língua, por exemplo, têm-se nestes fortes componentes da constituição identitária de um indivíduo ou coletividade (CASTELLS, 1999). Conforme define Castells, identidade é “um processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda em um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, os quais prevalecem sobre outras fontes de significado” (2001, p. 22).

É a identidade que nos torna um indivíduo parte de um grupo, mas é também esta que nos difere e desloca do mundo que nos cerca, quando estranhos somos nele. Ela organiza, assim, significados preexistentes, os aglutinando em um perfil único, original, insubstituível e indivisível, seja ele pessoal ou social. A identidade de qualquer indivíduo é construída como uma eterna e delicada busca tão humana, uma fragilidade, quase uma questão de sobrevivência. Mais do que acesso as necessidades básicas, se quer aquela segurança que nos afastaria de tantas incertezas.

A costura da identidade de alguém, portanto, se mostra intrinsecamente relacionada às origens, à cultura e a tudo que enraíza a construção social e pessoal de um indivíduo. Quase como uma etiqueta incontestável que nos proteja de alguma forma, que nos legitime, que nos faça pertencente, que nos garanta, que nos identifique no mundo. Afinal, sem identidade, quem somos exatamente?

A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam

seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo e espaço (CASTELLS, 1999, p. 23).

Sempre de caráter essencialmente múltiplo, fluído, contextual e relacional, são os contrastes relacionais, culturais e contextuais experienciados pelo sujeito que exemplificam a conceituação da identidade. Basicamente, os indivíduos se situam, se diferenciam e se identificam por essas relações, que sempre são construídas, necessariamente. E é esse caráter construído da identidade o que garante sua essência, ninguém ganha ou perde uma identidade. Na verdade, transforma-se a identidade previamente construída. Ela se edifica com o tempo, com a experiência, com a transformação e com a adaptação feita para se atender as demandas que o meio convida. Identidade, assim, é tudo aquilo que é, porque foi construído, montado, desenvolvido através de relações com outros indivíduos e com o meio.

No que se refere a discutir as formas de construção da identidade, conforme acima conceituada, Castells (1999) afirma ser necessário diferir e correlacionar os aspectos individual e coletivo do termo, que se dão sempre no âmbito das relações. Discutindo individualidade e o papel social do indivíduo, Castells (1999) afirma que tais conceitos, apesar de diferentes, se sobrepõem por vezes, impactando na construção identitária.

É por meio da ação social que o papel social aparece, intensificando a multiplicidade de identidades do indivíduo, principalmente frente a um mundo cada vez mais globalizado. Enquanto identidade é fonte de significado originada e construída a partir do sujeito e para o próprio sujeito, o papel social é estruturado pela máquina social, ou seja, pelas instituições, que por vezes organizam as identidades base a acordos com os sujeitos. Nesse sentido, verificam-se acordos explícitos ou mesmo legitimados pelo silêncio e aceitação do sujeito quanto ao papel social a ele imposto.

Enquanto imposições aceitas definem identidades por vezes, confundindo os conceitos de identidade e papel social em um só, Castells (1999) salienta que identidades impostas não têm a mesma significação de uma identidade construída pelo próprio meio. O processo de autoconstrução e individuação na construção identitária é insubstituível uma vez que o papel social somente organiza funções sociais de forma efêmera. Assim, apesar dos papéis que o sujeito desempenha serem delimitados, organizados e estratificados pelo meio, impactando diretamente na individuação do sujeito, somente chegam ao ponto de conseguir definir a identidade do indivíduo

se este assim o permitir, seja por meio da assimilação ou da aceitação da finalidade das ações e dos papéis sociais impostos. Ou seja, o indivíduo precisa de alguma forma acatar a imposição.

No que diz respeito a atores sociais, entendo por identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou, ainda, um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(is) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. Para um determinado indivíduo, ou, ainda, um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. No entanto, essa pluralidade é fonte de tensão e contradição, tanto na autorrepresentação, quanto na ação social. Isso porque é necessário estabelecer a distinção entre a identidade e o que tradicionalmente os sociólogos têm chamado de papéis, e conjunto de papéis. Papéis (por exemplo, ser trabalhador, mãe, vizinho, militante socialista, sindicalista, jogador de basquete, frequentador de uma determinada igreja e fumante, ao mesmo tempo) são definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade. A importância relativa dos papéis no ato de influenciar o comportamento das pessoas depende de negociações e acordos entre os indivíduos e essas instituições e organizações. Identidades, por sua vez, constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas, e construídas por meio de um processo de individuação. Embora, [...] as identidades também possam ser formadas a partir de instituições dominantes, somente assumem tal condição quando e se os atores sociais as internalizam, construindo seu significado com base nessa internalização (CASTELLS, 1999, p. 22).

Dado a reflexão sobre os conceitos de identidade, papel social e ação social, que permite compreender o que significa identidade e como ela pode ser construída, Castells (1999) alarga a discussão afirmando que toda e qualquer identidade é, portanto, fruto de uma construção que se dá de diversas formas e por meio de propósitos diferentes, trazendo assim categorias específicas de construção identitária. Para ele é importante perceber a partir de quem e de que forma essa identidade é construída ou adaptada, ou seja, a partir de qual interesse e para qual contexto de vulnerabilidade tal e qual categoria de construção identitária está sendo induzida, possibilitada ou mesmo imposta.

Nesse sentido, o autor coloca que existem três formas da construção identitária acontecer, por meio de uma construção legitimadora, de resistência e de projeto. Apesar das três serem, unanimemente, processos de construção de referências, de identidade portanto, tais se diferem pela origem do movimento, ou seja, a partir de qual iniciativa essa identidade está sendo incentivada, induzida, construída ou ainda delimitada. E este é o ponto fundamental da questão.

Para Castells (1999), identidade legitimadora é aquela de construção proveniente de instituições dominantes cujo objetivo principal é expandir e legitimar sua dominação. Exemplificando, o autor coloca que é através da construção identitária legitimadora que a sociedade civil é formada, na organização e estruturação de seus atores sociais. Mesmo as democracias, todas, foram frutos de uma construção identitária legitimadora, que as organizou primeiro, para assim pudessem ser legitimadas *a posteriori*.

No que se refere a identidade de resistência, tal sempre é propulsada por aqueles vitimados em suas identidades, aqueles cujo objetivo consciente ou inconsciente é resistir, sobreviver à dominação. Estigmatizados e desvalorizados pela dominação estabelecida, resistem e se rebelam em oposição de princípios. Historicamente, esta tem sido a mais poderosa ferramenta de conquistas sociais, por meio das comunidades de resistência coletiva diante das opressões.

Já a identidade de projetos, Castells (1999) define como aquela construída pelos atores sociais com os materiais culturais que estão ao alcance. As pessoas aqui buscam novas ferramentas e funções que as possibilitem redefinir seus lugares no meio, voltando a existir de alguma forma, através da adaptação ou transformação da estrutura social anterior. O autor afirma que esta categoria geralmente produz sujeitos e atores sociais coletivos, mas não necessariamente indivíduos. Por meio desse novo papel ou ação social, algum significado novo é conseguido, mas não a completude de uma identidade única, da individualidade. Essa categoria seria uma construtora de identidades defensivas, refúgios, redes fontes de solidariedade construídas portanto, mas sempre subjugada ao meio que se está inserido. Aqui os sujeitos são meros prolongamentos de uma resistência.

Uma vez que a construção social da identidade sempre ocorre em um contexto marcado por relações de poder, proponho uma distinção entre três formas e origens de construção de identidades:

- Identidade legitimadora: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais, tema este que está no cerne da teoria de autoridade e dominação de Sennett, e se aplica a diversas teorias do nacionalismo.
- Identidade de resistência: criada por atores que se encontram em posições/ condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos, conforme propõe Calhoun ao explicar o surgimento da política de identidade.
- Identidade de projeto: quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social. Esse é o caso, por exemplo, do feminismo que abandona as trincheiras de resistência da identidade e dos direitos da mulher para fazer frente ao patriarcalismo, à família patriarcal e, assim, a toda a estrutura de produção, reprodução, sexualidade e personalidade sobre a qual as sociedades historicamente se estabeleceram (CASTELLS, 1999, p. 24).

Ao reconhecer a globalização como um fenômeno que promove transformações sociais diferentes e simultâneas acontecendo em contextos únicos, Castells (1999) sustenta as três categorias de construções identitárias como legítimas. Para ele, tudo depende do contexto e suas singularidades. Cada contexto é detentor de suas próprias relações de poder, com modelos

institucionais e organizacionais diferentes. São diversidades socioculturais e político-econômicas cujas relações necessariamente guiarão o processo de construção identitária mais adequado, naturalmente. Afirmar também o autor que nunca há o desaparecimento do meio e sua identidade, mas o surgimento ou a transformação de novas redes de significado e reconhecimento.

Quanto a esses dois termos destacados por Castells, transformação e globalização, tais emergem como intersecções chave na discussão que outros autores também promovem sobre a identidade. Bauman (1999), por exemplo, agrega ao debate colocando que a identidade é sempre algo que se tenta moldar pela fragilidade e instabilidade do meio, meio este que está em constante ataque pelas transformações que a globalização impõe.

Ocorrem as mudanças e os deslocamentos aparentemente aleatórios, fortuitos e totalmente imprevisíveis, daquilo que, por falta de um nome mais preciso, chamamos de 'forças da globalização'. Elas transformam a ponto de tornarem irreconhecíveis, e sem aviso, as paisagens e perfis urbanos, a nos familiares em que costumávamos lançar as âncoras de uma segurança duradoura e confiável. Elas realocam as pessoas e destroem as suas identidades sociais. Podem transformarmos de um dia para o outro, em vagabundos sem teto, endereço fixo ou identidade. Podem retirar os nossos registros de identidade ou invalidar as identidades registradas (BAUMAN, 2005, p. 100).

Apesar de uma aparente imagem estável e única, a identidade invariavelmente se choca com a constante mudança que a desafia diariamente na atualidade, como um movimento contínuo e natural dos novos tempos. Por tanta incerteza e insegurança quanto à identidade, sua busca e manutenção se tornam permanentes, principalmente pela identidade mudar antes mesmo de se solidificar, conforme pontua Bauman (2005). Não há estabilidade identitária portanto, ela é algo volátil.

O autor coloca ainda que, ao se transformar, a identidade sempre assume novos ingredientes de outras identidades já existentes. Em outras palavras, a naturalmente identidade mantém muito de suas particularidades originárias, mas sempre agrega novos elementos. Consequentemente, especificidades identitárias natais como alguns aspectos culturais e territoriais, por exemplo, muitas vezes são descontinuadas, o que muitas vezes significa em perdas, por vezes irreparáveis.

Assim como Bauman e Castells, Hall (2006) também cita esses movimentos transformadores vindos por meio da globalização quando tecendo sobre identidade, o que nem sempre representa desenvolvimento, como normalmente se presume ao se falar de globalização. As identidades, assim, estão cada vez mais sendo descentradas, deslocadas e fragmentadas no mundo pós-moderno.

O autor atribui essas agressões a identidade a um processo contínuo, crescente e moderno

de deslocamento das estruturas centrais das sociedades atuais, o que, invariavelmente, descentra a identidade do indivíduo, que passa a não contar com a antiga ancoragem referencial do meio. Argumenta que as “velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado” (HALL, 2006, p. 07).

Hall (2006) sustenta ainda que é em momentos de emergências e abalos no meio social que as discussões sobre identidade se incendeiam mais intensamente, tomando forma de crises de identidade. Acorda com Castells e Bauman no que se refere aos impactos da globalização na transformação da construção identitária, apontando um processo de homogeneização cultural como uma característica inevitável da era da globalização.

Se de um lado se tem um mundo cada vez mais globalizado, vivendo um empuxo que tenta homogeneizar a cultura global, por outro se difundem movimentos que exploraram as diferenças culturais, principalmente nas margens e periferias. Para Hall são duas forças distintas coexistindo em constante tensão e negociação em face à globalização. E usando as palavras de Bauman, o que temos hoje é “um mundo líquido”, fadado a transformar certezas em incertezas. Se faz impossível evitar a transformação portanto, esta inerente ao processo de construção identitária.

No que tange essa crise da identidade levantada por Hall, Medeiros (2008) aglutina a discussão de forma fundamental também. Ao tecer sobre como a noção de identidade veio sendo historicamente construída pelos séculos, ele afirma que os indivíduos sempre foram submetidos a o que ele chama de “identidade atribuída”, característica própria de sistemas de dominação, aqui fazendo um paralelo com a identidade legitimadora de Castells (1999).

Entretanto, com os anos, as crises sociais, a exclusão social, os processos de imigração, a xenofobia e as discussões sobre preconceito, por exemplo, se tornaram reivindicações nacionalistas trazidas para pauta central dos movimentos, as quais tem como base crises identitárias que se rebelam contra imposições, trazendo consequências que o meio terá que lidar.

Face à multitude de exigências específicas à vida moderna e frente a uma multiplicação dos sistemas de significação e de representação cultural, o indivíduo contemporâneo estaria vivendo o que E. Erikson chamaria, já nos meados do século passado, uma “crise de identidade”. Essa crise viria a rechaçar as velhas identidades, sólidas estruturas de estabilização do mundo social, substituindo-as por novas formas identitárias, fragmentando assim o indivíduo moderno até então percebido como ente coeso e unificado. Essa noção de “crise” seria o reflexo de um processo mais amplo que afetaria os sistemas econômicos, políticos e simbólicos: universalização das trocas e emergência de novas economias, contestação do modelo Estado-Nação, extensão da integração política supranacional, colapso do comunismo político, diversificação das formas de relações privadas. Esse movimento estaria dessa forma deslocando as estruturas e os

processos centrais das sociedades modernas e sacudindo as referências que permitiam aos indivíduos dispor de um porto seguro onde lançar ancora. Assistir-se-ia então a uma exacerbação das questões identitárias e à multiplicação das crises existenciais (MEDEIROS, 2008, p. 11).

Para Medeiros (2008), a questão da identidade é uma categoria incontornável e imperativa dentro de qualquer estudo relacionado a imigração, portanto, também migração e deslocamento. A identidade é uma construção individual e social que demanda tempo, memórias, história, cultura, padrões, pertenças e coletividades, só para citar algumas categorias de influência, as quais precisam sempre ser levadas em conta.

O indivíduo passaria assim de uma “identidade atribuída” a uma “identidade construída”. O sujeito não seria mais o receptáculo de identidades impostas, mas o criador de umas próprias identidades em função de suas conveniências. As “identidades vindas de cima” dariam lugar a identidades elaboradas pelo próprio indivíduo (MEDEIROS, 2008, p.11).

Invariavelmente haverá sempre uma busca, aceitação ou imposição, do sujeito e para com o sujeito, no que refere a assumir novos elos de identificação. Elos que o defina, apoie, garanta e possibilite continuar existindo de alguma forma, mesmo que tenha sido impelido a se transformar nessa nova sociedade globalizada, agora em rede, conforme coloca Castells (1999). Mas tal modernidade líquida, móvel, fluídica, incerta e duvidosa é muitas vezes pautada pela injustiça, já que ainda é a identidade do sujeito que, apesar de humano, o categoriza, classifica, legitima e legaliza, ou não.

Identidade, categoria e, portanto, nomenclatura, passam a compor um íntimo viés semântico, este fundamental na modernidade de Castells (1999). Desafiada por tantos direitos diariamente negligenciados pela injustiça nossa de cada dia, esta mesma modernidade demanda que o tema seja sempre exaustivamente validado, discutido e solucionado, desde as bases de sua estratégica invisibilidade no meio. Um direito fundamental e inalienável de todos e para todos, o direito de existir com dignidade.

3.1.2 Nomeando as vítimas após o evento

Durante o período que se seguiu após o evento, tanto nos documentos oficiais que normatizaram o plano resposta, quanto pela academia e pelo mercado em geral, as vítimas foram repetidamente nomeadas de forma diversa. Foram e são ainda utilizadas nomenclaturas várias e totalmente distintas em suas semânticas, o que para Mazzola (2018) se mostra como ponto crucial.

[Foram] diferentes classificações atribuídas ao evento de rompimento da barragem do Fundão. Tal evento foi amplamente tratado na mídia como “desastre de Mariana”, “tragédia de Mariana”, “crime ambiental”, “catástrofe” e “acidente”. Tratados algumas vezes como sinônimos, o uso de um termo ou de outro trás implicações para a gestão de stakeholders e sobre como lidar com as crises” (MAZZOLA, 2018, p. 164).

Dentre outras implicações relacionadas a essa questão da nomenclatura, o autor afirma que dependendo do termo escolhido se verificam alterações nas implicações, responsabilização e na gestão-resposta do evento.

[...] em diversos documentos relacionados ao rompimento de Fundão (matérias jornalísticas, artigos acadêmicos, livros e relatórios), os termos são usados ora como sinônimos, ora com suas devidas denotações, além de outros serem mencionados, como “incidente”, “tragédia”, “drama”, “catástrofe” ou mesmo “fatalidade” (MAZZOLA, 2018, p. 170).

Somente no TTAC, documento oficial de regulação da resposta ao desastre, usa-se quase 100 vezes o termo impactado. Entretanto, foi também anexado uma nota técnica, o “anexo a cláusula 141”, na qual as vítimas são nomeadas algumas poucas vezes como atingidos. Segue, primeiramente, algumas passagens do TTAC, as quais se faz o uso do termo impactado.

IMPACTADOS: as pessoas físicas ou jurídicas, e respectivas comunidades, que tenham sido diretamente afetadas pelo EVENTO nos termos das alíneas abaixo e deste ACORDO:

- a) perda de cônjuge, companheiro, familiares até o segundo grau, por óbito ou por desaparecimento;
- b) perda, por óbito ou por desaparecimento, de familiares com graus de parentesco diversos ou de pessoas com as quais coabitavam e/ou mantinham relação de dependência econômica;
- c) perda comprovada pelo proprietário de bens móveis ou imóveis ou perda da posse de bem imóvel;
- d) perda da capacidade produtiva ou da viabilidade de uso de bem imóvel ou de parcela dele;
- e) perda comprovada de áreas de exercício da atividade pesqueira e dos recursos pesqueiros e extrativos, inviabilizando a atividade extrativa ou produtiva;
- f) perda de fontes de renda, de trabalho ou de autossustentância das quais dependam economicamente, em virtude da ruptura do vínculo com áreas atingidas;
- g) prejuízos comprovados às atividades produtivas locais, com inviabilização de estabelecimento ou das atividades econômicas;
- h) inviabilização do acesso ou de atividade de manejo dos recursos naturais e pesqueiros, incluindo as terras de domínio público e uso coletivo, afetando a renda e a subsistência e o modo de vida de populações;
- i) danos à saúde física ou mental; e
- j) destruição ou interferência em modos de vida comunitários ou nas condições de reprodução dos processos socioculturais e cosmológicos de populações ribeirinhas, estuarinas, tradicionais e povos indígenas (TTCA, 2016, p. 7).

INDIRETAMENTE IMPACTADOS: as pessoas físicas e jurídicas, presentes ou futuras, que não se enquadrem nos incisos anteriores, que residam ou venham a residir na ÁREA DE ABRANGÊNCIA e que sofram limitação no exercício dos seus direitos fundamentais em decorrência das consequências ambientais ou econômicas, diretas ou indiretas, presentes ou futuras, do EVENTO, que serão contemplados com acesso à informação e a

participação nas discussões comunitárias, bem como poderão ter acesso aos equipamentos públicos resultantes dos PROGRAMAS (TTCA, 2016, p. 8).

Destaca-se também, ainda no TTAC, uma passagem onde se reconhece que algumas dessas pessoas, nomeados como impactados, perderam integralmente a capacidade produtiva por causa do evento. Da mesma forma, uma citação onde é estipulado que tais vítimas teriam como direito garantido participar de toda e qualquer decisão relacionada a todas as etapas do processo de remediação do evento, participação esta que não aconteceu, conforme coloca Câmara, Terra & Miranda (2019).

Os PROJETOS SOCIOECONÔMICOS deverão buscar estabelecer e prover benefícios eficientes e céleres para os IMPACTADOS, priorizando os IMPACTADOS que tenham sofrido deslocamento ou que tenham perdido integralmente a capacidade produtiva e que satisfaçam os critérios estabelecidos neste Acordo, sem prejuízo das medidas emergenciais que já estejam em curso (TTCA, 2016, p. 18).

[...]

Entende-se como Participação nos PROGRAMAS a possibilidade de os IMPACTADOS efetivamente participarem, serem ouvidos e influenciar em todas as etapas e fases decorrentes do presente Acordo, tanto na fase de planejamento como na efetiva execução dos programas e ações referidas neste Acordo, devendo tal participação ser assegurada em caráter coletivo, seguindo metodologias que permitam expressão e participação individual, [nos] termos deste Acordo (TTCA, 2016, p. 28).

Em sua pesquisa, Terra (2022) cita o relato de um representante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) quem refuta o termo impactado. Ele coloca que impacto é uma conceituação da física, não da sociologia. Como o evento se trata de uma questão também de cunho social a qual não pode ser ignorada, o termo impactado não seria ideal. Ele coloca também que o ideal seriam os termos dano e atingido, uma vez que o vocábulo impacto pode ser categorizado como negativo ou positivo, o que abre precedente para diminuir as proporções das consequências e respectivas responsabilidades.

Tal respondente coloca ainda que como a FR está sob controle dos interesses das mineradoras, seus colaboradores são estrategicamente treinados para usar tal nomenclatura, impactado. Afirma ainda que as vítimas foram nomeadas assim por decisão unilateral do TTCA, ou seja, da FR. Para ele a questão da nomenclatura se trata de um conflito político, meramente. Uma tentativa de tecnificar a questão, desumanizando-a e diminuindo a proporção da responsabilidade, portanto (TERRA, 2022).

Ainda sobre o TTCA, conforme mencionado, verifica-se apenas 3 usos do termo atingido no documento inteiro, especificamente na Nota Técnica Conjunta, anexa ao documento. Vale-se

ressaltar que o termo atingido parece ter melhor aceitação por parte das vítimas do evento, conforme mencionado na descrição do relato citada acima.

Destaca-se que este modelo de governança, proposto pelo Poder Público, tal como sumariamente descrito acima, parece representar a melhor forma de combinar celeridade na execução (Fundação de direito privado), garantia do cumprimento das responsabilidades das empresas (que as reconhecem, nos termos do Acordo, assegurando seu cumprimento, por meio da Fundação, instrumento para elaboração, execução e monitoramento das ações de recuperação e compensação), preservação do interesse público (Poder Público valida os atos da Fundação, por meio de Comitê Interfederativo, sem prejuízo das competências dos órgãos competentes) e transparência e 2 participação social (conforme inúmeros dispositivos presentes no Acordo, como Conselho Consultivo, participação dos **atingidos** no referido Comitê, divulgação de informações sobre execução, garantia da negociação com **atingidos**, entre outros) (TTCA, 2016, p. 130) (grifos do autor).²²

No que se refere a esses dois termos especificamente, impactados e atingidos, Terra (2022), quem claramente prefere fazer uso do termo atingido em sua abordagem, nos brinda com uma discussão agregadora.

Após o desastre de Mariana coube as empresas causadoras do dano realizarem o cadastramento emergencial dos atingidos. Esta incumbência com o TTAC (CLÁUSULA 19) passou a ser da Fundação Renova (através do Cadastro Integrado) e compunha um dos programas, o “Programa de levantamento e de cadastro dos IMPACTADOS”, que deveria ser realizado em até 8 meses após a assinatura do acordo. Uma consequência de atribuir o cadastramento às empresas causadoras do dano e a fundação criada por elas para realizar a execução das medidas reparatórias e compensatórias, foi que elas passaram a concentrar um poder de definição oficial de quem são atingidos e, conseqüentemente, quem faria jus ao auxílio financeiro e a eventual indenização, sem dar espaço para os indivíduos formularem sua identidade de atingido ou compreenderem-se como parte deste grupo (TERRA, 2022, p. 122).

Terra (2022) sustenta que o uso do termo impactado implica em tecnificar a questão, desumanizando o debate em torno de algo que, sim, foi destruído, exterminado, injustiçado. Por tal, ultima-se que o fato dos funcionários da FR relutarem em ceder ao uso de outra nomenclatura em seus discursos seria algo estratégico, como se fosse sim fruto de um treinamento. Desse modo, a “categoria atingido [se trata] de um conceito em disputa, pois tal noção implica em reconhecimento, ou seja, na legitimação, de direitos” (TERRA, 2022, p. 121). Nitidamente, se trata

²² “As medidas de reparação socioeconômica serão negociadas entre a fundação e os atingidos, com mecanismos que garantam negociação justa, rápida, simples e transparente e com acompanhamento do Poder Público. O Poder Público valida os parâmetros das indenizações”. (TTCA, 2016, p. 132) [...]. “Programa de ressarcimento e de indenização dos impactos: negociação coordenada destinada a reparar e indenizar os impactos, com prioridade para as comunidades destruídas pela lama; critérios para elegibilidade para as negociações são definidas pela Fundação e validados pelo Poder Público; negociações devem considerar as especificidades de cada impactado e parâmetros, definidos pela Fundação e validados pelo Poder Público, que garantam reparação pelos danos sofridos; adesão à negociação é facultativa; deverá ser garantida assistência jurídica gratuita aos **atingidos** (parceria com defensorias públicas e Ordem dos Advogados do Brasil); concluído em até 12 meses a assinatura do Acordo, com pagamento em até três meses da conclusão da negociação, sem prejuízo à continuidade das ações emergenciais” (TTCA, 2016, p. 133) (grifo do autor).

de uma tentativa de diminuir o tamanho do dano, como um eufemismo de causa pensada que impacta invariavelmente no acesso a direitos, mas também na identidade dessas pessoas (TERRA, 2022).

O PIM [programa de indenização mediada] também afeta diretamente a formulação da identidade de atingido. E não por acaso, neste caso concreto está em disputa o conceito de atingido ou mesmo a categoria adequada a ser utilizada para se referir aos que sofreram danos pelo desastre de Mariana. Enquanto as empresas causadoras do dano utilizam o termo “impactado”, o que muitas vezes é reproduzido por membros do governo em seus discursos, o movimento social faz uso da expressão “atingidos”, em especial o MAB que há anos luta pelo reconhecimento desta categoria (TERRA, 2022, p. 120).

Tal problemática semântica envolta do uso dessas duas nomenclaturas específicas ganhou tamanha proporção que em 2018 o próprio CIF endossou a discussão, apoiando a descontinuação do termo impactado em benefício do termo atingido (CIF-Deliberação 29, 2018). Entretanto, conforme coloca Terra (2022), após tantas menções nos três anos que antecederam tal demanda relacionada a nomenclatura, o termo impactado já havia penetrado no consciente coletivo e confundido a compreensão popular.

Apesar das colocações acima apontarem o termo atingido como o mais ideal, reprovando, portanto, o uso do termo impactado, Benincá (2011) discorda. Para esse autor o uso do termo atingido não seria o ideal, também. O autor afirma que pessoas prejudicadas podem ter sido alvo de danos leves, mas também extremamente agressivos, destrutivos por vezes. Coloca, assim, que alguém pode ser atingido de forma positiva ou negativa, de forma superficial ou profunda, portanto (BENINCÁ, 2011).

Percebe-se que tal raciocínio, que discute o termo atingido, traz um paralelo muito similar a problemática envolta da semântica do termo impactado, conforme discutida acima. Afinal, impactado, um termo vindo da palavra impacto, também pode ser categorizado como positivo ou negativo, leve ou profundo.

O adjetivo atingido encerra uma significação larga que pode, a rigor, abranger modos positivos ou negativos. Dado a conhecer como um identificador dos que sofrem impactos negativos, ainda assim permanece extremamente amplo. É possível, pois, que alguém seja atingido de forma mais agressiva ou mais suave; de maneira direta ou indireta; em grau mais elevado ou menos elevado; sem ressarcimento ou com ressarcimento; com maiores ou menores efeitos materiais e simbólicos etc. De todo modo, parece claro aos integrantes do MAB o reconhecimento de sua condição de “dominados” por mecanismos jurídicos, econômicos, políticos e ideológicos do capitalismo. Isso não significa, porém, que aceitem tal estatuto. O adjetivo “atingido” pode ser transformado em verbo “atingir” (por exemplo, a cidadania) por esses indivíduos quando abandonam sua situação passiva e avançam na condição de sujeitos da história (BENINCÁ, 2011, p. 97).

Vainer (2007) agrega a discussão colocando que o conceito de atingido vem enfrentando um alargamento semântico diretamente relacionado à evolução da noção de Direitos Humanos. Entretanto, reconhece que existem limitações quanto ao uso do termo. Para esse autor, tal termo induz disputa, reconhecimento e legitimação ou não de direitos. Afirmar que o termo atingido está num contexto de luta por direitos, de reconhecimento enquanto um coletivo que foi afetado. A importância conceitual é ponto preliminar e central para a reivindicação de direitos, portanto. Afirmar que o uso do termo correto é vital para a participação efetiva das vítimas nas tomadas de decisão, um direito inquestionável precisa ser respeitado.

O autor coloca também que, tanto sociologicamente quanto antropologicamente, a compreensão semântica do termo atingido muda, principalmente frente à variante regional. Por tal, as reações das vítimas frente ao uso desta nomenclatura nunca são as mesmas, não podendo, portanto, o termo ser usado unanimemente. Para ele tal não é um termo de conceito homogêneo. Coloca ainda que a maior questão não é a falta de conceitos claros, mas a resistência do mercado corporativo em ceder nas nomenclaturas comumente usadas, pois as empresas se focam meramente em questões indenizatórias.

[...] o principal problema enfrentado nos últimos anos pelas políticas de equacionamento e tratamento dos impactos sociais e ambientais de projetos esteve menos na ausência de conceitos e critérios claramente estabelecidos que na resistência das empresas e quadros técnicos formados na concepção territorial patrimonialista e hídrica, simplesmente indenizatória (VAINER, 2007, p. 59).

Apesar das tantas críticas envoltas ao debate semântico direcionado ao termo atingido, se mostra vital reconhecer a relevância do histórico do movimento de atingidos por barragens no Brasil quando analisando tal nomenclatura, movimento este que apoia e luta pelo uso do termo como sendo algo já consagrado a luta por direitos. Nesse sentido, ressalta-se que o termo atingido se tornou uma categoria política no Brasil no decorrer dos anos, termo que vem se consagrando através de lutas longas e difíceis pela busca de reparação e reconhecimento. Lutas e conquistas as quais não podem ser ignoradas.

Como no passado ser reconhecido como atingido era algo que gerava reparação e indenização exclusivamente a proprietários de terra localizados nos arredores da instalação de hidrelétricas, diversos grupos de populações ditas tradicionais, como ribeirinhos, extrativistas, geraizeiros, pescadores, pantaneiros, caçaras e quilombolas, começaram a se organizar de forma a também receberem reconhecimento e reparação pelo dano sofrido pela instalação do

empreendimento. Tal luta veio alcançando pequenas vitórias acumulativas no decorrer dos anos, as quais estão diretamente vinculadas e consagradas pelo uso do termo em questão, o vocábulo atingido. Nesse sentido, a relevância do uso de tal termo de mostra irrefutável para a causa (VAINER, 2007) (BENINCÁ, 2011).

Analisando outras nomenclaturas em uso, vários órgãos oficiais também se servem de termos flutuantes e distintos para referenciar o evento, dentre os quais destaca-se o termo acidente, visto a quantidade de repetições deste vocábulo nos autos. Nesse sentido, Mazzola (2018) coloca que é estratégico o uso de alguns vocábulos quando referenciando o evento e suas vítimas. Para esse autor, cada publicação sobre o evento faz uso dos termos que mais atendem ao enfoque de argumentação que se pretende, o que Valêncio (2009) chama de uso estratégico da informação.

Conforme publicado pela Fundação Estadual do Meio Ambiente – Minas Gerais (FEAM), por exemplo, o evento é referenciado através do uso dos vocábulos desastre e acidente, como se tais fossem sinônimos. Assim como, a consequências do evento referenciadas por um derivado do termo impacto, pelo uso do termo impacto ambiental.

Cabe ressaltar que os efeitos dos impactos ambientais decorrentes do desastre ainda estão presentes, o que enseja a adoção de várias medidas complementares com vistas à sua redução e mitigação, tanto pela empresa como pelos órgãos e entidades do poder público federal, estadual e municipal (FEAM, 2016, p. 34).

Devido à experiência adquirida com o acidente da SAMARCO em 2015, foi estipulado através da Força Tarefa e em consequência culminou na proposição de uma minuta de decreto convocando os responsáveis por barragens de contenção rejeitos de mineração com alteamento para montante para a realização de Auditoria Técnica Extraordinária de Segurança de barragem (FEAM, 2016, p. 45).

Diferentemente da FEAM, o Comitê Brasileiro de Barragens (CBDB), faz uso de um vocábulo diferente, usa a palavra acidente, o adjetivando como trágico e grave. Ressalta-se aqui a função do CBDB para a mineradoras brasileiras, estimular o desenvolvimento, a aplicação e o disseminar de tecnologias e práticas em prol da engenharia de barragens e obras relacionadas no Brasil.

A principal função do CBDB é a de promover a discussão de temas relevantes, polêmicos e de interesse para a comunidade técnica e para a sociedade, com foco na observância da ética profissional, boa prática de engenharia de barragens brasileira e sua inserção no cenário internacional. Entretanto, é notória a influência da sociedade, da política e da comunidade técnica na busca de respostas para o que deu errado nos trágicos e graves acidentes de Mariana e Brumadinho (CBDB, 2022, s.p.).

No que se refere a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), o evento é definido como sendo um acidente, cujas consequências são nomeadas como impactos, tal verificado pelo uso dos derivativos impacto socioeconômico e impacto ambiental.

O ano de 2015 foi marcado pelo maior acidente com barragem já registrado no país em termos de impactos socioeconômicos: o rompimento da barragem de Fundão, pertencentes à mineradora Samarco S/A, em Mariana/MG, que ocasionou a morte de 19 pessoas e um grande impacto ambiental em toda a bacia do Rio Doce (ANA, 2016, p. 10).

Sobre os termos destacados acima, assim como Terra (2022), que além de discutir o termo atingido também reconhece o debate em torno do termo desastre²³, Mazzola também debate tal termo. O autor reprova o uso do termo acidente em benefício do termo desastre.

Faz-se importante aqui enfatizar que o termo preferido para tratar do ocorrido em Mariana é “desastre”, visto que este vocábulo abrange prejuízos de ordem humana, social e ambiental, prejuízos os quais foram denotados na região afetada pelo rompimento da barragem. Entretanto, poder-se-á encontrar também os termos “acidente” e “crime ambiental” de acordo com o enfoque que se deseja dar (MAZZOLA, 2018, p. 170).

Ressalta-se aqui a discussão apresentada no subitem 2.1 desta pesquisa, sobre a sociologia dos desastres. Em tal foi amplamente apresentado que um mesmo evento pode produzir diversos desastres diferentes, conforme sustenta Valêncio (2009). Mas complementando, ainda sobre a conceituação do termo desastre, Zhouri coloca que

Os desastres são acontecimentos coletivos trágicos nos quais há perdas e danos súbitos e involuntários que desorganizam, de forma multidimensional e severa, as rotinas de vida (por vezes, o modo de vida) de uma dada coletividade. Isso implica a integração da situação em si, a crise social aguda, e o processo no qual a situação é produzida, isto é, a crise social crônica (9). Elementos explicativos da “crise aguda” precisam ser buscados numa dimensão histórica mais ampla (Zhouri, et al., 2016, p. 37).

E ao se analisar o conceito de desastre frente a contextos de rompimentos de barragens, tais autores colocam ainda que o correto seria o uso de um termo derivado, desastre ambiental tecnológico. Alargam, assim, a semântica do termo, afirmando que os tais desastres ambientais tecnológicos são sempre inerentes às operações neoextrativistas progressistas, conforme abordado

²³ De acordo com Terra, desde “[...] o começo da pesquisa me deparei com diversas discussões com atingidos e outros pesquisadores sobre as expressões usadas para se referir ao Desastre de Mariana, como Tragédia de Mariana, Crime da Samarco, Desastre-Crime de Mariana, Desastre da Samarco, Desastre do Rio Doce. Essa variação perpassa até em trabalhos de pesquisadores [...]. Optou-se no trabalho a utilizar a categoria desastre (ao invés de tragédia e crime) por ser uma categoria consolidada, que constitui inclusive uma área de estudo das ciências sociais (Sociologia do Desastre), e porque seu conceito contém dois elementos muito evidentes no território: a ruptura da forma de se viver e o prolongamento dos efeitos no tempo, conforme se analisará melhor no primeiro capítulo” (TERRA, 2022, p. 27).

no subitem 2.2²⁴. Tais se configuram quando reclamam a interferência da ação humana portanto, basicamente. É um tipo de desastre parcialmente ou totalmente atribuído a ação, intenção, erro e/ou negligência das operações do ser humano, envolvendo falha que resulta em danos, ferimentos graves ou mesmo morte (Zhour et al., 2016).

No caso específico dos empreendimentos da Samarco (Vale/BHP Billiton), os riscos de um possível rompimento e as medidas que deveriam ter sido tomadas para evitá-lo já eram conhecidos pelas autoridades ambientais anteriormente ao evento. Em perícia realizada a pedido do MP de Minas Gerais, o Instituto Prístino alertara, ainda em 2013, para o risco de colapso da barragem de Fundão. O laudo recomendava o periódico monitoramento geotécnico e estrutural dos diques e da barragem; e destacava a necessidade de um plano de contingência para situações de risco ou acidentes (12). Tais recomendações contrastam com a real inexistência, na área do empreendimento, do mais elementar sistema de alarme sonoro, destinado ao alerta da população do entorno em casos de acidente ou agravamento dos riscos. Assim, é mister aprofundar a crítica a uma interpretação baseada em hazards para considerar o evento crítico deflagrado pelo rompimento da barragem de Fundão como um desastre tecnológico, ou seja, um desastre atribuído em parte ou no todo a uma intenção humana, erro, negligência, ou envolvendo uma falha de um sistema humano, resultando em danos (ou ferimentos) significativos ou mortes. Exemplos: o 11 de setembro, o massacre da escola Columbine, o vazamento do Exxon Valdez, o desastre da Challenger da Nasa, o desastre de Chernobyl. Através de uma análise enviesada do desastre, o Estado cria bases para suscitar uma elaboração interpretativa na qual a Samarco se torna uma dentre as demais vítimas das circunstâncias. Um desdobramento possível dessa interpretação pode vir a ser a propagação de um discurso que qualifica a prática empresarial junto aos grupos afetados como sendo um apoio ou solidariedade prestada à comunidade: uma ação de caráter voluntário e assistencialista, que vai se desvinculando de uma responsabilidade efetiva da empresa quanto à reparação dos danos por ela causados. Efetivamente, a forma como se qualifica o fator causal de um desastre tem estreita correspondência com estratégias de criação e reversão de significados em prol das posições dominantes em jogo (Zhour et al., 2016, p. 37).

Além da conceituação acima apontada, Zhour et al. levanta ser estratégico o uso de determinados termos nos discursos, inclusive por parte do Estado. Trata-se mesmo de uma manipulação através do discurso a qual se busca vitimizar também a empresa responsável, diminuindo sua responsabilidade e a qualificando como uma grande solidária a comunidade vitimada, no que se refere as suas ações de reparação.

Na mesma linha de raciocínio, sobre ser estratégico o uso de alguns vocábulos quando referenciando o evento, cita-se um discurso feito na segunda audiência pública do evento realizada dia 07 de dezembro de 2017, em Mariana, focada em debater o processo de licenciamento

²⁴ Conforme amplamente discutido no subcapítulo 2.2, tal modelo de desenvolvimento vem acirrando os impactos sociais e territoriais, historicamente desumanizando os territórios. Em nome da economia, as corporações vêm praticando uma degradação ambiental crescente e sem precedentes que, apoiadas pelos governos através da flexibilização da legislação e das licenças ambientais, vem deteriorando comunidades periféricas às suas operações, aumentando conflitos e injustiças socioambientais.

operacional corretivo do Complexo de Germano²⁵. Transmitida ao vivo pela internet, a presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Mariana, Maria de Fátima de Melo Gomes, apoiava a volta das operações da empresa na região, o que de fato já ocorreu. Segue a parte final de sua fala, em que afirma que “[...] acidentes, como o ocorrido em Mariana, acontecem”. Se tal discurso representa o uso estratégico da informação para manipular o senso comum, ou apenas a tradicional cegueira social quanto a dependência local historicamente imposta pelas operações neoextrativistas, não é possível discernir.

[...] Mais uma vez, autoridades aqui presentes, pensem em Mariana! Pensem em nós! Pensem em cada família! Pensem em cada empregado! Pensem em toda a comunidade marianense e região, porque nós precisamos da Samarco. Ela é uma empresa séria, sempre foi. Acidentes acontecem e em nenhum momento a Samarco se esquivou das suas responsabilidades. O tempo todo ela vem cumprido (AUDIÊNCIA, 2017, 05:53).

Ainda sobre o termo acidente, na perspectiva de Mazzola (2018), ao citar e discutir as definições oficiais dos termos acidente e incidente, ambas conceituadas na Resolução nº 144, de 10 de julho de 2012, o autor afirma que o termo é muito técnico para se referir um evento dessa magnitude.

Chamar o rompimento de Fundão de “acidente”, ainda que seja correto do ponto de vista técnico ou semântico, sutilmente afasta a ideia de previsibilidade ou causalidade entre as decisões tomadas pelo ser humano e os resultados advindos, ao contrário do uso do termo “desastre”, que traz em si uma qualidade da dimensão humana, principalmente no que tange aos atingidos, seus danos físicos, materiais e psicológicos. Daí a explicação para o fato de a Samarco jamais se referir ao rompimento de sua barragem e às consequências impostas como um “desastre”, seja no material disponível em seu *website* institucional, seja no seu último relatório de sustentabilidade, ou no relatório da investigação conduzida pelo escritório de advocacia estadunidense Cleary Gottlieb Steen & Hamilton LLP⁸⁵ e que fora contratado por ela. Mais contundente que os termos “desastre” ou “acidente” é chamar o evento de “crime”. No contexto jurídico, o que houve em Mariana tem sido majoritariamente tipificado como crime ambiental. A Lei nº 9.605/1998 dispõe sobre os crimes ambientais, isto é, aqueles que causam danos ao meio ambiente em suas diversas formas: contra a fauna, contra a flora, poluição qualificada, contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural. Para as Polícia Federal e Polícia Civil de Minas Gerais, as evidências levantadas por elas deixa claro que o que ocorrera no dia 05 de novembro de 2015 em Mariana foi um crime ambiental (MAZZOLA, 2018, p. 166).

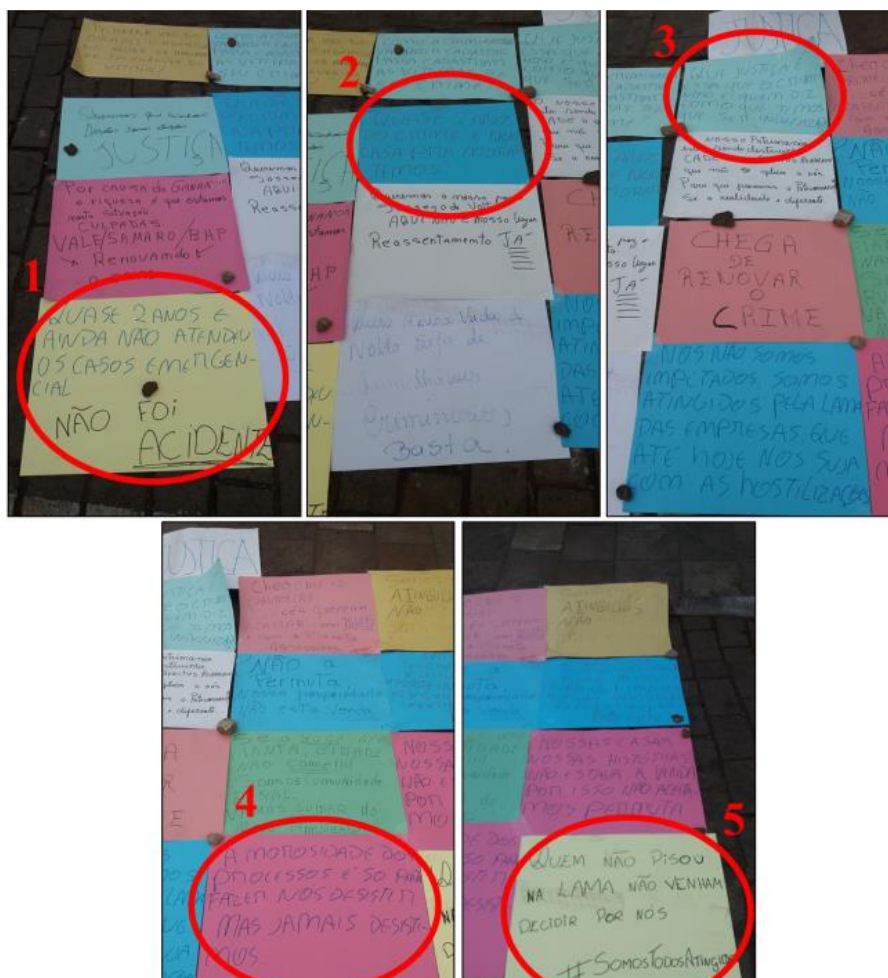
E agregando ao incomodo de muitas das vítimas quanto ao uso do termo impactado, conforme apresentado anteriormente, várias também não concordam com o uso do termo acidente. Em sua pesquisa, Mazzola (2018) anexa fotografias de protestos feitos em uma audiência pública ocorrida no dia 05 de outubro de 2017, envolvendo o MPMG, as vítimas e vários advogados da

²⁵ A unidade de Germano se localiza em Minas Gerais, entre Mariana e Ouro Preto.

Samarco. Dentre outras colocações, declaravam: “Não foi ‘acidente!’”. Na Figura 10 se pode observar alguns dos protestos feitos.

[...] Os moradores atingidos protestaram em frente ao fórum, alguns de seus cartazes continham os seguintes dizeres: 1. “Quase dois anos e ainda não tendeu os casos emergencial. Não foi ‘acidente!’”; 2. “Quase dois anos do crime e nem casa para morar temos”; 3. “Que justiça é essa que o criminoso é quem diz como que temos que ser indenizados?”; 4. “A morosidade dos processos é só para fazer nós desistir. Mas jamais desistimos.”; 5. “Quem não pisou na lama não venham decidir por nós; #somostodosatingidos” (MAZZOLA, 2018, p. 189).

Figura 10. Protestos de vítimas no Fórum de Mariana em audiência pública



Fonte: Mazzola (2018, p. 190)

No que se refere a academia, encontram-se artigos e pesquisas discutindo o evento em unanimidade de contexto e responsabilização, mas usando também os termos refugiados e deslocamento para referenciar as vítimas, termo último comumente derivado do vocábulo,

deslocado. Silva, Boava & Macedo, quem repetidamente nomeiam as pessoas prejudicadas pelo evento como refugiados, colocam que:

O título do trabalho revela o que, de fato, os moradores [de Mariana] se tornaram: refugiados. Refugiados, pois o refugiar-se significa busca por segurança a partir de um deslocamento. Neste caso, forçado por um desastre. O próprio termo desastre carrega em si uma gama de significados. Neste caso, uma ação (ou inação) que produziu um colapso em uma estrutura (barragem) construída próxima a um povoado, de efeitos catastróficos (mortes, destruição) (SILVA et al., 2017, p. 64).

[...]

Para eles, tudo foi embora com a lama: vidas, bens e sonhos. Naquele momento o sonho acabou, restando apenas um quarto de hotel, com roupas e demais bens doados por desconhecidos. Muitos não tinham documentos, sendo refugiados em uma cidade estranha (pois Mariana era apenas a sede administrativa, lugar em que faziam compras ou resolviam questões bancárias, por exemplo). Vários depoentes afirmaram não saber nada sobre Mariana, não possuindo sequer conhecidos no lugar (SILVA et al., 2017, p. 77).

Sena & Carneiro referenciam as vítimas do evento de forma diferente. Usam o termo deslocamento forçado.

Os deslocamentos forçados ocorridos em virtude do rompimento da barragem de Fundão não devem ser vinculados apenas aos núcleos familiares que passarão pelos 11 reassentamentos coletivos. Após o desastre, centenas de famílias tiveram que deixar suas moradias – tanto aquelas que residiam em núcleos edificados consolidados (Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, em Mariana, e Gesteira, em Barra Longa) quanto as que moravam em áreas rurais com moradias e benfeitorias dispersas ao longo da bacia do Rio Doce (SENA & CARNEIRO, 2019 p. 10).

[...]

De forma mais específica, buscamos mostrar como os danos oriundos do deslocamento forçado pelo desastre destruíram não apenas moradias, mas assolaram territórios, modos e projetos de vida. Nesse sentido, ressaltamos que a abordagem dos reassentamentos que serão realizados como forma de reparação às pessoas atingidas não diz respeito apenas a recomposição das estruturas físicas perdidas, mas devem abarcar cada uma dessas dimensões destruídas de modo a conduzir a processos de reparação integral (SENA & CARNEIRO, 2019 p. 19).

Sobre a conceituação do termo refugiado, para ser reconhecido nesta categoria de migração forçada, dentre outros pré-requisitos, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) coloca que violações a direitos humanos precisam sim ter ocorrido. Entretanto, não só isso. A vítima precisa também ter se deslocado para fora de seu país de origem. Nitidamente, tal diverge do contexto das vítimas de Mariana, conforme colocado pelos autores acima citados. Tais sofreram agressões a seus direitos humanos, mas se deslocaram dentro de suas fronteiras.

[Refugiados] são pessoas que estão fora de seu país de origem devido a fundados temores de perseguição relacionados a questões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou opinião política, como também devido à grave e generalizada violação de direitos humanos (ACNUR Brasil, 2022b).

No que se refere ao termo deslocamento forçado, termo o qual tem como uma de suas subcategorias a nomenclatura deslocados internos, segundo os Princípios Orientadores Relativos aos Deslocados Internos²⁶ - PORDI - (1998), o ACNUR aponta uma conceituação. Dentre outros pontos, para ser um deslocado interno a vítima necessariamente deve ter se deslocado dentro das fronteiras de seu próprio país, o que pode incluir também ultrages a seus direitos humanos. Da mesma forma, o ACNUR coloca que as calamidades naturais, que esta pesquisa entende também como ambientais, estão inclusas nas motivações que resultam nesse tipo de deslocamento.

[O]s deslocados internos são pessoas, ou grupos de pessoas, forçadas ou obrigadas a fugir ou abandonar as suas casas ou seus locais de residência habituais, particularmente em consequência de, ou com vista a evitar, os efeitos dos conflitos armados, situações de violência generalizada, violações dos direitos humanos ou calamidades humanas ou naturais, e que não tenham atravessado uma fronteira internacionalmente reconhecida de um Estado (ACNUR, 1998, p. 1).

Apesar de apontar uma definição no PORDI, o próprio ACNUR coloca que tal categoria, deslocados internos, não tem um documento ou instrumento jurídico oficial que garanta sua condição, como os refugiados, que contam com a Convenção de 1951. Permanecem, portanto, sob proteção de seu próprio país, mesmo que este seja o causador do dano, ou se mostre negligente a este.

São pessoas deslocadas dentro de seu próprio país, pelos mesmos motivos de um refugiado, mas que não atravessaram uma fronteira internacional para buscar proteção. Mesmo tendo sido forçadas a deixar seus lares por razões similares às dos refugiados (perseguições, conflito armado, violência generalizada, grave e generalizada violação dos direitos humanos), os deslocados internos permanecem legalmente sob proteção de seu próprio Estado – mesmo que esse Estado seja a causa de sua fuga. [...] Como cidadãos, eles devem ser protegidos por seus países e têm seus direitos previstos nos tratados internacionais de Direitos Humanos e do Direito Humanitário. Civis afetados por desastres naturais também podem ser considerados deslocados internos (ACNUR BRASIL, 2022a).

Dado que o termo refugiado já teve sua conceituação descrita anteriormente, mostra-se relevante citar e melhor afinar os conceitos de migrante, migração, migração forçada e deslocado interno, de forma a melhor observar potenciais conexões e disparidades com o contexto das vítimas do evento em questão. No que se refere ao termo migração, refere-se este a um fluxo de deslocamento de pessoas dentro de um espaço geográfico, nacionalmente ou internacionalmente, de forma temporária ou permanente, por motivações diversas que podem ser relacionadas a fatores voluntários, forçados, econômicos, culturais, religiosos, políticos e ambientais.

²⁶ O documento “Princípios Orientadores Relativos aos Deslocados Internos” tem sido relevante para popularizar a compreensão do termo deslocado interno pois tem agregado no desenvolvimento de legislação relacionada em diversos países (PACÍFICO, 2020).

Migração: É um movimento populacional que compreende qualquer deslocação de pessoas, independentemente da extensão, da composição ou das causas; inclui a migração de refugiados, pessoas deslocadas, pessoas desenraizadas e migrantes econômicos (OIM, 2009, p.40)

Migrante, portanto, é todo aquele indivíduo que, por motivos vários, os quais são especificados nas subcategorias de migração, se deslocam de sua região de residência.

Migrant: An umbrella term, not defined under international law, reflecting the common lay understanding of a person who moves away from his or her place of usual residence, whether within a country or across an international border, temporarily or permanently, and for a variety of reasons. The term includes a number of well-defined legal categories of people (IOM UM MIGRATION, 2022).

No que se refere a migrantes forçados, categoria de migração, são todos aqueles que sofreram coação e/ou ameaça de vida, por causas naturais ou humanas, e que por tal precisaram cruzar fronteiras internacionais ou nacionais. Portanto, são todos aqueles que migraram forçadamente, pois tiveram seus direitos humanos agredidos. Tem-se neste conceito algumas subcategorias. Nestas se percebe que a questão das fronteiras é importante apenas para se definir a categoria do migrante forçado, mas nunca o desqualificando como tal ou o caracterizando pelo nível da agressão sofrida. Tanto refugiados quanto deslocados internos são migrantes forçados, portanto, agredidos igualmente em seus direitos humanos.

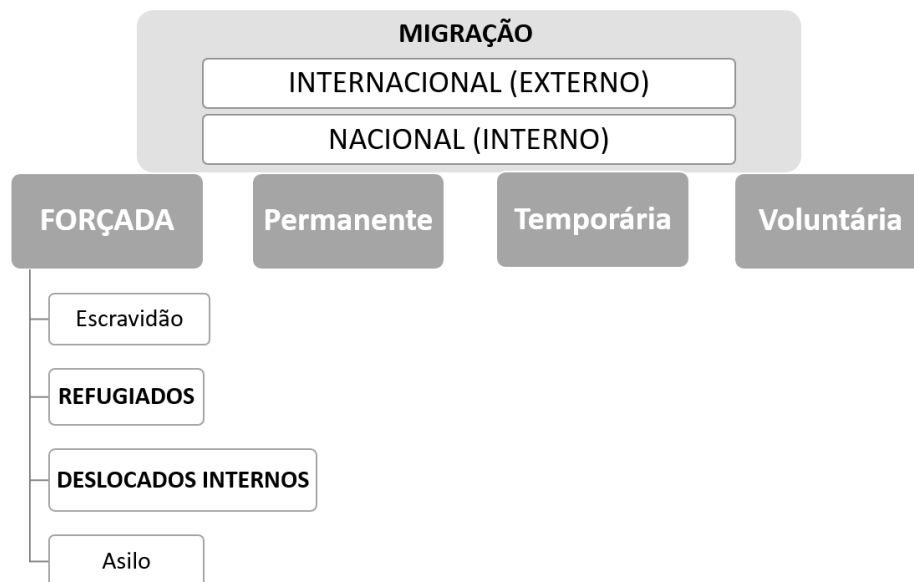
Migração forçada [Deslocamento forçado]: Termo geral usado para caracterizar o movimento migratório em que existe um elemento de coação, nomeadamente ameaças à vida ou à sobrevivência, quer tenham origem em causas naturais, quer em causas provocadas pelo homem (por ex., movimentos de refugiados e pessoas internamente deslocadas, bem como pessoas deslocadas devido a desastres naturais ou ambientais, químicos ou nucleares, fome ou projetos de desenvolvimento) (OIM, 2009, p.41).

Enquanto o termo refugiado se afina com o conceito de deslocamento forçado externo, ou seja, internacional, o termo deslocado interno se limita em função das fronteiras, são os deslocados forçados internos. Precisam de refúgio assim como os refugiados, mas permanecem legalmente sob proteção de seu Estado, simplesmente por não terem cruzado fronteiras internacionais. Conforme definição, se este Estado é o causador do deslocamento ou não, tal não se mostra relevante quanto a se definir a categoria do migrante. As subcategorias de migração podem ser melhor observadas na Figura 11.

Pessoa internamente deslocada [Deslocados internos]: Pessoa ou grupo de pessoas que foram forçadas ou obrigadas a fugir ou a abandonar os seus lares ou locais de residência habitual, em consequência de (ou para evitar os efeitos de) conflitos armados, situações de violência generalizada, violações de direitos humanos ou desastres naturais ou causados pelo Homem e que não atravessaram nenhuma fronteira estadual

internacionalmente reconhecida (Princípio 55 Glossário sobre migração Orientadores em matéria de Deslocações Internas, ONU Doc E/CN.4/1998/53/Add.2.) (OIM, 2009, p. 54).

Figura 11. Migração forçada: Uma categoria de migração



Fonte: AUTORIA PRÓPRIA (2023)

Como se percebe, refugiado e deslocado interno são ambas categorias do termo migrante forçado, ou seja, deslocamento forçado, apenas se diferenciando quanto ao alcance de seu deslocamento. Tal alcance é o definidor do suporte que será dispensado. Deslocamentos forçados externos são atendidos pelas Nações Unidas, os refugiados. Enquanto deslocamentos forçados internos, pelo seu Estado de origem, são os deslocados internos. Contudo, existe um ponto de intercessão em ambas as categorias de migração forçada, direitos humanos desrespeitados, escopo de trabalho das Nações Unidas.

Dadas as históricas repetidas negligências de muitos Estados quanto a prover proteção e garantias de direitos humanos a suas próprias populações quando na categoria de vítimas, como ocorrido no evento em questão, muitos deslocados internos têm sido amparados pelo ACNUR em casos isolados, o que possibilita um vislumbre em se entender o motivo de tais nomenclaturas serem usadas como sinônimos, de forma confusa por vezes, inclusive por parte das Nações Unidas e da própria academia.

Lamentavelmente, não existe uma Organização Internacional ou um tratado juridicamente vinculante que preste serviço especificamente a eles, ou seja, os deslocados internos permanecem, portanto, sob proteção legal de seu próprio governo, ainda que esse mesmo

governo possa ser a causa da fuga. A situação dos deslocados internos deve ser entendida como de alta vulnerabilidade, haja vista as condições reais e concretas em que vivem e as questões psicológicas desencadeadas pela experiência ameaçadora que originou o deslocamento [...] O ACNUR não trabalha diretamente com os deslocados internos, mas, devido ao mandato ampliado pela Assembleia Geral da ONU, esta agência tem amparado milhões de deslocados internos por meio de uma estratégia chamada Abordagem Setorial ou *Cluster approach*, levando o ACNUR a supervisionar as necessidades de abrigo e proteção dos deslocados internos, haja vista que esses deslocados mantêm todos os seus direitos como cidadãos e são protegidos pelos Direitos Humanos e pelo Direito Internacional Humanitário (PACÍFICO, 2020, p.38).

Frente à criação de um mandato ampliado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, focado em atender a questão de deslocados internos que, por vezes, são ignorados em seus direitos humanos por estarem dentro do escopo de assistência de seu Estado, por vezes opressor e/ou negligente, percebe-se que a questão tem conseguido escalar em relevância. Indaga-se se a criação da Abordagem Setorial ou *Cluster approach* não representa, de alguma forma, um tímido escalar da questão a um patamar de importância maior, uma brecha para se discutir uma revisão ou um alargamento conceitual, portanto. De qualquer forma, na prática, parece que tal flexibilidade já vem ocorrendo.

Dado tal falta de estrutura de muitos Estados em apoiar seus deslocados forçados internos, o que acaba sobrecarregando muitas organizações não-governamentais, o próprio ACNUR parece estar tomando para si a liderança em responder a algumas dessas demandas que, de fato, deveriam ser abordadas a nível nacional. Afinal, dentro ou fora de suas fronteiras, essas pessoas têm sido impactadas a nível de direitos humanos²⁷, seu escopo de trabalho. Entretanto, embora já apoiando a questão dos deslocados internos em casos excepcionais desde 1991, o ACNUR faz questão de manter a nomenclatura “non-refugee humanitarian emergencies” nas referências relacionadas a *Cluster Approach*. Talvez uma forma de enfatizar sua participação como uma iniciativa solidária, simplesmente. Algo fora de seu escopo de atuação oficial que, de fato, está relacionado apenas a refugiados.

The Cluster Approach is used for coordinating in non-refugee humanitarian emergencies. Humanitarian organizations have agreed to lead certain clusters at global

²⁷ Reconhece-se a existência do debate em torno do conceito de “direitos humanos”, a qual levanta a parcialidade de abrangência dele. Ao se colocar que a Declaração dos Direitos Humanos foi criada somente após o holocausto judeu, muito tempo depois de vários genocídios como o dos indígenas e dos africanos escravizados, reconhece-se a discussão sobre a parcialidade de tal documento como válida, debate este que afirma que a Declaração dos Direitos Humanos, na prática, acaba não beneficiando a todos. Entretanto, faz-se uso no texto da simples menção do termo direitos humanos, o vocábulo, o conceito, aquele que afirma que todas as pessoas tem garantias de dignidade humana que devem ser respeitadas, os direitos naturais. Conceito este que deu luz a justificativa de se reconhecer, conceituar e militar frente migração forçada e suas categorias.

level, and have defined a cluster structure for non-refugee humanitarian responses at country level. At country level, cluster leadership should ideally mirror global arrangements and clusters are often co-led with government and/or co-chaired with NGO partners. The cluster system emerged to fill accountability gaps in international humanitarian responses. It spreads accountability for the delivery of services (health, shelter, etc.) across different cluster lead agencies, and as a result no single agency is accountable for the entire response. [...] The foundations of the current non-refugee international humanitarian coordination system were established by UN General Assembly Resolution 46/182 (December 1991) [...] Almost 15 years later, in 2005, the “humanitarian reform agenda” introduced several new operational and policy elements to enhance predictability, accountability and partnership. The Cluster Approach was one of the new elements (UNHCR, 2023, s. p.).

Da mesma forma, a Declaração de Nova York para os Refugiados e Migrantes, adotada em 2016 por todos os países-membros das Nações Unidas, sinaliza também que se faz necessário oferecer suporte para os deslocados internos, assim como se faz no caso dos refugiados. Conforme se observa, o próprio título da declaração faz questão de mencionar ambos termos, como que reconhecendo sua diferenciação, mas os elevando em equidade e grau de importância. Ao que tudo indica, a questão de terem ou não cruzado fronteiras parece estar cada vez mais perdendo espaço.

In the 2030 Agenda for Sustainable Development, we pledged that no one would be left behind. [...] We reaffirm today our commitments that relate to the specific needs of migrants or refugees. The 2030 Agenda makes clear, inter alia, that we will facilitate orderly, safe, regular and responsible migration and mobility of people, including through the implementation of planned and well-managed migration policies. The needs of refugees, internally displaced persons and migrants are explicitly recognized (UNHCR, 2016, p.3).

[...]

We recognize the very large number of people who are displaced within national borders and the possibility that such persons might seek protection and assistance in other countries as refugees or migrants. We note the need for reflection on effective strategies to ensure adequate protection and assistance for internally displaced persons and to prevent and reduce such displacement (UNHCR, 2016, p.4).

[...]

We will assist, impartially and on the basis of needs, migrants in countries that are experiencing conflicts or natural disasters, working, as applicable, in coordination with the relevant national authorities (UNHCR, 2016, p.10).

Outras fontes reconhecem discrepâncias quanto ao uso de tais nomenclaturas também. No próprio site da Agência de Refugiados das Nações Unidas, a primeira pergunta mais frequente listada é sobre a diferenciação dos termos refugiados e migrantes: “*Are the terms ‘refugee’ and ‘migrant’ interchangeable?*” As Nações Unidas claramente afirmam que tais são conceitos totalmente diferentes, entretanto, têm sido usados erroneamente como sinônimos por vezes.

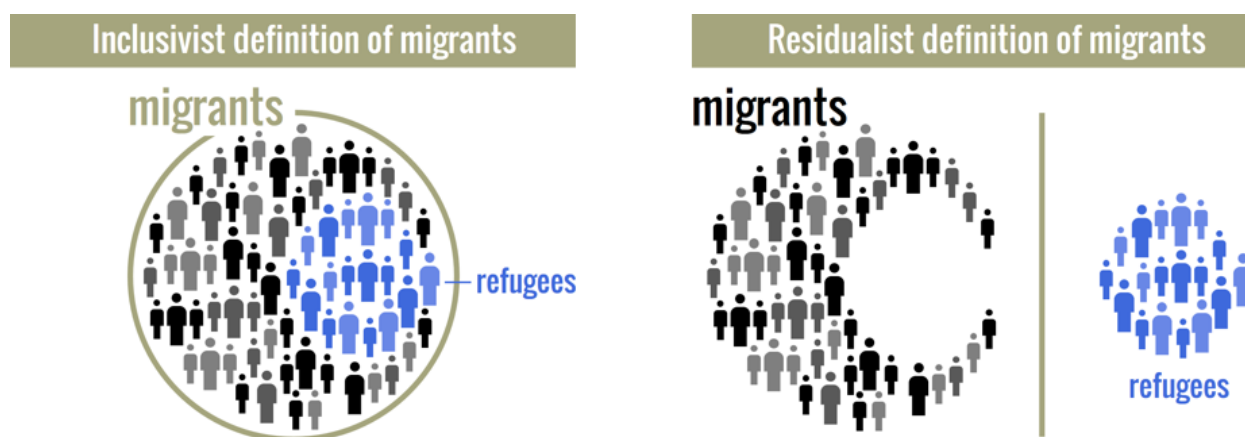
Are the terms ‘refugee’ and ‘migrant’ interchangeable?

No. Although it is becoming increasingly common to see the terms ‘refugee’ and ‘migrant’ used interchangeably in media and public discussions, there is a crucial legal difference between the two. Confusing them can lead to problems for refugees and

asylum-seekers, and for States seeking to respond to mixed movements, as well as to misunderstandings in discussions of asylum and migration (UNHCR, 2023, s.p.).

Em contrapartida, existe uma visão conceitual que não vê refugiado como um tipo de migrante, a “*residualist view*”, conforme Figura 12. Tal entende migrantes como pessoas que se mudaram do seu local de residência, mas não por motivos ligados a fuga, guerra ou perseguição. Em suma, nesta perspectiva conceitual, portanto, refugiados não são migrantes.

Figura 12. Visões diferenciadas dos conceitos de migrante e refugiado



Fonte: MEANINGOFMIGRANTS.ORG (2022)

Turton (2003) afirma tal problemática como complexa, sugerindo que uma reformulação conceitual estrutural seria a solução. Assim como outras fontes também citam, o autor sustenta que a diferença entre refugiados e deslocados internos não é clara e definida. Pelas reativas normalmente se focarem em responder questões humanitárias e políticas em emergência, trata-se de uma questão muito menos conceitual do que prática, para ele. Turton inclusive sugere como lógico a legitimação internacional do termo refugiado interno, de forma a resolver a problemática em torno das nomenclaturas e as limitações que tais geram nas reativas. Coloca que tal termo, refugiados internos, é ideal para contextos nacionais onde apesar do cruzar de fronteiras não ter ocorrido, aconteceram violações de direitos humanos.

[...] it would be logical and understandable to prefer the term ‘internal refugees’ [refugiados internos] to ‘internally displaced persons’ [deslocados internos]. This would both recognise the ‘refugee-like’ situation of the people being referred to and make clear the distinction between them and forced resettlers [reassentamentos forçados], who are also displaced within their own countries but who are not in a ‘refugee-like’ situation. As

noted earlier, however, the logic which dictates the use of ‘internally displaced persons’ rather than ‘internal refugee’ is a practical, not a conceptual one: it has to do with a concern not to undermine the protection available to refugees under the 1951 Convention, which makes ‘alienage’ an ‘essential element’ of the legal definition of a refugee [as affirms Hathaway (1991)] (TURTON, 2003, p. 16).

Turton (2003) aborda sobre a nomenclatura ideal em casos de desastres naturais também, o qual esta pesquisa entende englobando o termo ambiental. Para ele, o termo refugiado interno seria o ideal a ser adotado nesses casos também, uma que vez que essas pessoas categorizam o que ele chama de “*other forced migrants*”, ou seja, uma categoria potencial a ser adicionada dentro de migrações forçadas. Uma vez que desastres obrigam as vítimas a um reassentamento forçado, mesmo que se trate de um deslocamento resultante de um projeto de larga escala em prol do interesse público, para ele se trata, sim, de um contexto de refúgio.

[...] the form of words used to justify the inclusion of those displaced by ‘natural disasters’ [‘internal refugees’] could easily be used to extend the definition to many if not most of today’s forced resettlers [reassentamentos forçados], even though they are not mentioned in the formal definition. Indeed, [...] all human beings have a right to be protected from ‘arbitrary displacement’, including cases of ‘large scale development projects, which are not justified by compelling and overriding public interests [...] the categories ‘refugee’ and ‘internal displaced person’ are also unhelpful when it comes to the observation, description and analysis of empirical data – of the world as it actually is (TURTON, 2003, p. 16).

Ao afirmar que a categoria de deslocados internos é muito imprecisa para ser utilizada, Turton (2003) também coloca que não há unanimidade, definição ou coerência no uso das nomenclaturas relacionadas as categorias de migração forçada. Para ele existem muitas limitações na legislação internacional, o que gera limitantes para que os deslocados internos possam receber o suporte necessário. Para ele, tal precisa ser discutido e mudado a nível de conceituação e legislação internacional.

3.2 O impacto do uso de nomenclaturas diversas em contextos de desastres ambientais tecnológicos

A partir do momento do rompimento da barragem se iniciou um processo de impacto inevitável na identidade das vítimas, de forma muito rápida. O desencontro interior, social e com a própria história desembocou não só em uma busca pela subsistência, agora ameaçada, mas uma busca por um banco de referências que as alicerçassem no mundo novamente, conforme já teorizado por Castells (1999).

Dado a diversidade de nomenclaturas utilizadas para as referenciar, apresentadas estas no subcapítulo anterior, suas identidades, ainda hoje, parecem em processo de transformação indefinido, como se estivessem em discussão, em desacordo, em construção estrutural. Também por tal, essas pessoas claramente refutam a maior parte das nomenclaturas e termos usados nas menções do evento, hora tendo que responder como atingidos, impactados, refugiados e deslocados. Entretanto, sempre como vítimas eternamente injustiçadas.

Tantas nomenclaturas impositivamente colocadas resultaram em indefinições várias e muita revolta. Afinal, é possível possuir um lugar no mundo quando nem mesmo uma identidade se tem mais? Quais exatamente são os direitos de alguém sem categoria, sem classificação na sociedade? Não precisamos todos de nomenclaturas, não é assim que funciona nossa sociedade? Castells (1999) afirma fortemente que dar nome a quem somos não se trata de uma disputa meramente semântica, mas identitária, o que explica muitos dos protestos ainda em curso.

Conforme revisão bibliográfica apresentada, constata-se que o uso de determinadas nomenclaturas para se referenciar vítimas de desastres, cujos deslocamentos muitas vezes são provenientes de causas diferentes, atrasa a consagração de alcances jurídicos e legislativos relacionados, dificulta em entregar os direitos e benefícios das vítimas, e propicia margem de escape nos processos de responsabilização em desastres tecnológicos. Entretanto, tão relevante quanto, verifica-se que esta falta de definição impacta na identidade individual e social dessas pessoas, assim que se enxergam como vítimas.

No que se refere ao evento em questão, foi a empresa responsável pelo evento que impôs tal processo identitário para as vítimas, o que soa como mais uma agressão. Logo na fase burocrática inicial após ao evento, esse processo de dominação²⁸ iniciou. Ao sabor de cada publicação, as vítimas ganharam a etiqueta julgada mais correspondente, sentença essa feita pelo próprio causador do dano, por muitos chamado de agressor, de criminoso. E o pior, muitos nem ganharam etiqueta nenhuma. Simplesmente tiveram sua categoria de vítima não reconhecida. Nenhum suporte. Abandono.

²⁸ Para Castells (1999), as relações sociais se moldam pelas relações de poder e dominação que naturalmente se constituem, seja no âmbito das relações entre os indivíduos ou entre os grupos. Neste sentido, diversas são as formas que essas dominações de poder podem ser circunscritas nos grupos sociais, conforme abordado no subcapítulo 3.1.1. Conforme citação feita referenciando as definições de tais tipos de dominação, destaca-se as relações de poder e subjugação formadas através dominação legitimadora, de resistência e de projetos, conforme definido pelo autor quando discutindo o conceito de identidade.

Era previsível que um conflito invariavelmente se instalaria. Esses que tiveram sua identidade agredida sem critério, autocraticamente e de forma extremamente rápida, exemplificam o que Castells (1999) chama de processo de construção identitária de resistência, refutando a tentativa de dominação nitidamente imposta. Brigam por um espaço no mundo, brigam por voz, por sobreviver. Se não podem ter sua mesma identidade frente à destruição que se instaurou, brigam por uma transformação, mas de acordo com seus critérios também.

Conforme coloca Velho (1981), uma das premissas essenciais em qualquer elaboração é a necessidade de distância, de neutralidade e de imparcialidade, uma vez que envolvimento com qualquer temática a ser definida e desenvolvida pode sempre deformar os feitos e os resultados. Estar familiarizado com determinada cultura, tema ou grupo social, não significa ter conhecimento suficiente para poder apontar definições, conclusões, julgamentos e, portanto, nomenclaturas, ou seja, identidades. Nesse sentido, novamente, como aceitar a empresa causadora e responsável pelo dano, inclusive em esfera criminal, como a detentora do poder de nomear sua vítima? Muitos precedentes se abrem aqui. Tal caracteriza o que Castells (1999) chama de identidade imposta, legitimadora.

Após o desastre de Mariana coube as empresas causadoras do dano realizarem o cadastramento emergencial dos atingidos. Esta incumbência com o TTAC (CLÁUSULA 19) passou a ser da Fundação Renova (através do Cadastro Integrado) e compunha um dos programas, o “Programa de levantamento e de cadastro dos IMPACTADOS”, que deveria ser realizado em até 8 meses após a assinatura do acordo. Uma consequência de atribuir o cadastramento às empresas causadoras do dano e a fundação criada por elas para realizar a execução das medidas reparatórias e compensatórias, foi que elas passaram a concentrar um poder de definição oficial de quem são atingidos e, consequentemente, quem faria jus ao auxílio financeiro e a eventual indenização, sem dar espaço para os indivíduos formularem sua identidade de atingido ou compreenderem-se como parte deste grupo (TERRA, 2022, p. 122).

E ao se tentar legitimar nomenclaturas pela imposição, além de se produzir potenciais conflitos de resistência por parte do meio, termos estes de Castells (1999), fere-se também o conceito de sofrimento social de Zhouri et al. (2016). Para tais autores, sofrimento social consiste em experiências provocadas e disseminadas no interior do funcionamento de determinado meio, o desumanizando. Tal vulnerabilização social tratada com uma abordagem meramente técnica e administrativa da vítima ataca a identidade destruída da vítima muito mais. Além de ter tido sua identidade agredida, as vítimas agora precisam provar que são vítimas, o que Zhouri chama de uma quase metrificação dos sofrimentos.

Deve-se ressaltar que, em geral, o tratamento institucional dispensado aos atingidos constitui o principal fator capaz de engendrar o sofrimento social dos afetados, que resulta

daquilo que o poder político, econômico e institucional faz às pessoas e, reciprocamente, de como estas mesmas formas de poder influenciam as respostas aos problemas sociais. O conceito de sofrimento social permite evidenciar que as aflições vividas por determinados grupos sociais não são resultantes exclusivamente de contingências, infortúnios e acasos, mas consistem em experiências ativamente produzidas e distribuídas no interior da ordem social. No caso em tela [rompimento da barragem de Mariana], trata-se de um evento crítico cujas raízes sociopolíticas estão associadas à reprodução de conflitos ambientais pretéritos. No Brasil, estudos apontam os efeitos de uma definição técnica e administrativa do atingido, em que o sofrimento só existe se apropriável como “sofrimento métrico”, ou seja, se demonstrável por diagnósticos, laudos e exames. A noção de sofrimento social permite-nos sair dessa perspectiva biomédica estrita, para compreender os aspectos socioculturais que engendram o sofrimento dos atingidos. Tais aspectos se relacionam à intersecção entre os eventos físicos e o modo como os grupos afetados reagem a eles, às formas de interlocução que lhes são exigidas, por um lado; e, por outro, ao modo como as agências corporativas e públicas respondem institucionalmente às suas demandas, submetendo-as a uma inflexão técnica que promove a desautorização de suas narrativas (ZHOURI, 2016, p. 38).

O reconhecimento da história, da dor e do que aconteceu necessariamente deve fazer parte do processo (ZHOURI, 2016). Ataques ao sofrimento social da vítima com imposições legitimadoras intensificam a resistência (CASTELLS, 1999). Ao se desmerecer as narrativas das vítimas e se negar suas demandas mais mínimas, percebe-se que se prejudicou o processo de superação do evento, muito mais.

Questiona-se, assim, se os protestos das vítimas não camuflam inconscientemente tal crise identitária, uma renegociação sociocultural, uma busca de referencial. Deslocados e descentralizados de seus alicerces, essas pessoas parecem se ver acuadas a buscar novos referenciais de identificação e afirmação também. Nesse sentido, a busca por identidade salta como uma questão de sobrevivência tão importante quanto as necessidades econômicas e de saúde que os protestos clamam. Nesse sentido, a nomenclatura faz toda diferença, pelo menos para elas.

3.3 Casos de racismo ambiental verificados

Conforme levantado no Capítulo II, o rompimento da barragem do Fundão é um evento de muitos desastres. Mariana, portanto, é apenas um dos desastres resultantes, assim como Barra Longa é. Como analisar casos de racismo ambiental como um todo seria impraticável, dado a complexibilidade de tantos desastres e contextos sociais diferentes, foi trazido a luz casos de racismo ambiental somente relacionados a Barra longa, como uma amostra retirada do evento. Para tal, foi utilizado o documento “ATA de Audiência Pública em Barra Longa (PR-MG-

00000261/2020)”, o qual aglutina diversos relatos testemunhando racismo ambiental e violações aos Direitos Humanos praticados pela Fundação Renova.

3.3.1 *Os relatos*

Neste subitem pretende-se analisar o documento resultante da audiência pública realizada na Câmara Municipal de Barra Longa, a ATA de Audiência Pública em Barra Longa (PR-MG-00000261/2020), o qual aglutina as falas reproduzidas. Tal permitiu uma análise minuciosa dos inúmeros relatos testemunhando racismo ambiental. Salienta-se que todas as menções dos vocábulos negro, pardo e descendentes feitas pela autora no decorrer deste subcapítulo foi em referência a classificação do IBGE. Conforme informado anteriormente, a ATA está anexada na íntegra no Anexo IV.

“Aos 22 de novembro de 2019, às 19 horas, o Procurador Regional dos Direitos do Cidadão, Dr. Helder Magno da Silva, iniciou a audiência pública na Câmara Municipal de Barra Longa, com a presença dos moradores de Barra Longa [...], Ministério Público Federal, [e muitas representações]” (p.1). Como as acusações relacionadas a racismo ambiental contra a FR são inúmeras, várias representações relacionadas com a causa foram também convidadas, dentre elas: a AFRODON, uma organização do movimento negro de defesa da igualdade racial; o Centro de Convivência Negra da UFMG; o ALÁFIA, também parte da UFMG; o UNEGRO; o Coletivo de Entidades Negras – CEN e a Coordenação Nacional de Entidades Negras.

Conforme relato de Veronica, membra da assessoria técnica dos atingidos, existe um processo histórico de racismo na região, este perpetuado pelas mineradoras. Da mesma forma, percebe-se em suas palavras que a mesma enxerga a FR como uma representante dos interesses das mineradoras. Tal justifica as vítimas não terem poder de participação, voz ou acesso à informação nos processos de reparação conduzidos pela FR.

Veronica (Membra da assessoria técnica dos atingidos): “Boa noite a todos e todas, eu sou Verônica, sou advogada, historiadora e componho a assessoria técnica dos atingidos [...]. Que é a gente colocar e trazer de forma clara, com a voz dos atingidos, o sentimento dos atingidos **um processo histórico de racismo e violação que é perpetrado pela mineração e hoje é reforçado [pelo...] pelo processo de reparação na figura da Fundação Renova, né?** E dizer que a luta pelo direito, [pela...] pela reparação, ela passa, inclusive, pela garantia das assessorias técnicas [aos atingi...] aos **municípios atingidos**, que quatro anos depois **seguem sem direito à informação, sem direito à participação** e sem conduzir o processo com centralidade [e...] e poder de decisão real”. (sic passim) (grifos de autor) (MPF, 2020, p.9)

Dr. Helder Magno da Silva, Procurador Regional dos Direitos do Cidadão, afirma ter recebido um ofício de um vereador local acusando a FR em demorar ou criar dificuldades para atender especificamente vítimas negras (pretos e pardos - classificação do IBGE), pobres e militantes. Salienta também que tais casos de assédio moral nem sempre são perceptíveis.

Dr Helder Magno da Silva (Procurador Regional dos Direitos do Cidadão): **“o Ministério Público Federal recebeu um ofício subscrito pelo Wagner, Vereador daqui de Barra Longa, também conhecido como Marreta, questionando a Fundação Renova o porquê da demora ou das delongas no atendimento a atingidos negros e militantes. Essa Audiência Pública se faz necessária [...] porque atos de racismo, atos de assédio moral, nem sempre são atos visíveis. Não é aquela situação de preconceito tão clara. [...] peço licença a você pra citar uma situação concreta pra mim. [...] cito o exemplo da D. Geralda, mais uma vez. D. Geralda tinha oitenta anos, ela tinha acabado de comprar uma máquina de lavar roupas, porque a vizinha dela, D. Marimeire, tinha duas máquinas de lavar e ela percebeu que, por exemplo, ela tava ficando velha, já estava com oitenta anos, tava tendo problema de coluna para lavar roupa. [...] A D. Geralda colocou essa pedido para a Renova. A Renova, [quando... quando... é... ela...] pras pessoas que saíram da casa, ela deu um kit móveis. [...] A primeira resposta foi assim: ‘Não, é porque a Renova deu foi tanquinho pra todo mundo’. Então, já começa por aí que é um ponto que a gente precisa entender: se deu tanquinho pra todo mundo, mas nós não tivemos um programa do Governo Federal que era pra facilitar a compra de máquina de lavar, de geladeiras pras pessoas, pra dar acesso a equipamentos mais modernos, [...] com mais amplitude? Então a gente precisa pensar exatamente isso: essa escolha pelo tanquinho já não é uma forma de tratar de forma preconceituosa as pessoas? [...] D. Geralda continuou cobrando e eu continuei cobrando e, talvez, a Simone depois vai nos ajudar a falar quando foi que a máquina de lavar da D. Geralda finalmente foi entregue, ou uma das outras filhas dela... [Simone diz: “Pediram um laudo pra ela, médico, que se ela provar que num conseguia torcer”] [...] Mas, o fato é que ela, como atingida, ela informou que ela tinha uma máquina de lavar, que ela precisava da máquina de lavar, em razão da sua questão de saúde. [...] o tempo] As vezes que eu tive oportunidade de falar com o Igor, da Fundação Renova, não foi uma, não foi duas, não foram três, deve ter sido bem mais do que isso. Então, isso são situações que intimamente me levam a me convencer de que, sim, de que há uma forma de tratamento discriminatória em relação a pessoas de pele negra. [Isso...] Isso fica evidente, porque, sobretudo, se eu comparo a situação da D. Geralda com a situação da D. Marimeire, sem nenhum demérito à D. Marimeire, sem nenhum demérito à D. Marimeire! Mas por que que o pedido da D. Marimeire é atendido e da D. Geralda, sua vizinha, não é atendido no tempo e na hora necessária? Por que que a palavra dessa atingida não é ouvida? Então, sem mais delongas, [...] esse... esse...] esses quadros a gente precisa entender: se isso é decorrente de um racismo institucionalizado, de um racismo institucional, numa forma de ver os atingidos. Se é só em relação aos atingidos pretos, se é em relação aos atingidos pobres, se é em relação aos atingidos militantes [...]”** (sic passim) (grifos de autor) (MPF, 2020, p. 13).²⁹

De acordo com a vítima Sérgio Fábio do Carmo, também membro da comissão de atingidos, do coletivo de saúde, e da editoria-chefe do jornal A Sirene, a questão dos garimpeiros também

²⁹ Considerando a densidade da narração, entendeu-se que o fracionar e diminuir ainda mais o relato acarretaria em perda de contexto e compreensão. Tal justifica o tamanho da citação.

merece destaque. Salienta a situação histórica marginalizada dos negros (pretos e pardos - classificação do IBGE) trazidos da África para a região na época colonial, muitos ocupando funções no garimpo. Conforme coloca, Minas Gerais teve sua economia levantada pelo trabalho dessa classe, que deu origem a uma série de comunidades tradicionais como quilombolas, ribeirinhas e recantiados. Sérgio do Carmo afirma que essas pessoas, gerações seguidas de profissionais do garimpo que perderam sua atividade de subsistência pela contaminação do rio, não são reconhecidos como vítimas pela FR na justificativa de tal atividade ser considerada ilegal. Por tal, não recebem reparação.

Sérgio Fábio do Carmo (Vítima: Sérgio Papagaio) (Membro da comissão de atingidos, do coletivo de saúde, e da editoria-chefe do jornal A Sirene): eu gostaria de fazer uma fala reta sobre o garimpo. **Eu não sei se todos vocês sabem, mas o estado das Minas Gerais foi inventado pelos garimpeiros.** Quando descobriu-se ouro em Mariana e, mais tarde, descobriu ouro em Ouro Preto, a Coroa Portuguesa veio e afixou-se em Ouro Preto e a Igreja exigiu a parte dela. Portanto, foi dado à Igreja Católica o garimpo de Mariana pra baixo, no sentido rio Carmo e o ouro de Ouro Preto ficou com a Coroa. Nesta época, Ouro Preto foi recenseada com oitenta mil habitantes. A maior cidade da América Latina. **Só que os negros, arrancadas da África e trazidos [para...] para o trabalho escravo na região, tanto para o garimpo do Império quanto para o garimpo da Igreja, não foram recenseados. E somavam-se cento e sessenta e três mil negros e negras, que se espalharam de Ouro Preto até Barra Longa.** Porque desceram o rio procurando terra fértil para produzir alimento pro garimpo e encontraram essas terras em Barra Longa. Mas também encontraram ouro em Barra Longa. Então, estabeleceu-se um garimpo em Ouro Preto do Império e o garimpo de Mariana a Barra Longa da Igreja. [E...] **Passou-se o tempo, [o...] acabou-se o ouro e os garimpeiros foram colocados como marginais, como utensílios descartáveis e jogados à margem da sociedade. Hoje, a Fundação Renova diz que não pode reconhecer os garimpeiros porque o garimpo é uma atividade ilegal. E eu afirmo que, pela Convenção 169, o garimpo é a comunidade tradicional garimpeira do estado de Minas Gerais. [E...] No caso, esse garimpo que eu coordeno, que eu represento aqui neste momento, é uma comunidade tradicional, é um continente no qual está inserido vários conteúdos de outras comunidades tradicionais, porque, para que o garimpo se desenvolvesse, foi preciso que estabelecesse várias comunidades quilombolas dos negros arrancados da África. Para que o garimpo [é...] funcionasse, foi preciso estabelecer comunidades ribeirinhas e tem recantiados... E temos uma série de comunidades tradicionais dentro desse continente garimpo. E quando a Renova diz que só reconhece os faiscadores, ela faz como os portugueses que chegaram aqui e colocaram o nome nos índios de botocudos, que é um termo pejorativo, que eles tentam fazer com os garimpeiros, de dizer que eles são faiscadores. O estado de Minas Gerais não foi inventado pela faiscção e, sim, pelo garimpo. Portanto, somos garimpeiros. [E pelo...] Após o rompimento da barragem, a barragem de Fundão, além da lama que revolveu e contaminou o rio, foram colocadas várias pedras, como eles dizem, roncamento, nas margens do rio Carmo que impede qualquer prática de garimpo, seja ela motorizada, seja ela manual, seja ela de qualquer forma. Portanto, nós que fomos atingidos neste grau, pedimos reconhecimento e reparação** (sic passim) (grifos de autor) (MPF, 2020, p. 16).³⁰

³⁰ Considerando a densidade da narração, entendeu-se que o fracionar e diminuir ainda mais o relato acarretaria em perda de contexto e compreensão. Tal justifica o tamanho da citação.

Carmem Lúcia Cardoso da Silva, vítima cortadora de cana que se autodefine como negra, afirma que a FR cortou seu cartão-benefício de forma irreversível, com a justificativa de que a mesma não qualifica como vítima do evento. Compara sua situação com outras vítimas que não tiveram seus cartões descontinuados também. Durante seu relato, o público da audiência se manifestou afirmando que tal aconteceu por ela se tratar de uma pessoa negra (pretos e pardos - classificação do IBGE).

D. Carmem Lúcia Cardoso da Silva (Vítima cortadora de cana/Autodefine-se como negra): “[...] Que nós, toda vida que eu trabalhei no Lontra, nós cortava cana, desde de sete anos nós trabaia na roça, nós nunca ficamo parado em casa, né? [Eles é...] Ai nós fomo lá neles, né? **Eles deram o cartão pra nós. Eles agora cortaram nosso cartão. E lá na Renova eles tiveram coragem de falar comigo ainda que: ‘Nós não precisa pensar que esse cartão volta porque não tem volta mais não.’** Ai eu peguei e falei assim: ‘Mas não volta, mas nós não voltamo a trabalhar porque serviço aqui não tem pra ninguém.[...] Minha casa tá lá ó, em área de risco, toda trincada. [...] **e ainda tem coragem de falar que a gente não foi atingida...** O menino perdeu a saúde depois da lama pra cá. [...] Gastando com o menino, com doença, e eles ainda tem coragem de falar que nós não fomo atingida, sendo que nós morava e mora em frente o rio, guentando aquela catinga toda lá em cima, né? E ainda tem coragem que falar que nós não fomo atingida... E eu tô lá em área de risco. Minha casa tá lá cai não cai! Pedimo a televisão e tava chovendo e minha televisão queimou de tanto cair água em cima dela. E nós aqui preso, porque passava caminhão pesado por cima da nossa casa, passava por baixo. Inda, mesmo assim, tem gente com coragem de falar que nós não fomos atingida, **que nós não precisamos igual lá em baixo**, por causa disso que eles falou: ‘**cês não foi reconhecida, não. Se esse cartão for cortado, ele não tem volta mais.** [...] Como que nós vamo viver sem trabalhar? Se cortou o cartão e nós parado? Todo mundo desempregado. [...] **[Pessoa da Assembleia diz: “Ô Lúcia! Fala aí pro pessoal que os únicos que tiveram o cartão cortado foi só os negro.”]**. É isso. **Cortou o cartão foi só o nosso, cortador de cana, foi só de quatro cortador de cana. O resto não foi cortando [Pessoa da Assembleia diz: “Só dos preto!”]**. É, só dos preto que foi cortado! [...] (sic passim) (grifos de autor) (MPF, 2020, p. 24).

A vítima militante membra do movimento do MAB e da Comissão dos Atingidos de toda Bacia do Rio Doce de cana, Maria das Graças Lima Bento, salienta a demora e ineficiência da FR em responder as demandas das vítimas do evento, salientando que muitas pessoas estão sem cartão-benefício. Durante seu relato, o público da audiência se manifestou destacando que isso normalmente ocorre quando se trata de militantes.

D. Gracinha (Maria das Graças Lima Bento) (Vítima militante membra do movimento do MAB e da Comissão dos Atingidos de toda Bacia do Rio Doce): “[...] nós viemo achando que a Renova não ia comparecer, porque é o costume dela, né? [...] Nós temos uma assessoria muito boa que trabalha junto com nós. [...] **Agora, só nós num sabemos porque que a resposta demora tanto vir pra nós.** [...] Então, [tá esperando...] nós tamo esperando resposta da Renova, resposta das empresa porque tá indo pra lá, todos trabalho tá indo pra lá. As diretrizes tá indo. A gente faz e encaminha pra lá. Agora por quê que essa resposta não tá vindo? Cadê o respeito com os atingidos? [...] **[Pessoa da Assembleia diz: “Tia, lembra aí que a reforma da casa é só pra quem não é militante. Lá em Gesteira. Quem é militante, quem participa da luta, eles não reforma a casa. Só de quem não é militante!”]** Isso! Muitas vez essa Renova precisa dum aperto maior, porque senão nós

vamo viver assim não sabe nem até quando. **E muitas pessoa tá sem cartão, viu, gente? Não foi nem reconhecido ainda [...]** (sic passim) (grifos de autor) (MPF, 2020, p. 25).

Wagner Eduardo da Silva, vítima e militante, destaca a injustiça e discriminação que configura ser ou não reconhecido, simplesmente pela cor da pele e classe social. Salienta também ter sido informada que caso quisesse receber seu reconhecimento e direitos precisava deixar de ser militante da causa.

Wagner Eduardo da Silva (Vítima militante): **É muito triste, né? A gente ser reconhecido pela pele, né?** É muito triste: ‘[A...] Vou indenizar fulano, você espera’. É o que a gente mais se vê aqui em Barra Longa. Esse bando de criminosos, bando de assassinos, [...] Os senhores estão aqui presente aqui hoje [Dirige-se aos representantes da Fundação Renova], me parece que é a primeira vez, né? [...] **Porque quando eu falo assim discriminação, eu falo por parte de pele, lógico, e também a maneira de se tratar o atingido. ‘O fazendeiro tem um direito X, a não, aquele ali é pobre, aquele ali o direito dele vai ser de X não. E vai ser pago mais pra frente’. [...]** Aconteceu comigo também, que eu sou militante, toda manifestação que faz eu tô dentro, cê entendeu? Então me falaram, me falaram: ‘Oh, cê quê ter o direito [é...] reconhecido? Sai fora da BR, sai fora dessa luta’” (sic passim) (grifos de autor) (MPF, 2020, p. 28).

Cristiane, vítima e militante que se autodefine como negra, destaca que existe corrupção de superfaturamento envolvida na questão. Afirmo também que teve sua energia elétrica cortada por três dias, por ser militante.

Cristiane (Vítima e militante/ Autodefine-se como negra): “Então, eu também esqueci de falar uma coisa, sabe? E [é...] é super [fatura...] faturado, porque, o que que aconteceu: **eu tava fazendo militância, fiquemo três dias na BR, aí vieram e cortaram a luz porque eles paga, né? Aí cortaram a minha luz, fiquei três dias sem luz. Quando foi lá, [é, colocaram, me deram...] aí quebraram minha geladeira, tive que fazer maior auê, me deram outra geladeira. Só que a geladeira que eles me deram no papel tá dois mil, quatrocentos e cinquenta. [E...] Eu vi, na Casas Bahia, mil e seiscentos. Cê vê? [...]** Olha, gente, [é, é, é...] é triste, é triste, por ser militante e por ser preta. Eu sou branca assim, ó, [mas o meu, o meu, meu povo era, era...] meu vô era alemão, mas a minha avó [era...] era pretinha, pretinha, pretinha. Pode ver que eu tenho o nariz meio chato” (sic passim) (grifos de autor) (MPF, 2020, p. 33).

Gilda Maria Cardoso Machado, vítima que se autodefine como negra, questiona a situação das vítimas negras e pobres, que perderam suas formas de ganhar o sustento e tiveram o cartão-benefício descontinuado. Afirmo que as seis vítimas que perderam a assistência são negras, o que denota casos de racismo.

Gilda Maria Cardoso Machado (Vítima/ Autodefine-se como negra): [...] **“Na hora de acabar com o serviço da gente, que é preto, que é pobre... O engenho lá ondê que nós trabalhava, vocês cortou nosso cartão. [...]** Agora, os rico, fazendeiro tão lucrando. Por que? A turma vem de fora, traz os trabalhador de fora pra [traba...] o serviço de roça aqui. Agora, a gente, cês **cortaram o cartão**, falaram: ‘Vai lá nos escritório aqui’. Eles fala que não tem vorta. E nosso serviço? Vocês voltou com nosso serviço? Num voltou, nós não tem nosso serviço mais [...] Nós mora no alto do morro, Volta da Capela. Toda vida é

prejudicada. **Será que é porquê nós somos preto? Somos lá alto do morro? Porque [de...] dos outros vocês não cortaram. Por que que cortou só de nós seis?** pessoa que trabalhava lá na cachaça Tiara? [Pessoa da Assembleia diz: **“E os seis é negro né?”**] **Nós somos preto. Nós somos cabelo ruim. E por conta disso?** [Aplausos e gritos da Assembleia] [...] Os garimpeiro tinha o rio pra trabalhá, hoje não tem mais. Como que vai entrar nesse rio infectado do jeito que tá? **Vocês não queria que ninguém soubesse que nós támo contaminado, mas aqui nós támo contaminado.** Só por milagre de Deus! Então, cês põe a mão na consciência e olha isso pra gente” [...] (sic passim) (grifos de autor) (MPF, 2020, p. 35).

Adriano Felipe da Silva, vítima, afirma existir muito racismo envolvido, até mesmo por parte da polícia, que trabalha focada em conter as militâncias ameaçando suas lideranças. Adriano salienta que a maior parte dos militantes são negros e pobres.

Adriano Felipe da Silva (Vítima): [...] “Então, gente, **o que eu quero dizer, simplesmente, que todo mundo já sabe. Tá difundido.** [Falo...] Falo aqui: **o racismo aqui em Bara Longa é pesado!** [...] **Quando chegou, há pouco tempo lá, 5 camburão de polícia, tudo com arma pesada lá, eles perguntou o quê? ‘Quem tá representando vocês aqui? Quem é a liderança suas aqui?’.** **Que só tinha preto e pobre lá.** [Pessoa da assembleia diz: **“Queriam matar nós na BR”**] **Queriam matar nós.** Aí que Marreta chegou [Pessoa da assembleia diz: **“Polícia de três cidades”**] e foi conversar com eles e eles foram embora, mas por eles tinha que processado, dando qualquer coisa pra nós sair. Eles tinham outro e tinha nós ali. [Pessoa da assembleia diz: **“Ameaçou sumir com atingido negro”**] Isso! Então, gente, [eu só falei aqui...] tô falando as palavra que todo mundo aqui... [...] (sic passim) (grifos de autor) (MPF, 2020, p. 35).

Professora, Dulce Maria Pereira, compara a situação das vítimas do evento com um contexto de *Apartheid*, afirmando que através de suas pesquisas se concluiu a existência de contextos de extrema desigualdade na reparação dada por parte da FR, desigualdade indiscutivelmente vinculada a questões étnicas, racistas. Faz também comparações com posições históricas coloniais como capataz, capitão do mato, senhores e negro torturado, implicando que a história se repete. Agrega a seu relato discussões relacionadas a necroengenharia também, o que define como engenharia da morte. Faz uso de termos como racismo materializado no território, massacre humano e subqualidade de vida.

Dulce Maria Pereira (professora): “[É...] Quando a minha equipe começou a fazer [um...] um levantamento físico [é...] dos processos de [é...] danos socioambientais, [uma das...] uma das pessoas [voltou muito...] voltou arrasada, dizendo [que não tinha, que...] que estava muito assustada com o processo de desigualdade de tratamento no território. Aí nós fizemos um estudo estatístico [...] e incluímos, obviamente, o dado sobre origem étnica. **É impressionante! É um apartheid! Apartheid quer dizer: [desenvolver...] desenvolvimento desigual. É terrível!** Por exemplo, um dos dados que nós constatamos foi que: **um único pequeno produtor negro teve atendimento digno, à altura do que foi o atendimento de outros não negros, portanto, brancos, [é...] pessoas já capitalizadas, quer dizer com dinheiro, e que tiveram realmente um atendimento de qualidade. Eu não preciso citar isso, é visível!** Se vocês vão, ali, pras estradas, mais sentido Gesteira, vai por ali, vocês conseguem ver a desigualdade no tratamento dado, inclusive, aos processos, aquilo que a gente chama de remediação. [...] Mas por quê que só um negro

[foi...] teve um tratamento adequado? E teve as suas reivindicações atendidas? Ele mesmo diz, ele mesmo diz: porque ele foi cooptado pela Renova, porque ele, como é que é? [Pessoa da assembleia diz: “Ele foi comprado”] Ele foi comprado, é? Então, aí, as pessoas sabem. Eu não vou falar nomes. [Eu...] Vocês sabem que é verdade, porque, inclusive, foi alguém que trabalhava contra os outros negros e os outros atingidos e aí, assim, ele conseguiu privilégios. [Aquilo que nos...] Aliás, [a gente chama das...] é o capataz, não é? [O cara que serve o...] É o cara negro, capitão do mato, que serve os senhores, torturando, inclusive, os seus iguais. Agora, gente, [o racismo, o racismo é...] o racismo é algo tão extraordinariamente eficiente, que eu me lembro de algumas pessoas que moram no Centro reclamando, reclamando, que eles tinham sido atingidos: ‘Ah, o pessoal lá no morro não foi’, por quê? Porque no morro moravam [os... os...] os negros, moravam os pobres, as mães solteiras, as senhoras mais velhas, etc.. Só que, qual foi o nosso espanto, quando nós vimos algo que na Engenharia nós chamamos de necroengenharia. Necroengenharia é a engenharia da morte, é a engenharia para a morte. [...] Ai começamos a ouvir gente falar assim: ‘Ah, aqui num tinha lama, mas a lama foi levada pra cima do morro’. [...] Eu nunca vi alguém carregar a lama do centro da cidade pras áreas periféricas, a não ser por prática de racismo tecnológico! A não ser por práticas racistas! [Assembleia reage em concordância, aplaudindo] Agora eu quero que vocês me digam qual é a lógica, qual é a lógica, [qual é o s...]. Gente, o quê que tem na cabeça do ser humano que usa a tecnologia pra fazer uma coisa dessas? Cá entre nós! Não dá vergonha, minha querida colega Tatiana, de pertencer a uma instituição onde alguns dos nossos colegas, que participaram dessa coisa abominável: distribuir, inclusive, distribuir, inclusive, essa lama que carrega rejeitos! E por último, eu vou só dizer o seguinte: há um processo terrível em relação às mulheres! Há um processo que precisa ser muito bem trabalhado, que inclui a infertilidade de homens, inclui a infertilidade e aborto de mamíferos, mas que, de forma dramática, inclui os abortos relatados e que ocorrem por determinadas combinações de metais. De mudanças do ambiente. E há uma discriminação espetacular com Barra Longa. [É...] É o limite entre o racismo e a discriminação, a desqualificação de um povo inteiro. Primeiro, obviamente, da questão da forma como não se reconhece o coletivo atingido: quem tem o nível de contaminantes do ar que vocês têm aqui, é atingido! Só não é se não respira, né? [Aplausos da Assembleia] Mas, mas, vejam, vejam, quando a gente pensa que esses contaminantes combinados [com...] com os resíduos humanos, vocês tiveram, [eu fique...] nós ficamos muito impressionados quando nós vimos o que aconteceu com o tratamento do esgoto. O tratamento do esgoto que foi feito, sobretudo na casa das pessoas negras, das pessoas mais pobres, é abominável, é abominável [que se...] que, por exemplo – vocês podem dizer e vocês sabem disso, porque tá no quintal de vocês, está no quintal de vocês – que se faça um tratamento de esgoto que distribui o esgoto a praticamente a céu aberto antes de chegar no rio. Isso não se faz com as casas e as habitações das pessoas [de mais nível... de certa forma...] que tem mais capital, que acumularam capital, que tem mais voz na sociedade. Essa é uma forma de tratar de forma extraordinariamente desigual pessoas que são vulnerabilizadas, porque vocês não eram tão vulneráveis. Vocês comem pior, vocês têm uma série de pressões. Então, há perda, de fato, de qualidade de vida e essa qualidade de vida é, inclusive, tecnológica, porque como que pode fazer tratamento de esgoto dessa forma? Sobretudo, porque há uma combinação entre esgoto e metais que gera vírus, que gera adenovírus, adenovírus humanos que nós encontramos aqui. [...] Acontece que esses ambientes são férteis para produção desses adenovírus, que são vírus humanos. [...] Então, gente, olha, isso é o racismo materializado no território. Além da desqualificação, olha, chama de macaco, me chama, pergunta: ‘Quem que essa negra pensa que é?’. Pouco me importa, pouco me importa. Eu num tenho a cabeça racista dos outros, se é dos outros, não é a minha. Mas esse massacre humano no território é absurdo, é absurdo! Então, eu acho, eu acho... [É, É...] Lamentavelmente, não é muito diferente daquilo que a gente criticava na África do Sul. Não é nada diferente daquilo que a gente viu na Austrália com os aborígenes. É a mesma coisa, é a mesma coisa. Isso em pleno século 21. Então eu acho que é preciso entender que a materialização do racismo [torna as pessoas...] trata as pessoas de

forma desigual. Tenta dividir a sociedade, inclusive, colocando negros que não entendem que ele também será vítima disso de outra forma. E, principalmente, promove uma subqualidade de vida, muito abaixo daquela que vocês tinham antes. E, cá entre nós, é uma vergonha pro Brasil, é uma vergonha pro nosso processo de tecnologia. É uma vergonha pro nosso processo de medicina, porque como é que uma médica ou um médico, uma mulher que chega lá vivendo um processo de expulsão, será que ela não estudou, por acaso, não sabe, que determinadas combinações causam aborto? São responsáveis pelo aborto? Se quiser, tem texto, milhares de textos na internet por aí, sobre isso. Então, por favor, entendam: não é uma coisinha pequena essa. Essa é uma questão de forma e modelo de se tratar as pessoas de forma desigual. Uns são iguais, porém outros são mais iguais. Se alguns são mais iguais, os outros são menos iguais” (sic passim) (grifos de autor) (MPF, 2020, p. 38).³¹

Vítima, Aline Monteiro Fraga Mol, levanta a situação das vítimas que possuem alguma deficiência, crianças e idosos, que seguem sem reparação adequada. Salienta que os arredores de sua moradia estão cercados de lama, o que problematiza ainda mais os quadros de saúde precários que se instauraram.

Aline Monteiro Fraga Mol (Vítima de São Gonçalo): “[...] Aqui, eu hoje tô aqui representando São Gonçalo, que é onde eu moro, representando a minha família, família de todos lá em casa, por quê? **Lá tem deficientes... Eu que sou branca, eu num sou negra, mas também senti um pouco de discriminação, porque tem deficientes, tem crianças, tem idosos que já caíram em mata burros, abertos, que continuam lá. Falaram que vão arrumar e até hoje! Já foram pra quatro anos. Nós não recebemos nada.** [...] Foi uma vez um helicóptero pra mandar remédio, quando a lama veio, porque não tinha. **Eu cansei de ultrapassar essa lama pra lá e pra cá, vindo buscar remédio.** Nesses quatro anos, todos os dias quase eu tinha que ir buscar remédio. [...] Meu marido um dia chegou em casa... só o olho, assim, que cê enxergava nele. O resto do corpo era lama pura. E num é só meu marido não, os vizinhos todos de lá passaram por isso. E eu acho que é um absurdo, porque eles falaram: ‘Ah, não, que vocês não têm o direito porque ocês... A lama não foi na sua casa’. [Mas se a sua casa tem um...] Pro cê sair da sua casa, cê tem que passar por uma estrada, que se essa estrada está invadida, cê vai passar aonde? Cê num vai voar... Cê não tem asa... [...] **nós queremos respeito e dignidade!** [...]” (sic passim) (grifos de autor) (MPF, 2020, p. 44).

Letícia Oliveira, membra do MAB, destaca a abordagem discriminatória da polícia militar local para com as vítimas militantes do MAB, incluindo ameaças e desrespeito. Levanta também a existência de um tratamento mais privilegiado para com vítimas brancas e vítimas de classes sociais mais elevadas, por parte da FR. Da mesma forma, reforça a fala de uma pessoa que estava na audiência ouvindo seu relato, sobre a Polícia Militar se recusar a registrar Boletim de Ocorrência contra a FR.

³¹ Considerando a densidade da narração, entendeu-se que o fracionar e diminuir ainda mais o relato acarretaria em perda de contexto e compreensão. Tal justifica o tamanho da citação.

Letícia Oliveira (MAB): “[...] então, eu queria dizer uma coisa importante, que Éder disse no início aqui, e também contar um pouco mais [...] **de algumas abordagens que a Polícia Militar de Barra Longa fez nos últimos meses, aqui em Barra Longa, pra algumas pessoas que são militantes do MAB também** [...] a última, que foi aí no final de setembro, também, tiveram abordagens e ameaças ao povo que tava fazendo a manifestação. [...] **Então, é essa prática, né? De sempre trazer aí o poder também da Polícia, pra tentar ameaçar os atingidos**, sendo que nós não tamo fazendo nada de errado. [...] Então, deixar esse relato, né? **O resto que o povo disse [já...] já tá claro, né? Essa questão aí [de... de...] de favorecimento de uns, né? Dos mais ricos, dos mais brancos, eu acho que eu não preciso dizer**, já foi dito muita coisa, acho que o povo vai dizer mais ainda. [Pessoa da assembleia entrega papel para Letícia, durante sua fala] Isso, me mandaram um papelzinho aqui, importante: que **a Polícia Militar tem se recusado a registrar Boletim de Ocorrência contra a Fundação Renova, né?** [Pessoa da assembleia diz: “É verdade!”] Em Barra Longa [...]” (sic passim) (grifos de autor) (MPF, 2020, p. 45).

Wenderson Carlos Atanásio, vítima, afirma existir casos de negligência tanto por parte da FR quanto da Polícia Militar. Relata sobre a existência de disparidades quanto ao suporte oferecido, falta de reconhecimento como vítima e casos de preconceito e racismo também.

Wenderson Carlos Atanásio (Vítima de São Gonçalo): “[...] Sim, então, meu relatório. É, sofrendo negligência tanto da Fundação Renova quanto da Polícia Militar. **É, a Fundação Renova mandou um fogão lá pra minha casa, como diz a amiga Cristiane, o ‘kit miserável’, o ‘kit pobre’, o ‘kit rico’, que o fogão pegou fogo, a geladeira estragou.** Aí eu fui lá no PIM também pra resolver sobre o meu fato, do meu cadastro, que, **no meu cadastro, primeiro, eles não me reconheceram. No segundo, eles me reconhecem como garimpeiro faiscador.** Aí eu fui lá, fui maltratado, fui agredido [...] moralmente, digamos assim, que eu cheguei lá me trataram como um cachorro, me deixaram do lado de fora. [...] Porque a Fundação Renova, vejo direto na televisão: ‘Fundação Renova repara danos’. Que danos? Ela só produz danos. Igual mesmo, eu moro na Volta da Capela, **sou militante**, sou atingido, e essa parte deles falarem que tem o atingido direto e indireto. Tinha. Aí eles falaram que cortaram e que não existia. Botaram de novo: direto e indireto. **Questão da lama que eles levaram lá pro morro, né?** Como a menina diz aí. **Certo, que a gente mora no morro, é pobre, é negro, aí tem que ser tratado desse tipo?** Não tem, né? [...] **A partir do momento que eles trouxeram a lama pra cá, ela passou a ser miserável, não, ela passou a ser uma cidade fantasma** [...] Mas eu acho que, no final, eu vou lá, mais um preto, pobre, tá falando lá, não vai adiantar. Só que eu aviso, se eu continuar indo pra rua pra cobrar com o pessoal, e estou militante, não adianta mesmo, eu vou ir lá, vou cobrar, quero os meus direitos, sou atingido como todo mundo que tá aqui! [...]” (sic passim) (grifos de autor) (MPF, 2020, p. 51).

Caíque Belchior, representante do Centro de Convivência Negra da UFMG, afirma que os relatos se tratam de crime inafiançável de racismo contra pessoas negras e pobres o qual não pode ficar impune. Implicita sobre a irresponsabilidade do Estado também, citando a falta de políticas públicas que garantam os direitos das vítimas.

Caíque Belchior (Representante do Centro de Convivência Negra da UFMG): “[...] Tá muito claro de que o que a Renova tá fazendo, o que a Vale e a Samarco tão fazendo é um crime inafiançável, que é o **crime de racismo. É, não é injúria racial, que pode ser colocada como outra categoria, é o crime de racismo, inafiançável, e que ela precisa ser punida** diante disso [...] E isso não é uma novidade, ainda mais vindo de grandes empresas, que detêm grandes riquezas, que são donos do capital e que **têm violentado**

peessoas pobres e pessoas negras das regiões que foram atingidas pelas barragens. [...] Então, é... **Se o povo negro, ele não morre pela bala do revólver, ele morre pelo descaso, ele morre pela falta de políticas públicas [...]**” (sic passim) (grifos de autor) (MPF, 2020, p. 53).

Vítima que se autodefine como negra, Vera Lúcia Aleixo Silva, coloca que não teve resposta ou suporte da FR até o momento, completando 4 anos de desassistência no momento de seu relato. Salienta ser negra e pobre, dando entender tal se tratar de um caso de racismo. Afirma a existência de discriminação relacionada a classe social também, colocando que as vítimas mais abastadas costumam receber melhor reparação, enquanto os pobres estão em completo abandono, a própria sorte.

Dona Vera Lúcia Aleixo Silva (Vítima/ Autodefine-se como negra): “[...] Voltei, gente [...] Quando a gente chegou na matriz que falava [que...] que a gente estaria reivindicando, **para que se a Renova reconhecesse a todos nós atingido. Quatro anos sem ter resposta [...]** eu tenho orgulho da minha cor: negra! E tenho orgulho também de ser pobre, mas o pobre também ele chega na sua conquista. [...] Mas olhando assim a realidade de cada um, eu também estou nessa realidade. Eu tenho um cunhado, ele tá doente. Nós temos um pedacinho de terra, [de... de...] de herança. Não leva [cinco...] vinte metro pra chegar [no...] na casa dele. **Enquanto a Renova fica fazendo trabalho pros rico que tem muito dinheiro, dezesseis quilômetros! E ele que, com vinte passos, chega na casa dele e ele precisa de ajuda, ele precisa de cartão, ele precisa de ser reconhecido como atingido, ele precisa de ser tratado pela saúde, que manifestou um câncer nele, a Renova num vai lá [aten... A Renov... A...] atender ele não. Então, isso, a gente vai ligando os fato. A gente é analfabeto, mas a gente enxerga! A gente é pobre, mas a gente também tem a mesma dignidade do rico [...]**” (sic passim) (grifos de autor) (MPF, 2020, p. 60).

Mirella Regina Lino de Sant'Ana, vítima, afirma que a FR pergunta em forma de questionário qual o partido político das vítimas, no atendimento a domicílio sobre moradia provisória. Deixa implícito, portanto, que existem corrupção e interesses políticos envolvidos nas injustiças sendo relatadas, o faz as vítimas se sentirem pressionadas.

Mirella Regina Lino de Sant'Ana: (Vítima): “[...] há algumas semanas, a Fundação foi na minha casa pra fazer um atendimento sobre moradia provisória, um questionário, e coisas tipo: ‘Tá bem? Tá atendendo? Tem que reformar alguma coisa?’. Lá no finalzinho, quando a gente já tava cansado, tinha a [segunt...] a seguinte pergunta: **‘Você é de algum partido político?’**. **O quê que tem que ver, pra Fundação Renova, que é algo que [tem interesse que...] que teria que ter interesse em reparar um crime horrendo que aconteceu, saber se o atingido é ou não filiado a algum partido político? [...]**” (sic passim) (grifos de autor) (MPF, 2020, p. 62).

Vítima, assessora do deputado federal Rogério Correa e da deputada estadual Beatriz Cerqueira, e presidenta do Conselho da Igualdade Racial de Mariana Lino de Sant'Ana, Aída Anacleto, destaca a história negra local. Afirma terem sidos os negros a trabalhar de forma

exploratória pelo desenvolvimento do estado, especificamente na mineração, e hoje os mesmos a pagarem por um crime que não deveria ter acontecido. Cita laudos que comprovam tal.

Aída Anacleto (Vítima/Assessoria do Deputado Federal Rogério Correa e da Deputada Estadual Beatriz Cerqueira/ Presidenta do Conselho da Igualdade Racial de Mariana): “[...] E a cada dia a gente fica mais chocado [...] você vê aquelas pessoas que eram saudáveis, fortes, bonitas, hoje, numa tristeza, magérrimos, dopados de medicamentos. Essa realidade está de Mariana até lá no oceano, onde essa lama está. Eu me lembro que o meu tênis, que usei lá em 2015, no início de 2016, quando foi aberto [...] pras comissões entrarem, Padre João, nós estávamos juntos. O meu tênis acabou. Foi comido pela lama. Então, **imagine só os nossos corpos, corpos negros, corpos negros que carrega essa bagaça desse país desde 500 anos, né?! E aí fomos explorados anteriormente, na mineração, e aí hoje vem com a ganância, né? Do poder dessas mineradoras [...]** nós estamos pagando por um crime que não deveria ter acontecido. Porque, **no dia 21 de outubro de 2013, eles sabiam! Eles sabiam porque tem um laudo que comprova.** [...] A Renova parece que ela toma os nossos territórios [...]” (sic passim) (grifos de autor) (MPF, 2020, p. 64).

Clever, colaborador da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos e colaborador da Coordenadoria de Políticas e Promoção da Igualdade Racial, levanta que os casos relatados se tratam de racismo institucional, o que configura um crime. Em sua colocação propõe a criação de um plano de enfrentamento ao racismo, incluindo uma capacitação sobre o tema para os colaboradores da FR.

Clever (Colaborador da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social [e] Direitos Humanos/ Coordenadoria de Políticas e Promoção da Igualdade Racial): “[...] eu gostaria de sugerir e contribuir aqui, enquanto Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Coordenadoria de Igualdade Racial, porque, aqui é que **ficou bem nítido, né? Que é crime de racismo e racismo institucional. Tratar de forma desigual, né? As pessoas por causa de sua cor. E isso é um crime.** [Então... é...] **Eu proponho, né? Ao pessoal da Renova, a gente traçar um plano de enfrentamento ao racismo, de forma que venha também fazer a capacitação dos próprios servidores da Renova, por respeito à valorização da diversidade étnico-racial que está aqui colocada** [Aplausos da assembleia]. Então, essa ideia de trabalho é fazer caminhar [é...] caminhar junto à presidência da Renova para que a gente possa construir isso junto, com acompanhamento do Ministério Público e com o acompanhamento da própria comunidade local que está sofrendo racismo. Então, esse é um outro ponto... É um ponto. Outro ponto é: a Renova precisa de responder de imediato essas questões. Não pode ficar! **São quatro anos, quatro anos que essas pessoas estão sofrendo. E são pessoas negras! Por que tratar de forma desigual?** Então, essa é a nossa proposta, enquanto Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, Subsecretaria de Direitos Humanos e Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial [...]” (sic passim) (grifos de autor) (MPF, 2020, p. 69).

Verônica Viana, advogada da Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social, coloca que os relatos se tratam de casos de racismo, segregação, desumanização e violência sistemática por parte da FR. Resume apontando que se trata de violência e desrespeito institucional aos Direitos Humanos. Salienta que tais casos de racismo passam muitas vezes invisibilizados no Brasil, questionando, por exemplo, o motivo da barragem ter sido instalada em uma região historicamente

conhecida por sua vulnerabilidade social. Neste sentido, Verônica aponta uma segregação racial violenta que sempre existiu e que tem sido aprofundada pelas mineradoras, usando o termo “assassinado as pessoas” para referenciar tal. Destaca que tais casos configuram uma reprodução da desumanização histórica que o racismo trouxe para o Brasil, crimes diversos que precisam ser apurados.

Verônica Viana (advogada da Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social): “[...] os atingidos, hoje, eles mostraram um cenário do racismo, da segregação, da desumanização, da violência sistemática que a Fundação Renova tem amparado nos territórios. E aí a gente precisa entender que todos os pontos levantados aqui, eles revelam um mesmo processo, que é um processo institucional de violência e desrespeito dos Direitos Humanos, né? E isso é importante, porque no Brasil, hoje, a gente tem um entendimento que a gente vive num país racista, mas é um país racista sem racistas. A gente não consegue identificar o racismo na prática e seus executores [...] muito provavelmente, é esse mesmo discurso que ela vai nos reproduzir: que não tem responsabilidade sobre o racismo da sociedade brasileira, porque nós sabemos que o racismo não começou [com a política...] com o rompimento da barragem. Na realidade, se a gente fizer um paralelo, um histórico, inclusive do rompimento da barragem [até o... o... final] até Regência, a gente vai ter uma degradação racial: de Bento Rodrigues, com 90% da população negra, até chegar... E, aí esse processo. E aí, a gente entende, inclusive, que a barragem estava lá, porque era uma [barra... era...] tava em uma região de vulnerabilidade social, porque esse é o projeto da mineração, né? E aí, nesse sentido, [é...] a Fundação Renova, e é isso que a gente precisa colocar, ela cria um *habitus*, ela cria um lugar, um lugar de violência. E aí, desde as suas políticas, de seus instrumentos, ela reforça e ela cria [uma... um...] uma segregação racial que já existia de forma muito violenta, mas que hoje ela tá aprofundada e ela tem assassinado as pessoas, né? E isso precisa ser investigado. Os atingidos coloraram isso: como isso se coloca na moradia, na saúde, na indenização, com os pequenos produtores, no reassentamento, na política com as comunidades tradicionais, no auxílio financeiro emergencial, no isolamento das comunidades rurais, no boicote à organização e à constituição de um sujeito coletivo de direitos, através da negação do transporte, através da ausência em território, através [é...] do não cumprimento [dos...] dos acordos, da política sistemática de [cope... é...] culpar, responsabilizar os atingidos pela morosidade da reparação, o que constitui outra violência, né? E aí a criminalização clara, direta, [dos...] daqueles que tão se organizando e que tão na luta, né? [...] A Fundação Renova, ela tem se recusado a debater com o povo, inclusive, dentro do sistema CIF, que foi esse posicionamento, semana passada, da Fundação Renova, de que vai se ausentar das reuniões do CIF, porque está sendo constrangida pelo povo. A Fundação Renova quer construir uma reparação sem povo, sem participação popular e o resultado a gente vê diariamente aqui em território: é adoecimento, é violência, é depressão, é humilhação e a reprodução da desumanização histórica que o racismo tem colocado pro nosso povo. É isso que a Fundação Renova tem feito [...]” (sic passim) (grifos de autor) (MPF, 2020, p. 74).³²

Simone Silva, vítima militante e membra ativa da Comissão dos Atingidos, do Coletivo de Saúde do Atingidos e do jornal A Sirene, reforça que a maior parte das vítimas de Barreto, por exemplo, são negras e remanescentes de comunidades quilombolas. Indaga o motivo de tais não

³² Considerando a densidade da narração, entendeu-se que o fracionar e diminuir ainda mais o relato acarretaria em perda de contexto e compreensão. Tal justifica o tamanho da citação.

serem atendidas pela FR, implicando se tratar de racismo para com negros, pobres e militantes. Afirma que a FR procura saber o nome das lideranças militantes também, soando perseguição. Faz críticas ao que define alguém como vítima, usando a nomenclatura atingido para tal. Da mesma forma, em seu relato, faz uso de vocábulos históricos relacionados a época da escravidão no Brasil, como: Capitão do mato, Lei Áurea, cadeado na porta, escravo e senhores do Engenho.

Simone Silva (Vítima militante e membra ativa da Comissão dos Atingidos, do Coletivo de Saúde do Atingidos e do jornal A Sirene): “[...] **só lembrar que a maioria que das pessoas que mora em Barreto são negras, né, gente? Lembrar que lá é remanescente de Quilombo, né?** [Assembleia se expressa afirmativamente, em concordância] **É, não vamo esquecer essas, essas prioridade não. Por que que Barreto não tem reunião? Por que que Renova não atende Barreto? Não vão esquecer de citar que é porque a maioria das pessoas que mora lá são negras. Não vão esquecer isso. O papel nosso aqui hoje é demonstrar o racismo da Fundação Renova contra os negros, as pessoas, né? Militantes. Então, outra coisa, sobre a militância: sou militante sim! [...]** Sobre as perseguições a militantes, **a Vale liga nas casa das pessoas, aqui em Barra Longa. E a maioria das pessoas as vezes não entende qual que é o processo [o que que...] quando a Vale liga: ‘Quem que é a liderança na sua cidade aí?’.** É ou não é gente? Assembleia reage em concordância] **‘Quem que é a pessoa que fica à frente da luta?’** E, na maioria das vezes, o povo aqui não sabe que eles ficam [proc...] procurando pra perseguir [...] **Eu sou atingida pela mineração, pela Vale, Samarco, desde quando eu estava na barriga da minha mãe. Eu nem tinha nascido quando eu fui atingida pela primeira vez, pelo primeiro mineroduto da Samarco. Então lá vai-se 42 anos de ser atingida, né? [...]** Então, Fundação Renova, leve meu o recado pra Vale, pra Samarco, pra BHP: sou militante, vou continuar militante, meu direito vai vir, pela minha luta, não por eu me vender. [Aplausos e gritos da assembleia] **Não por eu me vender! Não sou capitão do mato! [...]** eu falei que ia falar, né? [É que...] Quando a Fundação Renova foi criada, ela foi criada no intuito de ser uma coisa boa. A Lei Áurea também, num foi? Dizia que era uma coisa boa, num disseram? ‘Opa, vamo libertar os escravos, coitado dos escravo’, né, gente? **A Fundação Renova é a mesma Lei Áurea!** E aqui em Barra Longa, Dr. Helder, o senhor num sabe, **a Fundação Renova agora põe cadeado nas porta, pra evitar que os escravo entre lá na casa dos senhores do Engenho, tá bom? O PIM aqui é trancado com cadeado pra o povo não entrar, tá bom?’.** [Assembleia reage indignada, em concordância] [...]” (sic passim) (grifos de autor) (MPF, 2020, p. 75).³³

Dado os relatos citados, a presente pesquisa encerra aqui a apresentação da revisão bibliográfica e dos dados coletados, cuja análise preliminar seguiu apresentada. Conforme a metodologia utilizada, uma pesquisa qualitativa composta de (1) revisão bibliográfica e (2) análise de relatos das vítimas do evento, estas retiradas do documento ATA de Audiência Pública em Barra Longa (PR-MG-00000261/2020), considera-se que o presente estudo coletou dados suficientemente robustos de forma a prosseguir com a apresentação dos resultados e das considerações finais.

³³ Considerando a densidade da narração, entendeu-se que o fracionar e diminuir ainda mais o relato acarretaria em perda de contexto e compreensão. Tal justifica o tamanho da citação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O grande desafio de um Programa de Pós-Graduação multidisciplinar é, por vezes, atender as formalidades previstas em suas regulamentações. Embora minha formação seja na área de Ciências Sociais Aplicadas, se fez necessário uma reinvenção do processo de escrita. Para tanto, estas considerações finais se subdividiram em três partes visando apresentar as principais conclusões extraídas desta pesquisa.

Resultados

Dado a revisão bibliográfica apresentada e os inúmeros relatos das vítimas do evento, estas provenientes de locais diferentes, ou seja, desastres diferentes, conforme coloca Valêncio (2009), constata-se validada a relevância em se discutir nomenclatura em contextos de desastres ambientais tecnológicos, tal levantado como objeto de pesquisa deste trabalho. Da mesma forma, válidas as acusações de incompetência, violência e racismo ambiental por parte da FR, que dentre outros precedentes, faz uso das lacunas e fragilidades encontradas no âmbito da indefinição da nomenclatura para limitar sua zona de responsabilidade frente a questão, consequentemente vitimando repetidamente as mesmas pessoas.

Ainda sobre a FR, conclui-se não ser uma entidade imparcial e independente das empresas responsabilizadas. Na verdade, se mostra como uma mera representante dos interesses e conveniências das mineradoras. Nesse sentido, dado o modelo de desenvolvimento econômico neoextrativista em plena operação no Brasil hoje, conforme sustenta Gudynas (2012), questiona-se se o Estado seria apenas ineficiente, ou mesmo conivente, em não garantir que a justiça mais mínima seja oferecida para essas pessoas, mínima já que se verifica inúmeras em situação desumana de abandono e miséria há quase uma década.

Meio a tantas lentes que poderiam ser extraídas da revisão bibliográfica e dos relatos das vítimas, a questão da nomenclatura se mostra ponto fundamental para que tal contexto de agressão aos direitos mais humanos dos indivíduos se perpetuem em toda área afetada pelo evento. Uma vez que tal problemática se encontra principalmente na esfera de discussão do direito, uma lacuna no âmbito da justiça ambiental portanto, os responsáveis tem encontrado muitos precedentes que os possibilitam continuar minimizando sua responsabilização. Nesse sentido, três pontos centrais

relacionados a nomenclatura merecem destaque na conclusão, todos derivados de um quase clamor social por uma definição. Meio a tais, outros pontos são também apontados, conforme abaixo.

Primeiramente, existem repercussões bem claras no que se refere a usar a nomenclatura “desastre de Mariana” para se referenciar um evento que causou inúmeros outros desastres. O rompimento da barragem do Fundão foi um evento de enorme proporção. Ao que sabe, alcançou pelo menos uma área de 663,2 km até o momento, mais de 1,5 milhão de pessoas. Seria aceitável, portanto, nomear tal como “desastre de Mariana”, apenas? Mariana é apenas um dos municípios atingidos localizado em um dos quatro estados diretamente impactados; é simplesmente uma das tantas comunidades destruídas.

Essa pesquisa não apurou que entidade exatamente usou essa nomenclatura pela primeira vez, o que daria melhor sustentação para uma análise se tal foi feito de caso pensado ou não, ou seja, estrategicamente. Entretanto, como tal uso foi legitimado pelo Estado e pelas mineradoras, que adotaram o termo, promovendo tal pelo uso da informação, aqui refraseando Valêncio novamente (2009), entende-se todos como corresponsáveis por tal uso ter se consagrado meio ao senso comum e ter se impregnado meio as decisões dos tribunais, estes acusados de muitas vezes favorecerem em maior grau o município de Mariana.

Da mesma forma, não há como alegar que houveram dificuldades ou desinformação sobre mensurar o alcance do evento na tentativa de se justificar a adoção do termo “desastre de Mariana”, mesmo que inicialmente, ou seja, mesmo que focando apenas no momento em que o evento ocorreu. Desde o início se sabia que o evento não havia alcançado somente Mariana. Tanto o Estado quando as mineradoras detêm um corpo técnico extremamente especializado que rapidamente saberia tecer um estudo de impacto aproximado. Se não, existem consultorias renomadas no mercado. Dado o volume do despejo, portanto a provável extensão de deslocamento da lama, era facilmente possível calcular e constatar que a contaminação não alcançaria somente Mariana. Questiona-se o motivo de tal não ter sido salientado propriamente nos relatórios e pronunciamentos, movendo assim a mudança de tal nomenclatura na época. Questiona-se, da mesma forma, o motivo das publicações manterem “desastre de Mariana” até hoje.

Conforme os relatos das vítimas, o uso de tal termo é estratégico para os responsáveis. Nesse sentido, diversas vítimas, de várias regiões arredores a Mariana, claramente questionam o fato de Mariana ter alcançado conquistas judiciais de reparação por parte das mineradoras e suas regiões não. Todas as vítimas foram prejudicadas e negligenciadas, isso é inquestionável. Mas quão

mais longe de Mariana se encontram, os relatos pioram. As vítimas localizadas em outros municípios, cidades e comunidades atingidas se enxergam à margem das atenções da opinião pública, das publicações, da fiscalização do Estado, da justiça, e, principalmente, das operações da Renova. São invisíveis, os sem voz, os claramente abandonados à própria sorte, conforme coloca Gudynas (2012).

Em suas falas, as vítimas também comparam o suporte oferecido no evento de Brumadinho, também ocorrido no estado de Minas Gerais. Segundo muitas, Brumadinho teve muito mais apoio do que o evento em questão. Tal comparação implicitamente discute a falta de um protocolo ou lei, sejam tais em esfera nacional ou internacional, que normatize o plano-resposta oferecido frente a problemáticas assim. Algo que garanta igualdade de suporte a todas as vítimas de desastres ambientais tecnológicos, pelo menos os relacionados a barragens.

Um segundo aspecto relevante a ser mencionado é o fato de a FR ter tido o poder unilateral, sem nenhum estudo prévio, em decidir pelo uso das nomenclaturas que seriam utilizadas, tais anteriormente apontadas por esta pesquisa, como impactado e acidente. As vítimas afirmam não terem sido consultadas a respeito de tais usos, assim como, não acordam com alguns dos usos que, apesar de tantos protestos, continuam sendo empregados. O principal argumento é que tal impacta diretamente em suas identidades, na garantia de seus direitos, em alcances jurídicos e legislativos, e na distribuição de responsabilidades. Propicia margem de escape para as mineradoras. Portanto, eufemizam a proporção dos problemas criados pelas próprias, oportunizando que as mesmas negligenciem o suporte.

Em mais palavras, tal agressão semântica tem repercussão absurda na vida das vítimas. Conforme coloca Zhouri (2016), tal eleva o nível de sofrimento social das mesmas, atrasando ainda mais a superação do desastre. Pior do que isso, inicia conflitos, exemplificando o que Castells (1999) chama de construção identitária de resistência, uma tentativa limite de refutar a dominação imposta, legitimadora. Basicamente uma briga por continuar existindo, uma guerra por identidade, por existir, por sobreviver, pelo não extermínio. Afinal, como admitir o próprio responsável pelo dano, inclusive em esfera criminal, como o detentor do poder de nomear sua própria vítima? Juiz da própria causa? Novamente, muitos precedentes se abrem. Soa simples e básico de entender, na verdade.

Respondendo ao segundo problema da presente pesquisa, sobre qual nomenclatura seria ideal, ou pelo menos, quais não seriam, constatou-se que os termos mais usados para se referenciar

o evento e as vítimas são: Atingidos, impactados, acidente, desastre, refugiados e deslocados, incluindo ainda derivativos destes. Ao submeter tais nomenclaturas a um debate semântico, concluiu-se que as vítimas se encaixam apenas nas nomenclaturas “atingido” e “deslocados forçados internos”, termo último derivado de “deslocado”, uma subcategoria do termo “migração forçada”.

No que se refere a nomenclatura “atingido”, verificou-se irrefutável ignorar a histórica e ainda tão atual luta por direitos contada pelo histórico do movimento de atingidos por barragens no Brasil, luta esta diretamente vinculada ao uso do termo em questão. Da mesma forma, impossível ignorar o unânime uso de tal termo nos relatos das vítimas, nomenclatura repetidamente utilizada por essas pessoas conforme transcritos na ATA analisada por esta pesquisa. Verificou-se, portanto, que grande parte das vítimas se reconhecem ou melhor se reconhecem nesta nomenclatura, “atingido”.

Nesse sentido, como o termo “atingido” se tornou uma categoria política no Brasil, consagrada por pequenas e cumulativas vitórias alcançadas por meio de uma luta constante em busca de reparação e reconhecimento, descontinuar tal uso significaria, de alguma forma, anular ou enfraquecer estas tantas lutas travadas e pequenas conquistas alcançadas com o apoio do uso desta nomenclatura.

Ressalta-se também que a presente pesquisa constatou que nem todas as vítimas se deslocaram de suas residências, muitas permanecem morando nas mesmas casas ou arredores. Entretanto, pelos relatos apurados, verificou-se que tal situação se deu e ainda se dá pela clara falta de condições financeiras dessas pessoas, assim como, pela falta de apoio do Estado e dos responsáveis pelo evento. Evidentemente, ninguém escolheria viver em condições insalubres se tivesse outra opção.

Nesse sentido, como não existe uma categoria ou subcategoria paralela a “deslocados forçados internos”, a qual contemple as pessoas que foram submetidas a circunstâncias que normalmente demandariam seus deslocamentos, mas que não o fizeram por falta de opção, entendeu-se coerente considerar todas as vítimas na categoria de “deslocados forçados internos”. E esta é uma clara problemática enfrentada por essa categoria em função dos limites impostos pela nomenclatura.

E ao se analisar um pouco mais o termo, “deslocados forçados internos”, verificou-se outras dificuldades enfrentadas por essa categoria também, contornos estes também ligados com limites

impostos pela nomenclatura. Basicamente, “deslocados forçados externos”, que são também chamados de refugiados, ganham proteção internacional por transitarem fronteiras internacionais, basicamente. Já os “deslocados forçados internos”, por não terem cruzado fronteiras internacionais, não ganham suporte internacional. Essa categoria fica na responsabilidade de seu Estado, somente. Fica, portanto, à mercê das condições, competência e, muitas vezes, negligência de seu governo, como claramente verificado no evento da barragem do Fundão. Entretanto, essas agressões aos direitos humanos que muitas vezes se verificam em casos assim, principalmente no eixo sul-sul, tem chamado uma leve e gradual atenção.

A revisão bibliográfica apontou que já existe uma corrente endossada pela academia e pelas Nações Unidas quanto a se apoiar uma revisão, expansão e/ou harmonização dos termos “refugiado” e “deslocado forçado interno”. Discussão ainda tímida, mas que já sinaliza um caminho um pouco mais promissor do que o que se tem hoje, respondendo aqui o primeiro problema levantado por essa pesquisa. Já se debate as possibilidades do termo “refugiado interno” como uma possível nomenclatura que solucionaria ou, ao menos, apoiaria a questão. Tal permitiria que vítimas, como as da barragem do Fundão, alcançassem o escopo de trabalho das Nações Unidas, por exemplo.

Um terceiro ponto fundamental concluído por esse trabalho se refere ao poder também unilateral da FR em reconhecer ou não suas próprias vítimas como “atingidos”, usando aqui o uso da nomenclatura em vigência definida esta pelo própria, conforme explicado acima. Novamente, como admitir que o responsável pelo dano seja o detentor do poder de dizer se tal pessoa foi ou não vitimada pelo seu ato? Historicamente isso é feito por uma terceira entidade, geralmente tida como neutra, ética e imparcial, normalmente em espera jurídica.

Conforme relatos, inúmeras das vítimas permanecem sem assistência por não terem ainda sido reconhecidas como vítimas, como atingidos. Pior, muitas são exigidas a apresentar provas para a FR, uma entidade não jurídica, na tentativa absurda de comprovar que realmente se enquadram como tal, apesar de residentes da região que comprovadamente foi totalmente devastada. Precisam também comprovar o nível de sua vitimização, para qualificar ou não a receber tal e qual benefício, à mercê da decisão unilateral da FR. E não há intermediários. Ao que soa, os criminosos repetidamente atuam como juízes da própria causa e com as benções do Estado.

No que se refere ao suporte oferecido, os relatos também mostram que tal cabe exclusivamente ao bom senso da FR, que implicitamente se justifica pelos precedentes da

nomenclatura. O suporte oferecido não é igual para todos. Algumas pessoas recebem mais, outras menos e algumas nada. Se não há reconhecimento da vítima como atingido ou impactado, para usar aqui os termos já utilizados pela FR, não há suporte a ser dado, portanto. E caso haja o reconhecimento, conforme apontado na revisão bibliográfica, as semânticas de ambos os termos acatam a existência de um nível de dano a ser apurado, o que difere em cada caso. Ou seja, essa vítima foi atingida ou impactada de forma profunda? De forma mediana? De forma leve? Aquela vítima precisa de mais suporte então. Já aquela, não precisa. Quem decide as respostas para essas perguntas? Os responsáveis em responder aos desastres do evento?

Tal contexto absurdo tem possibilitado que situações de racismo ambiental, que desde a escolha do local para a implantação da barragem do Fundão já se verifica, aumentem. Um cenário absurdo de segregação, desumanização e violência sistemática. Nitidamente, características clássicas das operações neoextrativistas progressistas de Gudynas (2012). Nos relatos apresentados, os que mais sofrem perseguição, ameaças, violência, negligência e abandono são as vítimas militantes da causa e os negros (pretos e pardos - classificação do IBGE), sendo esses últimos número populacional predominante no local.

Sim, conclui-se a existência de racismo ambiental. Desumanizadas pelo abandono de seus direitos humanos mais mínimos há quase uma década, verifica-se o que Zhouri (2016) chama de vulnerabilização social e metrificação do sofrimento social. Mais uma vez, uma desumanização do ser humano. Praticamente uma metáfora a época das grandes navegações, que cortavam mares desconhecidos “conquistando” territórios já habitados pela força e reduzindo os locais as condições mais humilhantes de sobrevivência.

Ao que se conclui, a questão da nomenclatura definitivamente se mostra uma lacuna perigosa quando se discute desastres ambientais tecnológicos por permitir precedentes muito explorados pelos criminosos para minimizar sua responsabilidade, vitimando repetidamente as mesmas pessoas. Nomenclatura, portanto, é sim questão de direitos humanos, pauta dos Estados, mas também da comunidade internacional como todo, principalmente quando tais agressões se mostram lincadas a impactos ambientais.

Oportunidades de pesquisa futura identificadas

Dado os resultados da pesquisa, foram identificados potenciais oportunidades para estudos futuros suplementares, os quais não puderam ser abordados por esse trabalho. Seguem:

- O papel do direito brasileiro e da justiça ambiental brasileira quanto a discutir e definir nomenclaturas relacionadas a deslocados forçados internos provenientes de desastres ambientais tecnológicos, assim como, um pacote de suporte mínimo e único para todas as vítimas;
- Na esfera de pesquisa da educação ambiental, a criação de um plano obrigatório de enfrentamento (1) ao racismo ambiental institucional e (2) a violência e desrespeito institucional aos Direitos Humanos, para toda mineradora instalada em áreas vulneráveis, incluindo uma capacitação obrigatória para seus colaboradores;
- O papel das Nações Unidas frente as negligências de muitos Estados quanto a situação de deslocados forçados internos provenientes de desastres ambientais tecnológicos, principalmente no eixo sul-sul, onde o neoextrativismo progressista se mostra mais agressivo e o Estado conivente. Além de outras violências e abusos, verificam-se incontestáveis violações aos direitos mais humanos dos indivíduos nestes contextos, espoco de atuação das Nações Unidas;
- O papel das Nações Unidas quanto a problemática das nomenclaturas relacionadas a deslocados forçados internos provenientes de desastres ambientais tecnológicos. Dado que a falta de nomenclaturas deixa lacunas e precedentes para repetidas violações aos direitos humanos das vítimas, conforme apontado pelos resultados desta pesquisa, entende-se uma discussão também pertinente a esfera de atuação das Nações Unidas. Questiona-se se a existência de um protocolo de legitimidade internacional que definisse nomenclaturas para tais eventos e suas vítimas não apoiaria a questão, principalmente junto a países que ainda não desenvolveram tal. Questiona-se se tal conteria as lacunas e precedentes para que mais crimes continuem acontecendo com as mesmas vítimas, e pelas mãos dos mesmos agressores;
- Os aspectos relacionados a dificuldade de responsabilização de empresas transnacionais no âmbito internacional. Uma vez que tais empresas não são sujeitos de direito internacional e, por tal, não podem ser réis em Cortes Internacionais de direitos humanos, as mesmas

podem, no máximo, ser submetidas a tribunais de países em que possuem sede ou acionistas. Entretanto, como o seu capital é transnacional, se faz muito difícil a responsabilização;

- Dado a inexistência e ineficiência de leis nacionais em muitos Estados acometidos por desastres ambientais tecnológicos, principalmente no eixo sul-sul, assim como, a abrangência internacional que tais impactos alcançam, muitas vezes cruzando fronteiras internacionais, questiona-se se a criação de um protocolo ou documento de abrangência e legitimidade internacional, o qual especificasse o suporte mínimo a ser oferecido as tais vítimas, seria benéfico;
- Os limites e potencialidades da subcategoria “deslocados forçados internos”, no que se refere a contemplar vítimas de desastres ambientais tecnológicos que foram submetidas a circunstâncias que normalmente demandaria seus deslocamentos, mas não o fizeram por falta de opção e apoio dos responsáveis e do Estado;
- As potencialidades da nomenclatura refugiado interno, principalmente no que se refere a desastres ambientais tecnológicos. Questiona-se se o reconhecimento de tal categoria pelas Nações Unidas não abriria caminhos para as vítimas de tais eventos, as quais estivessem sofrendo negligência de seu Estado e das empresas responsáveis. Ao serem reconhecidas como um tipo de refugiado, tais poderiam solicitar assistência e suporte internacional por exemplo, visto que se tratam de agressões a direitos humanos, acima de tudo;
- O papel da comunidade internacional e das Nações Unidas quanto a fazer pressões interacionais para que os direitos humanos sejam cumpridos nos Estados que estiverem sendo negligentes a responder a desastres ambientais tecnológicos.

Da comunidade internacional: As Nações Unidas

Sendo o rompimento da barragem do Fundão citado hoje como o maior evento relacionado a eventos causadores de desastres ambientais da história do Brasil, assim como, a maior tragédia mundial do século no que se refere a barragens de rejeitos, percebe-se profunda incompetência e irresponsabilidade, principalmente por parte do Estado, que deveria garantir os direitos humanos de seus cidadãos.

Conforme apontado pelo histórico do evento e pela baixa qualidade da reparação oferecida às vítimas dos tantos desastres acarretados, tal inabilidade estratégica inegavelmente acha justificadas nos impasses relacionados ao uso da nomenclatura. Trata-se aqui, portanto, de um inegável caso de injustiça ambiental silenciada pelo Estado, uma quase proliferação autorizada de casos absurdos de racismo ambiental, violência e discriminação no Brasil. Uma verdadeira bandeira branca para a expansão neoextrativismo progressista, que faz uso contínuo não só da vulnerabilidade de suas vítimas, mas da lacuna jurídica que existe em torno da questão.

Mas, igualmente, não seria também um caso de incompetência e irresponsabilidade por parte da comunidade internacional como um todo, já que impactos ambientais não reconhecem fronteiras e soberanias, cruzando solos, ares e águas sem a menor resistência? Não seria a falta de uma nomenclatura única e legítima internacionalmente, para se referenciar vítimas de desastres ambientais tecnológicos, um escape para a comunidade internacional, da mesma forma?

Conforme colocado nos resultados desta pesquisa, estes apresentados anteriormente, para as Nações Unidas não existem as categorias “atingido” ou “impactado”, estes são termos usados pelo corporativo, na verdade. A comunidade internacional faz uso da nomenclatura “descolado forçado interno”, uma das nomenclaturas apontadas por essa pesquisa como correta a ser empregada, conforme resposta ao segundo problema desta pesquisa, este também já apresentado.

Dado a conceituação e as limitações de tal categoria, cobrar a responsabilização e apoiar as vítimas do evento em questão realmente estava na esfera de responsabilidade do Estado nacional, do Brasil. Entretanto, entende-se que a proporção do evento e seus desdobramentos deveriam ter mobilizado o mundo mais ativamente, principalmente ao lembramos que o rompimento da barragem do Fundão ocorreu no mesmo ano que os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram trazidos à luz, 2015.

Nesse sentido se estressa aqui as possibilidades oferecidas pelo potencial termo “refugiado interno”, conforme apontou a resposta ao primeiro problema dessa pesquisa. Não há o que se discutir sobre o respeito que se deve à soberania dos Estados quanto a responder suas demandas. Definitivamente não seria esse o argumento aqui. Contudo, os desafios que qualquer impacto ambiental gera na atualidade se globalizaram. Tais problemáticas, invariavelmente, são sempre interconectadas e transpassadas pelas forças da natureza. No evento em questão, por exemplo, os impactos desastrosos teriam cruzado fronteiras internacionais se tal houvesse ocorrido em um país menor. Se fosse o caso, a comunidade internacional teria se posicionado de forma diferente?

Qualquer que fosse o contexto, fortes interconexões globais de cooperação eram e são uma inadiável necessidade na atualidade. Ao menos discussões sistematizadas proativas a nível global, focadas em definir mecanismos que impeçam que eventos e agressões aos direitos humanos assim se repitam, em qualquer lugar do mundo, era esperado. Apoiar o intercâmbio de tecnologia, a mobilização de recursos, o compartilhamento de dados e de capital humano e a transferência de capacidades, são apenas algumas formas de cooperação e apoio que podem ser oferecidas nesses casos. Dado a emergência da Agenda 2030, a implementação de parcerias efetivas a nível global, que apoiem os Estados mutuamente, partilhando inteligência, recursos e tecnologia se faz necessário.

Enquanto os Estados, principalmente os do eixo sul-sul, não desenvolvem garantias que resolvam suas questões internas relacionadas a devastação imperialista neoextrativista progressista que se verifica, esta muitas vezes proveniente de multinacionais vindas de países desenvolvidos, há de se debater, proativamente e a nível internacional, caminhos para vítimas de desastres ambientais tecnológicos. Da mesma forma, formas de apoio global na medição e remediação dos impactos socioambientais relacionados. Qualquer território atingido nesse sentido precisa receber apoio. Isso se realmente quisermos honrar um dos princípios fundamentais das Nações Unidas: “Não deixar ninguém para trás”.

REFERÊNCIAS

- ACNUR. **Princípios orientadores relativos aos deslocados internos**. 1998. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Documentos_da_ONU/Principios_orientadores_relativos_aos_deslocados_internos_1998.pdf?file=fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Documentos_da_ONU/Principios_orientadores_relativos_aos_deslocados_internos_1998. Acesso em: 7 fev. 2023.
- ACNUR, Brasil. **Deslocados internos**. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/deslocados-internos/>. Acesso em: 7 jun. 2022a.
- ACNUR Brasil. **Refugiados**. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/refugiados/>. Acesso em: 10 mai. 2022b.
- ACSELRAD, Henri. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- ANA. **Relatório de segurança de barragens 2015**. Brasília (DF). 2016. Disponível em https://www.apac.pe.gov.br/images/media/Relatorio_Seguranca/RelatorioSegurancaBarragens_2015VejaErrata.pdf. Acesso em: 10 jul. 2023.
- ANGELO, Mauricio. Em reviravolta incomum, justiça inglesa aceita que Desastre de Mariana seja julgado no Reino Unido. **Observatório da Mineração**. 2022. Disponível em: <https://observatoriodamineracao.com.br/em-reviravolta-incomum-justica-inglesa-aceita-que-desastre-de-mariana-seja-julgado-no-reino-unido/>. Acesso em: 9 nov. 2022.
- AUDIÊNCIA. **Pública do licenciamento operacional corretivo do Complexo de Germano - Mariana/MG**. 9 Dec. 2017. 1 video (527 min. 12 sec.). Publicado pelo canal Samarco Mineração. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ym0WcZmoDcE>. Acesso em: 3 mai. 2023.
- AZEVEDO, Ana Lucia. Acidente em Mariana é o maior da História com barragens de rejeitos. **OGlobo**. 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/acidente-em-mariana-o-maior-da-historia-com-barragens-de-rejeitos-18067899> Acesso em: 8 mar. 2022.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- BENINCÁ, Dirceu. **Energia & cidadania: A luta dos atingidos por barragens**. São Paulo, SP: Cortez Editora, 2011.
- BIGHETTI, H. Os números da tragédia em Mariana (MG). **Canal Rural**. (11/08/2015). Disponível em: <http://www.canalrural.com.br/noticias/noticias/numeros-tragedia-mariana-59620>. Acesso em: 24 jan. 2022.
- BOBBIO, N. **A era dos direitos**. São Paulo: Campus, 2001.
- BONAVIDES, Paulo. Reflexões sobre nação, Estado social e soberania. **Estudos Avançados**, vol. 22, no. 62, p. 195-206, Apr. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-40142008000100013>. Acesso em: 24 mai. 2022.

BOWKER, Lindsay; CHAMBERS, David. In the Dark Shadow of the Supercycle Tailings Failure Risk & Public Liability Reach All Time Highs. **Environments**, vol. 4, no. 4, p. 75, 21 Oct. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/environments4040075>. Acesso em: 8 fev. 2023.

BULLARD, Robert. Enfrentando o racismo ambiental no século XXI. In: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto (Org.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 2004.

CÂMARA, Andreza, TERRA, Alessandra, MIRANDA, Napoleão. **A Governança Interfederativa do Desastre Tecnológico de Marina: Uma reflexão sobre a gestão de Conflitos Socioambientais**. In: XIII REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL. Porto Alegre (RS), 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/342923757_A_Governanca_Interfederativa_do_Desastre_Tecnologico_de_Marina_Uma_reflexao_sobre_a_gestao_de_Conflitos_Socioambientais. Acesso em: 3 nov. 2022.

CASTELLS, M. Paraísos comunais: identidade e significado na sociedade de rede. In: CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CDBD. Um momento para reflexão e ação, por Carlos Henrique Medeiros. **Editorial – RBE**, n. 08. (s.d.). Disponível em: <http://cbdb.org.br/>. Acesso em: 26 mar. 2022.

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE MEIO AMBIENTE. **Caso Samarco**: relatório de atividades da força-tarefa do MPMG. 2016 Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5012944/mod_folder/content/0/Caso%20Samarco%20-%20Relat%C3%B3rio%20de%20Atividades%20.pdf. Acesso em: 17 set. 2022.

CLARO, Carolina de Abreu Batista. A proteção jurídica dos “refugiados ambientais” nas três vertentes da proteção internacional da pessoa humana. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, vol. 28, n. 58, p. 221-241, Apr. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/fggZzvX45NgzBhQQYLbdTrP/?lang=pt>. Acesso em: 29 nov. 2022.

CIF (COMITÊ INTERFEDERATIVO). **Deliberação no 29, de 21 de fevereiro de 2017**. Disponível <https://www.gov.br/ibama/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/cif/arquivos/notas-tecnicas/CT-OS/2018/cif-ct-os-nt-2018-29.pdf>. Acesso em: 15 out. 2022.

CIF (COMITÊ INTERFEDERATIVO). **Deliberação no 52, de 2018**. Disponível em https://www.ibama.gov.br/phocadownload/cif/deliberacoes/2017/cif-2017-02-21-deliberacao_52.pdf. Acesso em: 15 jul. 2023.

COOMBS, W. Timothy. The Protective Powers of Crisis Response Strategies. **Journal of Promotion Management**, vol. 12, no. 3-4, p. 241-260, Sept. 2006. Disponível em: https://doi.org/10.1300/j057v12n03_13. Acesso em: 25 Jun. 2023.

FEAM. **Inventário de barragem do Estado de Minas Gerais - ano 2015**. Belo Horizonte. 2017. Disponível em:

http://www.feam.br/images/stories/2017/RESIDUO_MINERA%C3%87%C3%83O/Invent%C3%A1rio_de_Barragens_2016.pdf. Acesso em: 12 set. 2022.

FUNDAÇÃO RENOVA. **TTAC** - Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta Disponível em: [ttac-final-assinado-para-encaminhamento-e-uso-geral.pdf](http://fundacaorenova.org/ttac-final-assinado-para-encaminhamento-e-uso-geral.pdf) (fundacaorenova.org). Acesso em: 2 set. 2022.

GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. **Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

GUDYNAS, E. Estado compensador y nuevos extractivismos. **Nueva Sociedad**. n. 237, 2012. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/Nuevasociedad/2012/no237/9.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2023.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HATHAWAY, James C. **The law of refugee status**. Toronto: Butterworths Canada, 1991.

HERCULANO, S. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. **INTERFACEHS: Revista de Gestão Integrada em saúde do trabalho e meio ambiente**, v.3, n.1, Artigo 2, jan. abril, 2008. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7193254/mod_folder/content/0/O%20CLAMOR%20POR%20JUSTIC%CC%A7A%20AMBIENTAL%20E%20CONTRA%20O%20RACISMO%20AMBIENTAL%20.pdf. Acesso em: 20 mar. 2023

IBAMA. **Laudo Técnico Preliminar**: Impactos ambientais decorrentes do desastre envolvendo o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais. 2015. Disponível em: https://www.ibama.gov.br/phocadownload/barragemdefundao/laudos/laudo_tecnico_preliminar_IBAMA.pdf. Acesso em: 17 out. 2022.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=Negros>. Acesso em: 10 fev. 2022.

IOM UM MIGRATION. **Key Migration Terms**. Disponível em: <https://www.iom.int/key-migration-terms>. Acesso em: 12 ago. 2022.

LAFER, C. **A reconstrução dos direitos humanos**: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 19 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

LEFF, Enrique. **Discursos sustentáveis**. Trad. de Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Cortez, 2010.

LEFF, Enrique. Political ecology: a Latin American Perspective. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, vol. 35, 24 Dec. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/dma.v35i0.44381>. Acessado: 28 aug. 2023.

MANSUR, M. S. M., WANDERLEY, L. J., MILANEZ, B., SANTOS, R. S. P., PINTO, R. G., GONÇALVES, R. J. DE A. F., COELHO, T. P. (2016). Antes fosse mais leve a carga: introdução aos argumentos e recomendações referente ao desastre da Samarco/Vale/Bhp Billiton. M. Zonta, C. Trocate (Orgs.). **A questão mineral no Brasil** – Vol. 2, Marabá: Editorial Iguana, 2016.

MARTÍNEZ-ALIER, J. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valorização**. Tradução de Maurício Waldman. São Paulo: Contexto. 2007.

MAZZOLA, Bruno Giovanni. **Da gestão dos stakeholders à licença social para operar: o caso do desastre de Mariana**. 2018. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-13072018-152431/>. Acesso em: 27 jun. 2022.

MEANINGOFMIGRANTS.ORG. **What is the meaning of ‘migrants’?** Disponível em: <https://meaningofmigrants.org/>. Acesso em: 2 June 2022.

MEDEIROS, João Luiz. **Identidades em movimento: Nação, cyberspaço, ambientalismo e religião no Brasil contemporâneo**. Porto Alegre, RS: Editora Sulina, 2008.

MILANEZ, Bruno; Scotto, Gabriela; Sant’Ana Júnior, Horácio Antunes de; Bossi, Dário; Kato. **Injustiça ambiental, mineração e siderurgia. in Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013.

MORGENSTERN, N. R., Vick, S. G., Viotti, C. B., & Watts, B. D. **Comitê de Especialistas para Análise da Ruptura da Barragem de Rejeitos de Fundão: Relatório sobre as Causas Imediatas da Ruptura da Barragem de Fundão**. 2016. Disponível em: [relatorio-sobre-as-causas-imediatas-da-ruptura-da-barragem-de-fundao.pdf](http://fundacaorenova.org/relatorio-sobre-as-causas-imediatas-da-ruptura-da-barragem-de-fundao.pdf) (fundacaorenova.org). Acesso em: 2 set. 2022

MPF. **Ata de Audiência Pública em Barra Longa (PR-MG-00000261/2020)**. 2020. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/mg/editais/2020/ata-de-audiencia-publica_fundacao_renova. Acesso em: 9 jun. 2023.

MPF. **Apresentação** — Caso Samarco. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/apresentacao/apresentacao>. Acesso em: 13 out. 2022.

MPF - Ramboll. **Relatório de monitoramento quadrimestral**. Mês 047. Novembro/2020. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/relatorios-ramboll/relatorio_novembro20_v08_final.pdf. Acesso em: 13 ago. 2022.

OIM. **Direito internacional da migração: Glossário de Migração**, n.22, 2009. Disponível em: <https://www.acm.gov.pt/documents/10181/65144/Gloss%C3%A1rio.pdf/b66532b2-8eb6-497d-b24d-6a92dadfee7b>. Acesso em: 18 jun. 2022.

PACÍFICO, Andrea Pacheco et al. O Estado da Arte sobre Migração Forçada no Brasil, entre 2007 e 2017. In: PACÍFICO, Andrea Pacheco et al. **O Estado da Arte sobre Refugiados, Deslocados Internos, Deslocados Ambientais e Apátridas no Brasil**. [s.l.] SciELO – EDUEPB. 2020.

PACHECO, Tania. Racismo Ambiental: o que eu tenho a ver com isso? Combate Racismo Ambiental. **Racismoambiental.net**. 2020. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/racismo-ambiental-o-que-eu-tenho-a-ver-com-isso/>. Acesso em: 29 set. 2022.

PEREIRA, Dulce. Racismo ambiental: uma das materializações do racismo estrutural - Congresso em Foco. CONGRESSOEMFOCO.UOL. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/blogs-e-opinio/colunistas/2-racismo-ambiental-uma-das-materializacoes-do-racismo-estrutural/>. Acesso em: 9 jun. 2023.

POEMAS. Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). **Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS)**. Mimeo. 2015. Disponível em: <https://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/PoEMAS-2015-Antes-fosse-mais-leve-a-carga-vers%C3%A3o-final.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2022.

SCHREIBER, Anderson. **Direitos da personalidade**. São Paulo: Editora Atlas, 2014.

SILVA, Géssica Auxiliadora da; BOAVA, Diego Luiz Teixeira; MACEDO, Fernanda Maria Felício. Refugiados de Bento Rodrigues: o desastre de Mariana, MG. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, vol. 11, n. 2, p. 63, 28 Jun. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.12712/rpca.v11i2.930>. Acesso em: 28 Jun. 2022.

SENNA, G.M.; CARNEIRO, K. O Deslocamento Forçado das pessoas atingidas pelo desastre de Fundão, em Gesteira Velho, Barra Longa/MG: o Plano Popular do Reassentamento Coletivo para a reparação às vulnerabilidades geradas. In: **18º Seminário sobre Economia Minerária, Diamantina, Anais**, 2019. Disponível em: https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2019/D18_490.pdf. Acesso em: 22 ago. 2022.

VALÊNCIO, Norma; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Victor; GONÇALVES, Juliano Costa (Orgs). **Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. São Carlos: Rima Editora, 2009.

VILARDAGA, Vicente. Tragédia de Mariana será julgada na Inglaterra: indenizações chegam a R\$ 32 bilhões. **ISTOÉ**. 2022. Disponível em: <https://istoe.com.br/justica-para-mariana/>. Acesso em: 2 fev. 2022

TERRA, Alessandra G.. **A morte vive: Um estudo sobre a mobilização social e a gestão de conflitos socioambientais em Governador Valadres (MG) após a contaminação do rio doce pelo desastre de mariana**. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro. 2022.

TURTON, David. Refugees and 'Other Forced Migrants'. **University of Oxford: Refugee Studies Centre. Working Paper** n. 13, 2003. Disponível em: <https://www.rsc.ox.ac.uk/files/files-1/wp13-refugees-other-forced-migrants-2003.pdf>. Acesso em: 13 out. 2022.

UNHCR. **Emergency Handbook**. Cluster Approach (IASC). Disponível em: <https://emergency.unhcr.org/entry/61190/cluster-approach-iasc>. Acesso em: 13 jun. 2023.

UNHCR. **General Assembly**. Resolution adopted by the General Assembly on 19 September 2016. New York Declaration for Refugees and Migrants. 2016. Disponível em: <https://www.unhcr.org/sites/default/files/legacy-pdf/57e39d987.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2023.

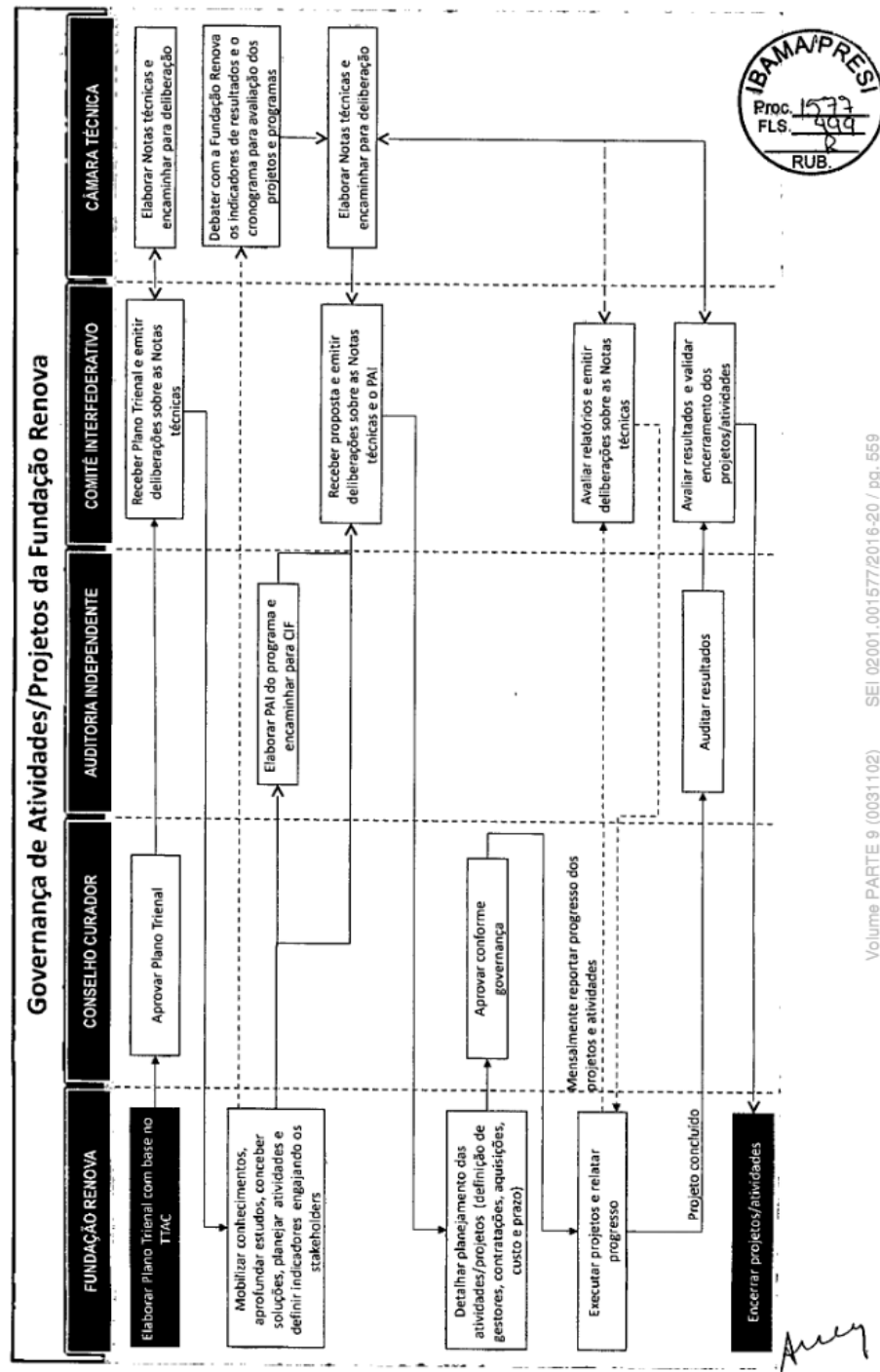
VAINER, Carlos B. O conceito de atingido: Uma revisão do debate e diretrizes. *In*: CARRIZO, Cecilia; BERGER, Mauricio (Orgs.). **Justicia ambiental y creatividad democrática**. Córdoba: Alción. 2007.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura**: Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

ZHOURI, Andréa; VALÊNCIO, Norma; OLIVEIRA, Raquel; ZUCARELLI, Marcos; LASCHEFSKI, Klemes; SANTOS, Ana Flávia. O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. **Ciência e Cultura**, v. 68, n. 3, jul-set., São Paulo, 2016.

ANEXO I

FLUXOGRAMA DA GOVERNANÇA DE PROJETOS DA FUNDAÇÃO RENOVA



ANEXO II

COMPARATIVO DA ORGANIZAÇÃO DO CIF NO TTAC E NO TAC- GOV

Comitê Interfederativo		
	Regimento TTAC	Regimento TAC-Gov
Natureza	"instância externa e independente da FUNDAÇÃO" [RENOVA](art. 1, parágrafo único)	Idem
Representantes	2 do Ministério do Meio Ambiente; 2 do Governo Federal, 2 do ESTADO DE MINAS GERAIS, 2 do ESTADO DO ESPÍRITO SANTO; 2 dos MUNICÍPIOS de Minas Gerais 1 dos MUNICÍPIOS do Espírito Santo 1 do Comitê de Bacia Hidrográfica do Doce (CBH-Doce)	02 do Ministério do Meio Ambiente 02 do Governo Federal; 02 do ESTADO DE MINAS GERAIS 02 do ESTADO DO ESPÍRITO SANTO 02 dos MUNICÍPIOS atingidos de Minas Gerais 01 dos MUNICÍPIOS atingidos do Espírito Santo 03 pessoas atingidas ou técnicos por elas indicados (dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo) 01 Técnico indicado pela DEFENSORIA 01 representante do CBH- DOCE <i>Previsão de presença, com direito a voz e sem direito a voto, de 02 (dois) integrantes do MINISTERIO PUBLICO e 01 (um) da DEFENSORIA PUBLICA</i>
Presidente	Indicado dentre os representantes pelo Ministério do Meio Ambiente, art. 3	A escolha permanece com o Ministro do Meio Ambiente, porém especifica-se que deve ser escolhido dentre os representantes da União no CIF.
Municípios atingidos	São indicados pelos governadores de seus respectivos Estados. Não há alternância prevista.	Há previsão de rodízio entre os municípios afetados, sendo os representantes indicados pelos prefeitos (por até 2 (dois) anos por município, sem recondução)
Custeio do CIF	não há previsão	Custeio do Orçamento do CIF pela Renova por Gerenciador escolhido pelo CIF dentre os indicados pela Fundação (art. 19)
Reuniões Ordinárias	a cada 2 meses (art. 12). Sessão pública	reuniões mensais (art. 10). Sessão pública
Quórum mínimo de instalação	dois terços de seus membros (art. 15)	idem (art. 12)
Quórum da votação	maioria simples dos seus membros, exceto para imposição de multas em que exige-se quórum qualificado (art. 18)	idem (art. 12)

Fonte: CÂMARA et al., p. 14 (2019)

ANEXO III
DENÚNCIAS FEITAS PELO MPF EM 2016

Empresas (pessoas jurídicas)			
Ordem	Nome	Descrição	
1	Samarco Mineração S.A.	Empresa responsável pela barragem de Fundão	
2	Vale S.A.	Acionista (50%)	
3	BHP Billiton Brasil Ltda.	Acionista (50%)	
4	VogBR Recursos Hídricos e Geotecnia Ltda.	Empresa de engenharia contratada pela responsável para elaborar o laudo de condições de estabilidade da barragem	
Pessoas físicas			
	Nome	Cargo	Empresa
1	Ricardo Vescovi de Aragão	Diretor-presidente licenciado	Samarco
2	Kléber Terra	Diretor-geral de operações	Samarco
3	Germano Lopes	Gerente-geral de projetos	Samarco
4	Wagner Milagres Alves	Gerente de operações	Samarco
5	Daviely Rodrigues Silva	Gerente de geotecnia e hidrogeologia	Samarco
6	Stephen Michael Potter	Conselho de Administração da Samarco	Vale
7	Gerd Peter Poppinga	Conselho de Administração da Samarco	Vale
8	Pedro José Rodrigues	Conselho de Administração da Samarco	Vale
9	Hélio Cabral Moreira	Conselho de Administração da Samarco	Vale
10	José Carlos Martins	Conselho de Administração da Samarco	Vale
11	Paulo Roberto Bandeira	Governança da Samarco	Vale
12	Luciano Torres Sequeira	Governança da Samarco	Vale
13	Maria Inês Gardonyi Carvalheiro	Governança da Samarco	Vale
14	James John Wilson	Conselho de Administração da Samarco	BHP Billiton
15	Antonio Ottaviano	Conselho de Administração da Samarco	BHP Billiton
16	Margaret MC Mahon Beck	Conselho de Administração da Samarco	BHP Billiton
17	Jeffery Mark Zweig	Conselho de Administração da Samarco	BHP Billiton
18	Marcus Philip Randolph	Conselho de Administração da Samarco	BHP Billiton
19	Sérgio Consoli Fernandes	Conselho de Administração da Samarco	BHP Billiton
20	Guilherme Campos Ferreira	Governança da Samarco	BHP Billiton
21	André Ferreira Gavinho Cardoso	Governança da Samarco	BHP Billiton
22	Samuel Santana Paes Loures	Engenheiro sênior	VogBR

Fonte: Mazzola, p. 167 (2018)

ANEXO IV

PR-MG-00000261/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

Procedimentos Administrativos n.º 1.22.000.000311/2017-11 e 1.22.000.001439/2019-55

AUDIÊNCIA PÚBLICA EM BARRA LONGA

Aos 22 de novembro de 2019, às 19 horas, o Procurador Regional dos Direitos do Cidadão, Dr. Helder Magno da Silva, iniciou a audiência pública na Câmara Municipal de Barra Longa, com a presença dos moradores de Barra Longa constantes da lista de presença anexa, tendo participado também, pelo Ministério Público Federal, a Técnica Administrativa Keyla Luciene Marques Quintas, o Assessor Jurídico, Wilson Bernardino de Macedo Neto, e a estagiária Mariana Léa Galvão Alves Moraes. Presentes também: pela Defensoria Pública da União, o Dr. João Márcio Simões, Defensor Regional dos Direitos do Cidadão; o Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, o Deputado Padre João; pela AEDAS (Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social), a advogada Verônica Viana; pela Coordenadoria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da SEDESE (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social), o Sr. Clever Alves Machado, pela Câmara Municipal de Barra Longa, Wagner de Souza (Marreta), Vereador, pelo Movimento dos Atingidos por Barragem, a Letícia Oliveira e Simone Silva, representando os atingidos na mesa.

Registrada a presença de Alexandre Otávio Barbosa e Laurence Mendes Damasil, representando a Fundação Renova. Sra. Aida Anacleto, representante do Deputado Federal Rogério Correia e da Deputada Estadual Beatriz Cerqueira. Representantes da Cáritas. Daniel Santos Menezes, presente um assessor técnico do IBAMA. Professores Universitários, pesquisadores. Representantes dos peritos do MPF: FGV (Fundação Getúlio Vargas) e Ramboll. E Caique Belchior, representando o Centro de Convivência Negra da UFMG. Segue abaixo a transcrição da audiência pública:



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

Dr. Helder: “[É...] Daqui a pouco eu voltarei a falar [sobre, sobre...] sobre a questão. Mas um valor que pra nós é muito caro lá no Ministério Público Federal, na Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, que é muito caro, é o princípio da centralidade do sofrimento dos atingidos [é...] nesse processo de reparação [é...] e, diante dessa compreensão da centralidade da pessoa dos atingidos, eu aprendi muito aqui em Barra Longa com a comissão de atingidos, com os atingidos e as atingidas de Barra Longa, [é...] nesse processo, que o espaço é deles. Então, a comissão local de atingidos [se pronti...] pediu, [e...] na verdade eles não pedem, eles mandam. [Eles vão...] Antes de iniciarmos essa Audiência Pública eles farão uma música, para abrir, para dar as boas vindas a todos nós e para nos lembrar do que não podemos esquecer. Então, Simone, vocês estão prontos? [Simone responde afirmativamente] Então, com vocês alguns representantes da comissão dos atingidos [é...] numa pequena apresentação [é...] para abertura desse nosso trabalho. Simone, só aguarda um minutinho. A gravação [já tá...] já tá funcionando? Quem está responsável pela gravação? [Ruídos do ambiente]. [Nó...] Não podemos perder [esse...] esse momento. Tá, [só...] só aguarda um minutinho pra gente [é...] ter esse início. [Ruídos do ambiente] Tá pronto aí? Quando tiver pronto... Tá okay? [Ruídos do ambiente] Bom, então, antes de a gente formar a mesa dessa nossa Audiência Pública, dando [é...] reconhecimento à centralidade dos atingidos, [das pessoas...] dos atingidos e das atingidas, das pessoas atingidas, [é...] iniciaremos [esse nossa...] essa nossa Audiência Pública com uma música, com uma apresentação da comissão dos atingidos de Barra Longa. [É...] A palavra está com vocês”.

[Alguns atingidos entraram e afixaram fotos das pessoas falecidas após o desastre-crime].

Simone Silva: “Boa noite a todos e todas, meu nome é Simone Silva, faço parte da comissão dos atingidos. Nós vamos fazer aqui uma pequena homenagem às vítimas do crime do dia 05 de novembro. Nesse painel que a gente vai fazer aqui, tem as vítimas que morreram no dia 05 de novembro com o rompimento da barragem e também tem as vítimas a qual a Fundação Renova, que não nos representa, ficou responsável por fazer a reparação. E nessa reparação da Fundação Renova, que não aconteceu, não acontece, estão aqui as

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

novas vítimas: aqui na nossa cidade entre as nossa comunidade. Nós, infelizmente, já enterramos mais de trinta pessoas no decorrer dos quatro anos do crime da Vale, Samarco, BHP e Fundação Renova. Então aqui são algumas das vítimas, tem aqui as pessoas que morreram no 05 de novembro e as outras também, né? Que, infelizmente, nós estamos obrigados a sepultar todos os dias. Eu vou falar um pouco sobre essa pessoa aqui [Mostrou a foto da falecida Maria Geralda]. Essa aqui é minha avó, Maria Geralda, que lutou bravamente até o último segundo da vida dela pra ser reparada pela Fundação Renova. Quantas reuniões, quantas audiências, ela veio à frente dizendo pra Fundação Renova que ela não aguentaria esperar a reparação, que ela não alcançaria o reassentamento. Quantas vezes a minha avó veio à frente para falar isso? Quantas vezes ela implorou para a Fundação Renova: 'Eu não tenho idade para aguardar o reassentamento! Compre uma casa para mim, pra mim poder ficar tranquila, pra eu poder descansar e saber que eu recebi pelo menos uma casa de volta'. Mas, infelizmente, né? Todo mundo aqui já sabe, mas os presentes que estão aqui que não sabem, né? Tá aqui a D. Maria Geralda [Apontou a foto], tá aqui... Esse aqui é meu tio, Reginaldo. [Reginaldo também da...] Eu sou da comunidade de Gesteira. No dia 05 de novembro, aconteceu o crime da Vale, Samarco, BHP. E a Fundação Renova foi criada sem a participação dos atingidos, pra fazer a reparação que não acontece. Então, ele [Reginaldo] foi separado da família, foi levado para um local isolado, onde que ele ficou sozinho... Ele não tinha nem um cachorro de vizinho. Então, ele foi ficando triste, ficando deprimido, foi dando depressão... Quantos ofícios foi entregue pra o Ministério Público? Quantos ofícios foi entregue pra Fundação Renova? Dizendo que se eles não fizessem nada, ele ia falecer... Ele não ia aguentar esperar, porque ele já estava [num...] num estado avançado de depressão, de angústia, porque ele não tinha contato com a família. Das pessoas [que foram...] que foram para uma casa alugada, ele é o único que foi para um lugar isolado, sozinho. Quando foi, infelizmente, no dia 11 de novembro, esse aqui [Mostra a fotografia] o meu tio Reginaldo foi encontrado morto. A reparação não chegou pra Reginaldo. [E como se bastasse...] a gente costuma dizer que, infelizmente, né? [É...] Que minha avó foi sepultada também no dia 11 de novembro, porque ela morreu no dia que meu tio morreu – o corpo dela foi sepultado depois –, mas ela morreu também no dia 11 de novembro. Então, quando se passou três meses, a minha avó, Maria Geralda, que lutou bravamente, enquanto teve forças, faleceu. [Entre...] Em apenas três meses a minha família sepultou o meu tio e a minha avó, com apenas três meses. E não somos atingidos ainda. A família dela, os filhos dela não são atingidos, né? Não são atingidos. [E quando...]



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

E o mais triste pra nós é que quando a gente foi sepultar ela, ela passou na frente do esqueleto da casa dela. Ela passou na frente da casa dela e parou com o caixão para ela despedir de um esqueleto de uma casa que nunca mais ela ia alcançar, de uma reparação que nunca mais ela ia ver, de uma casa que nunca mais ela ia colocar o pé. E, ainda, quando chega no cemitério... O prazo foi só de três meses, infelizmente pra nós, foi um prazo muito curto né? Que a gente toma golpes todos os dias... E quando a gente chega ali no cemitério [Voz embargada de choro], a minha avó foi enterrada na cova do meu tio. E quando a gente chega ali pra sepultá-la a cova tava aberta, o caixão do meu tio tava ali aguardando ela e os dois foram sepultados na mesma cova. Então nós estamos aqui pra falar que a Fundação Renova não nos representa, [ela...] não é que ela não representa a mim, ela não representa os atingidos, nenhum dos atingidos que está aqui a Fundação Renova representa, porque a Fundação Renova foi criada sem a participação dos atingidos! Em nenhum momento nós fomos chamados pra conversar, pra falar alguma coisa, mas a Fundação Renova tá aí. [Essa...] Eu quero mostrar pra vocês que muitas dessas fotos que estão aqui, acho que umas quinze, umas dez, quinze que estão aqui, são as fotos da reparação que a Fundação Renova faz no território. Essas pessoas aqui, essas fotos mais recentes que estão mais nítidas é a reparação que a Fundação Renova faz no território. É o que ela fez nos quatro anos aqui em Barra Longa, em toda a bacia do Rio Doce, porque não é só aqui. Quantas pessoas nós sepultamos? Quantas pessoas mais nós vamos ser necessário nós sepultarmos? Porque o que tem acontecido com nós aqui, é que a gente não tem tempo de chorar a morte de nossos mortos. Nós temos que fazer do luto a luta, do choro a gente tem que tirar forças. A gente tem que sair do cemitério colocando os nossos mortos ali e já descer pensando em fazer luta. Eu vou ter que lutar por questão de honra, né? Quantas ameaças que a gente tem sofrido nos quatro anos no território da Fundação Renova. Mas eu sempre [dis...] disse e vou continuar dizendo, eu disse para a Fundação Renova lá na reunião em Gesteira após eles me ameaçarem em ata, eu disse pra eles que: a única coisa que me para nessa vida é uma bala no peito. Que enquanto forças eu tiver, eu vou lutar por mim, eu vou lutar pelos meus filho, eu vou lutar pela minha comunidade e vou lutar pela bacia do Rio Doce! Águas para a vida! [A assembleia responde: "Não para a morte!"]. Águas para a vida! [A assembleia responde: "Não para a morte!"]".

Dr. Helder: "Muito obrigado, Simone. [É...] Dando sequência [então e...] aos trabalhos,



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

vamos formar uma mesa. [É...] A ideia dessa Audiência Pública é fazer uma escuta dos atingidos. [É...] Então eu queria já esclarecer a todos que nós vamos fazer uma mesa mais enxuta, tá? [Com a presença...] Ai eu queria convidar para estar aqui nessa mesa, na presidência dos trabalhos, o meu amigo e meu colega, que está aqui hoje conosco, [Doutor...] meu parceiro de lutas, Dr. João Márcio, [que é...]. Eu, pelo Ministério Público Federal, estou como o Procurador Regional dos Direitos do Cidadão e o Dr. João é o Defensor Regional dos Direitos do Cidadão da Defensoria Pública Federal, da Defensoria Pública da União, Dr. João, por gentileza, [é...] venha ficar com a gente aqui na mesa [Aplausos da Assembleia]. Foram convidados [é...] órgãos governamentais, [é...] foram convidadas as comissões de direitos humanos da Câmara dos Deputados, do Senado e da Assembleia Legislativa. E nós temos a honra de ter aqui entre nós hoje o vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, o Deputado Padre João. Eu gostaria de convidá-lo também, Deputado, para estar com a gente aqui [é...] compondo a mesa [Aplausos da Assembleia]. Também foi convidado o Prefeito do Município, [é...] eu obtive a informação que ele não estaria aqui, [é...] porque tinha outro compromisso, Sr. Mário Antônio. Se tem algum representante do Prefeito Municipal aqui, eu gostaria também de convidar para compor com a gente aqui, a mesa. Também gostaria de convidar para compor a mesa, aqui com a gente, representando o legislativo municipal, o Vereador Wagner Souza, que a gente conhece como Marreta, Vereador que é um dos representantes... É também o Wagner uma pessoa atingida, também. E é a partir de um ofício encaminhado pelo Wagner, como Vereador aqui do Município, a partir dos reclamos [que ele...] que ele recebeu nesse ofício, ofício à Renova, que foi com cópia para o Ministério Público, que nós tivemos a instauração desse Procedimento. E como eu tinha dito antes, esse é um evento com a presença [dos...] das pessoas atingidas. Então, nós queremos ter aqui nesta mesa também, como representante dos atingidos de [todo...] a bacia do Rio Doce e, em especial daqui de Barra Longa, a Simone Silva [Aplausos da Assembleia]. E, depois, na sequência dos trabalhos, eu farei referência [às pessoas...] às outras pessoas que estão aqui. Também gostaria de convidar para estar aqui com a gente na mesa, representando as assessorias técnicas dos atingidos [é...] a Verônica Viana, que é advogada da AEDAS [e em nome da Verônica...], na pessoa da Verônica [estão] representadas as demais assessorias técnicas, que já estão constituídas. Nós já temos assessoria técnica em Mariana, da Cáritas, já tive oportunidade de encontrar algumas pessoas da Cáritas aqui, [é...] e também a Rosa Fortini em Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado. [É...] Verônica, eu te chamo exatamente pra


MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
 PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

cumprir esse papel. Bom! Então, dando início aos nossos trabalhos, essa Audiência Pública foi chamada a partir de um edital e nós precisamos observar esse edital de convocação da Audiência Pública. O edital foi publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público Federal, no dia 04 de novembro de 2019, e ele rege ou regerá os nossos trabalhos nessa noite. E aqui, como é uma Audiência Pública destinada a fazer a escuta dos atingidos, eu queria informar os senhores o seguinte: nós já temos uma inscrição, uma lista aberta para inscrição de pessoas atingidas interessadas [em falar...] em falar sobre o assunto. [Alguns de vocês...] Alguns atingidos já apresentaram seu nome, mas eu queria avisar pra vocês que a lista continua... [Cadê a Keyla ou o Wilson?] A Keyla e o Wilson, meus assessores, estão aqui na frente. Se tiver alguém que não está inscrito ainda [é...] pra falar, está em aberto com eles [é... vocês podem... eu não sei se seria o caso, talvez, de ficar num lugar mais... mais fácil pra que os atingidos possam se inscrever]. Como a gente tem tempo limitado [é... eu gostaria que assim...] quem tiver interesse em se inscrever, as inscrições vão ficar abertas até daqui uns quinze minutos, depois a gente vai encerrar, que a ideia é que a Audiência Pública tenha horário pra começar e pra terminar, tá? E aí, a gente tem um tempo de fala de cada um de vocês, que a gente vai pedir também a todo mundo pra respeitar, para que todos possam falar nesse processo. Mas dando continuidade ao trabalho, [é...] eu gostaria de registrar que está aqui também presente hoje, o senhor Clever Alves Machado, da SEDESE. [Clever, ele é representante...] Clever veio representando a Secretária de Estado de Desenvolvimento Social, Elizabeth Jucá. [Ôh, Clever, cê quer...] Vem pra mesa aqui com a gente também, por favor. [É...] A sua Superintendência é a SEPPIR não é isso?

Sr. Clever: “A minha Coordenadoria lá é a Coordenadoria de Políticas e Promoção da Igualdade Racial.”

Dr. Helder: “Igualdade racial, isso. [É... E aí, é...] Assim nós temos, também, como representantes da Renova os senhores Alexandre Otávio Barbosa e Lawrence Mendes Damasil. Nós temos também... São os senhores que estão sentados ali [Se referindo aos representantes da Renova já citados]. [Nós temos também...] Contamos também com a senhora Aída Anacleto, representante dos Deputados Rogério Correia e Beatriz Cerqueira. [É...] Como eu tinha falado, nós temos representantes da Cáritas: Luiz Fernando Horta Silva, a Maria Cecília Alves. A Viviana que é atingida de Paracatu de Baixo. Temos



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

[atingidos...] vários atingidos e representantes de comissões de atingidos de outros locais. Nós temos o senhor Daniel Santos Menezes, do assessoramento técnico [do...] do IBAMA, também está aqui hoje. [Nós temos mais...] No decorrer [da...] dessa Audiência Pública vamos anunciar, [mas temos...] contamos aqui com professores universitários, contamos aqui com representantes dos peritos do Ministério Público Federal, vou fazer a menção a todos eles no decorrer dessa Audiência Pública. Mais, [é...] dando continuidade aos trabalhos, [é...] vou passar a palavra a cada um dos componentes dessa mesa pra uma fala rápida, de apresentação, tá? Os senhores componentes da mesa, os senhores vão ter oportunidade depois de fazer as suas considerações finais, ao final da Audiência Pública. Nesse momento eu queria apenas [é...] uma rápida saudação e uma rápida fala de apresentação. Vou passar primeiro, Deputado Padre João, ao senhor. Eu sei que o senhor veio de perto e veio de longe, que o senhor [é da, da, da, da...] é Deputado da região e ao mesmo tempo veio de Brasília. Então, [é...] agraciando por ser uma pessoa de mais de longe aqui, vamos começar pelo senhor”.

Deputado Padre João: “Obrigado. Primeiro cumprimentar, né? Pela iniciativa, né? Importante dessa Audiência Pública e à Procuradoria Geral da República que também... Assegurar, de fato, o direito do cidadão. Cumprimentar a todos da mesa que podem se assentar, não podem? [Dr. Helder responde: “Podem, podem!”]. [É...] Então, [enquanto vice-presidente...] o primeiro vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos, a gente então representa aqui a Comissão de Direitos Humanos, Deputado que é o presidente, Helder Salomão, tá numa atividade em São Paulo. [E...] O fato da gente também estar na região, embora também teria esse compromisso em São Paulo, a gente fez questão de estar aqui pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal. Nesse sentido de ouvir. Hoje também, Helder, a nossa Comissão de Direitos Humanos emitimos uma nota [é...] de repúdio ao racismo, que tá também lá na Câmara Federal. A atitude do Coronel Tadeu, ela representa um racismo que está também aí em muitas instituições. Lamentável, [é...] na semana [é...] da consciência negra a gente conviver com comportamentos [é...] como esse: de uma autoridade representando o povo e naquela casa, que deveria dar exemplo no sentido de respeitar as leis, as conquistas, né? Que já tivemos, né? Inclusive por considerar também como crime, [é...] uma pessoa que tinha que resguardar a Constituição, que jurou o respeito à Constituição, tenha um ato como esse. [E... E que, na verdade, é...] E, assim,

Assinado digitalmente em 05/05/2020 11:09. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.br/validacao_documento. Chave 7266CC93.F1CB64CC.CE8BA7AC.A6A3E0A



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

nessa saudação a gente tá pra ouvir. Eu acho que depois, o quê que nós podemos encaminhar, depois de ouvir aqui os atingidos, enquanto Comissão [é...] de Direitos Humanos. Acatando aqui a orientação do senhor que é só essa saudação”.

Dr. Helder: “Obrigado, Padre João. Passamos a palavra... Vamos passar assim [Apontou seu lado esquerdo]... Dr. João Márcio”.

Dr. João Márcio: “Boa noite a todos, é João Márcio Simões o meu nome, eu sou Defensor Público Federal, atuo em Belo Horizonte e, atualmente, [eu tô...] já há uns quatro anos que eu tô ocupando a função de Defensor Regional dos Direitos Humanos. [É...] ‘Mas porque que esse Defensor não veio aqui até hoje? O trem foi lá em 2015...’. [Risos] É porque é um só pra atender Minas Gerais toda, coisa meio maluca. Mas já me convidaram lá no início, nas reuniões, convidaram para vir aqui, mas, infelizmente, não deu. Então, nessa oportunidade eu tô vindo... E o objetivo é para escutar e ouvir. Porque as coisas, às vezes, no papel vão muito bem mas, na prática, no dia a dia, é que as coisas efetivamente deveriam ser bem, né? Então, [a...] o objetivo da gente aqui é de escuta mesmo. E a Defensoria [ela...] o papel dela é um só: é de estar ao lado dos atingidos. [É, é...] Fazer aquilo que de efetivo, que o Dr. Helder falou e que eu também acredito hoje... Não só pra isso, mas para tudo: o ser humano tem que estar no centro de tudo”.

Dr. Helder: “Obrigado, Dr. João. [É...] Eu queria, assim, de público, Dr. João, testemunhar com todos [porque eu...]. Dr. João é um parceiro de trabalho. [Nós...] Nós trabalhamos em várias frentes conjuntamente e a Defensoria Pública da União, embora não tenha tido oportunidade de estar presente aqui, a Defensoria Pública da União tem sido muito presente também [é...] nesse processo, [na busca da...] na luta pela reparação. Seja através do seu colega João Marcos que era lá do Espírito Santo, hoje através de seu outro colega Márcio, do Renan, da Lígia, em algumas frentes, e considerando exatamente o pequeno número [de, de...] de Defensores disponíveis para o trabalho. Mas tem contribuído grandemente nesse trabalho. [Então, é... Não... Não... Eu acho que é, é...] Eu tenho certeza que o povo, vendo o senhor aqui, eles vão querer que o senhor venha sempre aqui porque [é...] os atingidos querem esse contato conosco. [Mas eu...] Eu vou passar já [a...] ao Clever, Clever! Ai

Assinado digitalmente em 05/05/2020 11:09. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacao/documento>. Chave 72660C93.F1CB6ACC.CE8BA7AC.A6AA3ECA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

depois a gente vem nessa ordem, Wagner, vai você e a gente vem na ordem daí pra cá [Apontou o lado esquerdo da mesa]”.

[Ruídos do ambiente].

Cleber: “Boa noite, gente. Eu quero cumprimentar essa mesa aqui, em nome da Simone, né? Que representa aqui as mulheres negras, né? Do município. [E...] Fazer uma saudação rápida, porque depois a gente vai [é... é...] dar continuidade [nas...] nas propostas. [É...] Agradecer pelo convite, né? Por conta que é importante a gente estar reunido com vocês para ouvi-los. Eu pertenço à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e estou representando aqui a Secretária de Estado de Desenvolvimento Social, a Elizabeth Jucá. [E...] Pertencemos a uma Subsecretaria de Direitos Humanos, dentro dessa Subsecretaria de Direitos Humanos, nós temos uma Superintendência de Participação Social e Diálogos e dentro dessa Superintendência é onde está a Coordenadora de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Então, nós somos parceiros do Ministério Público, estamos aqui para ouvi-los e ombrear com vocês nessa causa. Muito obrigado, boa noite”. [Aplausos da Assembleia].

Dr. Helder: “Wagner!”

Wagner: “Boa noite a todas, a todos, meu nome é Wagner, sou Vereador”.

Verônica: “Boa noite a todos e todas, eu sou Verônica, sou advogada, historiadora e componho a assessoria técnica dos atingidos e atingidas, né? [Esse... inclusive... esse...] Meu objetivo aqui é saudar a luta e a organização popular, que hoje faz esse momento histórico na cidade de Barra Longa, né? Que é a gente colocar e trazer de forma clara, com a voz dos atingidos, o sentimento dos atingidos um processo histórico de racismo e violação que é perpetrado pela mineração e hoje é reforçado [pelo...] pelo processo de reparação na figura da Fundação Renova, né? E dizer que a luta pelo direito, [pela...] pela reparação, ela passa, inclusive, pela garantia das assessorias técnicas [aos atingi...] aos

Assinado digitalmente em 05/05/2020 11:09. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mg.br/validadocumento>. Chave 7266CC93.F1CB64CC.CE8BA7AC.A6A3ECA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

municípios atingidos, que quatro anos depois seguem sem direito à informação, sem direito à participação e sem conduzir o processo com centralidade [e...] e poder de decisão real”. [Aplausos da Assembleia].

Simone Silva: “Boa noite, né? Já me apresentei, mas vou me apresentar de novo! Meu nome é Simone Silva, faço parte da Comissão dos Atingidos, do Coletivo de Saúde do Atingidos porque, quando ninguém tava nem aí pra saúde dos atingidos, Renova, Governo, poder Municipal, nós criamos um Coletivo de Saúde que discute a saúde dos atingidos... Faço parte do jornal A Sirene. E eu costumo dizer que eu sou graduada em o que é ser atingida pela Fundação Renova, né? Porque são quatro anos de luta e resistência aqui no território”. [Aplausos da Assembleia].

Dr. Helder: “Obrigado, Simone, obrigado a todos da mesa. [É...] Gostaria de informar a todos que [é, algumas autoridades convidadas pra...] algumas autoridades, algumas instituições convidadas pra participar [desse...] dessa Audiência Pública, [é...] informaram a impossibilidade de comparecimento. [É...] Uma delas o Promotor atualmente responsável pela Curadoria de Fundações, Promotor Gregório Assagra, [ele, é...] era o Dr. Gabriel Mendonça que estava atuando [é...] temporariamente como Promotor Auxiliar, e agora retomou os trabalhos nessa Promotoria o titular, Gregório Assagra. Ele informou que assumiu, recentemente, as atribuições da Promotoria e tá se inteirando dos problemas relacionados à Fundação Renova. E ele informou que instaurou um Procedimento pra acompanhar [as questões...] essas questões objeto [da, dessa...] dessa Audiência Pública, [e...] para tomada das medidas que entender cabíveis. E pediu que a gente encaminhe pra ele a ata dessa Audiência Pública e assim será feito. Também, o Ministério Público Estadual foi convidado na pessoa do seu Procurador-Geral de Justiça, Sr. Antônio Sérgio Tonet, [é, e encaminhou...] e redirecionou o convite a sua Secretaria-Geral, [é...] não tenho informação sobre a vinda de representante. De igual modo também foi oficiada [a...] a [Comis...] Coordenadoria de Inclusão e Mobilização [Social...] Sociais do Ministério Público Federal [Estadual], na pessoa do Dr. André Sperling, [é...] também não obtive dele uma informação relativa à possibilidade ou impossibilidade de comparecimento. [É...] Também foi encaminhado ofício [a...] ao Observatório do CNMP e CNJ, através dos Secretários-Gerais do CNMP e do CNJ. Também foi encaminhado ofício ao Ministério dos



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

Direitos Humanos, através da SEPPIR que é a Secretaria [de, de, de...] de Proteção e Igualdade Racial e acusou-se o recebimento do ofício, [é...] indicou-se que teria como representante o senhor Ezequiel Roque, mas [é...] informou-se da dificuldade com a questão do transporte [é... da, da, da, da Secretaria...] da SEPPIR do Ministério dos Direitos Humanos. [Tam...] Também foi encaminhado ofício ao Juízo da 12ª Vara Federal, [é...] tanto ao titular quanto ao substituto. A assessoria do Dr. Mário [é...] informou que ele está de férias. A assessoria do Juiz titular da Vara, Dr. Cláudio José Coelho Costa, acusou o recebimento e informou que quem cuida dessa questão é o Dr. Mário, que está de férias. [É...] Ao longo dessa Audiência Pública vou fazer referência a outras autoridades, entidades que foram convidadas. [É...] Só realçando, também, primeiro que nós também buscamos [é...] chamar para essa Audiência Pública... [Depois eu gostaria de...] Se tiver representantes dessas instituições que se manifestem. Nós convidamos a AFRODON, que é uma organização [é...] do movimento negro, de defesa da igualdade racial, convidamos o Centro de Convivência Negra da UFMG, convidamos [é...] o ALÁFIA, também da UFMG, convidamos [é...] a UNEGRO, convidamos o Coletivo de Entidades Negras – CEN e convidamos também a Coordenação Nacional de Entidades Negras. [É...] Se tiver alguém dessas entidades aqui, eu peço a gentileza que se apresente, como representante dessa entidade, pra que [a...] a assessoria aqui do Ministério Público Federal, [a...] a Keyla e o Wilson estão aqui pra tomar nota, pra gente [é...] fazer os devidos registros. Bom... Então, como eu disse, a ideia dessa Audiência Pública é fazermos a escuta. E aí, antes de iniciarmos essa escuta, vou relatar para os senhores, [é...] informar os senhores, que nós temos dois Procedimentos [é...] em curso no Ministério Público Federal que dão fundamento [a...instauração... a... a...] a esse ato, a essa Audiência Pública. Nós temos um Procedimento Administrativo que é o de número 311/2017, vou citar o número dessa forma mais simplificada [é...] – que a gente, no Ministério Público Federal a gente tem toda [uma...] um conjunto [de... de...] de números para indicar local, mas o importante é que seja [é...] reconhecido, sendo nosso de Belo Horizonte –, que é o 311/2017, que é um Procedimento para acompanhamento [é...] do cumprimento de um acordo celebrado entre o Ministério Público Federal e as empresas Vale, BHP e Samarco. E [é um documento...] é um acordo conhecido como Termo de Compromisso Preliminar para Criação de Reserva e Implementação de Medidas de Reparação Socioeconômica e Socioambiental na área de Barra Longa. Esse acordo, ele é um acordo que foi celebrado visando à extinção de uma ação que foi proposta pelo Ministério Público Estadual em Ponte Nova. Essa ação foi

Assinado digitalmente em 05/05/2020 11:09. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.br/validacaodocumento>. Chave 72660C93.F1CB66CC.CE8BA7AC.A6A3ECA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

declinada pra Justiça Federal, diferentemente da ação semelhante que correu em Mariana, proposta pelo Ministério Público Estadual. E, na ação de Mariana, vem sendo obtidas diversas conquistas judiciais, diversos compromissos, diversas obrigações das empresas. Por esse acordo, [a...] as empresas se comprometeram a aplicar em Barra Longa todas aquelas conquistas de Mariana. Todas aquelas conquistas judiciais de Mariana. Então é importante a gente falar disso porque, por exemplo, [há...] há decisões lá em Mariana sobre aquelas antecipações de indenização pra quem teve que sair da sua casa em decorrência do desastre. Isso é uma conquista que ocorreu em Mariana no bojo da ação judicial. Então, esse tipo de conquista se aplica aqui pra Barra Longa. E por aí vão outros pontos pra gente [é...] pensar ao longo dessa Audiência Pública. Mas o Procedimento mesmo [que deu...] que gerou foi porque, na verdade, o Ministério Público Federal recebeu um ofício subscrito pelo Wagner, Vereador daqui de Barra Longa, também conhecido como Marreta, questionando a Fundação Renova o porquê da demora ou das delongas no atendimento a atingidos negros e militantes. E essas pessoas que são nominadas no edital, nós vamos fazer a escuta dessas pessoas, mas vamos intercalar a ouvida dessas pessoas, com a ouvida também dos atingidos que já se inscreveram. Então, a ideia é de se [pro... pro...] promover essa escuta. Então, vamos sem mais delongas [é...] entender... No momento próprio, também, a Fundação Renova vai ter oportunidade de fala dela nessa Audiência Pública. A Fundação Renova [no seu...] numa resposta a um ofício do Ministério Público Federal, ela disse que [é, tá fazend...] tava realizando as medidas de reparação, apresentou as informações acerca [dos...] das pessoas atingidas [é...] mencionadas no ofício do Wagner, do Vereador, que saiu um ofício em nome da Câmara Municipal. [É...] Mas, [é...] essa Audiência Pública se faz necessária [é...] ou se fez necessária, porque, [é...] e no despacho [é...] e no edital da Audiência Pública eu cuidei de considerar isso como relevante, porque atos de racismo, atos de assédio moral, nem sempre são atos visíveis. Não é aquela situação de preconceito tão clara. Então, é importante a gente fazer essa escuta das pessoas atingidas hoje, para que a gente possa ter [é...] um retrato de como as coisas acontecem. Particularmente, eu tenho a minha convicção. E aí, Simone, eu peço licença a você pra citar uma situação concreta pra mim. Ai, os senhores que são da Renova, eu não tive oportunidade de estar com os senhores antes, mas eu cito o exemplo da D. Geralda, mais uma vez. D. Geralda tinha oitenta anos, ela tinha acabado de comprar uma máquina de lavar roupas, [porque a D. Geralda...] porque a vizinha dela, D. Marimeire, tinha duas máquinas de lavar e ela percebeu que, por exemplo, ela tava ficando velha, já estava com

Assinado digitalmente em 05/05/2020 11:19. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.tranparencia.mpf.br/validacaodocumento>. Chave 72660093.F1CB6CC.CEBBA7AC.A6AA3ECA


MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
 PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

oitenta anos, tava tendo problema de coluna para lavar roupa. [E...] A D. Geralda colocou essa pedido para a Renova. A Renova, [quando... quando... é... ela...] pras pessoas que saíram da casa, ela deu um kit móveis. A resposta, quando eu questionei a questão da D. Geralda, eles disseram que... Em vários momentos, eu dizia assim: 'Oh! D. Geralda está pedindo a máquina de lavar, porque ela tinha uma máquina de lavar e perdeu'. A primeira resposta foi assim: 'Não, é porque a Renova deu foi tanquinho pra todo mundo'. Então, já começa por aí que é um ponto que a gente precisa entender: se deu tanquinho pra todo mundo, mas nós não tivemos um programa do Governo Federal que era pra facilitar a compra de máquina de lavar, de geladeiras pras pessoas, pra dar acesso a equipamentos mais modernos, [é...] com mais amplitude? Então a gente precisa pensar exatamente isso: essa escolha pelo tanquinho já não é uma forma de tratar de forma preconceituosa as pessoas? Isso é um ponto que precisa ser esclarecido. Mas especificamente em relação à D. Geralda, o fato de é que: D. Geralda continuou cobrando e eu continuei cobrando e, talvez, a Simone depois vai nos ajudar a falar quando foi que a máquina de lavar da D. Geralda finalmente foi entregue, ou uma das outras filhas dela... [Simone diz: "Pediram um laudo pra ela, médico, que se ela provar que num conseguia torcer"] Não, isso é importante, [é...] Simone, você falar disso, que eu não tinha conhecimento desse detalhe. Mas, o fato é que ela, como atingida, ela informou que ela tinha uma máquina de lavar, que ela precisava da máquina de lavar, em razão da sua questão de saúde. [E... o tempo] As vezes que eu tive oportunidade de falar com o Igor, da Fundação Renova, não foi uma, não foi duas, não foram três, deve ter sido bem mais do que isso. Então, isso são situações que intimamente me levam a me convencer de que, sim, de que há uma forma de tratamento discriminatória em relação a pessoas de pele negra. [Isso...] Isso fica evidente, porque, sobretudo, se eu comparo a situação da D. Geralda com a situação da D. Marimeire, sem nenhum demérito à D. Marimeire, sem nenhum demérito à D. Marimeire! Mas por que que o pedido da D. Marimeire é atendido e da D. Geralda, sua vizinha, não é atendido no tempo e na hora necessária? Por que que a palavra dessa atingida não é ouvida? Então, sem mais delongas, [é... esse...] esses quadros a gente precisa entender: se isso é decorrente de um racismo institucionalizado, de um racismo institucional, numa forma de ver os atingidos. Se é só em relação aos atingidos pretos, se é em relação aos atingidos pobres, se é em relação aos atingidos militantes, essa é uma oportunidade que a gente tem pra discutir isso. Mas para discutirmos, já falei demais, vamos iniciar com a fala das pessoas atingidas. [É...] D. Vera é a primeira inscrita. Vamos colocar o microfone numa posição... D. Vera, a senhora pode

Assinado digitalmente em 05/05/2020 11:09. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.br/validacao/documento>. Chave 72660C93.F1CB64CC.CE8BA7AC.A6AA3ECA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

ficar de lá! [Apontou outro lado da mesa] Eu vou passar pra Keyla, até pra facilitar o microfone: vai ficar aí com vocês e a Keyla vai chamando as pessoas inscritas. E o Wilson vai controlando o tempo. São três minutos, não é isso? Segundo a regra do edital pra fala de cada atingido. [Os atingidos...] Alguns atingidos que são representantes [é... da... da... os representantes dessa notícia de fa...] desse Procedimento, pra eles, pelo edital, foi deferido o prazo de sete minutos”.

D. Vera Lúcia Aleixo: “Boa noite a todos e todas! [Assembleia responde: “Boa noite!”] Boa noite, companheiros de luta! Eu gostaria de estar me revendendo aqui. Eu sou Vera, da comunidade do Gesteira, e quero falar sobre o reassentamento de lá do nosso Gesteira. Lá no Gesteira, a gente tem [um...] o grupo de base, que todos nós trabalhamos. Eu sou moradora do Gesteira, mas hoje eu estou morando em Mariana. No grupo de base, a gente vem umas quatro vezes, pra que a gente se forma [a matriz...] a diretriz pra que a gente possa trabalhar no dia da assembleia com a Renova. E a gente vem lutando. É quatro ano de luta. Eu sou uma atingida, que eu me sinto assim... Uma atingida muito prejudicada. Que eu não sou atingida porque a lama passou no meu quintal. Eu sou uma atingida porque levou a minha casa, levou a minha criação, levou a minha alegria, levou a minha saúde. Quando eu vejo a foto aqui... Que eu vejo a foto de Maria Geralda, o meu coração treme, porque o meu marido tá na mesma situação de Maria Geralda, hoje. De falar que: ‘Eu não vou conseguir a entrar na minha casa’. Foi assim que Maria Geralda começou. E eu peço muito a Deus que me dê força pra mim lutar, porque eu sou do Gesteira, mas Barra Longa é o meu coração. E lá no Gesteira, a gente tem a comissão. E eu quero que seja realizado no Gesteira, que venha de Mariana até aonde a lama chegou. Eu quero ir além, eu quero ir além pra todos esse povo que sofre, o que nós sofremos com a Fundação Renova. Lá no Gesteira, o reassentamento, a gente faz todos os trabalho, vem quatro vezes no Gesteira pra montar o trabalho pra realizar a assembleia. [A...] No dia de acontecer a assembleia, o que a gente mais precisa e mais quer, eles pula, eles não realizam. O que foi reivindicado lá, eu quero falar pra mesa, e cumprimentar vocês. Desculpa, tá? [Que é import...] Essa mesa é importante pra nós. Mesmo que tenha quatro anos de convite, mas hoje ele está aqui, talvez hoje será o dia da realização. Pra todos nós atingidos! Né verdade? [Pessoas da Assembleia respondem afirmativamente] Então... É três minutos só, gente! Eu tenho muita coisa que falar, eu tenho muita coisa pra reivindicar pra Renova! A Renova está aí pra enrolar a

Assinado digitalmente em 05/05/2020 11:09. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.tranaparencia.mg.gov.br/validadocdocumentos>. Chave: 7266CC93.F1CB64CC.CEBBA7AC.A6A3ECA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

gente... [Hoje...] Cadê os nossos representantes da Renova? Eles manda uns que não é do território. Eles manda um que não pode responder por nós, que não pode falar por nós, porque ele não conhece a nossa luta, ele não conhece o nosso dia, o nosso dia a dia [Aplausos da Assembleia]. E nós precisamos na nossa comunidade, na nossa cidade, que a gente seja correspondida por eles, porque o crime foi cometido é por eles, por falta de responsabilidade deles. Hoje a gente vai na Fundação Renova, eles pedem pra gente o número, entendeu? E qual foi o que eles deixou pra nós, pra falta de responsabilidade deles [pela...] pelo que aconteceu com nós? Porque hoje eu sou [um..] uma ninguém. Eu não tenho casa, eu não tenho vida, eu não tenho família. Olha, gente, eu tenho um filho que tá sumido, que não quer vir aqui, que num aceita a vida que nós tão levando. Eu peço muito a vocês que rezem por mim. Pra que eu tenha força pra lutar. Pra que eu tenha força de vim reivindicar aqui os meus direito. Que tudo isso que nós pedimos aqui, nós não pedimos esmola a Renova, não. Nós não precisava de Renova! A nossa Barra Longa era uma Barra Longa que dava serviço pra todas as pessoas. Ninguém passava falta. E hoje eu vejo: os rico, mais rico e os pobre, mais pobre. Cadê os representante daqui do território? Tá ali o representante, mas que não nos conhece, não conhece a nossa história. A minha história, quem vai contar ela sou eu. Quem conhece aqui, permanece aqui. E eu quero falar pelo reassentamento lá do Gesteira, que tá sendo um rolo, não desenrola, não desembola o trabalho. [Assessoria: “Estou inscrevendo a D. Vera, de novo, no final da lista. Ela vai voltar no final”. E a assembleia responde: “Deixa ela falar, senão ela perde o raciocínio!”]. Eu quero também falar pra vocês, gente, que a Fundação Renova, ela é tão injusta, ela é tão injusta que a saúde pra ela não é importante. O quê que ela quer mais pra reconhecer essa mulher aí, oh! [Apontou para a Simone]. Com o problema da filha dela. Se Barra Longa acha que essa mulher já recebeu um centavo da Renova, por favor, intercede por ela! Eu, no meu entender, eles não atendeu ela ainda, porque ela é negra e pobre. E que ela luta e que luta por nós! Luta por mim e luta por você!”. [Aplausos da assembleia].

Assessoria MPE: “Gente, vamos fazer o seguinte: se o tempo for insuficiente, a gente reinscreve a pessoa no final da lista, okay?”.

Sérgio Fábio do Carmo: “Boa noite, meu nome é Sérgio Papagaio, eu sou da comissão de atingidos, do coletivo de saúde, divido a editoria-chefe do jornal A Sirene com o Genival



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

que está aqui, e sou coordenador do grupo dos garimpeiros. Portanto, eu gostaria de fazer uma fala reta sobre o garimpo. Eu não sei se todos vocês sabem, mas o estado das Minas Gerais foi inventado pelos garimpeiros. Quando descobriu-se ouro em Mariana e, mais tarde, descobriu ouro em Ouro Preto, a Coroa Portuguesa veio e afixou-se em Ouro Preto e a Igreja exigiu a parte dela. Portanto, foi dado à Igreja Católica o garimpo de Mariana pra baixo, no sentido rio Carmo e o ouro de Ouro Preto ficou com a Coroa. Nesta época, Ouro Preto foi recenseada com oitenta mil habitantes. A maior cidade da América Latina. Só que os negros, arrancados da África e trazidos [para...] para o trabalho escravo na região, tanto para o garimpo do Império quanto para o garimpo da Igreja, não foram recenseados. E somavam-se cento e sessenta e três mil negros e negras, que se espalharam de Ouro Preto até Barra Longa. Porque desceram o rio procurando terra fértil para produzir alimento pro garimpo e encontraram essas terras em Barra Longa. Mas também encontraram ouro em Barra Longa. Então, estabeleceu-se um garimpo em Ouro Preto do Império e o garimpo de Mariana a Barra Longa da Igreja. [E...] Passou-se o tempo, [o...] acabou-se o ouro e os garimpeiros foram colocados como marginais, como utensílios descartáveis e jogados à margem da sociedade. Hoje, a Fundação Renova diz que não pode reconhecer os garimpeiros porque o garimpo é uma atividade ilegal. E eu afirmo que, pela Convenção 169, o garimpo é a comunidade tradicional garimpeira do estado de Minas Gerais. [E...] No caso, esse garimpo que eu coordeno, que eu represento aqui neste momento, é uma comunidade tradicional, é um continente no qual está inserido vários conteúdos de outras comunidades tradicionais, porque, para que o garimpo se desenvolvesse, foi preciso que estabelecesse várias comunidades quilombolas dos negros arrancados da África. Para que o garimpo [é...] funcionasse, foi preciso estabelecer comunidades ribeirinhas e tem recantiados... E temos uma série de comunidades tradicionais dentro desse continente garimpo. E quando a Renova diz que só reconhece os faiscadores, ela faz como os portugueses que chegaram aqui e colocaram o nome nos índios de botocudos, que é um termo pejorativo, que eles tentam fazer com os garimpeiros, de dizer que eles são faiscadores. O estado de Minas Gerais não foi inventado pela faiscção e, sim, pelo garimpo. Portanto, somos garimpeiros. [E pelo...] Após o rompimento da barragem, a barragem de Fundão, além da lama que revolveu e contaminou o rio, foram colocadas várias pedras, como eles dizem, roncamento, nas margens do rio Carmo que impede qualquer prática de garimpo, seja ela motorizada, seja ela manual, seja ela de qualquer forma. Portanto, nós que fomos atingidos neste grau, pedimos reconhecimento e reparação.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

[Outra...] Uma outra fala, que seria a fala [de...] da mudança de nossos modos de vida, agora não só do garimpo, mas de todas as pessoas atingidas com o rompimento da barragem de Fundão, porque eu acredito que somos todos atingidos: de Mariana a Regência, sem a menor distinção. Eu uso uma fala, que já virou um bordão, que eu vou falar de novo, que se eu for transportado para qualquer lugar da bacia e fechar os olhos e ouvir as queixas dos atingidos eu não saberei dizer onde estou. No final do mês passado e princípio deste mês, eu estive no Espírito Santo e trouxe comigo vários laudos de contaminação de pessoas que estavam lá. [Laudos...] Alguns que eu passei para a professora Dulce, para me ajudar, porque eu não entendo [é...] esses termos. [E aí... olha... e aí...] O quê que eu digo: se estamos contaminados aqui e [estamos...] o pessoal está contaminado lá em Regência, o que dizer do meio? Se o pé e a ponta está contaminada. Como nós viemos dizer, somos todos contaminados, aqui em Barra Longa só não é contaminado... Simone, quem? [Simone Silva responde: "Quem não respira."] Se o ar está contaminado, somos todos contaminados. Portanto, se em Brumadinho, toda pessoa contaminada teve direito a mil reais, ou seja, um salário mínimo por mês, por quê que as pessoas de Barra Longa não têm mil reais por mês? Isso é? Discriminação. [Aplausos da Assembleia] Então, estamos fazendo uma denúncia aqui de discriminação, também, do povo de Barra Longa em relação a outros atingidos da mesma empresa assassina: Vale do Rio Doce". [Aplausos da Assembleia].

Dr. Helder: "Eu gostaria, [de, de... é...] até com pedido de desculpas, porque, na verdade, [como é...] a representação originária, ela faz referência a possível, também, assédio moral em relação às pessoas [é...] militantes... [É...] Na verdade, eu gostaria [de...] de me desculpar com a Letícia, Letícia do MAB, e convidá-la pra estar aqui com a gente na mesa, Letícia. Peço desculpa por essa [Trecho incompreensível no áudio]. Como representante de um dos movimentos [é...] de luta em defesa dos direitos das pessoas atingidas por barragem. E [é...] segundo a representação, [haveria também...] estaria acontecendo, [é...] também, discriminação por parte da Fundação Renova em relação às pessoas que são militantes do MAB. [É...] Já vou passar a palavra para a Letícia, mas antes disso eu gostaria de registrar a minha alegria de poder contar aqui com a gente hoje [é...] com as presenças das [professoras Tatiana, a presença da professora Karine...] professora Tatiana Ribeiro de Souza da UFOP e da professora Karine Carneiro [Aplausos da Assembleia].

Assinado digitalmente em 05/05/2020 11:09. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.tranparencia.mpf.br/validacao/documento>. Chave 72660C93.F1CB66CC.C88BA7AC.A6AA3ECA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

também da UFOP, elas integram o GEPSA, que é um grupo de extensão, pesquisa e estudo da UFOP, que no primeiro dia que eu estive aqui em Barra Longa com os atingidos, eu já tive oportunidade de encontrá-las aqui também. Acompanhando como pesquisadoras o processo de reparação, as medidas de reparação que ocorrem aqui no território. Também gostaria de registrar, também, a presença da professora Dulce, professora Dulce também, é outra pesquisadora da UFOP e que também tem realizado trabalhos de pesquisa de campo aqui em Barra Longa e que trouxe [é... nesses dias também... daqui a pouco nós teremos oportunidade de ouvi-la é... algumas...] alguns resultados de algumas pesquisas muito preocupantes. [É...] ao longo [dessa...] dessa Audiência nós teremos também o prazer de ouvi-las, elas também farão algumas rápidas intervenções pra nós. [É, e...] Também eu gostaria de dizer aos demais pesquisadores, professores [é...] das demais universidades, que vários [é...] instituições foram convidados, e eu vi que tem já um professor [da...] da PUC, tem outra pesquisadora do GESTA da UFMG. [É...] Quero anotar os nomes de vocês que estão aqui porque, na verdade, o Ministério Público Federal tem como fundamental a parceria com os grupos de estudos independentes das universidades públicas ou privadas, [é...] interessados em conhecer, com isenção, [todo esse...] todo esse processo [é, que de, é...] de reparação que [deve...] deve ou deveria estar acontecendo numa velocidade maior. [É...] Leticia, cê quer fazer uma fala agora, neste momento, por favor? Vai ser uma fala introdutória. Depois cê vai ter um tempo como todos os demais aqui... maior".

Leticia Oliveira (MAB): "Boa noite, pessoal! [A Assembleia responde: "Boa noite!"] Então, nós tamo aqui hoje e é um dia muito importante, né? Essa iniciativa do Ministério Público Federal, pra que todos os atingidos e atingidas possam dizer, né? E aí conseguir também trazer representantes da Fundação Renova por mais, como Vera ressaltou, não sejam os representantes que estão sempre no território, mas é sempre uma luta, né? Conseguir trazer a Fundação Renova pra uma reunião pra ouvir os atingidos e ainda mais pra dar uma resposta, né? Aí é quase impossível... Tem que fazer muita luta mesmo! Mas é uma iniciativa muito importante nesse momento aí de quatro anos do crime, né? A gente ter oportunidade de fazer as denúncias e de ser ouvido e, também, da Fundação Renova tá escutando tudo isso e a gente espera que trazem alguma resposta, né? Se não hoje, num outro momento, se não nós vamos fazer tudo de novo e vai ser cobrada mais ainda, né? Por já ter ouvido mais de uma vez. Depois ela vai falar mais ali, também. Muito obrigada,



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

depois eu falo mais". [Aplausos da Assembleia].

Dr. Helder: "Obrigado, Leticia! Então, vamos voltar à ordem do dia, vamos voltar às falas, devolvo o microfone para a Keyla para o controle... Eu queria só combinar com todo mundo exatamente isso: [é...] a Audiência Pública [ela, ela, visa...] o objetivo principal dela é exatamente ouvir as pessoas atingidas sobre possíveis... [Só pegando aqui os objetivos...] Coletar informações sobre possíveis violações de Direitos Humanos pela Fundação Renova, por meio de práticas de racismo e perseguição política para com os atingidos negros e militantes. Propiciar o relato, por parte dos atingidos, de possíveis situações de perseguição, racismo e assédio moral no atendimento pela Fundação Renova. Propiciar o relato, por parte de atingidos, de demais problemas vivenciados em seu atendimento pela Fundação Renova relacionados a outras formas de discriminação e a instruir o Procedimento em epígrafe de modo a embasar a atuação do Ministério Público Federal. Então, eu queria pedir pra vocês, os atingidos, que é importante a gente, hoje, nós temos vários momentos de fala, momentos [de...] de discussão sobre vários assuntos, vários temas. [É...] Mas é importante que a gente tenha o foco no objetivo dessa Audiência Pública de hoje. Tá certo? [É...] Os temas que estão em debate aqui hoje é importante que vocês vejam! [Porque se não tiver... Se não tem isso que é, é...] Se não tem prática de racismo, se não tem prática de perseguição, também é importante que, se alguém entende que não tem, que venha e que fale. Ou se tem, quem tem, que fale, explique pra gente, conte pra gente as situações concretas que ocorreram. Mas eu peço também a todos e todas exatamente isso: vamos tentar respeitar o tempo. Nós julgamos que esse tempo de três minutos é um tempo bastante [pra...] pra uma narrativa. Agora, aqueles que também entenderem que precisa mais tempo [é...] se inscrevam novamente, tá bom? É claro que a gente não pretende ficar aqui a noite inteira, mas [é...] é importante que a gente pegue os relatos principais, tá certo? Eu agradeço. Devolvo a palavra pra Keyla e quem é a próxima pessoa? Maria Helena! Maria Helena é a próxima inscrita. Maria Helena! Anuncia quem é o próximo, Keyla! [A assessoria anuncia: "D. Gilda. Depois da Maria Helena é D. Gilda"]. [Ruidos e conversas paralelas].

Maria Helena Fernandes: "Boa noite a todos e todas, eu sou Maria Helena Fernandes, moradora do Barreto. O Barreto ali é uma comunidade muito esquecida, né, gente? Pouca

Assinado digitalmente em 05/05/2020 11:09. Para verificar a autenticidade acesse http://www.tranparencia.mpf.br/validacao_documento. Chave 72660093.F1CB64CC.CE8BA7AC.A6A3ECA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

gente ouve-se falar do Barreto. Fui atingida, minha casa entrou lama, perdi tudo, eles reformaram a casa e a casa rachou toda. Foi um trabalho enorme pra eles reformar de novo, só quando a Globo apareceu lá em casa que a Renova mandou o pessoal pra reformar. E agora eles tão fazendo outra casa, numa parte mais alta, mas tá uma burocracia muito grande. E os móveis que eles deram, nossa, [é...] é uma porcária, né, gente? O fogão só funciona uma trempe, a cama quebrou, a beliche do meu filho quebrou, quase cai em cima da cabeça dele. [É... é...uma situação...] Fora a saúde. Eu tô com a saúde muito debilitada, meus filhos estão com problema de vista... É muito barro em volta da casa, que eles falaram que iam tirar, não tirou! Tá aquela lama tóxica em volta da casa. É muita poeira que entra pra dentro de casa. Eu trabalhava pra fora, fazendo salgado, minhas coisas, tinha minha renda, hoje eu não tenho mais, né? Muita gente, né? Já recebeu. As mulheres que trabalhavam [é...] ali em Campinho já receberam, mas ali no Barreto, ninguém [é...] foi beneficiado assim, sabe? Muita gente ali perdeu terreno, perdeu casa e até hoje não foram ressarcido. Então... [Dr. Helder: "A senhora não recebeu o cartão?"] Não, só o meu esposo que recebeu. Mas... [Alguém da Assembleia afirma: "Fizeram uma mansão lá no Barreto, não sei pra quê!"] Mansão? [Várias pessoas falam ao mesmo tempo] [Dr. Helder: "Vamos tentar não interromper as pessoas..."] [É...] Ai, a gente tá lutando, né, gente? Que nem a minha sogra, faleceu. Não foi atendida. Foi [pra...] pra Mariana, ficou dois anos e pouco lá... Não foi aluguel, nem nada. [Ela...] Ela faleceu faz pouco tempo... Ai é só isso, que eu vou terminar porque o tempo já acabou. Muito obrigada, gente". [Aplausos da Assembleia].

Assessoria MPE: "Depois da Gilda vai ser a Lúcia".

Dr. Helder: "Gilda! Eu só gostaria de pedir às pessoas que tiverem observações a fazer, [é...] denúncias, que se inscrevam... D. Maria Helena! D. Maria Helena! [É...] O senhor, como que é o nome do senhor? [Apontou uma pessoa da Assembleia] Se o senhor quiser se inscrever, se o senhor quiser falar... [A pessoa tentou falar] Não! O senhor vai falar, o senhor vai falar, no momento... Eu avisei aqui que a regra é de inscrição. O senhor pode se inscrever, que o senhor vai falar na sua hora de inscrição! [A pessoa tentou falar novamente] O senhor vai poder falar na sua hora de inscrição, tá? Audiência Pública o objetivo eu esclareci para o senhor aqui, qual que é o objetivo da Audiência Pública, tá? [A pessoa tentou falar, mais uma vez] Então, o senhor se inscreva... O senhor, o senhor, por



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

gentileza, aguarde! Nós estamos numa Audiência Pública ordeira, que tem ordem, vai ser garantida a fala das pessoas atingidas! [É...] A D. Gilda e depois da D. Gilda a Lúcia. Sobrenome da D. Gilda? Gilda, Lúcia... [Alguém da Assembleia diz: "É Gilda da Volta da capela!"] Gilda! Da Volta da Capela! [Ninguém respondeu] Então, nós vamos passar a palavra pro Éder. Enquanto isso, se a D. Gilda e a D. Lúcia aparecerem, a gente garante [a...] a fala delas inscrita. Se alguém estiver as vendo por aí. [É...] Éder, por gentileza [é...] pode assumir o microfone. Depois do Éder, quem é a outra pessoa, Keyla? Depois do Éder é a D. Gracinha. Mas nós temos a D. Gilda e a Lúcia também que a gente está aguardando. Se elas chegarem, o direito à inscrição delas vai ser garantido".

Éder Felipe da Silva: "Boa noite a todos! Para aqueles que não me conhece, meu nome é Éder. Hoje eu tô aqui pra contar um pouquinho do que já aconteceu comigo em território. Alguns anos, dois ou três anos atrás, eu fui abordado na porta da minha casa junto à minha filha e minha família. Com a polícia, o rapaz que representava o meio ambiente de Barra Longa, aqui da Prefeitura, um sargento que me deu voz de prisão, porque [eu não aceitei...] eu não tava aceitando que eles fizesse uma BR no fundo da casa do meu irmão, porque a casa tava em ruína, caindo. Foi tantas máquinas pesadas e eles começaram a cuvar debaixo da casa do meu irmão. Eu fui e falei com ele que aquilo não era justo, que ele ia derrubar a casa do meu irmão e não tinha nada que garantia o direito de outra casa pra ele, como não tem até hoje. [Quando eu...] Passou uma meia hora, chegou a polícia, o pessoal da HP também estava acompanhando eles e simplesmente... Vou citar nome, eu não vou ficar calado, vou citar nome, porque eu não sou covarde de falar sem falar o nome. A Neide da HP falou comigo dessa forma: 'Ou você se retira ou eu trago até o Exército aqui, com a polícia de Barra Longa, que te dá voz de prisão. Ou ainda vai acontecer coisa pior, que pode morrer gente da sua família se vim polícia aqui pra começar a abordar você, e ocê é nervoso, cê vai ser preso ou então morto aqui no local'. Dessa forma! Quando eu achei que tinha parado por aí... Vou citar outro nome da HP também: o Sr. Carlos. Que investigando a minha vida no bairro Volta da Capela, falando com o pessoal: 'Aquele menino tinha alguma coisa, aqui. Pra tá reivindicando, pra tá arrumando confusão aqui. Aonde ele tinha terreno? O terreno dele lá é da Prefeitura...'. Eu já tinha provado pra eles que o terreno que eu tenho lá é mais de noventa anos e era do meu pai. Eu já tinha provado pra eles que o terreno seria [é...] da nossa família. Mesmo assim, eles preferiram falar com todo mundo

Assinado digitalmente em 05/05/2020 11:09. Para verificar a autenticidade acesse http://www.tranaparencia.mpf.br/validacao_documento. Chave 7266CC93.F1CB64CC.CEBBA7AC.A6AA3ECA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

da cidade que eu estava aproveitando da situação. Que eu era aproveitador. Ele não contentou só com isso... O dia que eu tive na HP, fui lá resolver alguns problemas dos meus animais, simplesmente, ele falou comigo dessa forma: 'Você fica esperto que a Polícia Federal está chegando aqui pra investigar pessoa [da sua...] da sua laia'. Entendeu? Ele falou assim comigo. Eu falei: 'Graças a Deus! Pode vir que eu tenho 42 anos, não tenho passagem nenhuma ni qualquer tipo de polícia, nem nada. Que eu sou honesto, trabalhador'. Isso aí é só algumas coisas... [Depois...] Agora, semana passada, aconteceu comigo: que eu fui no PIM fazer uma negociação e eu coloquei em ata que eu só aceitaria proposta – vou falar que eu não tenho segredo com ninguém –, só aceitaria proposta da minha propriedade se ele esperasse eu comprar outra propriedade pra mim para cortar o arrendamento e a silagem dos meus animais. Quê que eles fizeram: 'Não! Tranquilo, okay!'. Isso tá tudo em ata, gente. Isso que eu tô falando, tá em ata. Isso não é conversa de Éder! Quando foi na próxima semana, eles me chamaram para uma reunião na HP com vários advogados, pessoas de alto escalão. Me colocaram, eu e minha esposa, numa mesa redonda, me colocaram no meio e me pressionaram o tempo todo: 'A partir de primeiro de janeiro seu contrato acaba lá no terreno da Selma, você tem até dia primeiro, antes de vencer o dia primeiro, você sair com seus animais e você não tem direito à silagem mais...'. Eu falei com eles: 'Mas peraí! Aonde que fica o acordo acordado na ata lá no PIM? Quê o direito que nós tinha colocado em documento? Isso não vale mais? Documento pra vocês não vale mais? Não é nada?'. Eles falou comigo: 'Nós não temos acesso a documento do PIM'. Peguei, chamei o Manoel, que era mediador meu, pra trazer o documento que comprovaria aquilo que eu estava falando. Ele trouxe o documento. Aí leu lá: 'Não. Sr. Éder falou isso e isso e isso...'. Ele me perguntou dessa forma: 'Mas peraí, quanto mês que ocê precisa, [é...] quantos dia ocê precisa pra resolver essa situação?'. Eu respondi pra ele: 'Tem quatro ano que eu tô correndo atrás de parte da minha indenização, quatro ano demorou pro cês acertar uma das minhas coisas... Agora vocês querem que eu resolva o problema de comprar um terreno, de formar a capineira, pra mim pôr meus animais dentro de dois mês?'. Aí, outra coisa, eles não falaram mais nada e diz [que é...] que vai arrendar pra mais seis mês. Mas seis mês não me atende, que com seis mês você não consegue formar a capineira, nem nada. Mas eu perguntei ele se a questão que eles tavam me apertando tanto era por causa da cor da minha pele, que eu tenho certeza que é isso. Não tenho outra explicação. Porque tem gente [da...] na nossa região que já acertaram com eles e nunca cortou nada deles, porque eles mora no centro. Algumas pessoa, nem todas. Outra coisa eu quero deixar bem claro pra

Assinado digitalmente em 05/05/2020 11:09. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.tranparencia.mpf.mp.br/validacao/documento>. Chave 72660C93.F1CB66CC.C88BA7AC.A6AA3ECA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

vocês: é um caso muito triste de falar. Eles tiraram a lama da praça e colocaram no bairro Volta da Capela, aonde o povo respira e não é atingido porque a lama tá na porta da casa deles lá. E na Volta da Capela, eles costumam falar que o povo de lá, e fala com o povo aqui do centro, que o povo de lá são aproveitadores. Aproveitadores! [Aplausos da Assembleia] Aproveitadores é o nome que eles dá pro pessoal do bairro Volta da Capela. Esse é o nome que eu já cansei de ouvir funcionário da empresa falar... 'Aonde aquele cara foi atingido? Eles está aproveitando da Renova'. Outra coisa, gente, que eu gostaria de deixar aqui o relato, também: foi acordado nos documentos desse do CIF, que eu não participo, e eu sou ignorante nesse tipo de faixa que eu estudei pouco, entendeu? Mas aí, [foi uma ata...] apareceu uma ata aqui falando que a questão de todos os atingidos foi deslocado da sua casa [tinha questão é...] tinha direito a vinte mil reais de deslocamento. Aí, eles fizeram uma reunião com nós e apitou: 'fulano, fulano e sicrano tem direito'. Era os quatro preto que tava na sala. Pra num falar que era preconceituoso. Os quatro preto. Mas os quatro preto até hoje nunca recebeu um real desse adiantamento. [Alguém da Assembleia diz: "Foi em janeiro a reunião"]. Foi em janeiro e até hoje... Eu cansei de perguntar: 'Mas vocês não respeita documento? Isso é direito do atingido'. Mas eles passa em cima de tudo. Então, gente, se isso não for preconceito, se isso não for perseguição, eu não sei o quê que nós tamo fazendo nessa terra contaminada! Que até hoje eles continua falando que a nossa terra não tá contaminada. E tem várias coisas que você nem imagina o que acontece no território... O desmando! Até com o kit móvel tem desmando. Que o móvel do pessoal da praça que perdeu são de linha de primeiro mundo, pôde escolher. O nosso tem que ser do jeito que eles quer. Te dá assim um documento, fala assim ó: 'Só tem esse aqui, se vira com ele'. Entendeu? Então é muito triste cê falá isso, porque, hoje, no mundo que nós tamo vivendo, o preconceito é a coisa que mais mata o cidadão porque dói no fundo da alma, cara. Dói lá dentro aqui ó [Apontou o coração]... Porque você jamais pode ser julgado pela cor da sua pele, pelos seus atos, sim. Mas pela cor da pele, não. Então me desculpe aí. Só isso". [Aplausos da Assembleia].

Assessoria MPE: "Gilda ou Lúcia!".

[Várias conversas paralelas da Assembleia].

Assinado digitalmente em 05/05/2020 11:09. Para verificar a autenticidade acesse
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacao/documento>. Chave 72660093.F1CB64CC.CEBBA7AC.A6AA3ECA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

D. Carmem Lúcia Cardoso da Silva: “Boa noite! Aqui quem tá falando é Carmem Lúcia. Eu gostaria de falar, né? Que nós, toda vida que eu trabalhei no Lontra, nós cortava cana, desde de sete anos nós trabaia na roça, nós nunca ficamo parado em casa, né? [Eles é...] Ai nós fomo lá neles, né? Eles deram o cartão pra nós. Eles agora cortaram nosso cartão. E lá na Renova eles tiveram coragem de falar comigo ainda que: ‘Nós não precisa pensar que esse cartão volta porque não tem volta mais não.’ Ai eu peguei e falei assim: ‘Mas não volta, mas nós não voltamo a trabalhar porque serviço aqui não tem pra ninguém. Porque serviço aqui, vocês trás é gente de fora pra trabalhar. O serviço que tem aqui pra gente trabalhar, vem a turma de fora num sobra pra nós’. Igual esses fazendeiro aí, ó! [É...] Eles apanhando cascalho dos pastos deles aí e não tem serviço pra nós, porque tem a turma de fora. Igual eu tô lá na área de risco, minha casa toda rachada porque quando a lama passou nós ficamos escondido no meio. Passava caminhão por cima e por baixo e nós no meio. Minha casa tá lá ó, em área de risco, toda trincada. Tem o meu netinho, e tá tampada de baixo tudo de tábua pra ele não cair lá embaixo, no asfalto, e ainda tem coragem de falar que a gente não foi atingida... O menino perdeu a saúde depois da lama pra cá. Nós fomo lá de Ponte Nova, levando o menino pro médico lá em casa. Tem que pagar médico, tem que comprar os remédios e pro causa do cartão. A gente não tá trabalhando, desempregado, e como é que vamos fazer sem emprego? Gastando com o menino, com doença, e eles ainda tem coragem de falar que nós não fomo atingida, sendo que nós morava e mora em frente o rio, guentando aquela catinga toda lá em cima, né? E ainda tem coragem que falar que nós não fomo atingida... E eu tô lá em área de risco. Minha casa tá lá cai não cai! Pedimo a televisão e tava chovendo e minha televisão queimou de tanto cair água em cima dela. E nós aqui preso, porque passava caminhão pesado por cima da nossa casa, passava por baixo. Inda, mesmo assim, tem gente com coragem de falar que nós não fomos atingida, que nós não precisamos igual lá em baixo, por causa disso que eles falou: ‘cês não foi reconhecida, não. Se esse cartão for cortado, ele não tem volta mais. [E ocês...].’ Inda teve coragem de falar comigo que se eu quiser denunciar, quem tem o cartão, que ele me deu ainda um número pra mim ligar, se eu quiser denunciar mais alguém. Mas eu não vou fazer isso, porque o meu cartão for cortado, eu não vou denunciar quem tem, pra cortar não, uai, né? Eu achei muito errado o jeito deles fala, né? Eu só quero saber se nós tem direito no cartão, né? Porque desempregado como nós vamo ficar, né? Então, eu queria

Assinado digitalmente em 05/05/2020 11:09. Para verificar a autenticidade acesse
<http://www.tranquilandia.mg.br/validadocuments>. Chave: Y266CC93.F1CB6ACC.CE8BA7AC.A6AA3ECA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

saber se nós tem o cartão de volta ou se num tem... Entrega nós a carta, não chamou nós... De repente [Trecho incompreensível no áudio] chamou lá, me deu uma carta [Trecho incompreensível no áudio]. Aí falou com nós que ia dar pra nós uma quantia, mas nós num sabe ler, né? Aí no dia que nós fomo lá pegar, ele deu pra nós quatro mil e duzentos, e falou que nós não precisava devolver nada que nós tivesse ganhado... Num precisava nós devolver, não... Que nós podia ficar, que não precisava devolver nada, e falou que nós não tem direito mais no cartão, que o cartão não tem volta mais, não adianta falar. E aqui nós [Trecho incompreensível no áudio] vai umas pessoa lá é bem tratado, aí a gente vai lá é mal tratado. Igual: a minha irmã foi lá, foi bem tratada, eu mais a Júnia vamo lá, sempre quando nós fomo lá o Paulo trata nós com ignorância, com grosseria com nós, com falta de educação lá, né? Então... Desse jeito, uai. Como que nós vamo viver sem trabalhar? Se cortou o cartão e nós parado? Todo mundo desempregado. Quando vai ali tomar remédio, comprar as coisas pra dentro de casa, lidar com remédio caro, que [meu men...] meu netinho tá usando remédio caro, e como nós vamo fazer sem esse cartão e sem trabalhar, sem emprego? [Aplausos da Assembleia] [**Pessoa da Assembleia diz:** "Ô Lúcia! Fala aí pro pessoal que os únicos que tiveram o cartão cortado foi só os negro."]. É isso. Cortou o cartão foi só o nosso, cortador de cana, foi só de quatro cortador de cana. O resto não foi cortando [**Pessoa da Assembleia diz:** "Só dos preto!"]. É, só dos preto que foi cortado!" [Aplausos da Assembleia].

Assessoria MPE: "Gilda, D. Gracinha e depois da D. Gracinha vai ser a Preta do Bueno".

[Ruídos do ambiente].

D. Gracinha (Maria das Graças Lima Bento): "Boa tarde, pessoal! Boa noite! [Assembleia responde: "Boa noite!"] A gente chega aqui até meio vacilando [risos]. Boa noite, meu nome é Maria das Graças Lima Bento, moro na comunidade de Gesteira, sou do movimento do MAB, sou da Comissão dos Atingidos e, quando fala [dos atingido...] da comissão de atingidos, [é...] não só do Gesteira, nem de Barra Longa, mas de toda a bacia do Rio Doce. Então, faço parte desse movimento e estou aqui hoje, mais uma vez, nesta Audiência Pública. Quero cumprimentar todo esse pessoal aqui da mesa, parabéns por

Assinado digitalmente em 05/05/2020 11:09. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.br/validacao/documento>. Chave 72660C93.F1CB64CC.CEBBA7AC.A6AA3ECA


MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

vocês [estão...] tá aqui hoje, porque nós viemo achando que a Renova não ia comparecer, porque é o costume dela, né? Então, quero [que...] cumprimentar a todos que estão aqui, atingidos e atingidas. E quero dizer aqui nesse momento que eu estou aqui hoje não só mais pra falar de tudo aquilo que nós já falamos, que nós tamo na luta já há quatro anos, nós tamo aqui nessa luta... Quatro anos já se foram e nós estamos [nesta...] nesta trabalhadeira, os atingidos. Nós temos uma assessoria muito boa que trabalha junto com nós. Nós temos um acompanhamento muito bom, tem o pessoal do GEPSA que trabalha junto com nós. Então tá tudo muito bem encaminhado. Agora, só nós num sabemos porque que a resposta demora tanto vir pra nós. Então é isso que [nó...] hoje nós tamos aqui. Eu mesmo estou aqui num quero mais repetir mais nada, porque as diretriz está indo, os trabalhos que tão feito com os atingidos e assessoria tão indo. Nós temos o MAB, que trabalha junto com nós, desde que a lama passou. Nós temos o Ministério Público [que... que...] que dá revisão no nosso trabalho, que sabe a peleja, que sabe da luta dos atingido, que sabe de tudo aquilo que os atingido tá passando. Então, [tá esperando...] nós tamo esperando resposta da Renova, resposta das empresa porque tá indo pra lá, todos trabalho tá indo pra lá. As diretrizes tá indo. A gente faz e encaminha pra lá. Agora por quê que essa resposta não tá vindo? Cadê o respeito com os atingidos? Isso que hoje nós tamos aqui querendo saber: cadê o respeito com atingidos? Os atingidos tão aqui, eles estão aqui, porque eles foram atingidos. Eles não foram, eles tão sendo atingido, cada dia que passa, cada momento que passa eles tão sendo atingido... Então nós estamos aqui pra quê? Em busca do direito de cada um. De cada um de nós. Nós estamos atingidos, [é...] nem só [que...] quem perdeu casa, perdeu tudo que tinha e tão fora da comunidade, tá perdendo a saúde e nós queremos saber também se vai ser atendido esse pessoal que tá perdendo saúde. É pessoas que num querem mais [nem...] nem falar. Ô meu tempo acabou, que dó! Porque eu queria falar mais... Mas eu espero... Gente, [eu peço...] eu peço desculpa e peço perdão que nós tão esperando também resposta, nem só de quando vai começar as casa do pessoal do reassentamento, [a...] as resposta, também, das casa que foram trincada. Na onde que eu moro, as casa tá todas trincadas e essa resposta num vai! Nós já tamo pedindo, esperando, que tempo num chega a resposta. A análise da nossa água tá indo toda semana, pra fazer uma análise. Não tem resposta, [não traz um...] num traz nem [um...] um resultado pra nós. Nós queremos saber onde que tá. [Pessoa da Assembleia diz: "Tia, lembra aí que a reforma da casa é só pra quem não é militante. Lá em Gesteira. Quem é militante, quem participa da luta, eles não reforma a casa. Só de quem não é militante!"] Isso! Muitas vez



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

reforma quem não é militante, mas quem tá precisando lá num tá dando nem resposta pra nós. Nós queria saber disso, cê me desculpe se eu tiver passando no tempo aqui, mas eu acho que nós temo que aproveitar esse momento pra falar o que nós precisa, porque nós precisamos dessa resposta. Muitas vez tem assembleia, a Renova não aparece. E muitas vez tem assembleia, a Renova vem, vem sem resposta. Então hoje eu tô vendo pessoas, aqui, diferente das que vem. Então, quem sabe essas que veio diferente hoje vai trazer uma resposta certa pros atingido que tanto espera? E eu peço, encarecidamente, de novo, mais uma vez, nós estamos chegando no final do ano e pedindo aqui o Ministério Público toma isso, pega isso, compromisso e ajuda, porque essa Renova precisa dum aperto maior, porque senão nós vamo viver assim não sabe nem até quando. E muitas pessoa tá sem cartão, viu, gente? Não foi nem reconhecido ainda. Então muito obrigada e é isso que eu tinha pra falar". [Aplausos da Assembleia].

Assessoria: Agora é a Preta do Bueno e depois vai ser o Wagner.

Maria Aparecida de Almeida (Preta do Bueno): "Boa noite! Meu nome é Preta. [Eu gostaria de...] Primeiramente, eu gostaria de falar sobre o isolamento nosso lá. Que Bueno não é contado no mapa, não! Eles só lembra do Bueno quando é época de política. Chegou isso aí não lembra, não. [E...] Eu fui tanto atingida quanto... O lugar que eu moro tem três via: tem a via de Rio Doce, Dom Silvério a Barra Longa. A ponte tampou toda de lama, precisou de helicóptero do corpo de bombeiro ir na porteira da minha casa levar remédio pro meu marido e eu não sou atingida? Não sou atingida! Agora, eu gostaria de saber da Renova [é...] por que que muitos fazendeira tão ganhando além do que já ganharam e nós até hoje nada? Tô gastando com a minha menina com problema de rinite já há quatro anos, segunda-feira vai a tia levar ela no otorrino de novo. [É...] Eu gostaria de saber quem é que vai pagar a consulta dela [se...] se não sai do meu bolso? Eu faço faxina, eu ganho trezentos e oitenta reais por mês. A consulta dela é duzentos e cinquenta. O quê que sobra? O remédio dela é trezentos cinquenta reais. O quê que sobra pra mim? Nada. [Aí...] Aí o plano nosso, o povo aqui tá juntando pra ver se faz ao menos, dos quatro ano da lama, um salário mínimo pra cada pessoa. Isso seria o justo. Será que eles ainda [vai...] vai renegar? Por que que o ex-Presidente da Renova conseguiu receber lá em Brumadinho e nós não? [Aplausos e gritos da Assembleia, reagindo em concordância] Desculpa qualquer coisa!".



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

[Aplausos da assembleia].

Assessoria MPE: “Depois do Wagner vai ser a Sandra”.

[Ruídos do ambiente].

Wagner Eduardo da Silva: “[É...] Infelizmente, né, gente? [É...] É muito triste, né? A gente ser reconhecido pela pele, né? É muito triste: ‘[A...] Vou indenizar fulano, você espera’. É o que a gente mais se vê aqui em Barra Longa. Esse bando de criminosos, bando de assassinos, trouxe a desgraça como, desculpa [pelo...] pela palavra, pra nossa cidade, acabando com tudo, acabando com vidas, trazendo só doença e mais doença pra nossa cidade, e na hora de ter o nosso direito reconhecido é negado. Infelizmente é muito triste. Os senhores estão aqui presente aqui hoje [Dirige-se aos representantes da Fundação Renova], me parece que é a primeira vez, né? Que os senhores vêm aqui, né? Porque [é, é isso...] é rodízio que eles fazem, pra tentar nos enganar, mas não tem bobo nenhum aqui, não é? Porque é muito difícil, é muito difícil até marcar uma reunião hoje com a Renova pra falar sobre nossos direitos, né? [É...] E outra coisa que a Renova [mais faz...] mais gosta de fazer: é criar briga entre vizinhos, né? [É...] Porque quando eu falo assim discriminação, eu falo por parte de pele, lógico, e também a maneira de se tratar o atingido. ‘O fazendeiro tem um direito X, a não, aquele ali é pobre, aquele ali o direito dele vai ser de X não. E vai ser pago mais pra frente’. Então é isso que eu escuto. Inclusive eu vou deixar bem claro aqui também, que eu não sou muito de mandar recado. [Que...] Aconteceu comigo também, que eu sou militante, toda manifestação que faz eu tô dentro, cê entendeu? Então me falaram, me falaram: ‘Oh, cê quê ter o direito [é...] reconhecido? Sai fora da BR, sai fora dessa luta’. Falei assim: ‘Não! No dia que vocês pagarem todo mundo, cês me pagam! [Aplausos da Assembleia] Eu jamais vou permitir eu pegar o meu e deixar o povo sem nada’. Eu jamais vou ser egoísta nesse ponto, entendeu? Então [o que eu peço...] o que eu peço, gente, ocês tão aí, só escrevendo aí, que isso chegue ao Presidente lá, né? Que chegue ao presidente seus lá e que eles tome uma atitude correta, né? E como a moça falou aqui: a questão [do...] do salário mínimo. A mesma questão que fizeram, o mesmo direito do pessoal de Brumadinho tiveram. Porque Barra Longa não foi só atingido o centro, não.

Assinado digitalmente em 05/05/2020 11:09. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacao/documento>. Chave 72660C93.F1CB640C.CE8BA79C.A6AA3ECA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

Barra Longa em geral foi atingida, né? O ar nosso tá todo poluído. Então todos nós temos o direito, o mesmo direito que Brumadinho teve, nós queremos esse direito. É um direito nosso e você não vai tirar esse direito nosso! Muito obrigado!" [Aplausos da assembleia].

Assessoria MPE: "Agora a senhora Sandra. Sandra e depois vai ser a Cristiane".

D. Helder: "Cristiane, depois é você, viu?".

Sandra Maria da Silva: "Boa noite, gente! Meu nome é Sandra. Eu já tenho quatro anos que eu tô fora de casa. [É...] Já tive cinco abortos. Meu filho é muito alérgico, vira e mexe ele tá com o rosto todo inchado. A minha menina tá tendo problema também, porque eles ficaram, né? [Na...] Na lama durante um tempo e tal... [E...] Desde aí a gente tá sempre aí procurando os nosso direito, mas eles não reconhecem [os nossos...] os nossos direitos, né? [É...] As vezes a gente precisa, a gente vai lá, aí eles fazem aquela cara de deboche, que isso eles sabem fazer muito bem, debochar das pessoas, né? [E... e... e eu vejo que eles... Eu vou lá...] Tudo que eu tenho que fazer, eu tenho que fazer manifestação. Muita das vezes as pessoas aqui do centro, elas não precisa, eles vão lá na casa, olha o quê que precisa e fazem. Agora a gente, não. A gente tem que ir lá e fazer dez, vinte, trinta manifestação pra conseguir que eles vá na casa, que a gente mora de aluguel, pra desentupir uma pia, [é...] né? É cobra, é escorpião que aparece na casa e tudo. [E...] E eu tô sofrendo muito com essa situação. Porque meus menino é alérgico, meu menino começa a tossir, vai tossindo, vai tossindo assim, do nada. Aí o olho deles começa a inchar, o nariz dele fica todo vermelho, [o...] os lábios dele fica tudo alto, entendeu? Eu tô tendo muito problema e eu preciso... [É...] Eu não, né? Todo mundo. É de médico, gente! [É...] Eu tava ouvindo a moça... [É, é...] Conversando com ela ontem, ela tá grávida de cinco meses e esse mês que ela conseguiu [uma, uma...] uma vaga, pra ela conseguir o pré-natal. A primeira vaga. E tem uma outra também que tá grávida de cinco meses que até hoje não conseguiu. [Pessoa da Assembleia diz: "E dentro da lama, né?"] Dent... é. E não conseguiu. [É... é...] Eu tive esses abortos meus [e...], eu tava trabalhando, aí eu senti muita dor, numa das vezes, eu peguei e fui lá na UPA. O médico simplesmente passou pra mim um remédio! Aí eu tô assim: 'Mas o senhor não vai mim dar um atestado porque eu [tô...] tô a trabalho e tal'. Ele falou assim:

Assinado digitalmente em 05/05/2020 11:09. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.tranparencia.mpf.mp.br/validacao/documento>. Chave: 72660C93.F1CB64CC.CE8BA7AC.A6A3ECA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

‘Não, não precisa, não’. Não me mandou pra Ponte Nova, não fez nada! [Aí eu passei lá na, na...] Aí eu passei ali na Prefeitura e falei com a secretária: ‘Estou indo embora que eu não estou bem, estou passando muito mal, [é...] né? Tô tendo um aborto, o médico não quis me dar [o...] o atestado, mas eu estou indo pra casa. O dia que eu melhorar, eu volto’. E por aí foi. E se vocês [foram lá, for...] forem lá e pedir um papel pra comprovar que você teve um aborto, você não acha. Porque lá na UPA não tem papel nenhum lá pra comprovar nada. **[Dr. Helder:** “Só seria interessante você fizesse referência... Esses seus abortos [tem a ver com, com...] foram posteriores [a...] ao rompimento, se você vislumbra...”] Sim! Sim! Tem tudo a ver, porque eu tive dois filhos, o Artur e Ana Clara, nunca tive nada. Foi assim uma gravidez tranquila, [é...] eu fazia as coisas e tudo. Agora, [é...] nesses quatro anos, né? Que eu tô no meu segundo casamento eu tentei assim... Foram quatro abortos, assim... E num tive ninguém pra me olhar, num tinha médico aí à disposição pra tá olhando a gente. Não tinha nada, entendeu? Fui muito mal tratada. Boa noite, obrigada”.

Assessoria MPE: “Agora é Cristiane, depois [é...] Adriana”.

Cristiane Donisete Ribeiro Martins: “Boa noite, companheiros e companheiras! [Assembleia responde: “Boa noite!”] Vim aqui pra falar... Eu ia ler, mas não tô nem em condições de ler. Então, eu sou branca, mas [na minha...] no meu ventre foi gerado crianças negras, [meu marido são...] meu marido é negro. Eu quero falar da recriminação da Samarco, da Vale, da Renova contra nós, por ser militante, por nós [ser...] trabalhar de frente, querer exigir nossos direitos, os direitos de todos aqui que tá aqui, entendeu? Que não são reconhecido, entendeu? Eu quero falar também que nós, no Morro Vermelho, samo uma tradição de pessoas que vive mais de cem anos, mais de cem anos, mas é tudo negro, tudo negro! Depois que essa lama veio, todos morreram de depressão. Morreram seis pessoas da minha família, morreram de depressão. Por quê? Eles colocaram Morro Vermelho, mas não é Morro... Eles colocava [os pre...] os preto lá pra mora lá, no morro. Os rico não. Os rico têm as melhores casa aqui, entendeu? E também quero falar do kit móveis, né? Aqui em Barra Longa são três tipos de kit móvel. Kit móvel do miserável, kit móvel [do preto...] do pobre e kit móvel do rico. O do miserável é assim: o miserável, ele não pode escolher, porque eu, como sou gorda, se eu sentar, eu quebro a cama, se eu sentar na cadeira, eu quebro também, porque são uma porcaria. O kit [do...] do pobre... Eles são



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

mais ou menos assim: 'você pode escolher...'. [Pessoa da assembleia diz: "Na foto!"] na foto, né? Agora o kit do rico é assim: vai lá é uma mesa de três mil, uma geladeira 'frost free', entendeu? Tudo deles é melhor, entendeu? Aqui ó, Beira Rio aqui, nenhuma casa aqui tinha muro, não tinha muro. Hoje [se voc...] vocês estranha de ver as casas das pessoas aqui do Beira Rio. Lá no Morro Vermelho, a gente foi [ating...] atingido, [tiraram, porque minha famí...] tem uma casa dum parente meu, que é negro também, que morreu, depressão, por não voltar na casa dele, que é... Meus primos aqui, ó! [Apontou algumas pessoas] Tudo preto ó, pode ver ó! Ai que que aconteceu? [Tiraram nós lá de casa, minha sogra de casa...] Tiraram minha sogra de casa, entendeu? A lama entrou dois metros dentro [da minha casa...] da casa da minha sogra. Hoje, eles não quer arrumar a casa. Entrou cobra lá, já matamo três cobra lá! Por quê? Meu marido é preto, é militante, luta [por...] por todos nós aqui, por todos nós aqui. [E reiqui...] E não é reconhecido. Então, ele tem oitenta e dois anos, entendeu? Em toda luta ele tá na frente. Hoje ele não tá aqui, mas ele chama Aloísio Martins. E tem outra coisa também, lá no Morro Vermelho eles arruma a casa como eles quer, [o que...] eles escolhe como vai colocar as casas. O dos rico aqui, não, vem trazer material de Ponte Nova, da onde que eles quiser, até de Belo Horizonte. A telha da gente, [é...] eles quer aquela telha [que tem...] que dá câncer, sabe? Amianto. Dos rico, não. Dos rico eles vão escolher. O piso do rico... [É, olha...] Eu conheço uma aqui ó, cês pode ver, eu levo ocês na casa de quem for... O piso do rico é de duzentos reais o metro quadrado. Do pobre é o pior, entendeu? Colocaram na casa da minha tia um piso ruim, por ela ter noventa e dois anos, ter um filho especial! A escada dela não colocaram piso, a garagem dela não colocou piso, porque ela é preta, porque ela é preta e não sabe lutar, entendeu? Pelo filho doente, entendeu? Hoje eles arrumaram a casa dela, essa semana aí choveu... Ela reformou todinha a casa dela... Choveu a casa, meia noite, meia noite, não, dez horas da noite teve que chamar a turma da Renova, foi lá dá uma olhada, caía água assim [Mostrou com as mãos]. Reformada a casa! [Num foi...] Foi todo o telhado dela e tá lá, entendeu? Eu vou ter que fazer [agora... quero fazer a... um...] uma denúncia aqui, ó. Eu tinha um carro, [isso aí, ó...] e eu provo, eu tinha um carro, tinha um tapume [no ca...] da casa dos meus primo aí, ó, caiu em cima do carro da Fundação Renova. Que aconteceu? Eles pegaram, tenho foto tudo, [é, arrumaram...] mandaram arrumar meu carro de qualquer jeito. Tive que vender meu carro. Mas pra pagar o meu carro, sabe o quê que eles fizeram? Eles pegaram, foram [no...] no cara que vende piso, trocou uma nota de quinhentos reais de piso, quinhentos reais por troco do conserto do meu carro. Como que pode? É lavagem de dinheiro. Isso daí

Assinado digitalmente em 05/05/2020 11:09. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacao/oculento>. Chave 72660C93.F1CB64CC.CE8BA79C.A6AA3ECA


MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
 PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

eu tenho prova, eu já falei! O Ademir, ele não tá mais aí, ele tá sabendo disso. Muita gente tá sabendo disso, entendeu? E não faz nada pra gente por causa disso. [Ó, eu não tenho] Eu não tenho tanque dentro da minha casa, eu tenho que descer várias escada, o meu marido de oitenta e dois anos pega um balde pra ajudar. Eles falaram que pra fazer [meu...] meu tanque. Mas vai fazer seis meses, minha sobrinha veio aqui, caiu, machucou, tendeu? [Por causa do de... Não tem nem...] Não tem onde nem estender a roupa, entendeu? Por quê? Porque meu marido é preto, porque a gente tá na frente, porque a gente é militante, a gente é do MAB, a gente é do MAB. Então, [não esqueç...] ó, gente, vamo batalhar, [um segun...] ninguém larga a mão de ninguém, todo mundo pega a mão de ninguém. Outra coisa também, muitas pessoas aqui são bordadeira. As pessoas que borda mesmo, que é bordadeira, não tem cartão, não é reconhecida. Crocheteira. Só é reconhecido os rico aqui. Os pobre não é. Trabalha para ganhar aquela miserinha lá, quando vai querer, não pode nem exigir. Né dona Chiquita? [**Dona Chiquita responde:** "Isso!"] Não é verdade? Né, senhora aí, não é? Não é? Senhora tem cartão, alguma coisa? [Uma senhora responde: "Não!"] Pois é, crocheteira velha! D. Nega, que perdeu a filha dela... E outra coisa também, [a ... a... a...] eles fala que morre as pessoa só quando a lama passa, não! [Nossos... nosso...] Nosso morreu depois da lama, de depressão, de tristeza, porque viu os ricos ter as coisa e os pobre... E outra coisa, [outra...] última coisa que vou falar. Desculpa, Dr. Helder! Minha tia de noventa e seis anos, com filho especial, ela ganhou de indenização cinquenta mil reais, né? [O meu...] O vizinho lá, que não tinha casa, [que não foi levado pra...] só do terreno [quarent...] ganhou quarenta e seis. Como que pode explicar uma coisa? Por que ela é negra? Por que ela é analfabeta? Por que tem um filho especial? [Que só depende...] É, depende dela, entendeu? Os vinte mil dela até [ho... não...] não saiu... Ela voltou pra casa, não recebeu. A casa tá mal feita. Tem meu primo também, Altair [fez...] fizeram a casa dele três vezes. Tá rachado tudo de novo. Uma porcaria. Usa pior materiais, inclusive tá tudo... Cê vai pegar num pode nem entrar, cê tem até dó, [de... de pis...] tem que tirar o sapato, porque o piso é tudo piso bom. [Da gente...] Da gente, da minha tia lá, ó, pode ir lá ver ó, tá tudo encardido. Faz um mês e meio que ela tava morando na casa dela e tá encardido. Minha cunhada também, ó, fizeram uma cozinha pra ela de dois metro por dois e meio, cozinha e lavanderia. [Não dá pra ela...tem...] Ela tem oito filho e trinta neto, entendeu? [Risos e conversas da Assembleia] Não tô mentindo, não, entendeu? Entendeu? [Eles falaram que não vai... Colocou...] Num dá pra colocar a máquina dela, nem o tanquinho e falou que não vai fazer outra área [pra ela...] pra colocar, porque é preta! Porque é

Assinado digitalmente em 05/05/2020 11:09. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.tranparencia.mpf.mp.br/validacao/documento>. Chave 72660C93.F1CB64CC.CEBBA7AC.A6AA3ECA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

analfabeta, entendeu? Entendeu? Eles só faz é pra rico, porque... [É...] Galinheiro de rico, [até vaca no banheiro do, até o...] até o curral [do...] dos rico tem banheiro pras vaca, hidromassagem [Aplausos e risadas da Assembleia]! E a gente num tem! Os rico tá querendo ganhar curral [é...] de quinhentos mil, um milhão! Nós tão ganhando é cinquenta mil. Me perdoe, desculpe, viu, gente? O que eu tô falando pro meu marido, tá bom?" [Aplausos e gritos da Assembleia].

Dr. Helder: "[É...] Vou fazer uma pergunta pra Cristiane porque... [Eu é, eu...] Tem um ponto que é muito interessante na fala dela, quando você fala nos kits móveis, e eu tinha ouvido isso. [E você é...] Eu sei que cê queria falar de várias coisas, [é...] e eu tive naquele dia lá com vocês e ouvi a parte dos kit móveis. Me preocupa muito a questão dos kit móveis, [é...] que foi falado, e eu queria que você esclarecesse isso pra nós. Sobre os kits móveis, cê falou que [da...] das pessoas pobres que [ele...] são entregues os móveis sem a nota fiscal. Geladeira, tanquinho, [é...] micro-ondas, sem nota fiscal, é isso mesmo? Por gentileza, confirma pra mim sobre isso. [É...] Sobre como que é feito. Se, por exemplo, [se...] se o micro-ondas ou a geladeira estraga, como que cês conseguem arrumar?" **[Pessoa da Assembleia diz:** "Não tem nota fiscal de nada!"]

Cristiane: "Então, eu também esqueci de falar uma coisa, sabe? E [é...] é super [fatura...] faturado, porque, o que que aconteceu: eu tava fazendo militância, fiquemos três dias na BR, aí vieram e cortaram a luz porque eles paga, né? Aí cortaram a minha luz, fiquei três dias sem luz. Quando foi lá, [é, colocaram, me deram...] aí quebraram minha geladeira, tive que fazer maior auê, me deram outra geladeira. Só que a geladeira que eles me deram no papel tá dois mil, quatrocentos e cinquenta. [É...] Eu vi, na Casas Bahia, mil e seiscentos. Cê vê? Quando a pessoa compra muita geladeira deveria de ter mais um desconto, né verdade? Entendeu? Assim, não tem nota fiscal, eles não dão nota fiscal, porque sabe que [eles compra muito mais, é, eles, é...] a nota é muito cara, entendeu? E outra coisa também, eles tão cortando a luz das pessoas que nem reformaram a casa. Estão cortando a luz [das pessoas tá corta...] e vai cortar tudo. Como vai cortar minha luz se vocês não arrumaram a minha casa? Se vocês tiraram a gente da casa? A gente voltou por quê? [Porque vocês derrubaram a, a, a...] Os carros da Samarco [da...] derrubaram a ponte, porque [eu morava...] eu morava na roça e eu tive que voltar. O que aconteceu, todo mundo conhece



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

aqui ó, que tinha várias galinha, o povo queria dá cinco real, cinco real de cada galinha pra gente. Por causa dos cinco reais tive que dar as galinha pra todo mundo aí ó, mais de duzentas galinha. Se eu tiver mentindo que Deus me castiga, que Deus me castiga, entendeu? Eu vou vender galinha por cinco reais? Eu dou pro povo, entendeu? Pro meus companheiro de luta. Tamo pobre que nem eu. Sou rico também não. Mas [pra...] pra vender por cinco reais, eu dou pro meus companheiros, entendeu? Olha, gente, [é, é, é...] é triste, é triste, por ser militante e por ser preta. Eu sou branca assim, ó, [mas o meu, o meu, meu povo era, era...] meu vô era alemão, mas a minha avó [era...] era pretinha, pretinha, pretinha. Pode ver que eu tenho o nariz meio chato. Eu sou meia lora, mas tenho o nariz meio chato, entendeu? Gente, me desculpe, entendeu? [Ô, seu, sua...] Sua Renova. Vê o que o senhor pode fazer lá por [nossa, nosso...] nossa turma do Morro Vermelho, nossa turma do Barreto, nossa turma de Barra Longa, nossa turma lá [no...] da Volta da Capela, de todas! E outra coisa também: volta o cartão das menina da Volta da Capela! Por quê? Porque elas são negra. Entendeu? Vocês estão dando cana [pros...] pros fazendeiro pra não ter o trabalho dela. Desculpa, tá bom? [Aplausos da Assembleia] Tá faltando cartão pra Simone! [É...] Pra Sofia, tendeu? Vai esperar o quê acontecer com a Sofia, tendeu? Ajuda nós, vai encontro das pessoas. Todos!”

Dr. Helder: “Obrigado, Cristiane. Wilson, quem é o próximo?”

Assessoria MPE: “É a Adriana”.

Dr. Helder: “Adriana! [É...] A Gilda também apareceu. [É...] Adriana, então depois a Gilda, [depois...] depois Maria Tereza. Cê pode falar também, Adriana.”

[Alguém pergunta se é Adriana ou Adriano].

Dr. Helder: “É Adriano!”.

Assinado digitalmente em 05/05/2020 11:09. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacao/documento>. Chave 72660093.F1CB64CC.CE8BA7AC.A6AA3ECA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

Gilda Maria Cardoso Machado: “Boa noite! Meu nome é Gilda. Sou [uma...] uma das cortadeira de cana. Eu quero saber de vocês, Renova, que na hora de [cortar...] mandar a lama, vocês mandaram! Na hora de acabar com o serviço da gente, que é preto, que é pobre... O engenho lá ondê que nós trabalhava, vocês cortou nosso cartão. Agora, no engenho, vocês arrumaram o engenho tão bem arrumado que uma bala que caiu no chão, pode apanha e chupar. Agora, a gente, como mora no alto do morro, vocês não teve a dignidade de vim aqui [explica...] dar uma explicação porque que tava cortando o cartão. [Na, ligaram...] Um telefonema e mandaram uma carta, por conta de quê que vocês não veio aqui conversar com a gente? Chamar, explicar? Que se vocês vê a situação da gente, como que a gente [Trecho incompreensível no áudio]. É último serviço de roça que nós tinha, aí a lama veio e acabou com tudo. Agora, os rico, fazendeiro tão lucrando. Por que? A turma vem de fora, traz os trabalhador de fora pra [traba...] o serviço de roça aqui. Agora, a gente, cês cortaram o cartão, falaram: ‘Vai lá nos escritório aqui’. Eles fala que não tem vorta. E nosso serviço? Vocês voltou com nosso serviço? Num voltou, nós não tem nosso serviço mais. A minha casa, se eu não quis parar lá embaixo na BR, eu mesmo tive que arruma, junta com meu marido, meus filho e arruma, gastar o que não tinha, pra poder arrumar. Inda não arrumei tudo, né? Agora, vem, o último dinheiro. Tem que pagar uma consulta, a gente tava trabalhando a gente tinha o dinheiro pra pagar um exame. Aí acabou o serviço, cês corta o cartão. Mas se precisa fazer o exame, tem que ficar sem fazer. Nós tão com essa poeira, todo mundo contaminado. Até nossa água, que nós tão tomando. Vocês não têm a dignidade de ver isso? Nós mora no alto do morro, Volta da Capela. Toda vida é prejudicada. Será que é porquê nós somo preto? Somo lá alto do morro? Porque [de...] dos outros vocês não cortaram. Por que que cortou só de nós seis? pessoa que trabalhava lá na cachaça Tiara? **[Pessoa da Assembleia diz: “E os seis é negro né?”]** Nós somo preto. Nós somo cabelo ruim. E por conta disso? [Aplausos e gritos da Assembleia] Vocês tinha que vir fazer uma reforma pra gente, ter a dignidade de voltar e falar assim: ‘Não, nós cortamo o cartão, nós vamo dar um serviço, arrumar um serviço pra ela’. Agora vocês vêm com a turma de fora, vem com o pessoal de lá, os pai de família daqui? Eles vão roubar pra poder tratá da família deles? Os garimpeiro tinha o rio pra trabalhá, hoje não tem mais. Como que vai entrar nesse rio infectado do jeito que tá? Vocês não queria que ninguém soubesse que nós tamo contaminado, mas aqui nós tamo contaminado. Só por milagre de Deus! Então, cês põe a mão na consciência e olha isso pra gente. Mais muito obrigado! Só isso.” [Aplausos da Assembleia].

Assinado digitalmente em 05/05/2020 11:09. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.br/validacao_documento. Chave: 72660C93.F1CB64CC.CE8BA7AC.A6AA3ECA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

[Ruídos do ambiente].

[Assembleia discute se o nome a ser chamado é Adriana ou Adriano].

Dr. Helder: “Maria Thereza primeiro, depois Adriano. Maria Thereza, depois Adriano”.

[Pessoas da Assembleia chamam por: “Maria Thereza”].

[Ruídos do ambiente].

Adriano Felipe da Silva: “Boa noite! **[Pessoas da Assembleia respondem: “Boa noite!”]** Então, gente, o que eu quero dizer, simplesmente, que todo mundo já sabe. Tá difundido. [Falo...] Falo aqui: o racismo aqui em Barra Longa é pesado! Vou começar pela minha rua, Primeiro de Janeiro, que é uma rua escondida. Quando cê sai daqui, cê entra no asfalto, a rua debaixo. [Mora...] A Dona Solzinha, ali ó [Aponta para pessoa na assembleia] tem 4 ano que tá fora de casa. Tem problema de idade, ela e o marido, eles jogou ela lá em cima no alto, os trem dela, lá em cima. Agora, um ou dois meses, jogou pra baixo. Até hoje num tem solução para aquela dona, porque ela não tem condições, ela não é rica. Ela é branca, mas, cês vê, mas num tem dinheiro. O que peca em Barra Longa é a Samarco, infelizmente, é cruel [Pessoa da Assembleia pede silêncio] com todos nós. Porque entre nós, barralanguense mesmo, tem muita coisa que nós pecamos, porque a gente discrimina o próprio colega nosso. Isso é coisa que se faça não, gente. E quando nós ficamos 11 dias na BR lá, no sol quente, tomando água quente, fazendo comida lá com doações nossa mesmo, né? O sofrimento. E é o povo de Barra Longa criticava nós, que nós era vagabundo, tendeu? Não! **[Pessoa da assembleia diz: “Manipulados pela Fundação”]** Nós não tá procurando só por nós não, porque se a saúde hoje tem médico na UPA ali, ó! Agradeça nós. Aqui ó: as meninas da AEDAS, né? Etc., aqui, porque lutou pra isso. Os médico não tá lá porque a Samarco colocou, porque ela quis não. Foi trabalho desde o início, igual Simone falou aqui ó! Nós tão sempre aqui, ó, reunido! Falando, rodando, rodando, reuniões, greve. Mas o



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

povo não olha! O povo tem que parar um pouquinho e pensar na saúde, gente, porque [a...] o Centro aqui, tô falando todos não, atenção! Tem favorecido demais, em [compensaç...] compensação as roças, os canto, ninguém, reconhece nada. Os nossos candidatos aqui em Barra Longa, começando pelo Prefeito, o ex-Prefeito e até o atual, porque era pra tá aqui, e num está. Era pra tá aqui [Assembleia reage em concordância], porque a cidade votou nele e era pra tá perto [Trecho incompreensível no áudio]. E nem representante aqui veio, dele, por que não veio? Tinha que ter alguém aqui pra poder ouvir. **[Pessoas da assembleia dizem: “Mas com a Renova vem, né?”]** Isso. Quando a Renova tá aqui, eles vem, por quê? Tá querendo sugar, tendeu? Que a Prefeitura não tá fazendo o papel dentro da cidade também, não. Não desviando o cargo, tendeu? Não desviando. Só interesse. Os nossos Vereadores, gente, não estou puxando o saco do Marreta também não, não tô puxando o saco, todo mundo sabe disso aqui: é o único Vereador que acompanha nós! [Assembleia reage em concordância] Quando chegou, há pouco tempo lá, 5 camburão de polícia, tudo com arma pesada lá, eles perguntou o quê? ‘Quem tá representando vocês aqui? Quem é a liderança suas aqui?’. Que só tinha preto e pobre lá. **[Pessoa da assembleia diz: “Quería matar nós na BR”]** Quería matar nós. Aí que Marreta chegou **[Pessoa da assembleia diz: “Polícia de três cidades”]** e foi conversar com eles e eles foram embora, mas por eles tinha que processado, dando qualquer coisa pra nós sair. Eles tinham outro e tinha nós ali. **[Pessoa da assembleia diz: “Ameaçou sumir com atingido negro”]** Isso! Então, gente, [eu só falei aqui...] tô falando as palavra que todo mundo aqui... Que infelizmente, é muito sofrimento nosso. E a Rua Primeiro de Janeiro, que ficou meio escondido no que eu falei, ela tá do mesmo jeito: as casa caindo, as casa caindo, mato invadiu. [A...] Nem a Prefeitura fez a parte dela, tá tudo sujo, tá mato, embolou tudo: Prefeitura, Samarco, tá uma zona isso aqui. Então eu queria ver com cês que tão representando a Samarco aí, ó: ouvisse, pegasse e levasse pra aqueles cabeça de pau, pra eles fazerem alguma coisa! As coisa não tem que ficar só no papel lá não, tem que tá aqui ó, que é muito sofrimento, tá? Oh gente, tchau pro cês. Falou”. [Aplausos da Assembleia].

[Ruídos do ambiente].

Assessoria MPE: “Maria Teresa do Pimenta”.

Assinado digitalmente em 05/05/2020 11:09. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacao/documento>. Chave 72660C93.F1CB64CC.CEBBA7AC.A6AA3ECA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

Dr. Helder: “Maria Teresa do Pimenta”.

[Ruídos do ambiente].

Assessoria MPE: “Então é a Professora Dulce a próxima”.

[Ruídos do ambiente].

Dulce Maria Pereira: “Bem... É... Quando a minha equipe veio pra cá... É...”.

[Pessoas da assembleia pedem silêncio].

Dr. Helder: “Senhoras e senhores, eu gostaria de pedir que a gente... [É...] Mantivesse o silêncio, pra gente ouvir as falas de todas as pessoas que tão fazendo uso do microfone. [É...] E aí, em relação às crianças, também, vamos cuidar das crianças pra elas não fiquem correndo e gritando. Elas até podem correr, mas vamos pedir pra elas tentarem [não, não...] não gritar, pra gente manter a ordem dessa Audiência Pública que tá indo [é...] muito bem, tá certo? Só explicando pra vocês, nossa Audiência Pública tava agendada pras 6 às 9 da noite, mas infelizmente nós começamos apenas às 7 da noite. Então a gente vai se estender por mais uma hora e com a garantia de todas as falas”. **[Pessoa da Assembleia diz:** “Precisa de preocupar não, a gente fica aqui até 1, 2 horas da manhã com a Renova”].

Dulce Maria Pereira: “[É...] Quando a minha equipe começou a fazer [um...] um levantamento físico [é...] dos processos de [é...] danos socioambientais, [uma das...] uma das pessoas [voltou muito...] voltou arrasada, dizendo [que não tinha, que...] que estava muito assustada com o processo de desigualdade de tratamento no território. Aí nós fizemos um estudo estatístico, que foi [é...] observando. Primeiro a gente, obviamente, estava trabalhando com perdas socioambientais, então fizemos um estudo pra ver [qual...]


MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
 PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

como se dava a perda das famílias e incluímos, obviamente, o dado sobre origem étnica. É impressionante! É um apartheid! Apartheid quer dizer: [desenvolver...] desenvolvimento desigual. É terrível! Por exemplo, um dos dados que nós constatamos foi que: um único pequeno produtor negro teve atendimento digno, à altura do que foi o atendimento de outros não negros, portanto, brancos, [é...] pessoas já capitalizadas, quer dizer com dinheiro, e que tiveram realmente um atendimento de qualidade. Eu não preciso citar isso, é visível! Se vocês vão, ali, pras estradas, mais sentido Gesteira, vai por ali, vocês conseguem ver a desigualdade no tratamento dado, inclusive, aos processos, aquilo que a gente chama de remediação. O Presidente Mandela costumava dizer assim, ele falava assim: 'My child', me chamava de minha criança, 'Minha criança, a besta pôs os ovos em todos os lugares'. Realmente, a gente vê os ovos da besta. Pra vocês imaginarem, o único negro, lamentavelmente, nem olhou pra família dele, porque ele era da família de Dona Geralda, ele era da família daquele senhor que eu vi que tava aqui [Pessoas da assembleia dizem: "Reginaldo"], né? Também! E Simone, eu sei que ele é seu parente, não é? Mas por quê que só um negro [foi...] teve um tratamento adequado? E teve as suas reivindicações atendidas? Ele mesmo diz, ele mesmo diz: porque ele foi cooptado pela Renova, porque ele, como é que é? [Pessoa da assembleia diz: "Ele foi comprado"] Ele foi comprado, é? Então, aí, as pessoas sabem. Eu não vou falar nomes. [Eu...] Vocês sabem que é verdade, porque, inclusive, foi alguém que trabalhava contra os outros negros e os outros atingidos e aí, assim, ele conseguiu privilégios. [Aquilo que nos...] Aliás, [a gente chama das...] é o capataz, não é? [O cara que serve o...] É o cara negro, capitão do mato, que serve os senhores, torturando, inclusive, os seus iguais. Agora, gente, [o racismo, o racismo é...] o racismo é algo tão extraordinariamente eficiente, que eu me lembro de algumas pessoas que moram no Centro reclamando, reclamando, que eles tinham sido atingidos: 'Ah, o pessoal lá no morro não foi', por quê? Porque no morro moravam [os... os...] os negros, moravam os pobres, as mães solteiras, as senhoras mais velhas, etc.. Só que, qual foi o nosso espanto, quando nós vimos algo que na Engenharia nós chamamos de necroengenharia. Necroengenharia é a engenharia da morte, é a engenharia para a morte. A gente quer fazer engenharia pra a vida, eu tenho muito orgulho dessas minhas áreas aí, das tecnologias. Mas, qual foi o nosso espanto quando nós começamos a entender que havia um aquecimento desigual na superfície da terra? Aí começamos a ouvir gente falar assim: 'Ah, aqui num tinha lama, mas a lama foi levada pra cima do morro'. Eu nunca vi [e aqui...], e eu nunca vi e eu disse, inclusive, [pros meus amigos que tem...] pros meus alunos que tem ali um



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

Engenheiro, futuro ali, não é? Eu nunca vi alguém carregar a lama do centro da cidade pras áreas periféricas, a não ser por prática de racismo tecnológico! A não ser por práticas racistas! [Assembleia reage em concordância, aplaudindo] Agora eu quero que vocês me digam qual é a lógica, qual é a lógica, [qual é o s...]. Gente, o quê que tem na cabeça do ser humano que usa a tecnologia pra fazer uma coisa dessas? Cá entre nós! Não dá vergonha, minha querida colega Tatiana, de pertencer a uma instituição onde alguns dos nossos colegas, que participaram dessa coisa abominável: distribuir, inclusive, distribuir, inclusive, essa lama que carrega rejeitos! E por último, eu vou só dizer o seguinte: há um processo terrível em relação às mulheres! Há um processo que precisa ser muito bem trabalhado, que inclui a infertilidade de homens, inclui a infertilidade e aborto de mamíferos, mas que, de forma dramática, inclui os abortos relatados e que ocorrem por determinadas combinações de metais. De mudanças do ambiente. E há uma discriminação espetacular com Barra Longa. [É...] É o limite entre o racismo e a discriminação, a desqualificação de um povo inteiro. Primeiro, obviamente, da questão da forma como não se reconhece o coletivo atingido: quem tem o nível de contaminantes do ar que vocês têm aqui, é atingido! Só não é se não respira, né? [Aplausos da Assembleia] Mas, mas, vejam, vejam, quando a gente pensa que esses contaminantes combinados [com...] com os resíduos humanos, vocês tiveram, [eu fique...] nós ficamos muito impressionados quando nós vimos o que aconteceu com o tratamento do esgoto. O tratamento do esgoto que foi feito, sobretudo na casa das pessoas negras, das pessoas mais pobres, é abominável, é abominável [que se...] que, por exemplo – vocês podem dizer e vocês sabem disso, porque tá no quintal de vocês, está no quintal de vocês – que se faça um tratamento de esgoto que distribui o esgoto a praticamente a céu aberto antes de chegar no rio. Isso não se faz com as casas e as habitações das pessoas [de mais nível... de certa forma...] que tem mais capital, que acumularam capital, que tem mais voz na sociedade. Essa é uma forma de tratar de forma extraordinariamente desigual pessoas que são vulnerabilizadas, porque vocês não eram tão vulneráveis. Vocês comem pior, vocês têm uma série de pressões. Então, há perda, de fato, de qualidade de vida e essa qualidade de vida é, inclusive, tecnológica, porque como que pode fazer tratamento de esgoto dessa forma? Sobretudo, porque há uma combinação entre esgoto e metais que gera vírus, que gera adenovírus, adenovírus humanos que nós encontramos aqui. Eu me lembro que aquele senhor, eu não sei o nome dele, não vou falar o nome dele agora, mas nós mostramos o que tava acontecendo no quintal dele, lá em... Quem lembra pra mim? [Pessoa da Assembleia diz: “Floresta? Na Floresta?”] Lá na

Assinado digitalmente em 05/05/2020 11:09. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacao/documento>. Chave 72660093.F1CB66CC.CE8BA7AC.A6AA3ECA


MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
 PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

Floresta, né? No teu espaço, o que acontece? Acontece que esses ambientes são férteis para produção desses adenovírus, que são vírus humanos. Existe uma tese de Doutorado, quem não leu isso aí ainda, tem vários artigos sobre isso. Nós temos a comparação [entre os...] nos lugares de Barra Longa onde existem esses vírus: adenovírus, adenovírus humano. Então, gente, olha, isso é o racismo materializado no território. Além da desqualificação, olha, chama de macaco, me chama, pergunta: 'Quem que essa negra pensa que é?'. Pouco me importa, pouco me importa. Eu num tenho a cabeça racista dos outros, se é dos outros, não é a minha. Mas esse massacre humano no território é absurdo, é absurdo! Então, eu acho, eu acho... [É, É...] Lamentavelmente, não é muito diferente daquilo que a gente criticava na África do Sul. Não é nada diferente daquilo que a gente viu na Austrália com os aborígenes. É a mesma coisa, é a mesma coisa. Isso em pleno século 21. Então eu acho que é preciso entender que a materialização do racismo [torna as pessoas...] trata as pessoas de forma desigual. Tenta dividir a sociedade, inclusive, colocando negros que não entendem que ele também será vítima disso de outra forma. E, principalmente, promove uma subqualidade de vida, muito abaixo daquela que vocês tinham antes. E, cá entre nós, é uma vergonha pro Brasil, é uma vergonha pro nosso processo de tecnologia. É uma vergonha pro nosso processo de medicina, porque como é que uma médica ou um médico, uma mulher que chega lá vivendo um processo de expulsão, será que ela não estudou, por acaso, não sabe, que determinadas combinações causam aborto? São responsáveis pelo aborto? Se quiser, tem texto, milhares de textos na internet por aí, sobre isso. Então, por favor, entendam: não é uma coisinha pequena essa. Essa é uma questão de forma e modelo de se tratar as pessoas de forma desigual. Uns são iguais, porém outros são mais iguais. Se alguns são mais iguais, os outros são menos iguais". [Aplausos da Assembleia].

Assessoria MPE: "Maria Teresa do Pimenta e depois vai ser o Afonso Cineão".

[Ruídos do ambiente].

Afonso Cineão: "Boa noite a todos! **[Pessoas da assembleia respondem: "Boa noite!"]** [É...] Eu venho aqui também por uma cobrança da Renova, né? Pra Renova. Porque os atingidos, aqui dos outros, infelizmente, têm direito de receber como meeiro, garimpeiro e...

Assinado digitalmente em 05/05/2020 11:09. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacao/documento>. Chave: 72660093.F1CB64CC.C88BA7AC.A6AA3ECA


MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

pescadores. E aqui em Barra Longa [não...] não tem estudo/recurso suficiente pra esse [Trecho incompreensível no áudio] meeiro, garimpeiro e pescador. Nós tamo aqui cobrando essa reposta da Renova que até hoje não chegou no nosso alcance. Em outros lugares tem capacidade de tratamento igual e pra nós aqui não tem. Cê não acha que isso é um descaso com Barra Longa? Eu acho que nossa Comunidade tá cheia... 'basta' da Renova chegar aqui com mentira, sacanagem, manipulando, com grosseria com o povo aqui em Barra Longa, tendeu? E outra coisa, quando chega lá no escritório deles, eles vem: 'Ah, tudo bem!', rindo, brincando e abraçando. Depois vem atrás na cola da gente, já metendo o pé e falando que as pessoas aqui de Barra Longa são enjoadas e não tem direito. Por que não tem direito? Barra Longa são todos atingidos. Não é um e dois, não. É todos. Não é só rico que é atingido em Barra Longa, os pobre também são. [Assembleia reage em concordância] Porque aqui só vê é isso como atingido. Aqui os pobre também são atingido. O pessoal da roça tá cansado de sair lá da roça, da sua comunidade, perdendo hora de trabalho, fica até tarde da noite aqui em reuniões, sem resolver nada. Que chega aqui, que que resolve? Quê que Renova resolve? Nada! Na outra reunião passada a Renova era pra dar uma resposta pra nós... Cadê eles? Eles não vieram, né? Por causa de que? Porque o Ministério Público tava aqui. Tem que falar em saúde. Por que falar em saúde? Porque essa lama é tóxica, essa lama é criminal, essa lama mata, tendeu? Essa lama tá igual país islâmico, igual aquelas bombas, esses homem bomba: chega explodindo na comunidade e matando todo mundo. E vocês não respeita isso! Eu queria que a Renova desse uma resposta, em olhar isso com mais carinho e com mais rapidez. Por que essa demora? Foi em 2015, já vai 2019, 2020, 2022 e nada de vocês resolver nada. [Trecho incompreensível no áudio] que não contribui com nós. Cadê nosso Prefeito que não tá aqui com nós? Só tem um Vereador, o Marreta, que tá aqui. Ele que me tirou lá do meio do mato, pergunta ele, ele tá ali, a prova tai. Me tirou lá, que eu num tinha nem jeito de sair de casa pra vir pra cidade, porque minha casa tava entupida de lama, não tinha como sair, tendeu? Ai é o seguinte, como é que eu faço? E a Renova diz que eu não sou atingido, não me dão resposta, não me dão cartão, não me dão nada. E ai, como é que eu fico? Quem são atingidos são eles, né? Realmente, o atingido aqui não é o povo de Barra Longa, é o povo da Renova. Muito obrigado". [Aplausos da Assembleia].

Maria Teresa de Souza Carvalho: "Boa noite, gente! [Pessoas da assembleia

Assinado digitalmente em 05/05/2020 11:09. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.tranparencia.mpf.mp.br/validacao/documento>. Chave 72660093.F1CB64CC.CE8BA7AC.A6A43E0A


MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
 PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

respondem: “Boa noite!”] [É...] Eu estou aqui pra falar a respeito da Renova. [Todas as...] Todas as vez que a gente vem aqui, a Renova só fala que vai vim atender todo mundo e até hoje não atendeu ninguém. Por quê que todo mundo tá aqui? [O, o pessoal da...] O pessoal da AEDAS, [é...] me falaram pra eu vim aqui, inclusive a Verônica, hoje. Por quê? O Dr. Helder tá aqui, diz que veio pra poder ajudar nós. Fui no PIM, fui chamada lá, eles fizeram uma reunião lá sem, uma reunião sem nada, sem nada, uma reunião sem nada. Ai ele falou assim pra mim: ‘Oh, Maria Thereza, eu tô te chamando aqui, porque a senhora não foi atingida direto, só foi atingida indireto’. Por quê? Por quê que eu fui atingida indireto? Eu tinha um atendimento de biscoito muito grande lá em Mariana há 23 anos, todo mundo comprava [na...] na minha mão. É... o Márcio do ‘Diálogo’ falou disso que eu não fui atingida, ele falou disso que não precisa de eu voltar lá mais, porque eu não vou receber nada. Só que [o...] o Manuel que é [da, do...] do PIM me falou assim: ‘Maria Thereza, [é, é...] Agosto [veio uma...] veio um e-mail, que o jurídico da Fundação Renova mandou pra mim assim: ‘Por que que cês ainda não acertou com a Maria Thereza de Sousa Carvalho?’. Ai eu perguntei pra ele e ele disse assim: ‘Ah, eu mesmo num tô sabendo o por quê não’. Tem muita coisa a falar não. Eu tenho problema de depressão. Tem um irmão que eu cuido, que vai fazer dia em 17 de dezembro agora, vai fazer 30 anos, então eu não tenho muito o que falar pra ninguém não. Eu tenho problema de depressão. Eles tão me enrolando, até hoje eles não me deram nada. Na minha mente eu acho que eles tão achando que eu não vou mais receber, que eu não preciso. Mas num tem problema não. Eu vou continuar lutando, igual [todos...] todos aqui estão lutando. Mas uma coisa eu deixo bem claro pra todos aqui: nós vamos continuar lutando, nós vamos continuar lutando pra ver se nós vão conseguir, com a ajuda deles. Não sei se tem alguém da Fundação Renova aqui hoje [**Pessoa da Assembleia diz:** “Ali, ó! Os dois ali, ó! São novatos”] Os dois ali são da Fundação Renova? Então, nós gostaria de saber hoje se nós vão receber a indenização ou não. Dá pra dar essa resposta pra nós, fazendo o favor? [Aplausos da Assembleia] Todos aqui tá aguardando hoje, gente, a resposta da Renova. Todos nós precisamos fazer um Natal, que ano passado eu não fiz Natal. [Eu fiz...] Eu fiz Natal ano passado com ajuda das minhas amiga de Mariana, que compra os meu biscoito. Esse ano, eu quero fazer meu natal. Será que tem alguém aqui que possa me ajudar? Pagar nós? Fazer o pagamento pra todos aqui, os atingidos? [Aplausos da assembleia] Eu vou aguardar daqueles dois ali, ó. Eu vou aguardar a resposta dele e dele. Eu vou continuar na reunião aqui até acabar. Muito obrigado, gente. Boa noite, beijo pra todos”. [Aplausos da assembleia].

Assinado digitalmente em 05/05/2020 11:09. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.tranparencia.mpf.br/validacaodocumento>. Chave 7266CC93.F1CB64CC.CE8BA7AC.A6A3ECA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

[Ruídos do ambiente].

Assessoria MPE: “Agora é Aline de São Gonçalo e depois a Letícia do MAB”.

[Pessoas da Assembleia chamam por Aline].

Aline Monteiro Fraga Mol: “Boa noite! [Pessoa da assembleia diz: “Pede o povo silêncio, primeiro, aí pra nós aí, Aline.”] Ôh, gente, silêncio! Porque isso diz respeito pra nós, é pra todo mundo, que não adianta a gente tá aqui. É falta de respeito até com o pessoal que veio aqui hoje, só pra vim ver a gente. Vamo ficar um pouquinho em silêncio?! Aqui, eu hoje tô aqui representando São Gonçalo, que é onde eu moro, representando a minha família, família de todos lá em casa, por quê? Lá tem deficientes... Eu que sou branca, eu num sou negra, mas também senti um pouco de discriminação, porque tem deficientes, tem crianças, tem idosos que já caíram em mata burros, abertos, que continuam lá. Falaram que vão arrumar e até hoje! Já foram pra quatro anos. Nós não recebemos nada. Três famílias lá, ou quatro, receberam. As outras quatro ou cinco não receberam nada, não tiveram direito a nada. Não tivemos resposta. As meninas deficientes ficaram quase um mês sem atendimento médico, sem fisioterapeutas... Não foi um representante da Renova perguntar se precisava de algum médico pra ir atender. Foi uma vez um helicóptero pra mandar remédio, quando a lama veio, porque não tinha. Eu cansei de ultrapassar essa lama pra lá e pra cá, vindo buscar remédio. Nesses quatro anos, todos os dias quase eu tinha que ir buscar remédio. E, hoje, o que é que aconteceu comigo há um... há um ano atrás: eu tive um bebê, ela nasceu prematura. Isso pode ter sido acarretado por isso? Pode! Porque eu cansei de andar nessa lama. Meu marido um dia chegou em casa... só o olho, assim, que cê enxergava nele. O resto do corpo era lama pura. E num é só meu marido não, os vizinhos todos de lá passaram por isso. E eu acho que é um absurdo, porque eles falaram: ‘Ah, não, que vocês não têm o direito porque ocês... A lama não foi na sua casa’. [Mas se a sua casa tem um...] Pro cê sair da sua casa, cê tem que passar por uma estrada, que se essa estrada está invadida, cê vai passar aonde? Cê num vai voar... Cê não tem asa... E cadê um deles, na época quando a lama tava lá falou assim: ‘Ah, não, se precisar a gente manda um helicóptero’. Que helicóptero? A gente num pediu helicóptero, nós pedimos a nossa estrada. Ninguém pediu pra lama vim na [estra...] na cidade da gente. Eles colocaram, jogaram,

Assinado digitalmente em 05/05/2020 11:09. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.br/validacaoDocumento>. Chave 72660093.F1CB6CC.CEBBA7AC.A6A3ECA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

deixaram a lama esparramada em tudo aí. E a gente agora tem que ficar mandando mil e mil folhas, pedindo pra poder, pra [Trecho incompreensível no áudio] (...) ‘Eu perdi isso, eu perdi aquilo outro, eu perdi aquilo’. Meu marido, a loja de Elisio era a única que ele oferecia fubá, ração pra vaca. Três ou quatro moradores fazendeiros que mexem... Mas fazendeiro pobre, nós não somos ricos, não. Pessoas que, de baixa renda, que mexem lá... O quê que aconteceram? A ração ficou aí, nós tivemos que pagar... Três ou quatro famílias pagaram e o restante do São Gonçalo lá conseguiu ganhar, num pagou nenhum centavo. Por quê? Porque entrou lama em Elisio. Agora, as nossas vacas ficaram sem comer, nossas criações... E por quê que nós tivemos que pagar se [a...] o prejuízo foi todo daqui? Nós também tínhamos que ter tido esse direito. Acho uma vergonha, porque tem muitos aqui, nós todos que estamos aqui hoje não é à toa. Todo mundo amanhã vai levantar seis horas, cinco e meia, o que for, todo mundo pra trabalhar. Até vocês, eu tenho certeza. Mas mesmo assim, cadê o nosso respeito? Nós não estamos tendo. Isso é um absurdo, gente, pra todos nós. Nós queremos respeito e dignidade! Isso é o que nós pedimos aqui hoje. Boa noite e obrigada!”. [Aplausos da assembleia].

Assessoria MPE: “Depois é o Renato do Barreto”.

[Conversas e ruídos na Assembleia].

Leticia Oliveira (MAB): “Boa noite! [Pessoas da Assembleia respondem: “Boa noite!”] O povo tá falando bem, né? Bastante... tá ficando bom o negócio. Então, eu queria dizer uma coisa importante, que Éder disse no início aqui, e também contar um pouco mais [é...] de algumas abordagens que a Polícia Militar de Barra Longa fez nos últimos meses, aqui em Barra Longa, pra algumas pessoas que são militantes do MAB também, perguntando sobre a jornada de lutas que nós estamos fazendo, agora, de quatro anos do crime de Mariana, da construção [da...] de uma casa em Barra Longa e também da jornada de um ano de Brumadinho. Então, tiveram algumas abordagens aqui no meio da rua, né? Perguntando pras pessoas quem era o líder [dessa... da...] da jornada de lutas; se Marreta tava envolvido, que é o Vereador que está sentado aqui conosco hoje, né? Perguntou o nome dele; se a Prefeitura estava sabendo; se ia ter caravana pra Mariana no dia 05 de novembro; que, segundo o Prefeito, que nós fomos procurar ele, não foi ele que orientou nada disso,

Assinado digitalmente em 05/05/2020 11:09. Para verificar a autenticidade acesse http://www.tranquillia.npr.br/validacao_documento. Chave: 7266CC93.F1CB64CC.CE8BA74C.A63A3E0A



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

né? Então, nós gostaríamos de saber quem é que foi, né? Nós vamos fazer outras denúncias também, nos órgãos apropriados pra isso, né? Mas só pra dizer que não é um caso isolado, né? O Éder já contou aqui, antes de mim, outra história também desse comportamento. As manifestações que a gente tem feito aí na saída da cidade, né? A última, que foi aí no final de setembro, também, tiveram abordagens e ameaças ao povo que tava fazendo a manifestação. E ninguém fez as manifestações porque quer ficar debaixo de chuva na BR, quer ficar cinco horas da manhã fechando estrada, né? Ficar 23 dias dentro de ocupação [Trecho incompreensível no áudio] da Fundação Renova. Quando a Renova também chamou a Polícia pra ir lá no escritório... Aí a Renova, claramente, né? Primeiro veio o funcionário da Renova avisar que a Polícia estava na porta, né? [Alguém do público responde, em concordância: "Aham!"] Então aí nós temos certeza que foi a Fundação Renova foi junto com a Polícia, né? [E...] Então, é essa prática, né? De sempre trazer aí o poder também da Polícia, pra tentar ameaçar os atingidos, sendo que nós não tamo fazendo nada de errado. Construir casa, até onde eu sei, nunca me foi crime, né? Não sei se, aqui, em Barra Longa é, né? [É... E outra...] E também fazer as manifestações também [com...] deixando que [os outros...] os outros caminhões e os outros carros passassem, né? Eram apenas os carros da Fundação Renova. E o que o povo queria era a data de reunião, né? Que a Renova, com muito custo, marcou a data de reunião e não veio, né? Então, claro, deixando aberto aí o caminho pro povo ficar querendo fazer outras coisas, né? Porque, se ela dá a palavra e não vem, então as pessoas ficam mais indignadas e com mais vontade de fazer novamente outras coisas né? Então, deixar esse relato, né? O resto que o povo disse [já...] já tá claro, né? Essa questão aí [de... de...] de favorecimento de uns, né? Dos mais ricos, dos mais brancos, eu acho que eu não preciso dizer, já foi dito muita coisa, acho que o povo vai dizer mais ainda. [Pessoa da assembleia entrega papel para Letícia, durante sua fala] Isso, me mandaram um papelzinho aqui, importante: que a Polícia Militar tem se recusado a registrar Boletim de Ocorrência contra a Fundação Renova, né? [Pessoa da assembleia diz: "É verdade!"] Em Barra Longa. Então, tem várias pessoas que têm aí os problemas, como foi relatado aqui, né? De cair em obra de Renova, de obra de Renova cair em cima das coisas da gente, ter algum problema, alguma forma [de... de...] de tratar, da Renova tratar mal, né? As pessoas, quando vai fazer o Boletim de Ocorrência, a Polícia Militar de Barra Longa se nega a fazer, né? Será por que, hein? Então, é essa a pergunta que nós temos que fazer e queremos também que o Ministério Público, né? E as outras autoridades aqui presentes, também, possam nos ajudar a investigar todas essas relações

Assinado digitalmente em 05/05/2020 11:09. Para verificar a autenticidade acesse http://www.tranaparencia.mpf.mg.br/validacao_documento. Chave 72660C93.F1CB6CC.CE8BA7AC.A6AA3ECA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

que podem acontecer aí, e dizer que o povo, é, não tem medo, né? Nós tamo aqui, esse tanto de gente [Manifestações de concordância da assembleia]. Como o companheiro do [da Fund...] Pimenta falou, nós não vamos desistir! Por mais que a Renova vá na casa das pessoas dizer que elas não têm direito, por mais que a Renova chame as pessoas no escritório pra dizer que elas não têm direito, as pessoas sabem que têm direito, sabem que é unidas [com essa...] com esse tanto de gente que tá aqui hoje, com mais gente que não veio aqui hoje, ainda, que nós vamos lutar pra conseguir os direitos, que nós temos sim! Obrigada". [Aplausos da assembleia].

Assessoria MPF: "Renato aqui do Barreto e depois a Maria Helena do Barreto".

Dr. Helder: "Renato do Barreto".

[Ruídos do ambiente].

Dr. Helder: "Quem é o próximo, Keyla?".

Assessoria MPF: "Maria Helena do Barreto"

Renato Santos de Souza (Barreto): "Boa noite a todos aí, boa noite a todos! [Pessoas da assembleia respondem: "Boa noite!"] [É...] Eu sou Renato do Barreto, inclusive o Dr. Helder deve até lembrar que ele mandou o pessoal da Renova acompanhar a minha situação, me chamaram num canto, pegou meu telefone, até hoje nada. [E...] Ontem à noite, o pessoal de Barreto tão de prova aí ó, eu carreguei estaca que eu comprei em Mariana, tenho as notas de tudo, que até hoje o meu quintal no Barreto ninguém arrumou, aí fizeram um poço d'água pro meu tio, artesiano, pra mim não fizeram nada. [É...] Essa semana vou fazer a cerca lá, que eu tô arrumando o meu quintal em casa, no meu quintal não tem água mais, aí eu gostaria de saber o quê que eu devo fazer. E eu tô cansado de vir aqui na frente, toda vez que eu venho aqui eu falo, fica chato a gente vir aqui... Eu chego

Assinado digitalmente em 05/05/2020 11:09. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.br/validacao_documento. Chave 72660093.F1CB64CC.CE8BA7AC.A6A3E0A



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

em casa onze horas, meia-noite, pra pegar serviço cinco horas da manhã, fica cansativo, não tem retorno de nada. Fico devendo dona Gracinha, que é uma obrigação muito grande, toda vez que vem aqui fala por mim. É cansativo! [Num...] Num tem mais recurso. Aí tô fazendo a cerca já, vou colocar uns dois bezerros do meu menino, aí agora que eu pergunto, aonde que os bezerros vão beber água? Que a Renova pôs um monte de pedra na beirada do rio, e agora, eu posso arrancar as pedras pro bezerro tomar água no rio? Que nem pra mim tomar. Se eu não tomar água na casa do meu tio, nem água pra mim tomar na chácara, na roça, eu tenho mais. Aí eu gostaria de saber o quê que eu devo fazer. Eu tenho as nota do arame, das estacas, tudo que eu comprei. Ontem chovendo, o caminhão desceu lá embaixo, no terreno. Eu carreguei estaca até meia-noite. Maria Helena tá de prova aí ó, eu dormi lá em Barreto, tive que ir pra Mariana hoje de carona, que eu não podia deixar os material na estrada, com medo dos outros roubar achando que era estaca da Renova, e do jeito que eles tão ali, eles têm que roubar da Renova mesmo, que a Renova não faz nada! Deixou material, as pessoas têm que pegar pra poder fazer a cerca, porque infelizmente a Renova não faz nada pra ninguém. Aí, meus tio foi reconhecido de um lado, a minha tia do outro, só eu que até hoje não tive nada. Eu pago, pago aluguel em Mariana. Pessoal da assessoria foi lá em casa um dia, eu fiquei é com vergonha da minha situação, cara. Atendi eles... [Quem...] Se tiver aqui pode até... Dizer que esteve lá em casa. Eu recebia na garagem, tudo a piso grosso, mas a situação, é o que eu posso pagar. Até hoje a Renova não paga aluguel pra mim, não me dá auxílio financeiro, toda vez que eu vou na Renova é só manifestação, até hoje, pra não resolver nada. Aí agora eu quero, eu gostaria de saber: será que eu posso arrancar as pedras da beirada do rio pros bezerro beber água no rio? Que eu não vou na casa do meu tio buscar água pra bezerro. Né? Amanhã ou depois eu vou terminar de fazer a cerca lá, e se eles não por água pra mim lá, vai prender eu mesmo, porque eu vou ter que arrancar as pedras na beirada do rio pra bezerro entrar no rio, que lá tá dessa altura [Faz gesto apontando altura das pedras]. [Trecho de difícil compreensão no áudio] do bezerro, se eles pular vai cair de cabeça pra baixo no rio. Aí eu gostaria de saber o que que vocês devem fazer pra mim, porque eles falou que na beirada do rio não pode ter cerca. Se eles não arrumar água pra mim essa semana, eu vou arrancar pedra lá, [mas gostaria...] aí que pode ir lá prender eu mesmo. A solução minha é essa. Muito obrigado a todos aí".[Aplausos e exclamações do público].

Assinado digitalmente em 05/05/2020 11:09. Para verificar a autenticidade acesse
<http://www.transparencia.mpf.br/validacao/documento>. Chave 72660C93.F1CB66CC.CE8BA7AC.A6AA3ECA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

Assessoria MPF: “Maria Helena do Barreto e depois José Gonçalves do Barreto”.

[Ruídos do ambiente].

Assessoria MPF: “É Maria Helena de Hernandes, do Barreto. Ela já falou? [Pessoas da assembleia respondem afirmativamente] Então é José Gonçalves Carneiro, do Barreto”.

José Gonçalves Carneiro (Barreto): “Gente, boa noite a todos! [**Pessoas da assembleia respondem:** “Boa noite!”] Aqui, eu sou do Barreto. Aqui, eu queria falar [porque que... todo mundo...] a Samarco, quando passou o primeiro cano, ela já sabia aonde tinha Barra Longa, Gesteira, Barreto, toda a região. Eles têm isso tudo no mapa. Agora, hoje, eles fica procurando [fazer um...] pra olhar, estudo, estudo, mais estudo, estudo, mais estudo, sabendo que eles têm isso tudo no mapa. Cada hora na minha casa, chega uma pessoa, só falta... Olha debaixo da cama, na casa toda, tira foto, nascente, tudo isso eles já sabe. Agora, por que que tem que fazer isso tudo, sendo que chega na minha casa, você vê a marca da lama lá, por que que tem que demorar pra me pagar? Será que, se eu devesse eles, eles ia me aturar até quando, hein? [Aplausos e expressões de concordância da assembleia] Será que se esse crime tivesse acontecido com uma mãe desses que fez essa cagada lá, com a licença da palavra, com a mãe deles, será que tinha feito o que comigo, hein? Se fosse eu que fosse o culpado? [**Pessoa da assembleia fala:** “Cê tava preso!”] Agora, é gente de classe alta lá, gente. Num é pobre que nem eu que tá lá não. É gente que estudou, estudou, estudou, pra fazer uma burrice disso. Porque sabendo aonde tá Barra Longa, onde tá a casa na beira do rio, e fazer uma... É igual em Brumadinho: faz um escritório embaixo da barragem pra matar todo mundo [Aplausos e expressões de concordância da assembleia]. Agora, lá em Brumadinho, eu vi falar na televisão, tem quatro pessoa que morreu lá, vai receber mais de oito milhões! Com essas quatro pessoas que morreu. Agora, pobre vale menos? [Aplausos e expressões de concordância da assembleia] Agora, a minha mãe, a minha mãe ficou dois anos e três meses em Mariana, que a lama entrou na casa dela, ela ficou na cadeira de rodas, duas irmãs minhas tomando conta dela pra dar banho, tudo nela, não pagou nem o aluguel. Até agora, às vezes amanhã paga, mas até agora não pagou não [Aplausos da assembleia]. Agora, uma das minhas irmãs, ela tá ali. A outra teve que largar

Assinado digitalmente em 05/05/2020 11:09. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaoDocumento>. Chave 72660C93.F1CB64CC.CE8BA7AC.A6A3ECA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

o serviço na época, que uma só não dava conta, minha mãe é pesada, 80 anos. Minha mãe, todo voluntário que ia lá, ela pedia: 'Ah, você que vai fazer minha horta?'. A gente, a gente cortava o coração. Muita gente que trabalhou lá, minha mãe falava: 'Oh, Deco, vai lá, convida aquele pessoal pra eles tomar café, coitados, eles tão no sol lá, deve estar com fome, os trabalhador', sabe? Isso é triste. [A gente...] Ninguém aqui nunca pediu esmola à Samarco não, e nem BHP, nem a Vale, nem nada não. Todo mundo aqui é trabalhador. Eu, graças a Deus, nessa idade que eu tô hoje, eu nunca pedi esmola a ninguém não. Minha mãe ensinou eu a trabalhar. Agora, isso que a Samarco tá dando, eles acham que tá fazendo favor pra nós. Num é favor não. É a cagada deles. É a burrice dos engenheiro. Que engenheiro, gente, tem que ser é técnico, papel não adianta não. Que que adianta eu escrever aqui, mas não cumprir minha palavra? Não adianta nada disso, viu. Muito obrigado". [Aplausos e exclamações da assembleia].

Assessoria MPE: "Genival Pascoal e depois o Wenderson".

Genival Pascoal [uma representante lê a fala por ele]: "Boa noite. Esse é o Genival, ele é atingido de Bento Rodrigues, e eu vou fazer a fala dele aqui. A Renova/Samarco só serve pra nos enrolar. Prega pra nós... Em Mariana que não toma decisões [e que...] e que, e que temos que participar do sistema burocrático do TTAC para conquistar nossos direitos, pois nas Câmaras Técnicas e Cível conseguíamos discutir e aprovar as propostas, mas, no que estou acompanhando nessas reuniões de Barra Longa, IPCT e Mariana, é que não é o CIF ou Câmara Técnica que barra nossas propostas, e sim a própria Renova [Pessoa da assembleia reage em concordância], pois não está cumprindo nem os acordos firmados pelo CIF. [O que vejo é a...] O que vejo é a Renova/Samarco fazendo o papel da Samarco, e evitar nos reparar como é de nossos direitos. Outra coisa: acompanho a reunião de comissão desde o início, e até hoje o que vejo é a Renova/Samarco colocar os atingidos contra a comissão. Ela não nos passa agendas das reuniões, das atas das reuniões, e [os materiais...] os materiais apresentados nas reuniões. A gente fica igual doido pra saber se tem reunião e de que vai se tratar ela. Pego as reuniões na sorte... Nem sempre consigo ir em todas, por este motivo, mas sou uma pessoa participativa, nunca falto numa reunião de reparação. A Renova/Samarco mandou indivíduo que trabalha nela ir na emissora de TV pra dizer que construiu uma matriz de danos com nós e Assessoria, quando, na verdade, eu

Assinado digitalmente em 05/05/2020 11:09. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.tranapara.renca.mpf.br/validacaoDocumento>. Chave: 7266CC93.F1CB64CC.CE8BA7AC.A6AA3ECA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

acompanhei todo o processo de Mariana e nem conheço aquele cara. O que a Renova/Samarco nos trouxe de matriz de danos foi algo que veio pronto da própria Samarco, bem antes da Renova existir. A Renova/Samarco é tão falsa que teve a coragem de fazer isso só para comover a juíza e decidir a favor das mineradoras, e não aprovar a nossa diretriz, que foi construída de verdade com os atingidos em embasamentos técnicos e jurídico". [Aplausos da assembleia].

Wenderson Carlos Atanásio: "Boa noite para todos! [**Pessoas da assembleia respondem:** "Boa noite!"] [É...] Eu já queria começar falando uma coisa. Parece que a Samarco, né? A Vale, BHP, não sei qual o nome, né? Como dizem, tem algumas forças ocultas aqui já que parece que tavam se omitindo pra mim vir aqui na frente, porque sabem que o que eu falo é a pura realidade, né? Só que a questão é qual: eu gostaria de saber, dos dois senhores da Fundação Renova, qual o cargo que eles exercem [**Pessoa da assembleia diz:** "Ah, eu ia perguntar"] e que eles tão aqui representando? Vocês podem falar? Não, é porque a gente fez um pedido do Roberto Waack ou qualquer outro presidente vim, conversar com o povo, pra gente relatar pra ele, pra ele ver a realidade! [**Dr. Helder:** "Aqui é uma Audiência Pública convocada pelo Ministério Público pra ouvir vocês. A Renova vai ter um tempo pra falar, mas não é uma reunião com a Renova"] [**Pessoa da assembleia diz:** "Relata suas coisas, Nem, relata suas coisas"] Sim, então, meu relatório. É, sofrendo negligência tanto da Fundação Renova quanto da Polícia Militar. É, a Fundação Renova mandou um fogão lá pra minha casa, como diz a amiga Cristiane, o 'kit miserável', o 'kit pobre', o 'kit rico', que o fogão pegou fogo, a geladeira estragou. Aí eu fui lá no PIM também pra resolver sobre o meu fato, do meu cadastro, que, no meu cadastro, primeiro, eles não me reconheceram. No segundo, eles me reconhecem como garimpeiro faiscador. Aí eu fui lá, fui maltratado, fui agredido [é...] moralmente, digamos assim, que eu cheguei lá me trataram como um cachorro, me deixaram do lado de fora. Na hora que eu comecei a questionar que eles tavam me tratando igual cachorro, eles me chamaram pra entrar, ficou aquele debate, entendeu? E outra, a Fundação Renova, aqui na cidade, pelo que deu pra entender, ela já criou raiz aqui, ela sabe muito bem onde que ela tem que tocar e qual são as feridas que ela tem que mexer [Aplausos da assembleia]. Porque, se ela falar que não vai fazer nada em Barra Longa, vai ficar por isso mesmo. Então eu peço os órgãos competentes, que tão aqui pra nos ajudar, pra dar uma força, pra tomar mais veemente

Assinado digitalmente em 05/05/2020 11:09. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.br/validadocumento>. Chave 72660093.F1CB64CC.CE8BA7AC.A6A3ECA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

assim: pedir a Fundação Renova pra realizar a tarefa que eles têm que realizar. Porque a Fundação Renova, vejo direto na televisão: 'Fundação Renova repara danos'. Que danos? Ela só produz danos. Igual mesmo, eu moro na Volta da Capela, sou militante, sou atingido, e essa parte deles falarem que tem o atingido direto e indireto. Tinha. Aí eles falaram que cortaram e que não existia. Botaram de novo: direto e indireto. Questão da lama que eles levaram lá pro morro, né? Como a menina diz aí. Certo, que a gente mora no morro, é pobre, é negro, aí tem que ser tratado desse tipo? Não tem, né? E a questão toda que aqui em Barra Longa tá sim havendo negligência, tá sim havendo dano, tanto moral como físico, e ninguém tá prestando atenção, ninguém tá aqui pra nos ajudar. O pessoal que tá mesmo pra nos ajudar são vocês, que são do Ministério Público, são da força maior aí, mas que tem várias forças ocultas que não deixam ser realizado a tarefa que tem que ser feita, isso existe, isso [é, é...] é moral. Igual, eu vejo direto, ah, postando foto com reunião em Brasília, por que que não faz então uma reunião do CIF na cidade, gente, Barra Longa? Será que a gente não é moralmente da alta índole pra ter capacidade pra vir participar dessa reunião aqui na nossa cidade? Será que a nossa cidade é tão miserável assim? Não era, né? A partir do momento que eles trouxeram a lama pra cá, ela passou a ser miserável, não, ela passou a ser uma cidade fantasma, porque você hoje não tem banco, o Correio, ele vai ser retirado daí, porque [eles não vão mais...] ele só vai receber [é, é...] cartas, essas coisas, ele não vai fazer pagamento. Agora trouxeram um banco aí, que falam que é banco do pobre, mas eu acho que é mais um jeito de tirar dinheiro do povo, né? Que não adianta. E a Prefeitura de Barra Longa também não toma iniciativa, só o Marreta, como Vereador, que se ele se candidatar pra Vereador, acho que ele melhora Barra Longa cem por cento, né? E, geralmente, eu só quero saber disso, e essa pergunta que eu fiz, Dr. Helder, que o senhor... Eu, sim, eu acredito que o senhor tá certo, mas eu gostaria de saber o cargo, porque eles têm que vir com pessoas lá da Fundação Renova que dá a realidade dos fatos pra gente. Igual, nessa simulação que tem, eu vi lá, eu conversei com o rapaz que mexe nas barragens. Ele colocou lá que a lama foi até ali naquele posto de gasolina. A lama voltou lá em cima. Eles fizeram um debate deles lá, onde que eles acham que a lama passou, então, se eles falar então que a lama então não passou aqui na cidade, não passou? Não tem que ficar nessa questão. Tem que dar um jeito pelo menos de resolver. Mas eu acho que, no final, eu vou lá, mais um preto, pobre, tá falando lá, não vai adiantar. Só que eu aviso, se eu continuar indo pra rua pra cobrar com o pessoal, e estou militante, não adianta mesmo, eu vou ir lá, vou cobrar, quero os meus direitos, sou atingido como todo mundo que tá aqui! E

Assinado digitalmente em 05/05/2020 11:09. Para verificar a autenticidade acesse
http://www.tranparencia.mpf.br/validacao_documento. Chave 72660C93.F1CB6ACC.CE8BA7AC.A6AA3ECA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

gostaria que hoje, pelo menos, como a menina disse, todo mundo saísse com uma resposta concreta daqui, não ficasse só de blá blá blá, de lero lero não. Muito obrigado e boa noite". [Aplausos da assembleia].

Dr. Helder: "Eu queria registrar a presença do Centro de Convivência Negra da UFMG. [É, e eles... e...] Eles pediram, que eles precisam retomar pra Belo Horizonte, [eles pediram, é, a possibilidade...] eles vieram, atenderam ao convite do Ministério Público Federal, e estão aqui. Hoje. Eles vão fazer uma rápida fala, alguma apresentação e, na sequência, também, nós vamos ouvir a Professora Tatiana, depois nós voltamos com as falas dos atingidos. A Professora Tatiana, da UFOP, também, vai fazer uma fala pra gente aqui, que [a ideia...] a ideia pra essa Audiência Pública foi exatamente intercalar as falas dos atingidos, com a fala dos pesquisadores, dos apoiadores. [É...] E aí, a palavra está com vocês. É Centro de Convivência da UFMG mesmo, não é isso?" [Ruídos do ambiente].

Caíque Belchior: "É, boa noite, pessoal". **[Assembleia responde:** 'Boa noite!'. Eu sou o Caíque Belchior, sou estudante de psicologia lá na UFMG, também faço parte do Centro de Convivência Negra da UFMG. É, então, a gente veio aqui justamente pra se solidarizar com o que tá acontecendo, justamente fazer a denúncia contra a Renova, contra a Vale, contra a Samarco, assim. É... Acho que a gente tem que deixar muito claro que a Renova, pelo que a gente viu até agora aqui na Audiência, que a Renova ela mexeu com as pessoas erradas, assim. Acho que a gente precisa muito bem... Tá muito claro de que o que a Renova tá fazendo, o que a Vale e a Samarco tão fazendo é um crime inafiançável, que é o crime de racismo. É, não é injúria racial, que pode ser colocada como outra categoria, é o crime de racismo, inafiançável, e que ela precisa ser punida diante disso [Aplausos da assembleia]. É... A gente precisa lembrar que a gente acabou de sair do dia 20 de novembro, que é o Dia da Consciência Negra. É... E que esse é um marco pra organização das pessoas negras no Brasil, que sempre sofreram muito, foram discriminadas desde que chegaram, desde que os povos africanos foram sequestrados do continente africano, veio até o Brasil como escravos, e desde então têm sofrido muito, com retiradas de direitos, com desumanização. [E essa não...] E isso não é uma novidade, ainda mais vindo de grandes empresas, que detêm grandes riquezas, que são donos do capital e que têm violentado pessoas pobres e pessoas negras das regiões que foram atingidas pelas barragens. Então, é... Se o povo negro,



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

ele não morre pela bala do revólver, ele morre pelo descaso, ele morre pela falta de políticas públicas, e a gente tá aqui pra denunciar isso [Aplausos da assembleia]. Inclusive pela necessidade de instalação de uma CPI [dessas, é...] dessas empresas, das barragens, porque é necessário que a Renova, a Vale, a Samarco sejam investigadas, sejam criminalizadas pelo que elas estão fazendo, e as pessoas que são responsáveis por essas violências, elas tenham de fato, né? O que elas realmente merecem, que é essa criminalização, porque o povo negro, ele é criminalizado por muito menos, que a gente sabe disso. O DJ Rennan da Penha, inclusive, ele foi liberto hoje, depois [de ter...] de ter tido meses de prisão, e a gente não vê nenhum grande empresário, nenhum rico, ninguém que tenha, esse dono de capital, né? No Brasil inteiro, sendo preso e sofrendo de fato as consequências das violências que eles fazem pro povo brasileiro. Então, a gente tá aqui pra cobrar justiça pelos atingidos por barragem, pelas pessoas negras, e que realmente, de fato, quem é responsável por todas violências, por tá discriminando, por tá, [é, é...] enfim, cometendo todos esses crimes contra essas pessoas negras, que realmente, de fato, tenha justiça, e que a gente cobre o que é necessário, assim. Então, eu queria parabenizar o povo de Barra Longa, porque o que a gente tá fazendo aqui é algo que é realmente histórico, que coloca de fato a necessidade da organização das pessoas negras, a necessidade de organização dos cidadãos, [e que isso...] somente com a nossa organização, com a nossa luta, que a gente vai conseguir de fato com que a justiça seja feita. Então, muito obrigado, eu queria agradecer a todos vocês que estiveram aqui, é, que vão continuar aqui na luta, porque é só assim que a gente consegue mudança de fato. Obrigado". [Aplausos da assembleia e ruídos do ambiente].

Tatiana Ribeiro: "Boa noite a todas e todos! [Assembleia responde: "Boa noite!"] É, meu nome é Tatiana Ribeiro, professora de Direito lá na UFOP, na Universidade Federal de Ouro Preto, e coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais – GEPSA, que foi convidado pelo Dr. Helder pra participar aqui dessa Audiência Pública. [E...] O Dr. Helder sempre me chama de Professora, né? É... E diz que eu deveria falar como professora de Direito, mas a gente tá numa fase muito difícil de falar [em nome...] como professora de Direito. Porque ninguém tá respeitando mais o Direito, né? Ainda mais como uma professora de Direito Constitucional, num tempo em que a Constituição tá caindo no descrédito. Ninguém acredita mais na Constituição. [É...] Eu vim de uma viagem recente ao

Assinado digitalmente em 05/05/2020 11:09. Para verificar a autenticidade acesse http://www.tranparencia.mpf.br/validacao_documento. Chave 72660C93.F1CB64CC.CE8BA7AC.A6A3ECA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

Rio de Janeiro, e vi no muro de uma casa escrito assim: 'Bíblia sim, Constituição não'. E isso me gerou muita preocupação, né? Porque as pessoas, quando elas abandonam [é...] a Constituição como uma referência em Direito, elas também enfraquecem na luta pelos direitos, né? Mas aqui em Barra Longa, e até respondendo ao Wenderson, né? Que falou aqui antes de mim, perguntou [é, qual era...] na qualidade de que representantes da Fundação Renova, eu soube, quando eu cheguei, que estavam presentes dois advogados da Renova. É isso mesmo? Bom, então é bom que a gente pode falar [é...] sobre direitos de uma forma mais direta, né? É, com os colegas que são advogados. [É...] Aqui em Barra Longa, [as pes...] eu descobri um povo que é um povo de muita fé, é um povo que respeita muito a Bíblia, mas é um povo que não abre mão da Constituição [Aplausos da assembleia]. Aqui em Barra Longa, as pessoas respeitam a Bíblia e respeitam a Constituição também, e exigem que ela seja respeitada, né? E a nossa Constituição, ela fala, no art. 5.º, ele começa dizendo assim: 'Todos são iguais perante a lei, sem nenhuma discriminação', aí continua mais uma série de coisas, e o inciso I fala assim: 'homens e mulheres são iguais perante a lei'. Vejam só: a igualdade, pra nossa Constituição, ela é tão importante que ela fica repetindo várias vezes. Porque quando a Constituição fala assim: 'Todos são iguais perante a lei', já bastava, ela diz de novo: 'sem qualquer distinção', 'sem distinção de qualquer natureza', 'homens e mulheres são iguais perante a lei'. Ou seja, a Constituição fala tanto em igualdade, que esse é um princípio que a gente não pode abrir mão, embora as pessoas não estejam acostumadas a viver em condição de igualdade. Um exemplo disso é que a única interferência que teve aqui na fala de alguém, foi um homem que interrompeu uma mulher falando. E isso a gente não pode admitir, aqui em Barra Longa não [Aplausos da assembleia]. Aqui, as mulheres falam, os homens escutam. Porque, quando os homens falam, as mulheres também escutam. Então, aqui, os homens falam, as mulheres também falam. As pessoas brancas falam e as pessoas negras também falam. As pessoas brancas têm direito à reparação e as pessoas negras também têm direito à reparação. E uma coisa que foi muito falada aqui, muito pela fala das pessoas atingidas, é uma crítica à forma como a reparação é feita às pessoas que elas chamam as 'pessoas ricas', as 'pessoas do Centro'. Mas esse tratamento desigual é uma forma também que a Fundação Renova tem utilizado de colocar o povo de Barra Longa uns contra os outros [Expressões de concordância da assembleia]. E a gente não pode cair nessa. Porque todas as pessoas que foram atingidas têm direito à reparação. Todas. [As pessoas...] Aquela pessoa que tinha uma mesa, que foi falado aqui, uma mesa de R\$3.000,00, ela tem direito a ter a mesa de

Assinado digitalmente em 05/05/2020 11:10:19. Para verificar a autenticidade acesse
<http://www.tranparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 72660C93.F1C964CC.CE8BA74C.A6A3ECA


MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
 PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

R\$3.000,00 dela de volta. A questão do tratamento desigual tá sendo invertida pela Fundação Renova. Porque o tratamento desigual que precisa ser feito é que: aquelas pessoas que já estavam em condição de vulnerabilidade, elas têm que ser mais protegidas [Expressões de concordância da assembleia]. Porque o que está acontecendo aqui é uma sobreposição de vulnerabilidades! Então, [se é...] se é possível que haja alguma desigualdade na reparação, é proteger em uma condição de mais proteção quem estava mais desprotegido. Então, a gente não pode admitir que o tratamento desigual [reforme a, é, é...] reforce a desigualdade. O tratamento desigual só deve ocorrer pra corrigir desigualdades. [A pessoa que ela...] Os atingidos aqui estavam chamando dos 'ricos', né? Que, uma pessoa que perdeu uma geladeira de R\$2.000,00, ela tem direito a ter de volta a geladeira dela de R\$2.000,00. Mas essa pessoa, provavelmente, na vida dela, se ela não tivesse sofrido esse dano, ela poderia comprar outra geladeira. Agora, uma pessoa de condição de baixa renda que perdeu uma geladeira, aquilo não era uma geladeira pra ela como era a geladeira daquela pessoa que mora no Centro, que é chamada de pessoa rica. A perda dela é muito maior. Porque o esforço, o que aquilo representa em termos de ganho e de esforço que aquela pessoa teve que fazer pra adquirir aquilo, é infinitamente maior do que aquele que comprou uma geladeira e pode trocar quando quiser. Então quem é vulnerável tem que ser tratado desigualmente, mas é com mais proteção! E eu até vou aproveitar essa minha fala pra provocar aqui também o representante do Estado, da SEDESE, que eu sei que é uma pessoa de luta e que eu conheço a sua trajetória, mas pra [é...] encaminhar para o estado também, né? A responsabilidade que o estado tem de não permitir que isso que está acontecendo em Barra Longa continue acontecendo. As denúncias que estão sendo feitas aqui são muito graves. [O...] A pessoa que me antecedeu falou que o racismo é um crime. E a Constituição fala que o racismo é um crime e ele não é só inafiançável. Ele é imprescritível! Isso que está acontecendo aqui, pode passar o tempo que for, quem cometeu isso tem que ser punido. E punido com pena privativa de liberdade, que é o que a Constituição diz. E que toda discriminação, que a lei tem que punir toda discriminação. Então, como a gente sabe que a Constituição tá do nosso lado, né? Do lado do povo de luta, do povo que luta por direito – eu já falo 'do nosso lado' porque eu sou uma defensora de Direitos Humanos – e, estando aqui em Barra Longa desde novembro de 2015, eu acompanho a luta e o sofrimento desse povo. E o que tá acontecendo aqui é inadmissível. Essas negociações com uma Fundação que nem deveria existir [Aplausos da assembleia]. A Fundação Renova, a existência dela é um absurdo [Pessoa da Assembleia diz: 'É um

Assinado digitalmente em 05/05/2020 11:09. Para verificar a autenticidade acesse http://www.tranaparencia.mpf.br/validacao_documento. Chave: Y266CC93.F1CB64CC.C88BA7AC.A6AA3ECA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

crime!']. É um absurdo, é outro crime. É um crime de lavagem de nome, lavagem de dinheiro, lavagem de CNPJ [Aplausos da assembleia]. E essa fase de discutir com Renova, ela tem que acabar [Aplausos da assembleia], tem que acabar. A Renova precisa ser desconstituída [Aplausos da assembleia]. A Renova tem que ser denunciada pra [Aplausos da assembleia] Promotoria de Fundações. Como é que uma entidade violadora de Direitos Humanos, cuja função e criação foi pra reparar danos, e não repara, e causa mais dano, continua existindo? Não tem outro pedido a ser feito, a não ser a desconstituição dessa Fundação, por descumprimento da sua função. A Fundação Renova, que nem deve existir, eu não vou nem falar sobre ela, mas a própria atividade minerária, que faz propaganda do dano que ela causa, isso é outro absurdo [Pessoa da Assembleia diz: 'É, verdade!']. [Porque, eu, a...] Toda vez que ligo a televisão, eu escuto propaganda do que a Vale está fazendo por Brumadinho. Eu escuto no jornal, eu recebo no meu celular propaganda do que a mineradora tá fazendo, né? Quando ela, na verdade, deveria prestar contas do que ela tá fazendo pelo crime que cometeu. E aí eu disse isso aqui [no...] no encontro que teve lá no Rio de Janeiro, que, da mesma forma que a indústria do tabaco, né? [Ela...] A luta contra os danos que ela causava, ela foi tão efetiva, que, pra fazer propaganda de cigarro hoje, tem que passar na televisão que: 'o Ministério da Saúde adverte que esse produto faz mal à saúde'. Pra fazer propaganda de mineração, tinha que passar uma propaganda: 'o Ministério Público Federal adverte que essa atividade matou 300 pessoas em Brumadinho e tá matando gente em Barra Longa até hoje' [Aplausos da assembleia]. A gente não pode deixar que eles façam propaganda com um crime que eles cometeram, isso é um absurdo, né? Então, vou voltar aqui, né? Fazer a provocação ao representante da SEDESE, porque, [é...] da minha perspectiva, com a Fundação Renova a gente não tem nem que conversar. Do ponto de vista do Direito, a responsabilidade pelas violações dos Direitos Humanos que estão ocorrendo aqui é do Estado. Porque é o Estado quem tem que garantir que os direitos humanos sejam respeitados. Então, essa conversa tem que ser feita com o responsável e o Estado é que tem que correr atrás das causadoras do crime pra poder buscar reparação que elas têm que fazer. Mas nessa conversa, tem que ser com peixe grande. Porque Fundação Renova é peixe pequeno [Aplausos da assembleia]. É peixe pequeno, que a única coisa que faz é causar mais dano, né? Então, [é...] a minha preocupação aqui, com essa Audiência Pública, [é...] é de reforçar todas essas denúncias que foram feitas, de tudo isso que foi dito aqui, eu sou testemunha ocular, porque eu estou aqui desde novembro de 2015, acompanho a luta do povo de Barra Longa, a luta do povo de Gesteira, e sei como essas pessoas têm

Assinado digitalmente em 05/05/2020 11:09. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave: 7266CC93.F1CB64CC.CE8BA7AC.A6A43ECA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

sido tratadas por essa Fundação. Então, [isso...] disse eu sou testemunha. Acompanho [as...] os processos de adoecimento, de sofrimento e de morte que têm acontecido aqui. E isso tem que ser punido. É isso que eu gostaria de falar”.

[Aplausos da assembleia].

Assessoria do MPF: “Agora é Elaine e depois a Dona Vera”.

[Ruídos do ambiente].

Elaine Aparecida Pereira Neto: “Boa noite, [meus...] meus companheiros e minhas companheiras. Boa noite pra vocês aqui da mesa também”.

Dr. Helder: “pode falar alto, Elaine”. **[Pessoa da assembleia:** “Fala igual nós falamos no dia a dia, na luta”].

Elaine Aparecida Pereira Neto: “Então... é, eu vou contar uma pequena história aqui. Ô, gente, se estourar meu tempo cês não me, não me interrompe não, por favor. Nós fomos, nós fomos fazer [uma...] uma manifestação, a gente tava procurando respostas da Renova, em Mariana, é... e ficamos... né? Ocupamos lá. Na hora que chegou a tarde que a gente achou que ia ter a resposta da Renova pra gente ir pra casa, né? Dormir.. O quê que... funcionário da Renova, na pessoa do Sr. Thomás, eu não sei se ele está ou não está ainda na Renova... [Pessoa da assembleia fala: 'Subiu de cargo!']. Então... subiu de cargo, ele foi promovido por agredir uma atingida! Ele mandou a Simone calar a boca! [E isso a gente...] Ô gente, se eu não segurasse o pessoal lá, nós íamos ser é... taxados como bandidos, igual eles taxam... Porque eles taxam os atingidos como bandido... Só que bandido não somos nós, não! Bandido é a Samarco, né? A Samarco, a Vale, a BHP, a Renova. Tudo são bandido! Porque? Porque a barragem tava vazando, todo mundo sabe disso. Teve tudo que comprovasse aí que tava vazando. Só que ninguém foi punido. Aí, o quê que aconteceu? Correu boato do Thomás lá! Só que muita gente não deixou bater nele. Só que aí Simone, que é a mesma cor de pele que eu, nós somos negras, com muito orgulho, graças à Deus! Ela é mulher. [Violou o direito...] Violou o direito dela de falar. Ela é mulher. A mulher



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

antigamente não tinha o direito de falar. A mulher tinha que aceitar as coisas calada, entendeu? Só que, depois de muita luta, nós mulheres temos direito de fala e nós temos que aproveitar esse direito. E não é ninguém que vai mandar a gente calar a boca, não! Quem é funcionário da Renova pra mandar a gente calar a boca? [Assembleia reage ostensivamente em concordância com aplausos e gritos] Eu num calo e num calo! Pode ser funcionário da Renova, da Samarco, da Vale, do diabo, mas eu falo! Tendeu? Nós tamos com essa camisa aqui? [Aponta para a camisa do MAB] Estamos! [Porque...] Aqui é Movimento de Atingidos por Barragem... O tempo estourou aqui, gente? [Assembleia reage ironicamente]. Nós não temos que vestir essa camisa não? [Murmúrios da assembleia reverberam afirmações: 'Com certeza!']. Aí nós somos, de novo, agredidos em Monsenhor Horta quando nós fomos fazer [a...a...] uma reunião em Monsenhor Horta, nós fomos participar de uma reunião em Monsenhor Horta... Como é que era o nome da mulher, Jana? Lídia, Lígia? Sei lá o nome do diabo da mulher. Lídia. Lídia! Agrediu nós. Lídia... [**Pessoa da assembleia diz:** "Lígia"]. Lígia... Lígia! Agrediu a gente de novo. Ela quis se passar por vítima, falando que a gente tava agredindo. Não! Nós só falamos com ela: 'A partir do momento que você está representando a Renova, a gente tem que ir pra cima de você, uai'. [Quando a Renova...] Quando chega um funcionário da Renova aqui pra responder, a gente num tem que falar com a pessoa? Tem que falar, uai! Se eles não querem responder, num vem. Só que aí violou outro direito nosso, por quê? Tratou de vim responder pra gente garimpeiros, pescadores, tinha gente de casa, tinha um tanto de gente reunido... Em uma manifestação, não veio. [Depois dessa...] Depois da ocupação, a Renova só esteve aqui duas vezes. Veio, não respondeu nada a primeira vez. Marcou de voltar, não voltou. Depois, dia 30 de outubro, veio aqui de novo, encheu [essa...] essa sala aqui de gente, tinha gente até no teto, né? Achou que tinha resposta, não tinha! Aí falou: Nós vamos trazer, são cinco'... É, são cinco o quê que eles falaram que tem lá? [Entre ruídos e conversas no auditório, alguém responde algo incompreensível] Veio foi o diabo, mas eles falaram que tem [cinco...] cinco áreas! Ia trazer um de cada área dia 07 de novembro. Nós viemos aqui de novo, sem carro, que eles não tão mandando transporte pra nós. Eu acho que nós temos direito de receber o transporte, gente. Nós recebemos lama em cima da cabeça de muita gente aí, a lama passando no rio aonde que a gente trabalhava, mas não temos o direito de receber o transporte pra vim nas reuniões não? [**Pessoa da assembleia diz:** 'Com certeza!'] Não mandou o transporte, nós viemos assim mesmo, porque nós somos guerreiros [Assembleia aplaude em concordância]. Quando chegou aqui, o que é que aconteceu? A

Assinado digitalmente em 05/05/2020 11:09. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mg.br/validacao_documento. Chave 72660C93.F1CB6ACC.CEBBA7AC.A6AA3ECA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

Renova não veio [**Pessoa da assembleia responde:** 'Então sai!']. O que é que nós vamos ter que fazer pra Renova aparecer? Ou...melhor... eu não quero conversar com a Renova mais não, gente! Eu quero conversar com o pessoal lá ó, né? Da cúpula, da alta cúpula [**Pessoa da assembleia responde:** 'Da alta sociedade!'], entendeu? É... eu quero conversar com esse pessoal. Nós vão ter que fazer alguma coisa pra gente ser ouvido, que nós temos o direito de falar, mas nós temos o direito de ser ouvidos e nós não estamos tendo esse direito. Nós vamos ter que fazer alguma coisa aí, porque tá terrível a situação. Lá em Espírito Santo, eu fiquei sabendo que abriu a CPI. Aqui também tem que abrir a CPI! Medida compensatória no Jardim de Mariana, no jardim que tá pronto? Cinco milhões de reais que vai gastar num jardim? [Assembleia reage demonstrando insatisfação]. Uai! Vai desmanchar um trem que tá pronto, vai gastar cinco milhões? Eu sei onde que vai esses cinco milhões! [**Pessoa da Assembleia, indignada, responde:** 'Pro bolso deles!']. Uai! Entendeu? Só que acontece o seguinte: a Renova, na hora que ela trata de vim reunir com a gente, e não cumpre a palavra dela, ela tá ferindo outro direito da gente. Tá ou não tá, Doutor Helder? Então pronto! Eu acho que eu já falei demais né?". [Aplausos da assembleia].

Assessoria: "Dona Vera. Depois é a Mirella. Depois é a Mirela"

[Ruídos do ambiente].

Dona Vera Lúcia Aleixo Silva: "Voltei, gente, hehe. Tem coisa engasgada aqui que tem que sair. Eu quero reivindicar sobre dar continuidade da reunião lá do Gesteira, quando a gente começou [a...] ao estudo da matriz de danos lá em Gesteira: foram aprovado, aprovaram cinco. Quando a gente chegou na matriz que falava [que...] que a gente estaria reivindicando, para que se a Renova reconhecesse a todos nós atingido. Quatro anos sem ter resposta. Muitos tá lá sem ter resposta... Reivindicando a eles a reconhecer a cada um com um salário mínimo. De repente, a reunião acabou e fechou, acabou, porque não podia dar resposta. [Não...] Queria que mudasse a forma que estava reivindicando [aquela...] aquela matriz. Então, eu pergunto pra a Renova: 'Será possível que todos os problema nosso, tudo aquilo que a gente passa, aquilo que nós precisamos, necessitamos, vai em Assembleia, ela tem que sumir [pra...] pra fazer o estudo?'. [É mui... É um..] Impossível isso. E, assim,

Assinado digitalmente em 05/05/2020 11:09. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.tranaparencia.mpf.br/validacao/documento>. Chave 72660093.F1CB6ACC.CE8BA7AC.A6A3ECA


MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
 PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

[eu...] eu tenho orgulho da minha cor: negra! E tenho orgulho também de ser pobre, mas o pobre também ele chega na sua conquista. Quando ele é lutador, ele vai até onde ele quer. Ele chega aonde ele quer. E hoje a gente fica mendigando pra Renova. Eu tinha uma vida estável. E voltando no rico e no pobre, pra mim não faz diferença de rico e pobre não. Eu acho que a gente tem que amar e lutar por si próprio. Mas olhando assim a realidade de cada um, eu também estou nessa realidade. Eu tenho um cunhado, ele tá doente. Nós temos um pedacinho de terra, [de... de...] de herança. Não leva [cinco...] vinte metro pra chegar [no...] na casa dele. Enquanto a Renova fica fazendo trabalho pros rico que tem muito dinheiro, dezesseis quilômetros! E ele que, com vinte passos, chega na casa dele e ele precisa de ajuda, ele precisa de cartão, ele precisa de ser reconhecido como atingido, ele precisa de ser tratado pela saúde, que manifestou um câncer nele, a Renova num vai lá [aten... A Renov... A...] atender ele não. Então, isso, a gente vai ligando os fato. A gente é analfabeto, mas a gente enxerga! A gente é pobre, mas a gente também tem a mesma dignidade do rico. É uma coisa que num faz muita diferença pra mim não, mas ligando e tudo que as pessoas vai falando, a gente vai refletindo e chegando na resposta de cada um de nós. E quanto a por um contra o outro, lá no Gesteira o que tá acontecendo é isso aí: a Renova tá colocando [os... os...] os vizinho um contra o outro. As pessoas que estão militante, eles deixa de lado e aqueles que não participa de reunião, porque não tem hábito [de...] de frequentar reunião e nem entendimento, porque, quem não frequenta esta reunião, é porque não tá entendendo o processo, porque nós temos que tá aqui. E quero reivindicar aqui também: a Renova vai ficar vinte anos no nosso território [**Pessoa da Assembleia diz:** 'Não vai, não, que eu vou expulsar ela!'] e por que que a nossa assessoria só tem quatro, sendo que ela é a nossa base? [Aplausos da assembleia, em concordância] Ela [é...] é o que nos caminham. Eu quero reivindicar isso e pedir pra essa mesa olhar isso por nós, porque se nós, com a nossa Assessoria, com a capacidade que ela tem, com a sabedoria que ela tem, nós tão passando o que nós estamos passando, e se ela for embora amanhã? Que tem que ficar aqui vinte ano é Assessoria e a Renova que vá pra onde que queira!'. [Aplausos da Assembleia].

Assessoria do MPE: "Mirella... e depois é a Margarida Canuta"

[Ruídos do ambiente].

Assinado digitalmente em 05/05/2020 11:09. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.br/validacao_documento. Chave T2660C93.F1CB64CC.CE8BA7MC.A6AA3ECA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

Mirella Regina Lino de Sant'Ana: “Boa noite a todas e todos, companheiros atingidos. Boa noite às organizações aqui presentes. Boa noite à mesa. Eu queria saudar primeiro, em especial, à fala da Tatiana e da Dulce, porque eu nunca vou cansar [de me louvar...] de louvar essas pessoas que ainda se propõem a fazer uma Universidade pro povo, um conhecimento que sirva pro povo, e não que sirva pra sustentar essas desigualdades, que já têm uma Fundação pra continuar sustentando. Então, eu começo a minha fala trazendo aqui uma experiência de Mariana. Há algumas semanas, a Fundação foi na minha casa pra fazer um atendimento sobre moradia provisória, um questionário, e coisas tipo: ‘Tá bem? Tá atendendo? Tem que reformar alguma coisa?’. Lá no finalzinho, quando a gente já tava cansado, tinha a [segunt...] a seguinte pergunta: ‘Você é de algum partido político?’. O quê que tem que ver, pra Fundação Renova, que é algo que [tem interesse que...] que teria que ter interesse em reparar um crime horrendo que aconteceu, saber se o atingido é ou não filiado a algum partido político? E eu queria trazer também sobre a ocupação que teve, que a Elaine já falou, que a Leticia falou também. Além da Fundação descer lá com policiais, como se nós fôssemos bandidos, ela soltou uma nota, pra Mariana todo, criminalizando vinte e três dias de ocupação do escritório da Fundação Renova. Um escritório tava ocupado! Outros dois escritórios tavam funcionando, mas a casa do jardim, que é linda, que é enorme, muito bem localizada, bem no Jardim, que é um ponto turístico onde vão muitos turistas, tem uma TV de plasma enorme, onde passa Roberto Waack falando o tempo todo de uma reparação maravilhosa, que só existe na cabeça dele e na estrutura dessa Fundação maléfica, que ninguém vê. E quem que são os culpados? Os atingidos. Porque os desocupados dos atingidos saíram de Barra Longa, saíram de suas casas de Mariana também e foram ocupar o escritório e eles não poderiam trabalhar por isso. Então, é fato que há, sim, uma perseguição a militantes, uma perseguição a negros e uma perseguição à luta. Mas, como já ficou bem claro aqui, a gente não está disposto a desistir, né? Então...”.

[Assembleia reage com muitos aplausos e gritos em concordância].

Assessoria do MPF: “Agora é Margarida Canuta. Depois, é Laura [La...] Lana”.

[Ruídos do ambiente].

Margarida Canuta: “Boa noite pra vocês. Boa noite, Vossa Excelência. Eu vim aqui pra


MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
 PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

falar a verdade: que a Renova aqui em Barra Longa não tá fazendo nada. Tá fazendo é sujeira aqui em Barra Longa. Eu tenho um menino doente lá em casa. Ela é deficiente, já tem trinta e quatro ano e desde doze anos que ela teve nos meus braço, e aqui a Renova chegou e num me ajudou em nada. E eu gasto fralda, gasto tudo pra ela! Ninguém vai na minha casa perguntar: 'Ôh, dona, a senhora precisa de um pacote de fralda pra filha da senhora?'. Ninguém procura saber de mim, de nada. Então, eu peço que a Renova faz o favor de acertar com nós o que eles tão devendo [Aplausos da assembleia]. Eu quero a minha indenização, eu quero o meu dinheiro! Eu quero o que é meu, eu quero o meu direito, viu? Faz o favor de trazer o meu dinheiro pra mim, que eu to precisando! E todos nós precisa! Num é só é os rico não, os pobre e os rico, é todo mundo igual! Pelo amor de Deus, faz o favor de acertar com nós, que nós não tamo brincando. Nós não somos de brincadeira. Nós veio aqui pra falar a verdade, que eu não saio da minha casa pra vim andar à toa não, porque eu tenho muito o que fazer na minha casa. Eu tenho menina doente, que eu larguei ela lá pra mim poder vim aqui. E se eu pudesse fazer manifestação, eu tava junto com esse povo lá, ó. E, se eu tivesse lá, ia sair muita coisa, poucas e boa, viu? Ocês faz favor de chegar lá, conversar com seus parceiro lá, pra resolver isso aqui [Aplausos da Assembleia], e tem gente grande lá! Lá tem gente grande lá, que pode resolver esse problema, que for dez minuto! Por dez minuto. Porque dinheiro eles têm, eles tão com dó de gastar. E nós tão precisando, viu? É perto do Natal, tem muitas pessoas desempregado, que o natal tá chegando. Faz o favor de [benef... é... ben...] beneficiar o pessoal com o dinheiro, ó. Nós precisamos de dinheiro. Faz favor! Olha pra nós. Tenha compaixão de nós aqui em Barra Longa, porque a doença [tão... tão...] tá cada vez, cada vez abraçando mais. Que eu tenho um sobrinho, que ele não sentia nada. Hoje, meu sobrinho tá tratando lá em Muriaé, com câncer [de...] na boca, e o médico já falou pra ele que, se ele não fizer o tratamento direitim, ele vai viver só seis meses. É tanta tragédia nessa merda que tá aqui em Barra Longa, que cês soltaram aqui, ó. Que aqui não tinha isso não! Aqui tá tendo disso é agora! Porque, isso é [a...], como disse, é pessoal que gosta muito de dinheiro, só vendo a cara do pobre. Hoje em dia, não é só dinheiro que faz as coisas não! Hoje em dia, a amizade é mais do que o dinheiro [Aplausos da assembleia]. Mas, nesse ponto que eu tô dizendo, o que vocês fizeram não foi brinquedo não, gente. Cês sabiam que ia acontecer. Ocês ficaram guardando, caladim pra não falar pra ninguém. Caladim pra não falar pra ninguém. É tanto que [os defunt...] os mau ta aí na lama aí ó, ninguém falou. Cês foram tudo descobrindo, tudo, caladinho. Mas o pessoal, de outras pessoas chegaram e falaram que [tem...] tem

Assinado digitalmente em 05/05/2020 11:09. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacao/documento>. Chave 72660C93.F1CB64CC.CE8BA7AC.A6AA3ECA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

problema aqui sim, mas eles tavam tentando tapear. Eles tavam tapeando pra nós ficar calado. Mas nós quer o nosso dinheiro! Faz favor de trazer até dezembro [Aplausos da assembleia]. Nós quer essa resposta cedo. Até dezembro agora!”. [Aplausos da Assembleia].

[Ruídos do ambiente].

Assessoria do MPE: “Laura Lana [Pessoa da assembleia pede silêncio]. Laura Lana... Laura Lana. Aída Anacleto que é a última pessoa. [**Pessoa da assembleia diz:** “Aqui a Laura aqui atrás”]. Ela é a Laura? [**Pessoa da Assembleia diz:** “Coloca meu nome aí, por favor... Márcia”] Acabaram as inscrições! Acabaram as inscrições”.

[Ruídos do ambiente].

Aída Anacleto: “Então, boa noite, todas e todos. É um prazer tá aqui, de novo, né? Porque nós estamos aqui desde novembro de 2015. Eu sou Aída Anacleto, da Assessoria do Deputado Federal Rogério Correa e da Deputada Estadual Beatriz Cerqueira. E, também, [é...] presidenta do Conselho da Igualdade Racial de Mariana, onde [eu sou...] eu sou residente, né? Aliás, moro em Passagem de Mariana, né? Então, portanto, também sou uma atingida, porque todos nós que [pisam...] que estamos neste território, onde esse crime aconteceu, somos atingidos. [E...] E a cada dia a gente fica mais chocado. A cada dia, nós estamos mais chocados, porque nós estamos em todos os territórios, né? [E...] E é muito doloroso vermos pessoas que até outro dia eram saudáveis, pessoas que cresceram conosco, porque os distritos... Eu sou de Passagem em Mariana, o Bento Rodrigues foi onde eu cresci, né? Porque somos vizinhos. Então, você vê aquelas pessoas que eram saudáveis, fortes, bonitas, hoje, numa tristeza, magérrimos, dopados de medicamentos. Essa realidade está de Mariana até lá no oceano, onde essa lama está. Eu me lembro que o meu tênis, que usei lá em 2015, no início de 2016, quando foi aberto [o...] pras comissões entrarem, Padre João, nós estávamos juntos. O meu tênis acabou. Foi comido pela lama. Então, imagine só os nossos corpos, corpos negros, corpos negros que carrega essa bagaça desse país desde 500 anos, né?! E aí fomos explorados anteriormente, na mineração, e aí hoje vem com a ganância, né? Do poder dessas mineradoras, porque eu também sou do período que era Vale



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

do Rio Doce, que a população tinha respeito, que os trabalhadores tinham respeito. Por isso é que a gente defende a reestatização desta empresa, porque ela é nossa! Ela é nossa e nós estamos pagando por um crime que não deveria ter acontecido. Porque, no dia 21 de outubro de 2013, eles sabiam! Eles sabiam porque tem um laudo que comprova. E a gente descobriu esse laudo sabe onde? Numa matéria que saiu em Sydney, onde está a matriz da BHP. Aqui, não saiu nenhuma linha, porque está todo mundo interligado, né? Imprensa, golpista, [com...] com o governo isso e aquele outro. Então, é muito delicado. Muito delicado a nossa situação. A Renova parece que ela toma os nossos territórios. Eu estou lá em Mariana, acompanhando, por exemplo, né? Representando a minha comunidade [no...] na revisão do Plano Diretor. E é interessante que a gente não vê esse povo, né? 'In loco', fazendo. Mas eu recebi um áudio dizendo que era pra eu colocar tudo que sabia na ponta da língua sobre [o minha...] Zona Rural de Mariana, porque eles não teriam tempo de ir a campo. É porque é na Zona Rural que tá o povo preto. É lá na Zona Rural que tá o povo trabalhador, que bota comida na mesa, né? Do povo brasileiro. E aí... Me mandaram esse áudio, achando que eu iria terceirizar o meu saber, né? Até isto. E aí acompanhando este Plano Diretor, eu estou chocada, porque tudo que se pergunta: 'Eu não sei, eu não sei, eu não sei'. E aí vai custar 8 milhões de um dinheiro que é público, uma vez que, eu acho que eles estão mandando tanto na cidade, que não houve nem licitação. A própria empresa está fazendo e não repassando o recurso pra o Poder Público. E eu, no meu caso, entendo como improbidade administrativa, né? Aí vem essa maldita praça! Com tudo, né? Quem não tem um saneamento básico, quem não tem escola, quem não tem saúde. E agora pior ainda, porque todos nós sabemos que corremos risco de ter problemas sérios de saúde. É uma questão de saúde pública! As pesquisas que saíram aí, elas revelam um futuro muito difícil pra todos nós. E aí não é em Barra Longa, né? Não é em Mariana. É em toda a região que a gente passa, o povo está sofrendo e o povo não tem [é...] como dar o seguimento em suas vidas. Então, eu fico aqui constrangida, constrangida com uma Fundação, que foi criada para fazer reparação, mas que no dia a dia tem saqueado as vidas do povo das nossas cidades [Aplausos da Assembleia]. Então, a gente traz aqui um abraço do nosso companheiro Rogério Correa e da Beatriz Cerqueira, porque eles estão em um Congresso já pré-agendado que não poderiam estar, e aí nós estamos aqui com o Padre João, né? E que vai levar ir [lá...] os dois vão... e mais os outros nossos companheiros [é...] continuar nessa luta, porque ela é árdua, longa, mas nós não desistiremos. Resistência sempre. Axé!'' [Aplausos da assembleia].

Assinado digitalmente em 05/05/2020 11:09. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.tranaparencia.mpf.br/validacaodocumento>. Chave: 72660C93.F1CB64CC.CE8BA7AC.A6AA3ECA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

Dr. Helder: “Nós já estamos, já, encaminhando pro final [da...] da nossa Audiência Pública. [É...] E aí, como presidente dessa mesa, [é...] primeiro, eu quero garantir... [É...] Até a Keyla me colocou que várias pessoas pediram a inscrição, [é...] e, com o tempo, como a gente tinha dito que havia encerrado o tempo das inscrições, [é...] não, não temos como ouvir todos que, as vezes, ainda querem falar. Mas eu, [é...] uma das pessoas que me comoveu no dia em que eu estive aqui, no dia 07 de outubro, foi a Márcia. A Márcia, me lembro da Márcia lá [na...] na reunião e da sua fala. Então, Márcia, eu acho importante garantir a sua fala. [Depois, nós...] Depois da fala da Márcia, nós teremos [um...] um momento para a Renova se manifestar, havendo o interesse da Renova em se manifestar. E, depois, Simone, eu vou deixar a sua fala nas considerações finais da mesa, tá bom? [Junto com... com... que a...] A Simone também seria uma pessoa [que teria...] tem a sua fala garantida [pela, pela...] pelo edital. E, assim, a gente, com as falas da mesa, [é...] a gente vai encerrar essa Audiência Pública. Aí a gente tá encaminhando já para o final. Tá certo?”.

Márcia Silva: “Boa noite a todos! **[Assembleia:** ‘Boa noite!’] Aqui... é... meu nome é Márcia, sou do Morro Vermelho. Sou irmã de Marly. Eu não [acompanho...] não acompanho muito as reunião, mais a minha irmã vai em todas as reunião. [É...] Tem quatro anos que a gente saiu de casa. [É...] Nós saímos no segundo dia que teve o rompimento. [Deu, é...] Quando a gente saiu de casa, meu pai, que ele fazia caminhada, fazia tudo, aí a gente... [É...] Depois desses dias, a gente tava na casa alugada pela Samarco, né? Aí tem cinco meses que meu pai faleceu. Quando ele foi pra casa, [ele não...] ele só ficava no quarto, ele ficou com depressão, né? Ele não aguentou. Então, ele não voltou pra casa. A nossa casa foi demolida. [Eles fizeram... é... tipo assim... no... no segundo dia] Passou um mês, eles fizeram um projeto para demolir a nossa casa. Fizeram um projeto, nós assinamos o projeto. Aí, [eu...] eu não entendo muito, mas eu fui lá e falei com os rapaz assim: ‘Esse projeto que cês tão fazendo não é o mesmo que nós assinamos’. Porque, tipo assim: eram duas janela e tal... E aí lá só tinha uma janela e tava totalmente... Não era! Aí, eles falaram comigo: ‘Não, no final [vai...] vai dar certo’. Aí eu tirei umas foto, fui lá na Renova e mostrei pros rapaz: ‘Aqui, ó, só se eu tô doida, porque não é o mesmo projeto’. Aí ele falou: ‘Não, não é mesmo’. Aí fizeram uma outra reunião em cima daquele projeto que eles fizeram lá, que tava horrível. Eles fizeram outro projeto em cima desse projeto e que eles não tão tendo o

Assinado digitalmente em 05/05/2020 11:19. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.br/validacaodocumento>. Chave 7266CC93.F1CB64CC.CE8BA7AC.A6A3ECA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

recurso como o que eles fizeram agora desse projeto. Porque fizeram um banheiro num lugar, outro noutro. A nossa casa tinha [três é... era três... é... não...] três moradia cada uma tinha sua passagem. Agora, colocou um em cima do outro. A gente, a gente tinha um quarto maior e eles colocaram muita escada. Aí a gente até questionou porque se, tipo assim, se meu pai tivesse vivo? Como que a gente ia fazer? Que ele doente, ele não tava aguentando nem... Como que a gente ia fazer pra descer? [Se eles não olharem...] Eu acho, assim, numa casa que tá fazendo agora, eles tinham que pensar que a gente também vai ficar idoso, né? [Que eu tenho... uma irmã... né... minha irmã... é...] E outra coisa também que tem pra falar é que minha irmã, depois [que teve...] que a gente saiu de casa, ela nunca mais voltou lá. Na hora que fala pra ela voltar lá, ela chora a noite toda. E ela [passa psicó...] faz psiquiatra. Então, [e...] nós não tendo problema com outros da família. Portanto, eles chamaram a gente pra começar a mexer na casa. Só que, por enquanto, a gente não vai poder mexer por causa dos problema que tá acontecendo. E a casa lá vai ter que mexer nela toda. E os móveis que eles tão dando aqui em Barra Longa, a gente, [é...] tá sendo diferenciado sim! [É... a gente...] Quando a gente foi escolher, eles deram um catálogo. Aí tinham dois móveis: ou cê pegava ou num pegava. E sendo que outras pessoas que eles levavam... Eu não sabia, no dia que eu [fui...] fui lá e escolhi normal, no catálogo. Só que, quando eu cheguei pra trabalhar, eu encontrei com umas pessoas que falou assim pra mim: 'Ué, mas cê num foi lá escolher não? Lá tem o primeiro, o segundo e o terceiro andar pra escolher esses móveis'. Eu falei: 'Então, eu não sabia e escolhi...'. Aí fiz uma reunião, fiz uma ata com eles e falei: 'Eu quero ter os mesmos direitos. Tem quatro anos que a gente tá fora de casa'. E... [Pessoa da Assembleia fala algo não captado pelo gravador] Hã? Ah, tá, então tá bom. Aí tem quatro anos que a gente tá fora de casa e a gente não tá tendo esses direito. É... Os vinte mil também [nós somos...] nós não recebemos. Tem [uns...] umas quatro pessoa que quando saiu de casa, eles falou que a gente tem direito. Como que eles demoliram a casa tudo e a gente não tem direito? A gente não recebeu os vinte mil. Obrigada, viu?" [Aplausos da assembleia].

Dr. Helder: "Na verdade, existe um compromisso, como eu vi aqui no início, uma obrigação da Renova de dar tratamento igual em Barra Longa, em Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado, ao que já foi objeto de conquista em Mariana. Então, a questão de pagar [a... a... a...] os vinte mil de antecipação e indenização às pessoas que tiveram que deixar a

Assinado digitalmente em 05/05/2020 11:09. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacao/documento>. Chave: 72660C93.F1CB64CC.CE8BA7AC.A6A3E0A


MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
 PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

moradia é uma questão que precisa de ser vista. [É...] Eu acho estranho ainda estar aqui, hoje, e ouvir narrativa de que a Renova não cumpriu até hoje com essa obrigação. [É...] Mas, bom, [é...] como a gente já tá partindo [pro... pra...] para os momentos finais, eu aqui indago [a...] aos representantes da Renova nessa, nesse dia, Alexandre Otávio Barbosa e Lawrence Mendes Demasil, se vocês têm interesse [é... é...] em fazer uma fala pela Fundação Renova e concedo a vocês [a...] a palavra por cinco minutos. [Pausa] É, ainda não acabou. Ainda teremos as considerações finais da mesa. Ainda temos a fala da Simone, que vai ser uma das últimas coisas.”

Representante da Fundação Renova: “[É...] Boa noite a todos. [É...] Como o Dr. Helder falou, [é...] a gente até já respondeu ao questionamento dele lá, [no...] [Assembleia interrompe a fala do representante da Renova, emitindo frases como: ‘Fala mais alto!’, ‘Não estou te ouvindo!’, ‘Quero te ouvir!’] no procedimento que foi aberto pelo Ministério Público, a gente já respondeu as perguntas, os questionamentos do Dr. Helder. E o Dr. Helder [é...] achou melhor a gente [colocar... é... trazer essa... é, como se diz...] fazer essa audiência para que você colocassem, tanto pra ele, quanto para as demais pessoas, como pra gente também, pra gente conhecer de perto o que realmente, como se diz, quais são os fatos que vocês têm passado e que vocês tão colocando. A gente [já... como se diz] a gente olhou, eu anotei muitas... [Assembleia solicita que representante da Fundação Renova fale mais alto]. Eu anotei... Eu vou falar um pouquinho mais alto então. Eu anotei muitas coisas, a gente prestou atenção em tudo. [É...] Questões que não tinham relação com a Audiência de hoje, eu também eu anotei. [A gente...] Todos os fatos pontuados aqui, eu vou levar pra Renova. [É...] Como se diz, a gente vai analisar tudo [com...] com calma. Eu já conversei. Tem fatos aqui muito graves mesmo, que foram relatados, a gente vai levar pra Renova [pra...] pra constatar, porque, como se diz, têm várias funções. É igual... A polícia está ameaçando. A gente vai colocar isso, vai entrar em contato com a Polícia também pra ver essa questão, entendeu? Porque tem muita coisa grave que foi contada aqui. E a gente vai ter que analisar isso tudo. Mas tudo vai ser levado. [É...] Não tenho resposta pra vocês hoje, porque aqui não era uma Audiência pra resposta. Era uma Audiência para ouvir vocês mesmo, pra vocês passarem pra gente [o que era... o que...] o que vocês estavam reivindicando. Até passaram mais coisas, mais coisas [do que...] do que era pauta da Audiência, entendeu? Mas, prometo pra vocês, que eu vou repassar todos os fatos que

Assinado digitalmente em 05/05/2020 11:09. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.tranparencia.mpf.br/validadocuments>. Chave 72660093.F1CB6ACC.CE8BA7AC.A6AA3ECA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

foram colocados aqui e vão todos ser analisados. Muito obrigado”. [Poucos aplausos da assembleia].

Dr. Helder: “[o senhor é o... Alexandre?] Dr. Alexandre, [é... eu] até, na verdade, [é...] eu acredito que já deve ter ido um outro ofício pra Renova – se não teve no Procedimento, a gente vai ter –, porque a resposta da Renova, que tem nos autos, é uma resposta incompleta. Pro senhor ter ideia [é...] aqui, a Renova responde, [que é...] quando eu pedi registro [dos...] dos reclamações dos canais de comunicação da Fundação Renova relativos aos possíveis atos de racismo, perseguição a militantes, assédio moral contra pessoas atingidas (em especial foram mencionados os nomes constantes no ofício), mas [é...] a Renova respondeu que não localizou denúncia relacionada aos nomes citados por essa Procuradoria. [É...] Mas também não falou em relação a possíveis outras [é...] denúncias. E a verdade... a verdade é que muitas dessas denúncias que foram repetidas aqui, e o senhor está aqui pela primeira vez, já foram ouvidas por mim, aqui, em reuniões com representantes da Renova. Então, essa audiência, hoje, [é...] ela é um momento que a gente, [é...] tá se utilizando pra instrução do Procedimento, porque era uma coisa que, aos meus olhos, ao meu ver, tem estado visível [e...] e isso é importante que a Fundação Renova tenha em mente: que ela foi criada para promover a reparação. [É...] Eu vou passar a palavra aos demais... Eu agradeço a sua fala. Espero que haja uma mudança de comportamento da Renova a partir, [é...] dessa Audiência Pública, dos achados. Que a gente não precise adotar medidas mais drásticas em relação [a...] à Fundação Renova, como a busca de punições criminais de pessoas da Fundação Renova. Que haja uma mudança de postura. Mas vou passar a palavra aos demais componentes da mesa. [É... Começando...] Vamos começar por lá? [Se bem que o microfone não vai até lá, né?] Pelo Clever? Isso! [É...] Três minutos... [É...] Eu gostaria de pedir [a...] aos representantes da Renova que aguardassem o encerramento da Audiência Pública”. [Ruídos do ambiente].

Clever: “Boa noite! Dr. Helder, além [da...] da averiguação desses fatos, além de ter como fazer a representação, além de fazer também a responsabilização, eu gostaria de sugerir e contribuir aqui, enquanto Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Coordenadoria de Igualdade Racial, porque, aqui é que ficou bem nítido, né? Que é crime de racismo e racismo institucional. Tratar de forma desigual, né? As pessoas

Assinado digitalmente em 05/05/2020 11:09. Para verificar a autenticidade acesse
http://www.tranparencia.mpf.br/validacao_documento. Chave 7266CC93.F1CB64CC.CE8BA7AC.A6AA3ECA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

por causa de sua cor. E isso é um crime. [Então... é...] Eu proponho, né? Ao pessoal da Renova, a gente traçar um plano de enfrentamento ao racismo, de forma que venha também fazer a capacitação dos próprios servidores da Renova, por respeito à valorização da diversidade étnico-racial que está aqui colocada [Aplausos da assembleia]. Então, essa ideia de trabalho é fazer caminhar [é...] caminhar junto à presidência da Renova para que a gente possa construir isso junto, com acompanhamento do Ministério Público e com o acompanhamento da própria comunidade local que está sofrendo racismo. Então, esse é um outro ponto... É um ponto. Outro ponto é: a Renova precisa de responder de imediato essas questões. Não pode ficar! São quatro anos, quatro anos que essas pessoas estão sofrendo. E são pessoas negras! Por que tratar de forma desigual? Então, essa é a nossa proposta, enquanto Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, Subsecretaria de Direitos Humanos e Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial". [Aplausos da Assembleia].

Dr. Helder: "Obrigado, Clever. [É...] Só registrando, Clever, que dessa Audiência Pública, será elaborada uma ata, a gente tem também um registro de vídeo e uma ata. [E esses, esses...] Esses elementos vão ser encaminhados [é...] para o Estado, para os diversos órgãos, para as providências e, obviamente também, a gente vai pensar nos encaminhamentos e nas recomendações que serão adotadas pelo Ministério Público Federal a partir daí. Wagner Marreta?". [Ruídos do ambiente].

Wagner Marreta: "[É...] Eu só queria, aqui, primeiro agradecer a presença de todos aqui, né? Foi Bacana demais! Agora, é esperar agora [que...] que a Renova faça cumprir [as suas...] a sua obrigação, né? Porque isso é uma coisa muito séria! Cês tão mexendo com vida, né? Então, isso é uma coisa muito séria e espero que, a partir de hoje né? Que são quatro anos... A partir de hoje a coisa possa começar a tomar um novo rumo, né? E que a Renova possa fazer cumprir, né? O seu dever, né? Então é isso aí. [Muito...] Muito obrigado, boa noite, gente, com Deus!".

Deputado Padre João: "Dr. Helder, primeiro é reconhecer essa importante atuação do Ministério Público Federal dentro de todo esse sistema de justiça. Infelizmente, a gente não pode dizer isso do juízes federais, pelo menos de parte dos juízes federais tem

Assinado digitalmente em 05/05/2020 11:09. Para verificar a autenticidade acesse http://www.tran.spa.rencaia.mpf.br/validacao_documento. Chave 72660C93.F1CB64CC.CE8BA7AC.A6AA3ECA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

envergonhado o próprio Poder, desmoralizado a própria Constituição, tá do lado do poder econômico. Infelizmente. [É...] Acho que [ficou...] ficou muito claro aqui a [quest...] o processo de discriminação. Primeiro, é a questão social também: os pobres. Porque quando é pobre e negro, acumula. Pobre, negro, que mora no morro e na periferia, então, é os agravantes que têm. É uma coisa absurda a essa altura da história, né? Então, como o senhor disse do relatório de ata, eu, aqui eu também procurei anotar a fala de cada um, de cada uma, né? Deram aqui cinco folhas... Pra gente encaminhar junto à Comissão de Direitos Humanos, enquanto colegiada a comissão. [É...] E é verdade, o grande parceiro da Comissão de Direitos Humanos, pessoal, tem sido o Ministério Público Federal, que tem sido perseguido também esses promotores, né? Olha a Dra. Déborah, e tal... [Cada um tem sido...] Tentam desqualificar, é uma coisa absurda, absurda! Então, eu acho que é esse encaminhamento. Mas não posso deixar de manifestar, pessoal, o nosso repúdio, também, a toda essa forma de discriminação, tanto na Justiça Federal, como também no Senado, pessoal... Porque se a gente tivesse avançado nos Projetos de Lei que já foram aprovados na Câmara e que estão parados no Senado, num tinha esse conflito de entendimento em relação aos atingidos, a quem é atingido, a quem não é atingido. Porque é um escândalo a essa altura, vai ser o quinto né? O quinto Natal. Não é porque é só o Natal, embora é o ano inteiro, a vida inteira que essas pessoas estão sendo adoecidas... Estão sendo assassinadas. Então a Renova tem sido [co...] e me, me assusta, pessoal, sabe por que me assusta? Porque tem pessoas que estão na Renova que eu tinha o conceito que tava do lado dos pobres [Assembleia reage ironicamente] [é verda...]. É. Então a gente sai daqui... Eu saio daqui adoecido também, eu saio daqui adoecido. Então imagina pra você se uma Audiência Pública, ela consegue me desestabilizar. É verdade. Imagina quem tá vivendo isso todo dia, esses anos todos. Então [a...] a Renova, pessoas que estão na Renova, tão sendo cúmplice desses [ass...] assassinatos [Aplausos da assembleia]. Estão sendo cúmplices desses assassinatos. Isso, confesso para vocês, para mim é assustador. É assustador, é deprimente um negócio desses, é revoltante. Nomes que vocês citaram aqui, como do Thomás, da Lígia. É assustador, pessoal. É assustador. E outros... Então, é só pra dizer pra vocês o quanto que a gente sai daqui angustiado, deprimido também. Isso adocece a gente. Então dá pra gente entender porque pessoas morreram, idosos morreram, como vocês aqui denunciaram, né? Pessoas que estão em estado de depressão, que tão dependendo de medicamento, para tentar ajustar um pouco, reorganizar a sua vida, suas ideias. É muito triste isso, Dr. Helder. Por isso que parabéns por essa atuação. Nós vamos tomar



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

providências. Eu acho que a [doutora aqui...] professora nossa, aí de Direito, professora: acho que caberia da gente tentar provocar ou, no mínimo, constranger, com determinados relatórios, esse Juiz Federal. Sei se nos autos, em que momento que cabe de incluir uma peça dessa, com um relatório pra, no mínimo, deixar essa pessoa constrangida e dizer assim: 'Olha, você tá sendo injusto. Você não está a serviço do Direito, né? Não está a serviço do Direito, cê tá do lado do poder econômico que está [co...] massacrando o nosso povo'. Mas é mais reafirmar o compromisso lá da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, nosso compromisso pessoal. Dizer que a gente não está sozinho, como a Aída já disse. O Rogério Correia, nós temos outros deputados, acho que na própria Assembleia Legislativa [como que...], juntos, tanto provocar ainda o Poder Judiciário, mas também os Senadores, que estão lá assentados em cima de vários Projetos de Lei que poderiam avançar. Sabe por quê, pessoal? Isso que fizeram em Mariana, fizeram em Brumadinho, eles tão iniciando esse mesmo processo no Norte de Minas [**Pessoa da Assembleia grita: 'Genocidas!'**], no Norte de Minas. Então, ou seja, a atividade minerária que está iniciando lá agora, onde o pessoal não tem água pra beber, já poderia ser em cima do novo marco regulatório em relação à segurança de Barragem, em relação a atingidos. Infelizmente, [é...] essa é a ação deles, do Poder Econômico, pra que eles possam iniciar novas atividades de mineração, no modelo antigo pra continuar matando, excluindo o povo, sobretudo pobre, negro, [sobre...] ribeirinhos. Então é lamentável e essa tem sido a atuação, infelizmente, dos Senadores, a omissão do Senado Federal. Mas, força nessa luta, estamos juntos, né? E conte conosco e, mais uma vez, parabéns ao Ministério Público Federal, não só pela sensibilidade, mas por tantas iniciativas como essa". [Aplausos da assembleia].

Dr. João Márcio, da DPU: "Eu quero só agradecer, é a primeira vez que vim aqui. [É...] Eu não tô desanimado, muito antes pelo contrário. [É...] A partir dessa experiência, a esperança renasce. Eu sei que tem gente resistindo, enquanto resiste, as coisas vão acontecer. Demora, vai e vem, mas elas vão acontecer. E fico feliz de me inserir, agora, [mais...] nesse processo, mais de perto. Não, que eu sempre estivesse lá, lutando por tudo. [Bom é...] Diversas reuniões que a gente faz. Eu quero agradecer, então essa recepção de vocês e a Defensoria, a única coisa que ela faz é isso, é colocar-se no meio do processo pra ajudar, né? E lembrando sempre, essa esperança de resistir [resis...], guardem isso,

Assinado digitalmente em 05/05/2020 11:09. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 72660C93.F1CB64CC.CE8BA7AC.A6AA3ECA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

resistindo [as coisas aconte...] as coisas mudam, tá? Não desistam”. [Aplausos da Assembleia].

Dr. Helder: “Obrigado, Dr. João. [Eu queria... É....] Eu queria registra aqui, também, que a Defensoria Pública Estadual de Minas Gerais, ela foi convidada na pessoa da colega, da querida, Carol Morishita, Carolina Morishita, que é conhecida de vocês. Mas ela, infelizmente, não pôde estar com a gente aqui hoje. E, com o rompimento de Brumadinho, a gente tem tido exatamente esses desafios: nós já somos poucos os membros de Ministério Público e Defensorias engajados e temos que dividir as nossas atuações, as nossas ações, em relação a esses diversos casos. Então queria fazer esse registro e, agora, pode ser você primeiro, Leticia, para suas considerações finais? E deixarei a Verônica pela AEDAS, que [é...] vai falar a exposição final. Simone, como atingida. E as minhas últimas considerações e a gente encerra”. [Ruídos do ambiente].

Leticia Oliveira (representante do MAB): “Acho que é só dizer que a gente espera que tudo que foi dito aqui hoje, né? Seja averiguado, de fato, né? Pelo Ministério Público. Também, né? [Pela... pelo...] Pela Comissão de Direitos Humanos, junto com o Padre João. Todo esse processo que, de fato, a gente possa ir compreender como é que nós vamos questionar, né? A legitimidade da Fundação Renova, como a professora Tatiana disse, né? Que não tem feito nada do que tem que fazer e ainda cria novos problemas. Companheiro que disse mais cedo aí da mansão que foi feita no Barreto, né? [É só...] Tem um jornal, que nem disse na fala anterior, tem um jornal da Fundação Renova que a família que recebeu a mansão diz dos problemas que tem na mansão, né? Tem uma fossa [na en...] na porta de entrada da casa, né? É assim que a Renova faz as casas, de outros problemas dentro da casa, também, né? Então para dizer que a Renova não fez mais do que a obrigação, porque ela destruiu a casa, né? Então ela tem que fazer, de fato, uma mansão mesmo, se for pra fazer. Mas a gente sabe que não fez, né? Da forma que deveria ter sido feita. E é importante [é...] a gente, então, continuar nessa luta, né? E ver... Continuar monitorando como é que vão ser os encaminhamentos daqui hoje, né? O que que nós vamos conseguir de respostas, também, de mudança de forma de agir da Fundação Renova e, se isso não for feito, como é que a gente continua pressionando pra conseguir que, de fato, haja o que a professora Tatiana disse, né? Que a Renova consiga garantir o tratamento especial a quem é mais

Assinado digitalmente em 05/05/2020 11:09. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transpa.rencaia.mpf.br/validacao/documento>. Chave: 72660C93.F1CB640C.CE8BA7AC.A6A83ECA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

vulnerável, não aumentar a vulnerabilidade, que já é algo que tá constatado em toda a Bacia do Rio Doce, né? Que após o rompimento da barragem da Samarco, [o...] a ausência de vulnerabilidade aumentaram em toda a Bacia, as pessoas estão mais pobres, depois do rompimento da barragem da Samarco em toda a Bacia do Rio Doce. Como é que nós vamos enfrentar isso? Se a Fundação Renova não dá conta de enfrentar isso, ela só piora, então ela sai e deixa que o povo resolve, faz luta e consegue os recursos com as empresas pra conseguir". [Aplausos da assembleia].

[Ruídos do ambiente].

Verônica Viana (AEDAS): "Então, boa noite. Queria começar minha fala da mesma forma que eu comecei anteriormente, que é saudando a todas e todos os atingidos que estão aqui. Os atingidos, hoje, eles mostraram um cenário do racismo, da segregação, da desumanização, da violência sistemática que a Fundação Renova tem amparado nos territórios. E aí a gente precisa entender que todos os pontos levantados aqui, eles revelam um mesmo processo, que é um processo institucional de violência e desrespeito dos Direitos Humanos, né? E isso é importante, porque no Brasil, hoje, a gente tem um entendimento que a gente vive num país racista, mas é um país racista sem racistas. A gente não consegue identificar o racismo na prática e seus executores. E isso é o passo que a gente precisa avançar aqui, né? [Os atingidos... hoje a Fundação Re...] Há um tempo atrás, [a...] quando a Fundação Renova foi questionada sobre o machismo na reparação, né? Na concessão de cartões, indenizações, enfim, nas políticas e programas de sua responsabilidade, ela disse que não tinha responsabilidade sobre o machismo que existia na sociedade brasileira. Muito provavelmente, é esse mesmo discurso que ela vai nos reproduzir: que não tem responsabilidade sobre o racismo da sociedade brasileira, porque nós sabemos que o racismo não começou [com a política...] com o rompimento da barragem. Na realidade, se a gente fizer um paralelo, um histórico, inclusive do rompimento da barragem [até o... o... final] até Regência, a gente vai ter uma degradação racial: de Bento Rodrigues, com 90% da população negra, até chegar... E, aí esse processo. E aí, a gente entende, inclusive, que a Barragem estava lá, porque era uma [barra... era...] tava em uma região de vulnerabilidade social, porque esse é o projeto da mineração, né? E aí, nesse sentido, [é...] a Fundação Renova, e é isso que a gente precisa colocar, ela cria um *habitus*, ela cria um lugar, um lugar de violência. E aí, desde as suas políticas, de seus instrumentos,

Assinado digitalmente em 05/05/2020 11:09. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 72660C93.F1CB64CC.CEBBA7AC.A6AA3ECA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

ela reforça e ela cria [uma... um...] uma segregação racial que já existia de forma muito violenta, mas que hoje ela tá aprofundada e ela tem assassinado as pessoas, né? E isso precisa ser investigado. Os atingidos coloraram isso: como isso se coloca na moradia, na saúde, na indenização, com os pequenos produtores, no reassentamento, na política com as comunidades tradicionais, no auxílio financeiro emergencial, no isolamento das comunidades rurais, no boicote à organização e à constituição de um sujeito coletivo de direitos, através da negação do transporte, através da ausência em território, através [é...] do não cumprimento [dos...] dos acordos, da política sistemática de [cope... é...] culpar, responsabilizar os atingidos pela morosidade da reparação, o que constitui outra violência, né? E aí a criminalização clara, direta, [dos...] daqueles que tão se organizando e que tão na luta, né? A gente precisa, né? [É...] Sair dessa audiência pública com o encaminhamento de que a Fundação Renova precisa voltar no território. A Fundação Renova precisa discutir com as vítimas do rompimento da Barragem de Fundão. A Fundação Renova, ela tem se recusado a debater com o povo, inclusive, dentro do sistema CIF, que foi esse posicionamento, semana passada, da Fundação Renova, de que vai se ausentar das reuniões do CIF, porque está sendo constrangida pelo povo. A Fundação Renova quer construir uma reparação sem povo, sem participação popular e o resultado a gente vê diariamente aqui em território: é adoecimento, é violência, é depressão, é humilhação e a reprodução da desumanização histórica que o racismo tem colocado pro nosso povo. É isso que a Fundação Renova tem feito. Então a gente precisa, inclusive, que a Fundação Renova [é...] nos retorne o acesso ao cadastro, que [tá cort...] tá cortado há 11 meses e que a gente, inclusive, não tem acesso à informação básica sobre a política de reparação. A gente já enviou ofício. A gente já notificou a Câmara Técnica e, até o momento, a Fundação Renova não nos dá acesso, não responde os nossos questionamentos. Isso há 11 meses. E a gente precisa desse retorno, né? Inclusive, para saber e registrar em dados todas essas violências que a gente vê aqui". [Aplausos da assembleia].

Dr. Helder: "Agora a fala da Simone".

[Ruídos do ambiente].

Simone Silva: "Boa noite de novo, gente! [Assembleia responde: 'Boa noite'] Eu gostaria de pedir aos dois representantes da Fundação [Ranov...] Renova que voltasse para a posição que eles estava ali, enquanto as outras pessoas estavam falando. Por favor. [Aplausos da

Assinado digitalmente em 05/05/2020 11:10:19. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.tranquillidade.org.br/validadocumento>. Chave: Y266CC93.F1CB64CC.C88BA7AC.A6AA3ECA


MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

assembleia em concordância]. [É...] Vou tentar ser rápida aqui, né gente? [É...] Quando a minha companheira estava aqui na frente falando, que ela foi interrompida, só lembrar que a maioria que das pessoas que mora em Barreto são negras, né, gente? Lembrar que lá é remanescente de Quilombo, né? [Assembleia se expressa afirmativamente, em concordância] É, não vamo esquecer essas, essas prioridade não. Por que que Barreto não tem reunião? Por que que Renova não atende Barreto? Não vão esquecer de citar que é porque a maioria das pessoas que mora lá são negras. Não vão esquecer isso. O papel nosso aqui hoje é demonstrar o racismo da Fundação Renova contra os negros, as pessoas, né? Militantes. Então, outra coisa, sobre a militância: sou militante sim! Vocês dois aí [Aponta para advogados representantes da Fundação Renova], eu sei que vocês já sabem quem sou eu. Não precisa nem d'eu me apresentar, porque todo mundo na Fundação, na Vale, na BHP, sabe quem é Simone hoje, né? [É...] Sobre as perseguições a militantes, a Vale liga nas casa das pessoas, aqui em Barra Longa. E a maioria das pessoas as vezes não entende qual que é o processo [o que que...] quando a Vale liga: 'Quem que é a liderança na sua cidade aí?'. É ou não é gente? [Assembleia reage em concordância] 'Quem que é a pessoa que fica à frente da luta'? E, na maioria das vezes, o povo aqui não sabe que eles ficam [proc...] procurando pra perseguir: 'É Simone'. Não é gente? Não é assim? [Assembleia reage em concordância] Ela liga de casa em casa aqui: 'Quem que é a liderança aí na sua comunidade? Na sua cidade?'. Aí o povo: 'Não, Simone tá sempre à frente da luta, então é Simone quem é a liderança'. Pá! Lá vai a perseguição da Vale, em cima. Agora, assim, sobre a [Va...] a Vale, Samarco, Fundação Renova ser racista, eu acho que ela não é não, gente. Nós tão todo mundo aqui mentido, tão todo mundo aqui falando mentira, né? A minha luta, aqui, todo mundo aqui já sabe que começou no dia 6 de novembro, na madrugada do dia 6 de novembro, quando a minha filha começou a ter sintomas alérgico à lama, né? A desgraça da nossa vida começou no dia 5 de novembro quando a barragem se rompeu. Eu sou atingida pela mineração, pela Vale, Samarco, desde quando eu estava na barriga da minha mãe. Eu nem tinha nascido quando eu fui atingida pela primeira vez, pelo primeiro mineroduto da Samarco. Então lá vai-se 42 anos de ser atingida, né? [É...] Que que acontece? Então nós estamos aqui mentindo, porque a Fundação Renova não é racista. Somos nós é que somos mentirosos. Nós estamos aqui, acho que umas 4, 5 horas na reunião, já falando mentira. Porque a Fundação Renova é boazinha. O cara ali disse que tá anotando pra levar pra lá. A gente conhece isso de frente pra trás, de trás pra frente. Quantas anotações, quantos dossiê, a Fundação Renova têm nossa lá, gente? Vão levar, vão



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

anotar e o incrível, companheiro, que a primeira vez em 4 anos que eu conheço um advogado negro, porque hoje é o dia que a gente está falando sobre racismo. É uma forma da Fundação Renova tentar maquiagem a nossa Audiência [Aplausos da Assembleia]. Você não se preocupe, porque eu falo mesmo o que eu penso. Eu sou atingida, tem 4 anos que eu sofro na mão da Fundação Renova. Tem 4 anos que eu sou perseguida por ser militante do MAB, sabe, gente? Pra quem tá aqui que não sabe, tem um Defensor Público que me chamou pra uma reunião com [a Fund...] uma advogada da Fundação Renova, a Viviane. E eles disseram pra mim, o Defensor Público disse pra mim: 'Você tem que ser egoísta, Simone. Você tem que parar de pensar no povo. Você tem que abrir mão da luta do povo, porque aí a Fundação Renova vai te reconhecer, né?'. Aí a Fundação Renova, a Vale, tem várias formas de tentar silenciar o militante. Hoje, eu estava vindo pra Barra Longa, né? Poucas horas antes da coletiva, quem que ligou no meu celular? A Vale! A Vale me ligou hoje, gente. Tem 4 anos que eu tô pelejando pra falar com a Vale e não consigo, mas a Vale me ligou hoje, né? Não tem perseguição. A Renova, Vale, não é racista. Somos nós que somos doidos. Somos mentirosos, né? Eu estou num aluguel, foi uma luta minha, não foi reconhecimento da Fundação Renova, não, tá? Quem tava aqui comigo sabe que a gente ficou 11 dias na BR, a polícia quase matou a gente no cacete, né? Eu nunca tinha vivido uma cena daquela. Porque eu sou preta, sim, sou negra, sou mulher, sou de alto de morro, mas eu nunca vivi uma cena de violência daquela. Eu só fui viver essa violência através da Fundação Renova, que todas as vezes que os militante vai pra BR, são perseguido, a Polícia faz... Num sei se o companheiro, daqui ó [Aponta para pessoa da Assembleia], falou com ele que vai sumir com ele, que num vai dar tempo nem da advogada chegar, né companheiro? Porque você é preto! Porque você é preto, né? Então, assim, a Fundação Renova... Eu sou a única pessoa que mora num aluguel que a casa não passou por nenhuma reforma. Nenhuma reforma! Nenhuma! A lâmpada na minha casa tá queimada tem mais de 2 meses. Tem aqui, ó, tonelada, tá aqui no meu bolso, de manifestação, né, gente? [Quem aguenta...] Quem aguenta essa manifestação? A Fundação Renova não é racista. [Pre... Pe...] Pergunta pro pobre que tá aqui se quando eles faz reclamação, se num instantinho a Renova na casa resolver. 'Mas Simone, não, Simone é militante, né? Simone é preta. Ah, não, mas a gente não persegue não, a gente [tra... dá...] trata galinha do tio dela'. Tem que dar mesmo! Cês mataram meu tio! Que que é um trato? Que que é um milho? Um saco de milho pras galinha dele que sobrou, que é a única coisa que sobrou. 'Ah, não, mas a gente não persegue ela não, que nós tão dando o milho pra galinha de Reginaldo. Nós assassinamos Reginaldo,

Assinado digitalmente em 05/05/2020 11:09. Para verificar a autenticidade acesse http://www.tranparencia.mpf.br/validacao_documento. Chave: 7266CC93.F1CB64CC.CE8BA7AC.A6AA3ECA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

matamos, enterramos e vamos matar outro, mas a gente dá o milho pra galinha dele. Então a gente não persegue Simone'. Tá, gente? Só por cês ter [o...] ter noção do nível que é a Fundação Renova. Do nível que é a Fundação Renova. Tá lá dando milho pra galinha. Cês deviam de ir lá no cemitério ressuscitar ele e devolver ele pra nós. Devolver a minha avó, já que cês têm [esse...] esse poder. Então, [a...] a Fundação Renova [pers...] me persegue por eu ser militante. Tenho várias mensagem aqui no meu celular que eu posso comprovar. Me chamaram pra uma outra reunião, pegaram uma pessoa aí, me mandaram fazer as propostas: 'Cê tem que deixar de ser trouxa, Simone. Cê tem que deixar de ser trouxa. Cê tem que deixar de ser militante. Cê tem que deixar de ir pra frente falar pro povo'. [Vão fazer...] A proposta foi assim: 'Vem aqui na minha casa, pra ninguém do resto do povo de Barra Longa saber. Vamo fazer a reunião na minha casa. A Fundação Renova vai vim na minha casa negociar com você. Você vai ser reconhecida. Mas o critério é deixar de ser militante, é deixar de falar pelo povo'. Eu, hoje, tô aqui na frente sim! Venci, gente, muita coisa. Venci uma sociedade. Eu tenho que dizer, eu venci a sociedade de Barra Longa, porque eu fui muito perseguida pela Fundação Renova, que jogava na cabeça do povo de Barra Longa que eu ganho 6 mil. Tem dia que eu não tenho o que comer dentro de casa. Mas na cabeça do povo de Barra Longa, aí, que a Fundação Renova põe na cabeça dele, eu ganho 6 mil da Fundação, 6 mil de cartão. Não ganho 1 centavo da Fundação Renova, porque sou militante, mas se eu chegar na frente e falar assim: 'Olha, vou deixar de ser militante'. Eles me reconhecem sim, gente, com retroativo dos 4 anos. [A propos... É...] Não é que eu num tenha proposta da Fundação. Tenho sim, várias propostas. Mas eu tenho que deixar esse microfone. Eu tenho que deixar de ser militante, eu tenho que ficar lá em casa caladinha, lá, debaixo da coberta. E isso eu não vou fazer, porque essa cor aqui, ó, que Deus me deu, não tem preço, não se vende. Jamais eu vou ocupar uma posição de capitão do mato. Nunca! Nunca [Aplausos da Assembleia]! Nunca eu vou chicotear o meu companheiro. Eu nunca vou me vender pra poder trair o meu povo, jamais. Se eu tiver que continuar passando fome dentro de casa, eu vou passar. Mas vender, ser cooptada pela Fundação, pela Vale, jamais! Vou continuar sendo perseguida, sim, porque é o que Fundação faz com a minha pessoa, é perseguir. Quando eu comecei a dizer que a minha filha tinha problemas alérgico: 'Simone é louca, gente'. Quantas vezes os funcionário da Fundação Renova foi na casa das pessoas aqui em Barra Longa: 'Simone é louca. Simone é mentirosa. A nossa lama é inerte'. Num é assim que pessoal tratava? 'Simone mora lá no alto do morro. Como que Simone é atingida? Simone tá querendo é dinheiro, Simone quer é

Assinado digitalmente em 05/05/2020 11:09. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.br/validacao_documento. Chave: 72660C93.F1CB64CC.CE8BA7AC.A6AA3ECA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

dinheiro da Fundação Renova. Ela mora no alto do morro'. Mas esqueceram que a Vale, Samarco, BHP, Fundação Renova principalmente não faz nenhuma reparação sem causar danos a terceiro. Todas as vezes que a Fundação Renova disser que está reparando, ela está causando danos a terceiro. Na limpeza da praça, que é a parte nobre da cidade, a lama foi retirada e foi levada pra onde? Na onde que mora a preta, lá no alto do morro. N'onde que mora pessoas pobres. Então, Simone não é atingida, Fundação? Eu vim aqui nessa Câmara aqui, ó, tava cheio aqui, porque antigamente, Fundação, eu achava que quem tinha o poder de resolver as coisa pra mim era Prefeito, era Vereador, era Presidente, era Governador. Mas na militância eu aprendi que eu sou sujeito. E [quem que...] quem deve fazer a minha luta sou eu. E quem deve defender os meus, sou eu. Assim como um dia Zumbi foi perseguido. Eu devo defender os meus. Dandara! Eu devo defender os meus, assim como eles foram [Aplausos da Assembleia]. É essa... Essa carga, essa cor que nós carregamos, é essa. Então nessa mesma casa eu disse pra o povo: 'Pelo amor de Deus' pros Vereadores que estava aqui, Prefeito, 'Num deixa colocar lama lá no alto do morro não, porque Sofia já está com problema alérgico, já está com problemas [é...] de alergia'. Mas aí eu já vesti essa camisa. Aí eu já vesti essa camisa, que eu tive coragem de vestir ela logo nos primeiros dias. E você vestir essa camisa, ocê carrega um peso. Você carrega uma responsabilidade, você carrega, você assume [a... a...] o fato de você ser perseguido futuramente. Quando eu falei isso, [os...] as pessoas que estavam aqui ninguém me ouviu. Quantos problemas poderia ter sido evitado se essa lama não tivesse subido os alto do morro, não tivesse ido lá pra Volta da Capela, onde que mora as pessoas pobres também. A Fundação Renova não é racista, somos nós que estamos aqui num sei quantas horas, nessa reunião, mentindo. A Fundação Renova não é racista. E quando eu falei isso, os peões que estava trabalhando lá na rua: 'Hahaha! Quero ver o pessoal do alto do morro falar que lama não sobe morro'. E quando eu vim aqui e reclamei, na hora que eu voltei na minha casa, porque eu já vesti essa camisa, eu não consegui mais entrar na minha casa, porque a Samarco foi lá e virou um caminhão, uma tonelada de lama na porta da minha casa pra eu não conseguir entrar em casa. Mas eu tô aqui falando mentira. A Fundação Renova não é racista. Isso é coisa que colocaram na nossa cabeça, é o nosso psicológico que a Fundação Renova diz, né, gente? É o psicológico nosso que já tá doente, né? Que nós somos mentiroso, que até as trinca nas casa das pessoa são psicológico. Nós não temos nada, gente! A gente tem que deixar bem claro, porque as vezes a gente fala e fala, a Fundação Renova acaba colocando as pessoas um contra os outros. Nós não temos nada contra as pessoas que moram na parte nobre de

Assinado digitalmente em 05/05/2020 11:09. Para verificar a autenticidade acesse
<http://www.tranaspamencia.mg.gov.br/validacaodocumento>. Chave 72660093.F1CB64CC.CE8BA7AC.A6AA3ECA.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

Barra Longa. Pelo contrário, quem desceu pra limpar a lama da parte nobre foi o pessoal do alto do morro, né? Num foi, gente? Foi o pessoal do alto do morro que desceu pra limpar [Assembleia responde afirmativamente]. Nós somos amigos, nós somos companheiros de luta, né? Mas que a Fundação Renova trata diferente, trata, gente! Por que que do mesmo jeito que ela paga um aluguel pra quem mora aqui embaixo, ela não paga um aluguel pra quem tá lá em cima, que a casa foi trincada? Na reparação, reparação que a Fundação Renova fez aqui em Barra Longa, quando ela retirou a lama, nós temos mais de 300 casas trincadas aqui. Nós temos mais de 300 pessoas aguardando reparação nas casa. É reparação que a Fundação Renova faz, mas nós tão aqui, todo mundo, somos louco, doidos! Fundação Renova não é racista, trouxe até um advogado negro hoje, né? Nada contra ele não, mas eu tenho que falar: eu nunca vi, em 4 anos, um advogado negro aqui. [Nem...] E olha que eu vou para as Câmaras Técnicas, eu vou pro CIF, nunca vi, gente. Nunca vi. Ele só apareceu aqui hoje, nada contra a pessoa dele, pra maquiagem, que isso a Fundação Renova faz muito bem, né? 'Nós temos um advogado negro, [nós não tem...] nós não somos racista. [De cada...] De cada 100 postos de trabalho, a gente tem 7 negros', né? É assim que funciona, né? Então a Fundação Renova não é racista. Esse povo que tá aqui, que vai chegar em casa de madrugada, que tá aqui denunciando a perseguição, é tudo louco, porque... [É mostrado papel indicando fim do tempo de fala] Precisa mostrar pra mim não [Risadas da assembleia]... a Fundação Renova nem mostra, né? Nem vem. Tem 4 anos que eu tô aguardando essa Audiência aqui. Tem 4 anos. Tem 4 anos que eu tô aguardando esse doutor aqui, toda reunião que ele tá lá no CIF, eu tô lá cobrando ele. Não me mostra papel, mostra pra Fundação Renova que esgotou o tempo dela de prender as pessoas, de parar de perseguir militante, de parar de perseguir negro, pra nós chega [Assembleia reage em concordância]. Nós esperamos que daqui hoje, Dr. Helder... Senhor sabe que a gente gosta demais, tem muito respeito pela pessoa do senhor. O que seria de nós, se o senhor não estivesse aqui com nós, todo dia no território, correndo o risco do pescoço ser cortado, também, porque o senhor é perseguido por nos defender, né? Todo mundo sabe disso. Então, nós esperamos que dessa Audiência aqui hoje saia respostas positiva, porque pra nós atingidos, o senhor sabe, que não precisa de existir Fundação. O povo já provou que é capaz de fazer a reparação. O povo tá construindo uma casa que a Fundação Renova não [construiu...] conseguiu construir em 4 anos, né? A Fundação Renova, já tá mais do que provado, nesses 4 anos, que eu costumo dizer que é uma máquina industrial de lavar dinheiro, né? [Não...] Viu, gente? População de Barra Longa, [num quero...] aproveitar Dr.


MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
 PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

Helder aqui, que Dr. Helder sabe e ele pode falar por mim, não recebo 1 centavo de Fundação Renova, não, tá gente? Estou lutando, sim! Há 4 anos, milito 24 horas, Fundação Renova! Até o meu marido fugiu de casa, me largou, arrumou outra mulher aí, de tanto eu militar [Assembleia reage em concordância], tendeu? Arrumou outra mulher, me abandonou, porque eu não tenho tempo de ficar em casa, porque eu tenho que lutar por essa pobre, aqui, ó [aponta para sua filha]! Que tá com contaminação, sabe? Ela tá [com, é...] com grave inflamação no cérebro, no intestino, devido aos metais, devido ao coquetel de metal que ela tem no organismo. Então eu não tenho tempo pra ficar em casa, porque eu tenho que correr atrás d'ocês 24 horas. Eu não passo o final de semana em casa, eu fico mais fora de casa do que dentro de casa. Mas tenho orgulho dessa mulher que perdeu tudo, que perdeu a história, que perdeu a identidade, que está disposta a lutar [Aplausos da assembleia]. [Eu sei... Eu não...] Eu não tenho o costume de dizer, nem sei se eu posso dizer isso. Eu não vim pra contar uma história, eu vim pra ser a história! [Aplausos e gritos da assembleia] Porque depois de 4 anos, vocês me obrigaram a enterrar a Simone. Antes do dia 5 de novembro, aquela Simone antes do dia 5 de novembro de 2015, ela só existe nas minhas lembrança e nas minha fotografia, porque vocês me obrigaram a ressurgir das cinzas. Então eu tenho orgulho de mim, porque hoje tem vários estudos aqui em Barra Longa que comprova que Simone não é louca, que mentirosa é a Fundação Renova! Que racista é a Fundação Renova! [Aplausos da assembleia] Que quem persegue militante é a Fundação Renova! Tem vários documentos aqui, que comprova, que Barra Longa precisa todo mundo acordar pra vida. Não existe alto do morro, não existe praça, não existe mais diferença: se você respira, você é atingido. Se você está vivo em Barra Longa há 4 anos, sendo obrigado a respirar esse ar, porque a Fundação Renova nos obrigou a ficar 4 anos num território contaminado... Essa criança aqui não precisava estar [nes...] nesse grau de contaminação, porque tenho vários laudo que dizia que ela precisava de sair de Barra Longa, evitar a exposição. 'Não, mas Simone é militante. Simone veste a camisa do MAB. Simone é negra de alto do morro. Vão deixar ela se lascar, porque se nós fizer pra ela, vai ter que fazer pro povo'. Então, Fundação Renova, leve meu o recado pra Vale, pra Samarco, pra BHP: sou militante, vou continuar militante, meu direito vai vir, pela minha luta, não por eu me vender. [Aplausos e gritos da assembleia] Não por eu me vender! Não sou capitão do mato! E se o povo resistir! [Assembleia complementa: 'A Renova vai cair!']. E se o povo resistir [Assembleia complementa: 'A Renova vai cair!']. Águas para a Vida! [Assembleia complementa: 'Não para a morte!']. Águas para a Vida! [Assembleia

Assinado digitalmente em 05/05/2020 11:09. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 72660093.F1CB6ACC.CE8BA7AC.A60A3ECA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

complementa: “Não para a morte!” [Aplausos da assembleia] Ah tá, só lembrando... O colega tá lembrando aqui, tá Dr. Helder, só pra ficar registrado nas atas aí, que eu tenho que lembrar [ess...], eu falei que ia falar, né? [É que...] Quando a Fundação Renova foi criada, ela foi criada no intuito de ser uma coisa boa. A Lei Áurea também, num foi? Dizia que era uma coisa boa, num disseram? ‘Opa, vamo libertar os escravos, coitado dos escravo’, né, gente? A Fundação Renova é a mesma Lei Áurea! E aqui em Barra Longa, Dr. Helder, o senhor num sabe, a Fundação Renova agora põe cadeado nas porta, pra evitar que os escravo entre lá na casa dos senhores do Engenho, tá bom? O PIM aqui é trancado com cadeado pra o povo não entrar, tá bom?”.

[Assembleia reage indignada, em concordância].

Dr. Helder: “Gente, é até difícil retomar o microfone, retomar a fala, depois da contundência da fala da Simone. Vou respirar um pouquinho. [A... A...] a Verônica ficou, na fala dela, ela deixou de falar [um...] uma questão. Vou dar 1 minuto [pra...] pra Verônica falar e volto para o encerramento”.

Verônica Viana (AEDAS): “O Ministério Público, ele solicitou da Assessoria Técnica e da Comissão de Atingidos [é...] instrumentos que reforcem e registrem as [pra...] práticas de violência, as práticas de racismo existentes no território. Então a gente queria fazer a entrega desse dossiê, que vai ser acrescido, nessa semana, com alguns relatos e alguns casos que foram colocados e foram citados dentro do Procedimento, numa perspectiva da gente materializar o racismo e a discriminação que existe dentro do território de Barra Longa”. [Aplausos da assembleia].

Dr. Helder: “Obrigado, Verônica. Bom, como eu disse no início dessa Audiência, alguns elementos eu já tinha visto. A própria resposta, a própria forma como a Renova responde a esse questionamento do Ministério Público e a outros questionamentos, por exemplo, em relação a um caso de Rio Doce, quando ela buscou [alguns...] os atingidos pra fazer reunião com ela em Belo Horizonte, quebrando, indo, atuando contra o direito de [aut...] auto-organização dos atingidos. São evidências muito fortes de um atuar inadequado da Renova. Hoje, eu posso dizer que eu tinha uma convicção íntima, percebia a partir de várias ações da Renova, que, sim, que a Renova [tem atuação, é...] comete, sim, racismo institucional. Hoje, a partir das falas, dos tantos depoimentos, nós temos provas. Hoje eu não tenho apenas convicção. Hoje, com essa Audiência Pública, nós temos provas públicas desse agir da Renova, [é...] desse modelo. [É isso...] O que eu quero dizer pra vocês é o seguinte:

Assinado digitalmente em 05/05/2020 11:09. Para verificar a autenticidade acesse http://www.tranquilandia.mg.br/validacao_documento. Chave Y266CC93.F1CB64CC.C88BA7AC.A6AA3ECA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

como encaminhamento dessa Audiência Pública, [é. que, que...] como compromisso do Ministério Público Federal, [é...] que é continuar, concluir a instrução desse Inquérito, desse Procedimento que a gente tem, dessa apuração. Encaminhar esse resultado aos diversos órgãos, [a...] a Câmara dos Deputados, [a...] às Defensorias, ao Ministério Público Estadual, ao Estado, à União, aos órgãos que devem tomar medidas e algumas medidas como a que o Clever propôs são medidas muito importantes. Mas também, é uma das medidas importantes, é encaminhar isso ao Ministério Público de Fundações, porque eu enxergo uma necessidade, não só eu, existem outros colegas que estão trabalhando esse caso, de que a gente busque uma intervenção na Fundação Renova, porque nós temos mecanismos pra isso. Porque, hoje, um dos grandes problemas que a gente tem na Fundação Renova, e a Ramboll que é uma das peritas do Ministério Público que tá aqui, nos primeiros trabalhos da Ramboll, ela percebeu que a Fundação Renova foi criada, mas os postos de poder da Fundação Renova, os principais eram ocupados por gente das empresas: por representantes da Samarco, da Vale, da BHP. E ainda hoje, mais do que nunca hoje, a gente tem um problema sério, porque a presença da Vale e da BHP no Conselho Curador da Renova tem sido instrumento de não aplicar nem os acordos que elas fizeram com o Ministério Público, como o Aditivo ao TAP e o TAC-Gov. Então, esse é um momento muito preocupante, porque a gente precisa entender, [a Fundaç...] o papel da Fundação Renova é promover a reparação, não promover uma economia de recursos para as empresas às custas das pessoas e, sobretudo, às custas das pessoas pobres e vulneráveis. Então, [esse...] esses relatos que nós tivemos aqui hoje de mauferimento dos pactos assinados pela Renova, nós entendemos, o Ministério Público Federal, através da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, estou falando aqui agora como Procurador Regional dos Direitos do Cidadão, não como integrante da Força Tarefa do Ministério Público Federal, nós encaminharemos a ata dessa Audiência Pública pros diversos órgãos competentes. E aí, Deputado Padre João, [é...] eu tenho dito constantemente que se o sistema de justiça brasileiro não está funcionando, e a gente tem que trabalhar dentro do sistema, eu penso que nós estamos caminhando para uma condenação do Brasil nos organismos internacionais de Direitos Humanos. [Eu tenho visto...] Meu trabalho tem sido nesse sentido: instruir os Procedimentos não esperando que o sistema de justiça brasileiro dê a resposta, mas instruir pra mostrar a ineficácia, a ineficiência do sistema de justiça brasileiro. Como ele é um sistema de justiça que se preocupa com o patrimônio das empresas, com o gasto que as empresas estão tendo [é...] se as empresas estão tendo de

Assinado digitalmente em 05/05/2020 11:09. Para verificar a autenticidade acesse
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 72660C93.F1CB64CC.CE8BA7AC.A6AA3ECA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

fazer duas, três, quatro, cinco reformas em casas há quem diga assim: 'Nossa mas as empresas estão gastando demais. A Renova tá trabalhando mal e tá...'. Mas não deve ser essa a preocupação, [deve ser...] o norte deve ser o quê? Promover a reparação integral e isso consta de acordos assinados pelas próprias empresas. Então, quando a gente tem algumas atuações, hoje, da Fundação Renova, por exemplo, da questão do cadastro, com proposta da Samarco, endossada pela Fundação Renova, de fechar o cadastro, antes que muitas pessoas [é...] sejam reconhecidas, sejam cadastradas, fica evidente uma tentativa de locupletamento ilícito. Tô falando uma linguagem agora nossa de Direito, mas é enriquecimento ilícito: quando você se aproveita de uma perda de uma pessoa, isso também é uma atividade criminosa. [É...] Já tive oportunidade de falar muitas vezes de estelionatos contra vulneráveis. Nós vimos aqui pessoas com pouca alfabetização, com dificuldades de fala e se você... [e isso falo com os advogados da Renova...] nessa situação que o Éder relatou: tinha uma reunião em que a Renova comparece com 8, 9, 10 pessoas e só tem a pessoa ali, um atingido com a sua esposa, [pra conversa com...] pra conversa com a Renova, isso também é violação de Direitos Humanos! Não se pode fazer esse tipo de negociação. O próprio modelo de negociação do PIM, é um modelo de violação de Direitos Humanos. A Renova precisa entender isso... porque se você faz uma proposta pra uma pessoa e não dá a ela... uma oportunidade diferente... porque quem não aceita o PIM o quê que acontece com ele? Cê vai ter que ir pra Justiça e as pessoas não têm advogado. Eu fiquei preocupado, Dr. João, [do] relato da Simone em relação ao Defensor Público e, infelizmente, a gente acaba tendo pessoas, mesmo dentro da Defensoria Pública, que faz essas falas como a Renova [como a... como a...] como a Simone diz é... que foi feita pra ela. Não é adequado porque a gente precisa da Defensoria Pública, mas aqui pra região, pra Barra Longa, pra Rio Doce, pra Santa Cruz do Escalvado, [pros municípios] pra Acaiaca... são municípios que estão na Comarca de Mariana... melhor de... Ponte Nova, nós contamos, podemos contar apenas com uma Defensora Pública em... Ponte Nova pra trabalhar com esses casos dos atingidos vulneráveis que [devia ser... atingidos] pra pra propor as ações. Como é que eles vão ir à Justiça? Como que eles vão ir à Justiça? E como que ela vai também confiar também se vem um Defensor Público de Belo Horizonte que fala pra ela que ela tem que aceitar um acordo que é melhor pra ela. Na verdade, nós não podemos ser... as instituições de Justiça também não podem funcionar como instrumento de opressão, de silenciamento dos atingidos. Então, que essa audiência pública seja [um...] a primeira de vários que a gente pretende fazer é... nos territórios sobre essa temática e

Assinado digitalmente em 05/05/2020 11:10:19. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.br/validacao_documento. Chave: 72660093.F1CB6ACC.CE8BA7AC.A6A3ECA


MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
 PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

sobre outras temáticas tão importantes pros atingidos. Mas aqui saio dessa reunião com essa convicção que agora nós temos provada, a partir das diversas falas, e eu tenho certeza, tô vendo a senhora balançando a cabeça. Eu tenho certeza que muitos outros relatos nós poderíamos ter, poderemos fazer, se for o caso, faremos mais... mais processo de escuta desse, que eu sei que muitos atingidos às vezes têm essa dificuldade de vir ao microfone, de falar de denunciar, de contar é... e às vezes até quando vem fica nervoso pra falar, mais a... a... o papel nosso de Ministério Público é esse papel de fazer essa escuta, de levar, de... [de...] intervir... de interferir em favor das pessoas atingidas. Então, eu agradeço sobremaneira a todos que aguentaram aqui... já são onze horas e vinte minutos. É... o tempo passou sem a gente ver. Mas pudemos ter vários relatos. Então eu agradeço os representantes da Renova por terem comparecido, agradeço às demais autoridades: Padre João, Dr. João, aos pesquisadores, aos professores... é... aos técnicos da FGV, à Laura [tá lá... cadê...] o Aloísio da Ramboll, tem os outros técnicos da FGV, o pessoal da Cáritas, das várias entidades e... gostaria de encerrar, Marreta, Wagner, te agradecendo duplamente, te agradecendo porque como atingido e como Vereador você foi o canal pra fazer chegar essa denúncia formalmente ao Ministério Público Federal. E agradecer também, na sua pessoa ao Legislativo de Barra Longa que tem aberto esse espaço para nós. Então, leve nosso agradecimento aos seus colegas [é... do parlamento local, do parlamento municipal, da Câmara de Vereadores], da Câmara Municipal esse agradecimento por ceder esse local e que a gente entenda [é...] e consiga a partir [dessa...] dessa audiência pública conseguir é... uma mudança nesse modelo que a gente tem. [É...] e também [o Wilson tá me lembrando aqui...] eu não posso deixar de agradecer a comissão de atingidos é... que da... da... todas as pessoas da comissão de atingidos que auxiliaram grandemente nesse processo e a AEDAS que é a assessoria [téc...] entidade encarregada de assessoria técnica dos atingidos que também nos auxiliou na organização desse... desse momento [em várias...] em várias questões é que foram essenciais pra que esse evento fosse o sucesso que foi e... não posso deixar de agradecer e apresentar pra vocês a minha equipe do Ministério Público Federal a Keyla [aplausos da assembleia], Wilson [aplausos da assembleia], Mariana [cadê você?... Mariana? Mariana tá escondida... Mariana!], a Maria Laura que não pôde estar aqui, que também contribuiu grandemente, outra estagiária, Alexander, outro estagiário também, que não pôde estar aqui, eu sei que ele deve estar sentido de não estar aqui... Christopher e a Daniela que completam minha equipe em Belo Horizonte. Meu muito obrigado porque, na verdade, todo esse trabalho, toda essa possibilidade de estar nos territórios só acontece

Assinado digitalmente em 05/05/2020 11:09. Para verificar a autenticidade acesse
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacao/documento>. Chave 72660093.F1CB64CC.CE8BA7AC.A60A3ECA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

porque eles ficam de lá segurando as pontas. 'Brigado, gente! Muito obrigado! [aplausos da assembleia]. Declaro encerrada. Agradeço também A Sirene, jornal A Sirene, nas pessoas do Papagaio, Lú, Genival [como é o nome das meninas? Não sei o nome...] Juliana e Júnia.

(assinatura eletrônica)

HELDER MAGNO DA SILVA

Procurador da República

Procurador Regional dos Direitos do Cidadão

(assinatura eletrônica)

Wilson Macedo

Assessor Jurídico

(assinatura eletrônica)

Keyla Quintas

Técnica Administrativa

(assinatura eletrônica)

Mariana Léa G. Moraes

Estagiária Acadêmica

(assinatura eletrônica)

Alexander Teixeira Souza

Estagiário Acadêmico

(assinatura eletrônica)

Maria Laura Couto

Estagiária Acadêmica

Assinado digitalmente em 05/05/2020 11:09. Para verificar a autenticidade acesse
<http://www.transparencia.mpf.br/validacaodocumento>. Chave 72660C93.F1CB66CC.CEBBA7AC.A6AA3ECA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PR-MG-00000261/2020 ATA nº 1-2020**

.....
Signatário(a): **HELDER MAGNO DA SILVA**

Data e Hora: **04/05/2020 17:07:23**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **MARIANA LÉA GALVÃO ALVES MORAES**

Data e Hora: **05/05/2020 11:07:31**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **KEYLA LUCIENE MARQUES QUINTAS**

Data e Hora: **05/05/2020 11:00:40**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **MARIA LAURA TOLENTINO MARQUES GONTIJO COUTO**

Data e Hora: **05/05/2020 11:09:55**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **WILSON BERNARDINO DE MACEDO NETO**

Data e Hora: **05/05/2020 10:53:42**

Assinado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 7266CC93.F1CB64CC.CE8BA7AC.A6AA3ECA

Fonte: (MPF, 2020)